

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FLÁVIO JOSÉ SILVA SOARES

**No avesso da forma: apontamentos para uma
Genealogia da Província do Maranhão.**

(I)

RECIFE
2008

FLÁVIO JOSÉ SILVA SOARES

NO AVESSO DA FORMA:

apontamentos para uma Genealogia da
Província do Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco, para obtenção
do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sílvia Cortez Silva

Recife
2008

Soares, Flávio José Silva

**No avesso da forma : apontamentos para uma genealogia da
Província do Maranhão / Flávio José Silva Soares. – Recife: O Autor,
2008.**

2.v : il., fig.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. História, 2008.**

Inclui: bibliografia.

**1. História do Brasil. 2. Maranhão – História – Balaiada. 3. Império
no Brasil. 4. Crônicas – João Francisco Lisboa. I. Título.**

**94
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/115**



ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO FLÁVIO JOSÉ SILVA SOARES.

Às 14:00h do dia 29 (vinte e nove) de fevereiro de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Flávio José Silva Soares** intitulada **“No Averso da Forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Silvia Cortez Silva (Orientadora), Suzana Cavani Rosas, Lourival de Holanda Barros, Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Paulo Eduardo Arantes. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 29 de fevereiro de 2008.

Silvia Cortez Silva
Prof.ª. Dr.ª. Silvia Cortez Silva.

Suzana Cavani Rosas
Prof.ª. Dr.ª. Suzana Cavani Rosas.

Lourival de Holanda Barros
Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Paulo Eduardo Arantes
Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes.

Antonio Torres Montenegro
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

Rogéria Feitosa de Sá
Rogéria Feitosa de Sá.

Para meus pais.

Para
Caldeira (in memoriam),
Flávio e
Lourdinha.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com apoios diversos. Infelizmente, apenas parte deles será possível nomear agora.

Agradecemos ao Programa de Qualificação Institucional (PQI), desenvolvido por convênio entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por haver assegurado condições institucionais para a realização do curso e do projeto de pesquisa.

Agradecemos aos professores e amigos da nossa turma de doutorado em Recife (2003), aos colegas e alunos do Curso de História da UFMA e aos funcionários das universidades, arquivos e bibliotecas por onde passamos, os quais, em um ou outro momento, nos auxiliaram. Agradecemos especialmente aos professores Antônio Paulo Rezende, Antônio Torres Montenegro e Lourival Holanda, e aos amigos e amigas afetuosas de lugares e tempos diversos (Gilles, Helen, Adriano, Lunêr, Gilson, Lean, Cláudio, Zoraida, Alcileide, Noêmia, Consolação, Luciana, Elisângela e Iris).

Agradecemos, principalmente, a Sílvia Cortez, nossa orientadora: amiga que apareceu no meio do caminho e alterou o rumo da vida.

Agradecemos, sobretudo, aos amigos Maria de Lourdes Lauande Lacroix e Flávio Antônio Moura Reis, não apenas porque generosamente leram e corrigiram inúmeros erros do texto, mas pela razão maior de que, no seu princípio, ele é fruto do nosso longo e rico convívio.

Por último e não menos importante lembramos do “exército”, poderoso e amigo, de Sílvia (Humberto, Naia, Sumaia, Cris, Nilda, Vera, Tetita, Neti, Zefinha, Silvinha e Zezinho) e o de Maria Raimunda e José Teixeira (André, Rosália, Rosélia, Vinícius, João e Matheus). A todos eles, os nossos agradecimentos.

RESUMO

A pesquisa problematiza as “condições de possibilidade” da Província do Maranhão na primeira metade do século XIX, tecendo variações em torno do final da Regência, considerado como seu instante originário decisivo. Adotando como ponto de partida mais abrangente a questão das correspondências entre experiência histórica e formas de representação, as estratégias aproximativas apresentam e descrevem densamente o material estudado, procurando transpor a teia das suas relações para o plano expositivo. O intento é precisamente mostrar a construção da Província como “ilusão objetiva” a partir da disposição fragmentária do material, razão porque os “capítulos” guardam margens de independência recíprocas, sem que sejam prejudicadas as correlações entre seus assuntos, em tons e ritmos diversos. Além do inventário da produção intelectual sobre a Província (onde são expostos diferentes modos de percepção do Maranhão e dos maranhenses), é esboçado um “quadro” em que sobressaem a Regência de Araújo Lima, a guerra da Balaiada e a Crônica Maranhense (1838-1841) de João Francisco Lisboa, cujo ponto de vista, cada vez mais avesso em relação ao modo como as elites provinciais se representavam, é retomado e recriado como posto estratégico de observação do tema investigado.

Palavras-chave: Brasil império. Província do Maranhão. João Francisco Lisboa. Balaiada.

RÉSUMÉ

La recherche problématise les “conditions de possibilité” de la Province du Maranhão dans la première moitié du XIXe siècle, tissant des variations autour de la fin de la Régence, considérée comme son instant originaire décisif. En adoptant comme point de départ plus abrangeant la question des correspondances entre l’expérience historique et les formes de représentation, les stratégies approximatives présentent et décrivent densesment le matériel étudié, procurant transposer la toile de ses relations pour le plan expositif. L’intention est précisément de montrer la construction de la Province comme “illusion objective” à partir de la disposition fragmentaire du matériel, raison pour laquelle les “chapitres” gardent des marges réciproques d’indépendance, sans préjudices aux corrélations entre les sujets, en tons et rythmes différents. En plus de l’inventaire de la production intellectuelle sur la Province (où sont exposés différents modes de perception du Maranhão et des maranhenses), on prépare un “cadre” où se détachent la Régence de Araújo Lima, la guerre de la Balaiada et la *Cronica Maranhense* (1838-1841) de João Francisco Lisboa, dont le point de vue, chaque fois plus contraire en relation au mode de représentation des élites provinciales, est repris et recrée comme poste d’observation stratégique du thème en recherche.

Paroles-clés: Brésil imperial. Province du Maranhão. João Francisco Lisboa. Balaiada.

Porém justamente sobre o império é que se devia, na minha opinião, consultar o povo, uma vez que o império tem nele os seus últimos pontos de apoio. Aqui outra vez eu por certo só posso falar da minha terra natal

Kafka, Durante a construção da muralha da China

(...) sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar

Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 1. INVENÇÃO ESQUIZOFRÊNICA DA ORDEM	
1.1 Regência	19
1.2 Violência e malandragem na construção do Império	40
 2. UMA PROVÍNCIA DO NORTE DO IMPÉRIO	
2.1 Topografias	66
2.2 Classificações	83
2.3 Natureza, história, costumes	98
2.4 “Falsa euforia” da cultura ilustrada: a sublimação ateniense -	141
2.5 Bases materiais de uma forma de alucinação objetiva	152
 3. JOÃO FRANCISCO LISBOA E A CRÔNICA MARANHENSE	
3.1 Na teia dos leitores	178
3.2 Imaginação da nação, encarnação da região	216
3.3 Um narrador desterrado: um escritor menor?	254
3.4 Crônica do Império	273
3.5 Crônica da Província	289
3.6 Notícias de uma Guerra civil	297
 4. GUERRAS E VIDAS INFAMES: O TRAUMA DA BALAIADA	
4.1 Trauma	308
4.2 Genealogia da Balaiada	321
4.3 Castigo imperial: violência e direito	333
4.4 Vidas infames	343
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	 350

INTRODUÇÃO

O tema e sua hipótese

O tema da pesquisa é a gênese da Província do Maranhão, situada no contexto histórico da primeira metade do século XIX e focalizada no instante decisivo do final da Regência, momento de condensação de contradições caracterizado, de um lado, pela configuração do Estado imperial e, de outro, pela guerra da Balaiada na Província. A hipótese principal é a idéia de que a construção do Maranhão Província expressou um tipo de “ilusão objetiva”¹ a ser pensada ao mesmo tempo como “experiência histórica” e “forma de representação”². Nestes termos, no esboço da série histórica de proveniência da Província, apresentada mais como tentativa de

¹ Veja **A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno** (Nobre, 1998), especialmente capítulo 3, “A ‘ontologia do estado falso’”, onde o conceito é detalhado, à luz da questão do que é “possível enunciar” num mundo falso. O “estado do falso” seria precisamente o “estado de identidade”, uma “ilusão necessária” para o pensamento e “socialmente necessária”. Nestes termos, a “ideologia” não é pensada como “véu”, mas como “ameaçador rosto do mundo”. No conceito benjaminiano de “constelação” (expressa nas suas “configurações concretas”), Adorno veria o caminho para a crítica da “ilusão de identidade”. Na síntese de Marcos Nobre: “a dialética é a teoria da não-identidade de sujeito e objeto no interior da formação social em que a lógica da dominação é exatamente a da ‘ilusão necessária’ da identidade de sujeito e objeto: a dialética é ‘a ontologia do estado falso’” (idem, pp. 174-75). Neste trabalho, tendo em conta as diferenças de lugar e tempo, examina-se um caso histórico de construção de “ilusão de identidade”.

² No Brasil, a questão perpassa o tema dos “desterrados”, na intuição poderosa de Sérgio Buarque de Holanda (2006), e foi refinada por estudos sobre a “forma” como os de Antonio Candido (1998) e Roberto Schwarz (1990), nas linhas mais próximas de Marx ou também de Auerbach (1994). Fora do Brasil, ela já consta de análises desenvolvidas nos textos de Marx sobre o “fetiche” do capitalismo, passa pelos de Benjamin sobre “fantasmagorias” da modernidade (1994), de Debord sobre “espetáculo” (1997), sendo desdobradas nos estudos de Žižek (2003), Jappe (2006) ou Fontenelle (2002); mas também da linha de interpretação não menos rica que sai de Nietzsche (1992), passa por Foucault (2000), Deleuze e Guattari (1997), e chega até um Baudrillard (1996). De Deleuze e Guattari, em especial, leia-se o “capítulo” 10 de “Mil Platôs” (1997). Do ângulo desses autores, o conceito de **mimesis** é “não só insuficiente, mas radicalmente falso” (idem, p. 107). Postulam, por sua vez, a noção de **devenir** caracterizada como “rizoma”, “multiplicidade”, “galáxia”, “relação de movimento e de repouso”, “bloco de coexistência”, linha “transversal”, “fronteira”, “linhas de fuga”, “música”, “potência de desterritorialização” (idem, pp. 12-113). Nosso trabalho, partindo da tradição crítica brasileira, procura se colocar entre as duas linhas e, na medida do possível, explorar alguns pontos de aproximação e tensão.

narração do que relato passo a passo do movimento das forças em luta, ressaltam as seguintes ordens de questões em cada um dos “capítulos”:

No primeiro - **A invenção esquizofrênica da ordem** – é discutido a natureza ambígua da construção do Estado imperial, mesclando radicalmente regra e exceção, violência e malandragem. O ponto de partida é o debate historiográfico sobre o lugar da regência na formação do Estado, apresentando-se em seguida algumas visões sobre a regência de Araújo Lima, o momento da chamada “Reação conservadora”, quando são definidas as regras de relacionamento entre governo central e províncias; o ponto de chegada é um ensaio de releitura do problema da “construção da ordem” a partir de alguns elementos gerais tomados das análises de Deleuze e Guattari (atentas para as multiplicidades). Nelas encontramos um ponto de apoio para chamar a atenção sobre alguns aspectos dissonantes (violência no limite do terror, ilegalismo, fragmentação, ambigüidades), isto é, os elementos de “fratura” e “cisão” presentes na montagem da ordem imperial. A leitura reafirma a importância de pensar o problema nos quadros do capitalismo, mas acentuando os efeitos de esmigalhamento nas margens ³.

No segundo capítulo – **Uma Província do Norte do Império** – o foco incide no “programa” de construção da Província, elaborado por grupos de poder auto-definidos como “maranhenses”, e nas suas “bases materiais”. O pano de fundo é o seguinte. De um lado, na primeira metade do século, a Província do Maranhão, junto com a do Pará, ocupou lugar estratégico no

³ A tese de que o capitalismo esquizofreniza na periferia (**O Anti-Édipo**, p. 241) não teve, por exemplo, sua expressão formal no narrador volúvel, cada vez mais amalucado, do “Brás Cubas” de Machado de Assis, símbolo da elite brasileira em formação? (Schwarz, 1990, p. 198). Adotando princípio de composição cujo “amalucado” das “unidades mínimas configura uma experiência materialista moderna” (idem, p. 188), Machado faria uma “auto-alterio-denúncia” no modo de construção do seu narrador (idem, p. 178). De forma que, dizemos nós, o olhar machadiano sobre a “loucura” do narrador a expõe, de um lado (o “auto”), como parte da sua lógica de poder “caprichosa”, onde compara “tudo com tudo”, e, de outro (o da “alterio-denúncia”), a toma como ponto de partida da crítica. Para ir adiantando nosso assunto, lembramos que o período da existência do personagem (1805-1869) é o mesmo da existência histórica de João Francisco Lisboa (1812-1863), cujo Timon, tal como o personagem de Shakespeare, também expunha “verdade terrível”, dizendo coisas que “para qualquer bom homem, não passaria de loucura reconhecê-las em seu próprio caráter ou sequer sugeri-las” (Meville In: Lima, 2000, p. 338).

Norte do Império e o seu controle pela Corte era fundamental para completar aí o processo de “interiorização da metrópole”. Iniciado com Lorde Cóchrane, nas guerras da Independência, foi finalizado com o coronel Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, nos tempos da Balaiada. De outro, desde meados do século XVIII, elites de poder “maranhenses” se formaram e buscaram seu lugar no Império. Elites oriundas, sobretudo, das “famílias principais” portuguesas, ou descendentes de portugueses, chegadas ao Maranhão a partir dos tempos da Cia. do Grão Pará e Maranhão. Delas sairá o seu braço “oligárquico”, uma forma de poder político caracterizado pelo “hibridismo”⁴. Costa Ferreira, senador do Império, é um dos nomes mais conhecidos. Pensar o “Maranhão”, nesse momento, implicaria em examinar a história dessas “famílias” e suas formas “primitivas” de acesso e controle da administração pública, do comércio e das atividades de lavoura e criação. Sempre articulando “experiência histórica” e sua “forma de representação”, cuida-se principalmente de expor a gênese do programa “Maranhão” e sua teia de noções afins (maranhense, topografia, natureza, história, classes, costumes). A análise do material localizou dois momentos cruciais ligados a dois conjuntos heterogêneos de autores, considerados como matriciais. Um definido como “grupo colonial”, outro como “maranhense”. Ao final do capítulo realiza-se outro esforço de interpretação, onde se discute as “bases” do programa enquanto um tipo de “ilusão objetiva”, ressaltando basicamente duas características formadoras das elites maranhenses: o **ethos** do “ilegalismo” e o “racialismo” (etnocentrismo).

No terceiro capítulo – **João Francisco Lisboa e a Crônica Maranhense** – o foco é João Lisboa - “imagem nervosa” do tempo -, marcado pelas ambivalências, pelo drama do “desterro”, mas também pela lucidez e capacidade rara de enfrentar e aprender com os problemas e dilemas do meio. Nas décadas de 1820 a 1840, o jornalismo desempenhou papel essencial, talvez o principal. Muitos dos nomes, praticamente quase todos, que integraram o grupo maranhense – Odorico Mendes, Sotero dos Reis,

⁴ Cf. Flávio Reis, **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão** (2007).

João Lisboa, Antônio Henriques Leal, Candido Mendes – atuaram fortemente na atividade jornalística. Para vários deles, o jornal foi a primeira forma de expressão pública (não por acaso a principal obra de João Lisboa chama-se “Jornal de Timon”). Para João Lisboa e Sotero dos Reis, principalmente. Neste espaço, um debate envolvendo as idéias de “Maranhão” e “maranhense” se fez tendo por pano de fundo imediato uma ordem provincial profundamente fraturada, baseada na escravidão, na exclusão dos índios e no preconceito em relação aos chamados “homens de cor”. A **Crônica Maranhense**, não apenas foi o jornal mais importante de João Francisco Lisboa, como foi uma das principais fontes de notícias da Balaiada, um agente da luta em torno da ordem imperial e um ângulo de visão sobre o Império. A **Crônica**, num primeiro momento assumiu clara atitude de oposição ao Regresso conservador. Depois, principalmente no ano de 1840, se aproximou da presidência Lima e Silva, emissário da Regência do futuro Marquês de Olinda, e festejou a notícia da proclamação da Maioridade de dom Pedro II. A **Crônica** é abordada como texto fundamental, no campo do jornalismo, do programa de construção do Maranhão e dos maranhenses elaborado pelos intelectuais, muitos jornalistas, da elite provincial em seu fazer-se. A defesa que o jornal faz da aristocracia alcantareense indica a sua idéia de Maranhão: uma Província que fosse a imagem e semelhança de uma aristocracia senhorial ilustrada. A Balaiada é caracterizada como movimento de “homens grosseiros” - uma acepção comum da noção de “bárbaro”⁵ - produzido pela opressão do governo em cujo controle estava o partido cabano, expressão do Regresso na Província. Essa opressão tinha no recrutamento “arbitrário” um de seus maiores símbolos. Destacam-se as seguintes questões: a) a recepção da obra de João Lisboa e da sua figura, sua transformação em “monumento”, recalçando elementos de negatividade do seu pensamento; b) a imprensa, o jornalismo e a **Crônica** nos começos do Império; c) análise da **Crônica**, da sua forma e de parte do seu conteúdo (Império, Província, Balaiada), como “documento de barbárie”.

⁵ Antonio de Moraes registra “bárbaro” no sentido de “Homem rude, sem polícia, nem civilidade, opposto ao civilizado, e urbano”; estilo do que “não é polido, correcto, culto”; “deshumano, feroz, cruel, inculto” (1831, p. 248.).

No quarto capítulo – **Guerras e vidas infames: o trauma da Balaiada** - o foco é a Balaiada no Maranhão. Nele são discutidos os seguintes aspectos: a) o marco representado pelo movimento: expressão de um “trauma” histórico e coletivo fundamental para a gênese do Maranhão província; b) o tipo de guerra que foi a Balaiada: suas causas e finalidades; c) quem eram os “balaaios”? Considerada “página negra” da História do Maranhão, a Balaiada foi a principal revolta de cunho social na conjuntura examinada, sendo duramente reprimida pela ordem imperial e provincial em seu momento crucial de instituição, o da “Reação conservadora”. Foi movimento bastante contraditório, pois, de um lado, expressou as lutas de grupos sociais “contra o Estado” (indicadas na recusa ao recrutamento), e, de outro, buscou se integrar, ao seu modo, na construção da ordem imperial (como vemos em manifestos de Raimundo Gomes). A Balaiada foi uma revolta de “homens infames” contra a in/justiça senhorial, branca, excludente e preconceituosa característica da ordem provincial instituída. Junto com a insurreição escrava que também ocorreu, foi expressão das fraturas internas desta ordem. Posto isto, é difícil definir um “projeto” claro e comum entre seus integrantes. Nas suas “raízes”, parece ter sido um movimento sem “origens” e sem “finalidades”, nesses aspectos expressando diretamente o estado de corrosão social. A “indeterminação” do movimento, ao mesmo tempo sua força e fraqueza, foi vista como sinal de “despolitização” e de subordinação às lutas partidárias das elites dirigentes. A Balaiada expôs as fraturas da construção do Maranhão província e o massacre conduzido pela Divisão Pacificadora do Norte deixou claro o estabelecimento de uma ordem senhorial sem apelação. Uma das principais notícias da **Crônica Maranhense**, a relação do movimento com este jornal teve momento ilustrativo na carta de Raimundo Gomes (um dos chefes principais) para João Lisboa. Diante da busca do diálogo e do apoio, o jornalista reagiu com ambivalência: recusou o diálogo, mantendo silêncio e publicando a carta.

A História do Maranhão e a “questão regional”

Embora voltado para um tempo recuado e com individualidade própria, o tema e a hipótese deste trabalho partem de uma problemática contemporânea, nascida dos debates em torno da apropriação da “cultura” pelo capitalismo e grupos de poder, feita cada vez mais nos termos da “exceção permanente” (Santos, 2007, pp. 289-352). Nesse sentido, convém não esquecer que o nome “Maranhão” integra atualmente campo minado onde ressaltam, de um lado, as condições de um país cada vez mais assimilado a um “Ornitorrinco” e, de outro, a apropriação das práticas e manifestações culturais e artísticas como “nomes da marca”⁶. O signo “Maranhão”, considerado “negócio” promissor⁷, passa a ser reproduzido como “artefato” a partir de um sistema complicado envolvendo estratégias de propaganda, mídias variadas (rádio, jornal, televisão, internet), empresas (multinacionais, empreiteiras, agências de turismo, hotéis, supermercados, produtoras de “eventos”, shopping centers, etc.), governos (federal, estadual, municipal) e suas “políticas públicas”, grupos políticos (de todos os partidos), universidades públicas, faculdades privadas, escolas, organizações não governamentais, artistas (poetas, escritores, músicos, compositores, teatrólogos, fotógrafos, pintores, quadrinistas, etc.) e professores e pesquisadores (mestres e doutores em antropologia,

⁶ Na imagem do “Brasil-ornitorrinco”, Francisco de Oliveira vê o caso limite de uma “sociedade desigualitária sem remissão” e de “acumulação truncada” (2003, p. 150). De sua vez, a partir da história do “McDonald’s”, Isleide Fontenele (2002) analisou as transformações sofridas pela questão do “fetichismo”, desenvolvendo a hipótese de que a marca publicitária tornou-se “ilusão de forma” quando o capitalismo passa a produzir o “informe” ou a monstruosidade social (idem, p. 296). Daí resultaria situação em que a realidade deixa de ser objeto de “falsa representação” e, nos termos de Adorno, começa a funcionar como “ideologia de si mesmo” (idem, p. 293). Em relação a essa ilusão, não é o caso de crer ou não, mas de “agir como se não soubéssemos” (idem, p. 302). Precisamente essa dimensão inconsciente, Marx deixaria passar em sua teoria do fetiche da mercadoria. (idem, p. 328).

⁷ Nos termos de uma mestra em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, que diante da pergunta sobre um tema caro da História do Maranhão: “-Pela história e pela grande visitação de franceses atualmente, você acha possível São Luís ter políticas mercadológicas de turismo direcionadas a esse público?”, respondeu: “Com certeza! Deveria. Isso poderia ser melhor vendido, pois não fomos colonizados, mas fomos fundados por eles. Além do mais, existe uma curiosidade por parte deles.” (in Noberto, 2004, p. 132).

história, arquitetura, turismo, comunicação, gestão de empresa, etc.), manifestações da chamada cultura popular (bumba-boi, tambor de crioula, “música popular maranhense”, etc.), etc.⁸.

Neste contexto, a abertura de um “dossiê” sobre a idéia de Maranhão, tendo em vista os estudos sobre aqueles grupos de literatos cujo objeto principal das suas obras era o próprio “Maranhão”, mostraria, desde logo, que, fora os estudos de Henriques Leal (1987; 1ª ed.: 1873/75), Antônio Lobo (1970; 1ª ed.: 1909) e Joaquim Vieira da Luz (1ª ed.: 1954; 1ª ed.: 1957), os quais, por sua vez, de algum modo fizeram uma espécie de história dos intelectuais segundo uma idéia de Maranhão que, vista de hoje, o representa como um campo preestabelecido onde a história se desenrolaria, vale chamar a atenção, pelo menos, para **A Ideologia da Decadência** (1ª ed.:1983), de Alfredo W. B. de Almeida, e **Formação Social do Maranhão** (1ª ed.:1993)⁹, de Rossini Corrêa, dois estudos que problematizaram, numa perspectiva antropológica e sociológica, a “invenção” da idéia de Maranhão, seja como parte de um discurso ideológico decadentista originário socialmente dos grandes fazendeiros de escravos e terras dos tempos do algodão (século XIX), seja como mito da singularidade cultural (Atenas brasileira) produzido por elites decadentistas. Neste mesmo sentido ou quase, os dois últimos livros de Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2002; 2006), ao interrogarem os mitos fundadores de São Luís (retomando por conta própria questões presente nos autores mencionados), conduziram

⁸ É difícil não surpreender, à vista deste quadro, a separação (ainda vigente) entre os debates historiográficos, em torno da chamada “Nova História Cultural”, e aqueles, rotulados como “pós-modernos”, sobre o problema do surgimento das novas formas de dominação instituídas por meio da “reprodução cultural”. Os historiadores nada teriam a dizer? O estudo do passado nada teria a ver com problemas “contemporâneos”? Por sua vez, por que os chamados “pós-modernos” pouco analisam obras dos historiadores? A troca entre passado e presente se tornou mesmo impossível, não simbolizando nada além de simulacros? Não seria exatamente porque os tempos do “aqui e agora” são impostos como “presente eterno”, como impossibilidade extrema, que a história, redimensionada em seu “ser” mesmo, poderia pelo menos começar a expressar essa questão? Por que não fazer como aqueles “narradores” que, diante do impasse da história e da sua narrativa, começaram a expor e descrever o próprio impasse? Para uma idéia inicial do debate pós-moderno: **Pós-modernismo e política** (Hollanda, 1991); para um posicionamento importante a partir da história: **O fio e os rastros** (Ginzburg, 2007).

⁹ O livro foi originariamente dissertação de mestrado em sociologia, apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, em 1982.

a uma compreensão mais rica do jogo de interdependência entre mito e história da fundação da cidade. Explorado em seus rebatimentos recíprocos, as oposições simples são contornadas e a análise ganha mais densidade. A nosso ver, há que se partir daí para pôr em questão a representação do “Maranhão” enquanto campo de demarcação seja da ideologia, seja do mito, pois, nos termos dela, as respostas nunca deixarão de ser repetições do mesmo, como se fossem alternativas impostas por um jogo de “cartas marcadas”. Houve decadência ou não? Era Atenas ou não? As origens eram portuguesas ou francesas? ¹⁰.

Diante disso o que fazer (ou não fazer)? E, principalmente, como fazer?

Diante do assunto “Maranhão” retomamos os textos de João Francisco Lisboa. Neles, são levadas em conta as analogias entre o passado e o presente da Província, a necessidade de pensá-la por dentro e por fora, o conhecimento dos dados locais, a adoção de postura “teórica” não exclusivista e o desenvolvimento de um modo particular de narrar os acontecimentos. Neste sentido, o “capítulo” sobre João Lisboa obedece a razões internas ao tema e de procedimento: ele é reconhecido como uma das principais testemunhas da “gênese” da Província e posto de observação estratégico. Em larga medida, projeta-se sobre o Maranhão da **Crônica Maranhense** o olhar crítico do **Jornal de Timon**, tal como estudado em outra ocasião ¹¹. Timon expressou um estado básico de “transe” permanente (o povo-nação que não há, mas deve existir) envolvendo impasses políticos, históricos e étnicos: plano onde se “é e não é”, há e não há povo, nação, partidos, eleições, ideologias ¹². Constituiu “memória do

¹⁰ Nos termos de Žižek, falando da falsa escolha entre “democracia ou fundamentalismo” nos tempos de agora, se poderia sem dúvida dizer que, no caso dos “maranhenses” ou dos estudiosos do “Maranhão”, o problema não está em escolher um ou outro de tipo de resposta como ponto de partida da pesquisa, mas na proposição da pergunta em si (2003, pp. 17-18).

¹¹ Cf. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa** (Soares, 2002).

¹² Nesse sentido, somos da opinião de que a consciência “realista” do Timon é “precursora” remota de um tipo de consciência dilacerada como a do personagem Paulo Martins em **Terra em Transe**, alegoria cinematográfica do “subdesenvolvimento” de Glauber Rocha, onde é focalizada a campanha eleitoral na Província do Alecrim,

presente” ao se instalar na “fronteira” dessa questão, tornando-se aí, na sua solidão de “misanthropo”, um “catalizador”. Como tal foi capaz de contornar a “história” e o “mito”, fazendo convergir um na direção do outro (no exemplo maior do “romance histórico” das eleições). Aquilo que foi chamado de “alegorização” da história foi também “historicização” da alegoria (Barbosa, 1967). Timon, paradoxalmente, foi a consciência da impossibilidade da “tomada de consciência” (caso de “consciência possível”, como foi visto), sem exclusão do próprio João Lisboa.

No entanto, a sua crítica sobre o jogo das relações entre “barbárie” (guerra) e “simulacro” (teatro) na História do Maranhão, caracteriza-se por um tipo de paradoxo onde a exposição da fragmentação conviveu com um tipo de “crença” no Maranhão província (e no Brasil império) que agora se procura analisar e compreender. Não se trata da ilusão “ateniense”, reflexo deformado do “Maranhão” em torno do qual a historiografia mais ou menos se fixou, mas do “Maranhão” como “ideologia de si mesmo”. No interior desta, João Francisco Lisboa expôs as impossibilidades de um mundo de “simulacros” e “barbárie”, compondo um “bloco de coexistência”, uma “relação de movimento e de repouso” que deu complexidade única ao seu pensamento.

pertencente ao país de Eldorado. (o cineasta, durante a elaboração do filme, esteve no Maranhão documentando a campanha eleitoral que resultou na vitória de José Sarney ao governo do Maranhão).

1. INVENÇÃO ESQUIZOFRÊNICA DA ORDEM

1.1 REGÊNCIA

Aproximações historiográficas

Abordamos, de início, o campo das várias percepções a partir do qual as regências constituíram um “período histórico” para historiadores e estudiosos em geral, indicando ao mesmo tempo as relações de forças, tendências e contradições subjacentes ao período e especialmente à conjuntura dos anos de 1838-1841, marcos cronológicos desta pesquisa. Pensar as regências foi ganhando foros de reflexão sobre a Formação do Brasil como Estado e como Nação (Jancsó, 2003).

Nosso fio condutor, embora não único, são as pioneiras análises historiográficas de José Honório Rodrigues em seu clássico **Teoria da História do Brasil** (5ª ed., 1978), elaboradas na década de 1940 (1ª ed., 1944), sobre grandes obras de interpretação da História do Brasil. Inspirado na idéia de “espírito de época” (Rodrigues, 1978, p. 144), de Troeltsch, ele analisou as periodizações da História do Brasil na historiografia brasileira, em torno da qual procuramos indicar a questão mais específica da regência. Aliás, o problema da periodização da História do Brasil seria inicialmente formulado por Januário da Cunha Barbosa no final dos tempos regenciais, precisamente em 1º de dezembro de 1838, na primeira sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Desde então, vários historiadores propuseram outras periodizações. Nelas, as regências foram se configurando como instante decisivo.

O primeiro foi o general José Inácio de Abreu e Lima. No **Compêndio da História do Brasil** (1843) dividiu a História do Brasil em oito períodos,

sendo o oitavo ou último definido como “Menoridade. Administração da Regência. A maioria”. Para José Honório, periodizações como esta eram de “caráter político-administrativo” e muitas vezes confundiam “divisões por época e efemérides”. Martius, em **Como se deve escrever a história do Brasil**, escrito em 10 de janeiro de 1843 e publicado na Revista do IHGB em 1845, embora não sugerisse uma periodização, esboçou um conjunto de questões a partir do qual ela ganharia consistência. Afirma Rodrigues: “É evidente que se Martius não propôs classificação alguma de épocas ou períodos, suas idéias serviram muito para daí em diante relacionarem-se os fatos, agrupá-los e portanto, dividi-los sob melhor critério”. O problema da periodização não seria equacionado pela **História Geral do Brasil** (1854-57), de Francisco Adolfo de Varnhagen, que representou avanço do ponto de vista da pesquisa documental, porém limitou-se a velha “cronologia” e a investigar questões já levantadas por Martius: “Varnhagen obedeceu quase exclusivamente á cronologia, a que todos obedecem, mas sem periodizar”. Em 1855, Justiniano José da Rocha, em **Ação: Reação: Transação. Duas Palavras acerca da atualidade política do Brasil**, propôs uma “divisão puramente cronológica, baseada em ações e reações da vida política”, composta de quatro fases, duas pertencentes às regências: a do “triunfo democrático incontestado” (1831-1836), e a da “luta de reação monárquica, acabando pela maioria” (1836-1840). José Honório viu nessa periodização a expressão de uma “visão excessivamente contemporânea da vida política, mas também muito valiosa como sugestão para o estudo da nossa história”

¹. Mas foi Capistrano de Abreu quem soube, pela primeira vez, abordar o assunto, dando um passo à frente. Em 1882, em artigo sobre o Visconde de Porto Seguro, propôs dividir a História do Brasil em “seis períodos”,

¹ Veja as análises de Izabel Marson e Lúcia Guimarães sobre esta obra referencial para o estudo das regências; obra que, no exame da segunda, é fruto de uma “pena de aluguel”. Cf. Marson, Izabel A., “O Império da Revolução: Matrizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica” in: Freitas, Marcos C. (org.), **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo, Contexto, 1998. Guimarães, Lucia M. Paschoal, “*Ação, reação e transação*: a pena de aluguel e a historiografia” in: Carvalho, José M. (org.), **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

levando em conta tanto aquilo que dava a cada um suas “feições congêneres” quanto os “caracteres que os separam profundamente”. Nestes termos, as regências não comporiam um “período” à parte, mas fase decisiva do penúltimo período da História do Brasil: aquele que “começa em 1808” e vai até “1850”, quando tem início um “novo período”, o “centralista, imperialista ou industrial”². O período da “decomposição do sistema colonial”, diz o historiador, “iniciou-o D. João VI e continuou-o D. Pedro I. A Regência concluiu com seus códigos e D. Pedro II com a debelação das tentativas separatistas”³. Nesta perspectiva, a nosso ver, não seria possível caracterizar as regências propriamente como “período regencial”, mas sim como um instante do período de “decomposição do sistema colonial” – essa sim a tendência que daria feição singular ao espaço de tempo compreendido entre 1808 e 1850. Ocasão que, nos termos de Capistrano, se caracterizaria, sobretudo, por mudanças no campo dos códigos. (Rodrigues, 1978, pp. 126-7; 129-135)

José Honório viu nas obras de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda “novos critérios de pesquisas e interpretação”, os quais, à semelhança de Martius na década de 1840, levariam à reordenação da História do Brasil. **A evolução do povo brasileiro** (1922), de Oliveira Viana, malgrado o racismo, “representou uma contribuição muito importante para a periodização da nossa história” (Rodrigues, 1978, p. 141). As regências foram abordadas na terceira parte, intitulada “Evolução das Instituições Políticas”, nos capítulos XIII a XXIV denominados “O Período Imperial”. Para Oliveira Vianna,

O período regencial vale como uma contraprova... [da] poderosa ação de presença, exercida pela pessoa do monarca sobre a massa nacional. Há, nesse período, como que um eclipse da pessoa real, representada, aliás, por uma ficção

² Recorte aceito posteriormente por Caio Prado Jr., na **História Econômica do Brasil** (1ª ed., 1945), e rebatizado como “A Era do Liberalismo”. (Prado Jr., 1984, pp. 123-153.)

³ Vale lembrar aqui de Fernando Antônio Novais, para quem o período da “crise” do antigo sistema colonial se inicia em 1777 e encerra em 1808. Cf. Novais, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1983.

constitucional, na Regência trina e, depois, na Regência una. Mas, apesar da ficção constitucional, essa falta do Rei na direção efetiva do Império basta para que os velhos particularismos provinciais encham o país, do norte ao sul, com o estrondo das suas explosões. O período regencial é, por isso, a época da mais intensa exacerbação do espírito provincial. *Para impedir a fragmentação do país se faz preciso o apelo ao golpe de estado, com que se epilogou o chamado movimento da Maioridade.* (Vianna, 1956. p. 258. negrito em itálico do autor).

Vianna caracterizou a regência como “contra-prova” da necessidade inescapável do Rei. Paradoxalmente, a “falta” ou “ausência” da figura do rei (e seus efeitos correlatos: particularismos, espírito provincial, fragmentação) mostraria essa necessidade, justificando o “golpe de estado” da Maioridade e encerrando a “ficção constitucional” da regência. Além de enfatizar a figura do rei no projeto imperial, Oliveira Vianna distinguiu o “poder da aristocracia nacional”, de onde saíram os “construtores da nacionalidade” (1956, pp. 246-249). Em sua visão grandiosa, quase épica, dos homens de Estado, estes já aparecem na constituinte de 1823: os Andradas, os futuros Cairu, Caravelas, Olinda, Inhambupe, Jequitinhonha, Sapucaí.

Todos, grandes espíritos, grandes culturas, grandes parlamentares, grandes juristas, grandes homens de estado, que haviam de encher com a sua soberba atividade todo o I Império, o período tumultuário e brilhante da Regência e mesmo, como OLINDA, por exemplo, os primeiros anos do II Império. (Vianna, 1956, p. 249).

Em suma, para o autor mencionado o período da regência foi uma espécie de “prova dos nove” crucial para o projeto de construção da unidade nacional. Neste sentido, além da reforma legal foi decisivo o papel de sujeito exercido pela aristocracia. Lançando um olhar mais sociológico sobre o significado político e jurídico da regência, Oliveira Viana destacou, em meio à fragmentação provocada pelo “eclipse” do rei, o papel de uma “aristocracia nacional”, camada onde situou as origens sociais de um projeto monarquista nacional. Traço – esse da ausência do

rei - que talvez singularizasse as regências, dando-lhes as feições próprias de um período no sentido buscado por José Honório.

Com **Casa Grande & Senzala** (1933), **Sobrados e Mocambos** (1936) e **Ordem e Progresso** (1959), afirma José Honório, Gilberto Freyre não apenas avançou a compreensão do problema da periodização da História do Brasil como praticamente cumpriu os programas de Martius e de Abreu e Lima, elaborados na década de 1840. Pela “primeira vez o velho plano de Martius, do estudo do indígena, do colonizador português e do escravo negro na formação da família e da sociedade brasileira é plenamente realizada” (Rodrigues, 1978, p. 142). Na trilogia de Gilberto Freyre a História do Brasil foi dividida em três grandes períodos:

Teremos a primeira fase colonial, de formação da família brasileira, sob a base da economia patriarcal, seguida de uma fase de transição, onde se estuda a decadência do patriarcado rural no Brasil e o sentido em que se modificou a paisagem social brasileira durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, para nos dar, com *Ordem e progresso*, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Rodrigues, 1978, p. 142).

Neste ponto de vista, as regências aparecem como momento do segundo período analisado em **Sobrados e Mocambos**, onde o autor escreveu:

O período antes sociológico que cronológico de formação social do Brasil [...] por um lado continuou um período de integração: durante ele é que se consolidou a sociedade brasileira, em torno de um Governo mais forte, de uma Justiça mais livre da pressão dos indivíduos poderosos, de uma Igreja também mais independente das oligarquias regionais e mais pura na vida dos seus padres. [...].

Por outro, foi um período de diferenciação profunda – menos patriarcalismo, menos absorção dos filhos pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo – da mulher, do menino, do negro – ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria, mais doença. Mais velhice desamparada. Período de transição. O patriarcalismo urbanizou-se. (Freyre, 1985, pp. 21-2).

Por essas citações é possível situar as regências como um período marcado pela urbanização do patriarcalismo. Tempo essencialmente de passagem, caracterizado pelas tendências da integração e da diferenciação. Diz ainda Gilberto Freyre,

Período de equilíbrio, entre as duas tendências – a coletiva e a individualista – nele se acentuaram alguns dos traços mais simpáticos da fisionomia moral do brasileiro. O talento político de contemporização. O jurídico, de harmonização. A capacidade de imitar o estrangeiro e de assimilar-lhe os traços de cultura finos e não apenas os superficiais (1985, p. 22).

Para Freyre, essa capacidade do brasileiro de imitação e assimilação da cultura estrangeira precisaria ser discutida (e foi, como veremos à frente, por Sérgio Buarque de Holanda, embora noutra perspectiva), pois nem sempre os “homens das gerações novas” eram compreendidos em seu tempo, vistos apenas como figuras “postizas”. Chegavam a irritar o padre Lopes Gama por seus hábitos e gestos (indumentária, comportamento em relação aos mais velhos e em relação à Igreja) (1985, p. 23). Eram essas pessoas, diz Freyre,

os bacharéis e doutores formados nos princípios do século XIX, vários deles educados na Europa: homens do tipo de Araújo Lima, dos Andradas, de Manuel Ferreira da Câmara, de Francisco de Melo Franco, de Francisco e Sebastião do Rego Barros (1985, p. 23).

Nessa perspectiva, as regências compuseram um momento da “decadência do patriarcado rural”. Como se nota, opinião oposta à de Oliveira Vianna, que, nelas, preferiu ver fase de afirmação da aristocracia. Há em comum entre os dois intérpretes o domínio do olhar sociológico, embora, num caso, os homens de Estado sejam enfatizados e, no outro, o patriarcado. Trata-se de problema relevante a partir do qual se pode pensar um “período”, mas, não é possível particularizar nele o “espírito de época” do Brasil das regências.

Com **Raízes do Brasil** (1936), ensaio de interpretação ao mesmo tempo sociológico e histórico de Sérgio Buarque de Holanda, a periodização da

História do Brasil ganharia novo ângulo: o da Abolição da escravatura (1888). A partir dele, Sérgio Buarque veria dois grandes períodos, o primeiro caracterizado pelo domínio agrário e o segundo pelo domínio urbano (Rodrigues, 1978, pp. 142 -3). A passagem de um domínio ao outro seria marcada pela tendência do surgimento de uma nova nobreza, residindo agora nas cidades, como ressaltou Freyre, uma aristocracia urbana. Para Sérgio Buarque, porém, nesta travessia, muitos não souberam “conformar-se logo com as mudanças” decorrentes da migração forçada da família real, em 1808, e principalmente pela independência e pelas crises da Regência. A nobreza urbana e letrada não teve “reação sã e fecunda”, procurando dominar e corrigir a realidade, mas tendeu a se distanciar da “massa brasileira”. Sem definição de um quadro de “apogeu” ou de “decadência”, conforme Vianna ou Freyre, o mundo da cidade provocaria nela uma “crise subterrânea, voraz”. Alheamento ao mundo circundante, preconceito contra o trabalho e estudo acurado, erudição formal e exterior, bovarismo, superfetação, desencanto precoce, devoção exagerada aos livros conformaram algumas das características da nova aristocracia do espírito (2006, pp. 177-84). Sérgio Buarque enfatizou a continuidade das condições geradas pela colonização portuguesa, impondo limites aos movimentos políticos ocorridos na primeira metade do XIX e dando-lhes muitas vezes caráter puramente superficial, vários dos quais foram conduzidos por pessoas da chamada nobreza da terra. Como diz o historiador,

[o] caráter puramente exterior, epidérmico, de numerosas agitações ocorridas... durante os anos que antecederam e sucederam à Independência, mostra o quanto era difícil ultrapassarem-se os limites que á nossa vida política tinham traçados certas condições específicas geradas pela colonização portuguesa (2006, p. 87).

Apontava assim limites à desagregação do sistema colonial e à independência da nova “burguesia urbana”, vista como grupo improvisado. A “ditadura” dos domínios rurais manteve-se depois da independência (2006, pp. 87 e 89). Diferente de Freyre, Sérgio Buarque viu na perda da

“sinceridade” um dos principais efeitos do choque abrupto da urbanização em um ambiente dominado pela fazenda, a partir da chegada da família real do Brasil em 1808.

Aqueles pioneiros de nossa Independência e da República que em 1817 não desejavam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora não reconhecessem o direito dessa situação, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais prudentes preferiram não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. Não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia. (2006, pp. 205-6)

As elites perdiam o realismo. Eram escravistas e não se assumiam como tais. Seu desencontro com a realidade nasceria, na primeira metade do XIX, do choque entre o mundo tradicional da fazenda e a urbanização incipiente. Inspirados por um “demônio pérfido”, diz o notável historiador, “os homens se vêem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas” (2006, p. 208). Desse ângulo da questão, a regência, sem também compor um período próprio, seria um **instante de intensas contradições** entre o mundo real e o mundo ideal das elites.

Aqui chegamos ao fim das análises historiográficas de José Honório Rodrigues sobre obras matriciais para a periodização da História do Brasil. Impossível deixar de notar que neste capítulo das periodizações ficaram de fora da **Teoria da História do Brasil** pelo menos as obras de um autor decisivo. Foi o caso de **A Evolução Política do Brasil** (1933) e, sobretudo, **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942), de Caio Prado Jr.

⁴. Como José Honório certamente as conheceria, é provável que não visse

⁴ No primeiro, Caio Prado aplicava a categoria da “luta de classes” para compreender a História do Brasil. O chamado “período da Menoridade” era caracterizado como fase de “hesitações, de reagrupamento de forças dispersas pela abertura do novo ciclo histórico

nelas avanço efetivo em relação ao seu problema. Mesmo assim, suas análises, se não visaram especialmente o período regencial, ajudaram a colocar a questão do modo como tais obras se depararam com as regências. Disso tudo resulta pelo menos uma conclusão plausível. Diluídas no interior de um espaço de tempo mais abrangente por essas periodizações, as regências aparecem essencialmente como **hora de passagem**, enquanto parte do período da desagregação do sistema colonial (Capistrano) e do deslocamento do mundo rural para o urbano, isto é, do domínio do patriarcado agrário para o da burguesia urbana (Freyre, Holanda). Nesse sentido, poderíamos dizer que a **urbanização** (Sérgio Buarque), nos marcos da formação do Estado e da Nação, configura o aspecto novo a ser levado em consideração na periodização dessa História, uma vez que para ele já apontavam a desagregação do sistema colonial (Capistrano) e a decadência do patriarcado rural (Freyre). Tais tendências, é claro, não eram exclusivas dos tempos regenciais, os quais foram para elas apenas instantes intensos de um momento decisivo.

Depois das análises pioneiras de José Honório Rodrigues, outras obras surgiram, destacando-se pelo menos três: **Os Donos do Poder**, de Raymundo Faoro, **Formação econômica do Brasil**, de Celso Furtado, e **Formação da Literatura Brasileira**, de Antônio Candido. Todas foram publicadas no final da década de 1950. Não conhecemos análises de José Honório que discutam as periodizações nestes estudos. Ao contrário de Caio Prado Jr., em **Formação do Brasil Contemporâneo**, e Antônio Candido, no livro referido, que estudaram “momentos decisivos” da formação do Brasil, evitando nessas obras o gênero das “histórias gerais”, Raymundo Faoro e Celso Furtado adotaram a perspectiva da longa duração nos seus estudos. Embora não se detenham especificamente sobre as regências, elas não deixam de ter relevância para suas problemáticas. Para Faoro, como indicaremos mais à frente, as regências, principalmente em seus anos finais, foram um instante decisivo para a configuração do

que assinala a abdicação do primeiro imperador: a consolidação definitiva da independência nacional” (1969, p. 77).

império brasileiro. Para Furtado, nas regências, a grande lavoura cafeeira escravista e exportadora do vale do Paraíba, se estabeleceu como eixo principal da economia do Império. Para Candido, foi nas regências que começou a se configurar uma nova fase do “sistema literário” nacional, a romântica, com “Suspiros Poéticos e Saudades” de Domingos José Gonçalves de Magalhães (aliás, o mesmo que acompanhou Lima e Silva, como secretário de governo, na sua missão pacificadora ao norte do Império). Em todos eles, com maior ou menor importância, as regências foram percebidas como tempo de passagem crucial da **Colônia à Nação**.

Regência Araújo Lima: regresso e origens do império

A Regência de Araújo Lima, geralmente considerada como fase do **regresso conservador**, ocupou um lugar especial nessa demarcação historiográfica do “período regencial”. Iniciada em 1837, após a renúncia de Feijó e findada em julho de 1840 com o Golpe da Maioridade, foi olhada como instante decisivo da gestação das bases do Estado imperial. Etapa caracterizada pelo recuo das tendências descentralizadoras e avanço da centralização, com ela se encerrando o tempo das regências e se iniciando o tempo “saquarema” do Segundo Reinado (Mattos, 1987). Nessa perspectiva pôs-se novamente em questão o conjunto das leis aprovadas nos começos da regência: o Código do Processo Penal, a Interpretação do Ato Adicional, a Reforma da Guarda Nacional. 1839, em particular, foi o ano em que se debateu intensamente a Lei de Interpretação do Ato Adicional, confrontando-se “abrilistas” e “regressistas” no parlamento⁵. A Regência Araújo Lima marcou a derrota do programa “abrilista” de construção do Estado-nação (Challandes, 2002) e a vitória do projeto mais conservador de construção da ordem imperial⁶. O Golpe da Maioridade,

⁵ Estudioso desse debate, Jean Philippe Challandes diz que ele era “muito simbólico do período estudado”, pois buscou “estabelecer tanto uma hierarquia entre os poderes monárquicos e aqueles que emanavam da nação, quanto entre os poderes executivos e legislativos, e resultou em diferentes variantes do sistema monárquico constitucional, com cada um estabelecendo sua própria ordem de prioridades.” (2002, p. 95).

⁶ Ilmar R. de Mattos situa nos finais da Regência o começo da atuação dos Saquaremas objetivando, “a partir da Coroa, uma restauração” (1987, p.220). Ao analisar as diferenças e semelhanças entre “luzias” e “saquaremas” este autor sublinha que elas

embora planejado e executado pelos liberais, acabou ao final sendo retomado pelos conservadores. 1840, aliás, foi o ano da maioria, da sua articulação e proclamação. Nestes diferentes projetos políticos era determinante a questão das relações entre a Corte e as províncias. A figura do presidente da província, como agente do governo central, era aí estratégica. Peça fundamental para a construção da ordem imperial, havia aqui inicialmente dois tipos de problemas a enfrentar: a) o controle das províncias e sua integração econômica, política e institucional ao Império; b) o controle das revoltas sociais levadas a cabo por escravos e homens livres pobres. A solução do primeiro passava pelo estabelecimento de um “pacto” entre a Corte e os grupos das elites provinciais que demonstrassem força hegemônica e capacidade de controle da província. A solução do segundo passava pela repressão pura e simples, pois não se concebia então, nas elites locais, qualquer outra forma de integração das “classes inferiores” à ordem política e social escravista.

Vejamos três análises que se notabilizaram e que procuraram especificar a conjuntura. Em seguida, a partir do quadro “historiográfico” sobre a regência e em especial sobre o seu momento final, faremos um esforço para indicar o modo como vemos as questões sugeridas por ele. Uma espécie de leitura da nossa leitura.

Faoro: “Reação Centralizadora e Monárquica”

No capítulo IX de **Os Donos do Poder** (segunda edição), Raymundo Faoro examinou o período das regências, situando nele, principalmente na regência de Araújo Lima (1837/40), a gênese do longo “Império” de dom Pedro II. Ele seria fruto do que chamou de “reação centralizadora e monárquica”, caracterizando-a em três planos: geográfico, econômico e legal. No geográfico tratava-se de equacionar a questão da participação das províncias no espaço de poder nacional criado. As províncias

remetiam a uma “visão” forjada na colonização e que, nos começos da década de 1840, apresentava-se como decorrência dos “processos complementares de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial” (idem, p. 112).

rebeladas, diz Faoro, lutavam não pela separação, mas por espaço dentro dos esquemas de decisão, tanto que as revoltas foram protagonizadas, sobretudo, pelas províncias “periféricas” (Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, no norte, e Rio Grande do Sul, no sul).

As revoluções irrompem na linha periférica, associada mas não integrada ao centro... Os ‘cabanos’... os ‘balaíos’... os ‘sabinos’... e os ‘farroupilhas’... sentem-se roubados na partilha do mando com o predomínio do sul ou com o afastamento das influências provinciais (1984, p. 320).

Para Faoro, as regências liberais (a trina e a una de Feijó) basicamente fracassaram em compor um núcleo hegemônico de províncias. Nisso diferente do que ocorreu com o primeiro reinado quando dom Pedro I, em meio às lutas da independência, conseguiria a integração das províncias do norte a partir de uma “aliança geográfica, concertada entre o Rio de Janeiro (a corte e o interior fluminense), São Paulo e Minas Gerais”. Como escreve: “As juntas provinciais e as câmaras municipais” eram os fundamentos “dos interesses congregados, sob a presidência de D. Pedro, num pacto monarquista”. Com a abdicação em 7 de abril de 1831 o pacto ruiu, abrindo-se uma fase da regência marcada por ondas de “localismos”, ou melhor, “provincialismo”, legitimadas pelo Código de Processo Penal e o Ato Adicional. Nesse momento, diz Faoro, o “núcleo central” do império fracassaria em “articular um grupo hegemônico de províncias”, especialmente porque faltou a Feijó a compreensão de que as províncias buscavam não a separação, mas a participação no poder. Contestando Feijó e Euclides da Cunha, diz não haver nesses conflitos uma “luta do centro contra as províncias em busca da separação ou do dissídio entre o litoral e o sertão bárbaro, falsamente identificado o balaio com o cangaceiro”. Para o autor, “as revoltas regenciais traduzem o anseio de conquistar maior integração no comando político, com a conquista do poder de decisão, em benefício da economia local”. A saída para o impasse foi, segundo ele, a invenção do parlamentarismo “estamental”. Basicamente isso significava que a “câmara temporária, controlada pelo senado vitalício, seria o *fórum* onde as partes em litígio se entenderiam,

vigiadas por uma camada social, oriunda da aristocracia improvisada e da burocracia superior” (1984, pp. 315-321). Ou, como reafirma o autor em outra parte:

O principal mecanismo político do Segundo Reinado, o parlamentarismo, fixa-se... em 1837, para uma duração de cinquenta anos, em campo neutro das dissensões provinciais, abrandando o absolutismo do chefe do Estado e aberto ao povo, nominalmente, o processo de circulação das vocações políticas (Faoro, 1984,p. 322).

“Parlamentarismo sem povo... ao influxo dos partidos fundados nas camadas economicamente dominantes, dificilmente discerníveis nos entendimentos e coalizões de cúpula” (idem, p. 323). Em síntese, do ponto de vista “geográfico” (ou geopolítico), as relações entre o império e as províncias não sofreriam, no tempo das regências, de tendências separatistas, mas da inexistência de um espaço político que definisse um novo núcleo de províncias hegemônicas e permitisse o processamento dos conflitos entre elas.

Do ponto de vista econômico, a base do sistema seria o comércio estrangeiro, destacando-se a figura do comissário do café, com o formidável impulso das fazendas de café no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba nos anos de 1820 e 1830. O seguinte trecho resume bem esse entendimento:

O sistema – expresso na corrente que vai da fazenda à cidade – provoca o deslocamento do eixo econômico para a corte. Os interesses de maior vulto se concentram no Rio de Janeiro, onde se aglutinam e se irradiam os elementos geradores de riqueza. A economia gira mais em torno do escravo e da exportação do que da fazenda, dispersa e abandonada a núcleos não associados. (idem, p. 329)

Mais do que as fazendas, o comando da economia exportadora baseada no trabalho escravo pertenceria ao comerciante, exemplarmente representado pelo comissário do café. Em termos da geografia econômica do império,

isso significava que o Rio de Janeiro configurava-se também, não apenas como sede da Corte, mas como principal centro urbano comercial do país. Retomava-se uma espécie de tradição “mercantilista” do Estado. Com isso, comércio e “quadro político-administrativo se reencontram, depois de um período de alheamento, mutuamente se escorando.” (idem, p. 329) Em suma, patrimonialismo mercantil e parlamentarismo estamental formariam duas colunas do Estado em gestação, um no campo das bases econômicas e outro no das disputas provinciais.

Faltaria ainda a pilastra da fundamentação legal, a dos códigos. Este arcabouço se sustentaria em quatro leis: a) a Interpretação do Ato Adicional; b) a reforma do Código de Processo; c) a criação do Conselho de Estado; e d) a reforma da Guarda Nacional. Todas essas leis apontavam numa só direção: o ataque aos localismos e a subordinação dos mandonismos locais e provinciais ao governo central. Das quatro leis, três foram impostas em 1840 e 1841 e uma em 1850. A última, diz Faoro, estabeleceu a subordinação da Guarda Nacional ao ministério da justiça. Aqui, interessa ressaltar as três primeiras, especialmente a do Ato Adicional e a do Código de Processo, e mesmo a da criação do Conselho de Estado, uma vez que foram discutidas e, no caso da referente ao Ato Adicional aprovada ainda na regência de Araújo Lima e no primeiro gabinete da maioria. A Lei de Interpretação do Ato Adicional (12/maio/1840) promoveu a transferência de poderes das assembleias legislativas provinciais para o poder legislativo geral e o controle dos cargos e da polícia pela Corte; a Lei da Reforma do Código do Processo Criminal (3/dezembro/1841) determinou a criação, no município da Corte e em cada província, de um chefe de polícia com delegados e subdelegados subordinados, nomeados pelo imperador e pelos presidentes; a transferência das funções policiais e judiciárias dos juizes de paz para as autoridades policiais; a desvinculação dos juizes municipais e dos promotores em relação às câmaras; a perda da dignidade de justiça popular por parte do júri; a nomeação do inspetor de quartirão pelo delegado de polícia. A Lei de criação do Conselho de Estado (23/novembro/1841)

visava proteger e amparar as decisões do imperador (uma espécie de biombo); junto com o Senado vitalício, o referido Conselho comandaria, sob a autoridade do imperador, a política e a administração do país. Raymundo Faoro vê em tudo isso uma continuidade política que, segundo ele, fora percebida pelos liberais como retorno ao poder dos “absolutistas”. Nas “medidas centralizadoras reconhecerá a volta da facção absolutista, anterior à independência e ao 7 de abril” (1984, p. 334). Quer dizer, sob o aspecto legal, o jurista viu um reforço esmagador da concentração de poderes e atribuições da esfera do governo geral.

Como vemos, trata-se de uma síntese clássica, centrada na questão das origens do Estado imperial brasileiro. Raymundo Faoro, sem deixar de levar em conta o legado das análises anteriores, como que às refaz, atualizando-as, num plano de complexidade superior. Colocando no centro o problema da construção da **hegemonia** (noção cara a Gramsci), define a correlação das forças e tendências que deram feição para um instante originário. A questão “geográfica” do pacto entre as províncias, a das bases econômicas e a dos “códigos”, já indicadas e examinadas em obras como as citadas acima, foram aqui retomadas e integradas num quadro único cujo ator principal é o que Faoro chamou de “estamento burocrático”.

Castro: Araújo Lima e o fim da “experiência republicana”

O tomo II, vol. 2, de **Brasil Monárquico - Dispersão e Unidade**, da HGCB (coordenado por Sérgio Buarque de Holanda), forneceu um quadro geral e regional da Regência. No estudo que formulou a visão de conjunto sobre as regências, o de Paulo de Castro, elas foram analisadas como **experiência republicana** cujo fracasso resultou na centralização monárquica. Nestes termos é que foram percebidas como momento de construção das bases políticas do Estado nacional, tendo na articulação entre os diferentes grupos políticos provinciais, incluindo aí a questão das relações entre o norte e o sul do Império, um dos seus aspectos mais

importantes. Como se sabe, a tendência geopolítica ocorreu no sentido da fixação da sede do governo geral no “sul” do Império. Tendência impulsionada pela transmigração da Corte, de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, e o surgimento do café nesta província como novo produto de exportação, nas décadas de 1820/40. Ao mesmo tempo, a crise do açúcar e do algodão, principais produtos de exportação do norte (Bahia, Pernambuco, Maranhão), favoreceu o deslocamento na posição dessas províncias. Neste quadro, oriunda de dentro das regências, a monarquia constitucional, com poder moderador, conselho de estado, senado vitalício, bipartidarismo, centralização, etc., surgiu como forma politicamente segura de arbitrar as lutas entre os diferentes grupos das classes dominantes. Conservadores e liberais poderiam lutar e se alternar sem por em perigo a ordem política e social. O escravismo especialmente estaria preservado e o risco “Haiti” eliminado. (Castro, 1985, pp.10-67).

Começada em setembro de 1837 com a queda de Feijó e encerrada em julho de 1840 com a proclamação da Maioridade de dom Pedro II, a Regência de Araújo Lima viu quatro gabinetes ou ministérios⁷, o mais importante e longo foi o chamado “ministério parlamentar” liderado por Bernardo de Vasconcelos, acumulando em suas mãos as pastas do império e da justiça. Deixa entender Paulo de Castro que se essa regência se

⁷ Segundo Max Fleiuss, os gabinetes foram os seguintes: **Gabinete de 19 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839**, o “Ministério das Capacidades”, com os seguintes ministros: Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos (interino); Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos; Estrangeiros, Antonio Peregrino Maciel Monteiro; Fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida; Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres; Guerra, Sebastião do Rego Barros (substituído por Joaquim José Rodrigues Torres em 5/mar./1839). **Gabinete de 16 de abril a 1 de setembro de 1839**: Império, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (interino); Justiça, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque; Estrangeiro, Candido Baptista de Oliveira (interino); Marinha, almirante Jacintho Roque de Senna Pereira (substituído por João Vieira de Carvalho em 10 de maio). **Gabinete de 1 de setembro de 1839 a 18 de maio de 1840**: Império, Manuel Antonio Galvão (substituído interinamente por Francisco Ramiro de Assis Coelho em 2 de maio de 1840); Justiça, Francisco Ramiro de Assis Coelho; Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama; Fazenda, Manuel Alves Branco; Marinha, almirante Jacintho Roque de Senna Pereira. **Gabinete de 18 de maio a 24 de julho de 1840**: Império, Caetano Maria Lopes Gama (substituído por Paulino José Soares de Sousa em 23 de julho); Justiça, José Antonio da Silva Maia (interino, foi substituído por Paulino José Soares de Sousa em 23 de julho); Estrangeiro, Caetano Maria Lopes Gama; Fazenda, Jose Antonio da Silva Maia; Marinha, almirante Jacintho Roque de Senna Pereira (substituído por Joaquim José Rodrigues Torres em 23 de maio); Guerra, general Salvador José Maciel. (1922, pp. 184-85).

perdeu muito em função do personalismo de Pedro de Araújo Lima, foi com ela que se definiu o programa da “reação conservadora”. O historiador indica as bases sociais e políticas desse programa, assim como seus instrumentos. Sem privilegiar o papel de um “estamento burocrático”, como em Faoro, acentua a aliança entre “oligarquias” e “magistrados”, estes atuando como representantes daquelas na Corte. As oligarquias eram compostas de um conjunto de famílias poderosas do Rio de Janeiro, São Paulo (e também Minas). Segundo Paulo de Castro, a partir da base “oligarquia-magistrados” do Rio e de São Paulo foram propostas duas reformas fundamentais no campo legal: a da Interpretação do Ato Adicional, discutida durante o ano de 1839 e promulgado em 12 de maio de 1840 antes da Maioridade, e a da Reforma do Código de Processo Criminal proposta em 1839 e aprovada em dezembro de 1841, depois da Maioridade. O historiador indica que esse programa teve em Vasconcelos e Paulino de Sousa seus principais intelectuais. Paulino de Sousa, em particular, é visto como o principal “teórico” da Lei de Interpretação do Ato Adicional. Reconhece o autor que no centro do programa estava a questão das relações entre a Corte e as províncias, isto é, do domínio das províncias pela Corte. No plano jurídico, as medidas possibilitavam a “centralização”, ou seja, a passagem do controle do “sistema da justiça e da polícia” das províncias para a Corte. As mudanças feitas no Ato Adicional, afirma Castro, transferiram “para o governo central todo o sistema judicial e policial”. No caso da Reforma do Código do Processo Criminal, ela “anulava o princípio eletivo do sistema judicial, subordinando-o inteiramente à magistratura togada”. Era um programa que atingia, em cheio, as “relações entre a Assembléia Provincial e o governo central”. De outra maneira que não a de liberais como Teófilo Otoni, buscava-se estabelecer a “ascendência moral do Governo nas províncias”, a qual dependia, segundo o mesmo Otoni, “principalmente da escolha de delegados esclarecidos e fiéis” (Castro, *ibidem*, pp. 56-7). Em suma, nos termos do nosso autor,

[a] centralização do sistema judiciário e policial, que as reformas pressupunham, atendia a... grandes interesses que, por intermédio da oligarquia, poderiam assim manter sob seu domínio político aquelas províncias, baseadas em Costa Carvalho em São Paulo e na aliança com Honório e Vasconcelos em Minas (idem, p. 58).

Carvalho: regência de Araújo Lima e construção da ordem imperial

Cuida-se de indicar o lugar da regência, a de Araújo Lima em especial, no **A Construção da Ordem**, de José Murilo de Carvalho, obra fundamental sobre o Estado imperial. Diferente dos olhares sociológicos de Oliveira Viana e Gilberto Freyre e semelhante ao de Raymundo Faoro, o olhar aqui é, sobretudo, “político”. Faoro havia distinguido o papel, não tanto de uma “aristocracia nacional”, mas de um “estamento burocrático”, enquanto Paulo de Castro retomou a noção de “oligarquia”. José Murilo de Carvalho, discordando embora da terminologia de Faoro, enfatiza a “elite política” como ator fundamental da construção do Estado. Localizada no topo de uma burocracia imperial nem racional nem estamental, mas caracterizada por uma “dialética da ambigüidade”, ela compunha a chamada “burocracia política”, formada de ministros, presidentes da província, conselheiros de estado, senadores, deputados, generais, desembargadores, etc. Analisando quadro das ocupações oriundas do “governo”, das “profissões liberais” e da “economia”, José Murilo pode concluir: o “ponto que nos parece mais importante... se refere à predominância quase absoluta de burocratas no governo durante os anos cruciais de formação do Estado” (1980, p. 80). Isto é, predomínio e nacionalização de burocratas no governo durante os anos mencionados, fase em que predominariam as funções dos setores de repressão e extração da burocracia imperial. No capítulo “Juizes, padres e soldados: os matizes da ordem”, o autor indicou a existência de diferenças importantes entre tais setores burocráticos, embora todos estivessem comprometidos com a “ordem”. Dos três grupos analisados, os magistrados eram os mais coesos em termos da “socialização e treinamento”, fatores mais estratégicos do que a “origem social” na constituição de uma elite política como a do

império brasileiro. Na fase decisiva da “construção da ordem”, a da “acumulação primitiva do poder” (idem, p. 90) correspondente à primeira metade do século XIX, a “educação”, a “ocupação” e a “carreira política” deram a eles uma consistência do ponto de vista ideológico e da ação que não se percebeu nos padres e militares. Segundo José Murilo, embora estes tivessem participação essencial, em suas rebeliões em particular, especialmente na regência, os magistrados eram os mais habilitados para as tarefas de construção da ordem. Os padres eram marcados pela dupla lealdade (ao Estado e à Igreja), por uma educação que desconhecia o direito romano, em geral se formaram no Brasil e muitos, a maioria, pertenciam às classes dominantes (fazendeiros, etc.), eram identificados às idéias da Revolução Francesa e mantinham certa proximidade dos movimentos populares, embora mais no campo político do que no social. Os militares (os oficiais) tinham outra educação também, em escolas locais, e se viam às voltas com suas divisões internas entre oficialato e soldados. Na regência, as diferenças se acentuariam, com os oficiais indo para a direção da “ordem” e os soldados para as rebeliões em aliança com o “povo”. Em suma, na fase originária do Império, do ponto de vista da educação e formação ideológica, a elite política que comandava o topo da burocracia governamental, em especial os setores da repressão e a da extração, era dominada pela geração de Coimbra. Por conhecerem os códigos e as leis, e dado o grau de identificação em vista da formação educacional, os magistrados sobressaíram-se neste instante. Para José Murilo, a construção da ordem foi produto de uma aliança da elite política, sobretudo o seu grupo de magistrados, com as classes dominantes (fazendeiros e comerciantes), especialmente as das províncias cafeeiras.

Um dos espaços de atuação dessas elites eram os partidos políticos, cujo surgimento e evolução, composição e programas o autor examinou. A gênese dos dois principais partidos do sistema político imperial ocorreu no final da Regência: “Até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil” (idem, p. 158).

As conseqüências da descentralização efetivada pelo Código de Processo Criminal de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência é que iriam, ao final da década, possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com alguns altos e baixos, dominaram a vida política do império até o final. (idem, ibidem)

E diz mais o autor:

O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal, Bernardo Pereira de Vasconcellos, e se propunha reformar as leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcellos de Regresso. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado Partido Liberal (idem, ibidem).

José Murilo, além de indicar o final da regência como instante da gênese dos dois principais partidos do império, aponta para uma das questões que estavam nas raízes do seu nascimento e, basicamente, os dividiam: o caráter centralizador ou descentralizador das leis fundamentais da nova ordem. Nesse aspecto, os conservadores eram centralizadores e os liberais, descentralizadores. Escreve o autor:

Até a publicação do programa do Partido Progressista em 1864, as divergências entre liberais e conservadores se prenderam quase que totalmente aos conflitos regenciais entre as tendências de centralização e descentralização do poder, corporificadas nas leis descentralizadoras de 1832 e 1834 e nas leis do Regresso de 1840 e 1841 (idem, p. 159).

Levando em conta a origem social, as elites políticas e as origens regionais, o autor indaga sobre quem eram os partidos conservadores e os partidos liberais, adensando a análise. Os conservadores, em sua maioria, compunham-se de uma “coalizão de burocratas e donos de terras”, oriundos principalmente das províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Os liberais, em sua maioria, compunham-se de uma “coalizão de profissionais liberais”, oriundos principalmente das províncias de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e o restante das províncias. O Rio de Janeiro foi a província onde melhor se realizou a coalizão envolvendo

“burocratas, comerciantes e proprietários rurais” (p. 172). (Idem, pp. 165; 167; 169; 172)

Examinado ainda essas combinações segundo as questões da centralização política e da abolição, temas chaves nos momentos da construção e da reforma do Estado, José Murilo esclarece no primeiro caso:

Se tomarmos... o tema da formação do Estado imperial ou, simplesmente, o tema da centralização política, veremos que o apoio básico para este processo veio do Partido Conservador, mas com importantes distinções. O núcleo dos construtores do Estado imperial nas décadas decisivas de 1830 e 1840 era formada por uma coalizão de burocratas, principalmente magistrados, e setores de proprietários rurais, principalmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de comerciantes das grandes cidades. Os burocratas, formados na longa tradição absolutista portuguesa, foram os principais teóricos e implementadores da política centralizadora. A eles se uniram, pelo final da década de 1830, após a frustrada experiência republicana da Regência, setores de proprietários rurais mais interessados na ordem a nível nacional e comerciantes prejudicados pela agitação urbana (idem, p. 171).

Aqui, temos o quadro político do final da regência e começo do segundo reinado. Nele, a noção de “domínio dos magistrados” é básica, pois, segundo José Murilo de Carvalho, nessa hora, foram eles os principais promotores da acumulação do poder imperial. Leia-se esta passagem onde se diz o essencial:

O aumento dos magistrados e redução dos padres coincidiu com o Regresso conservador iniciado com a renúncia de Feijó em 1837, eleito sob o signo desse movimento mostra claramente a mudança. O Regresso teria sem dúvida apoiado fortes interesses econômicos do grande comércio urbano e da grande agricultura de exportação, mas os instrumentos de formulação e execução das reformas foram os magistrados, com Vasconcelos e Uruguai à frente [...] (idem, p. 84).

A reação centralizadora e monárquica puxada pelos magistrados durante a regência de Araújo Lima foi uma espécie de arrancada da acumulação de poder.

1.2 VIOLÊNCIA E MALANDRAGEM NA CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO

Partimos de um olhar histórico (Capistrano, Paulo de Castro), passamos por um olhar sociológico (Viana, Freire) e chegamos a um olhar político (Faoro, Carvalho). Na verdade, são três tipos de olhares, que muitas vezes se cruzam (caso de Sérgio Buarque). A partir daqui tentaremos explorar outro ângulo de análise nessa discussão sobre a constituição das regências como “período histórico” e a sua demarcação, especialmente da regência de Araújo Lima, como instante decisivo da construção do Estado imperial. Para além da pretensão vã de fazer tabula rasa dessas análises, trata-se de ensaiar leitura que possa produzir torções ou variações nos modos de percepções habituais. Não é o caso de pensar como se toda uma tradição de pensamento crítico não contasse mais, mas de fazer com que o pensamento que parte e se faz por meio dessa tradição também leve à sua reversibilidade, e no limite até mesmo à sua implosão. Vai nesse sentido a elaboração de um olhar sobre a formação a partir da “desagregação”. Adotamos como um dos pontos de partida a obra **Capitalismo e Esquizofrenia**, de Gilles Deleuze e Felix Guattari, não porque contenha a “saída” para o impasse indicado. Dois são os motivos principais dessa escolha: 1) sua abertura para os problemas das “desordens”, para aquilo que escapa às regras, às estruturas, pois em geral as referências teóricas dos autores mencionados voltavam-se para a formação dos sistemas; 2) a concepção de Estado nela elaborada se faz, a nosso ver, segundo perspectiva mais abrangente do que as teorias modernas clássicas sobre o Estado, que tomam autores como Maquiavel e Hobbes como ponto de partida⁸. Fazer de uma obra como **Capitalismo e Esquizofrenia** um ponto de partida não quer dizer transformá-la em “receita”, mas imergi-la

⁸ Leia-se desses autores, em **Mil Platôs**, especialmente: “Introdução: Rizoma” (vol. 1), “1730 – Devir-Intenso, Devir-Animal, Devir-Imperceptível” (vol. 4), “1227 – Tratado de Nomadologia – A Máquina de Guerra” e “700 A.C. – Aparelho de Captura” (vol 5).

criativamente na mencionada tradição, nosso ponto de partida real, de tal modo que outras analogias possam ser feitas.

Uma das teses cruciais de **O Anti-Édipo** (primeira parte da obra mencionada) é a de que o “capitalismo esquizofreniza cada vez mais na periferia”. A “periferia” foi “peça essencial da máquina capitalista”. Ela não apenas possibilitou altas taxas de mais-valia e exploração do trabalho, como forneceu capitais para os países centrais (s/d, pp. 240-241). Para os autores, neste espaço...

[a] descodificação dos fluxos... faz-se por uma ‘desarticulação’ que leva sectores tradicionais à ruína, e permite o desenvolvimento dos circuitos econômicos extravertidos, uma hipertrofia específica do terciário, uma extrema desigualdade na distribuição das produtividades e dos rendimentos (s/d, p. 241).

A “descodificação” não se faz sem contraponto, porém. Como escreveram nossos autores: “o movimento de desterritorialização que vai do centro para a periferia é acompanhado por uma reterritorialização periférica, por uma espécie de auto-centramento econômico e político da periferia” (idem, p. 269). Nesse sentido, isto é, no plano da nova divisão internacional do trabalho,

[os] *fluxos* descodificados tornam o Estado despótico latente, submergem o tirano, mas fazem-no voltar com formas inesperadas – democratizam-no, oligarquizam-no, segmentarizam-no, monarquizam-no, mas interiorizando-o e espiritualizando-o sempre, com o Urstaat latente – cuja perda todos lamentam – no horizonte (idem, p. 231).

Qual o significado dessa tese para as análises sobre o Brasil império? Lembre-se, desde logo, que nessa linha, no velho debate sobre a “racionalidade” e a “irracionalidade” da produção escravista mercantil o elemento da “irracionalidade” passa a ser visto como a própria forma

como o capitalismo se realizou na periferia⁹. Mais: o traço da esquizofrenia passa a ser um elemento constitutivo da formação social em suas múltiplas dimensões, afetando as esferas públicas e privadas. Nestes termos, as relações do capitalismo e seus “fluxos” (mercado, dinheiro, migrações, propriedade privada, classes, etc.) com a construção do Estado imperial brasileiro tornam-se uma questão fundamental, na medida em que ele cumpriu aí um papel “territorializante”. É o caso de pensar o que Deleuze e Guattari chamaram no **Anti-Édipo** de o “papel do Estado na axiomática capitalista” (s/d, p. 244). Os autores escreveram a respeito:

A importância de um complexo político-militar-econômico advém sobretudo de ele permitir a extração da mais-valia humana na periferia e nas zonas apropriadas do centro, de ele engendrar uma enorme mais-valia maquínica mobilizando os recursos do capital de conhecimento e de informação, e de absorver enfim a maior parte da mais-valia produzida. O Estado, a sua polícia e o seu exército formam um gigantesco empreendimento de anti-produção, mas no seio da própria produção, condicionando-a (idem, pp. 244-45).

Pensar o papel do Estado na ordem capitalista implica em examinar essa “presença da anti-produção na própria produção” (idem, p. 245). Caso também do Estado imperial brasileiro com a diferença de que aí a “produção” era ao mesmo tempo escravista e mercantil. Desde o final da era medieval, como se sabe, a ordem mundial passou a ser crescentemente dominada pela “máquina capitalista” e a colonização foi um desdobramento desse domínio. A descolonização conjugou-se à “reterritorialização periférica” do Brasil império e do surgimento da “forma arcaica de déspotas locais”¹⁰, mas também (dizemos nós) do “nacionalismo”, do “regionalismo”, da “personalização” do poder. Deste ângulo, o Brasil império foi uma reinvenção do Capital em seu novo estágio de Acumulação industrial e dominação imperialista. Invenção esquizofrênica (ou desmedida), melhor dizendo.

⁹ Nesse sentido vale rever o debate compreendido entre **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**, de Fernando H. Cardoso, nos começos dos anos 1960, e **O Escravidão colonial**, de Jacob Gorender, no final dos anos 1970.

¹⁰ Cf. Maria I. P. de Queiroz, **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**, para uma ampla ilustração dessas formas de domínios na história do Brasil.

Daí derivou uma situação interna ambígua em que, de um lado, havia o aparecimento e o avanço dos novos fluxos – mercados, propriedades privadas, riquezas, classes -, e, de outro, a invenção de “códigos específicos” para estes fluxos. Através deles “o despotismo” era posto a “serviço da nova relação de classes, as “relações de riqueza e de pobreza, de mercadoria e de trabalho” foram integradas, “o dinheiro mercantil com o dinheiro fiscal” foi conciliado; em suma, “por todo o lado o Urstaat” foi reinsuflado “no novo estado de coisas”. Se no plano mundial, o Estado imperial apareceu como peça da máquina capitalista, da sua “axiomática”, revelando-se como Estado capitalista escravista-mercantil às voltas com os “fluxos descodificados”, no plano interno, apareceu como “movimento objectivo aparente por meio do qual as forças econômicas” foram “atribuídas a uma instância extra-económica” que serviu “de suporte e agente de inscrição, como se dela emanassem”, expressando seu código despótico e patrimonialista às voltas com “fluxos territoriais”. O período pós-independência caracterizou-se precisamente pela questão da construção da Ordem Imperial e pela necessidade de definição simultânea de um princípio conveniente de “controle estatal”. Neste momento, a “escravatura generalizada do Estado despótico implicava... senhores, e um aparelho de anti-produção distinto da esfera da produção” (idem, pp. 226; 258; 265). O Estado imperial brasileiro, ou a “Acumulação Primitiva” do Poder necessária para sua construção, conjugou-se ao movimento de internalização de determinadas etapas da acumulação¹¹. Situação em que o capital ainda não se apropriara diretamente da produção, que continuava escravista. Continuava um “capital de aliança”, sem se tornar ainda “capital filiativo” (X + DX), embora associado ao capital filiativo industrial inglês. Neste quadro, a “Assim Chamada Acumulação Primitiva”, mais internalizada, foi reposta.¹²

¹¹ Sobre este tema veja **O Capitalismo Tardio**, de João Manoel Cardoso de Melo, e **Homens de Grossa Aventura**, de João Luís Ribeiro Fragoso.

¹² Para exame das relações econômicas entre Brasil e Inglaterra, veja **Preeminência Inglesa no Brasil**, de Manchester. Sobre a “Acumulação Primitiva” veja-se de Marx o seminal capítulo “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”. Atualizando essa noção David Harvey disse: “não se pode dizer que a acumulação primitiva se produziu numa

Não dá para afirmar que a situação do Brasil no século XIX, principalmente na primeira metade, em que pese a abertura dos portos em 1808, caracterizou-se por um processo generalizado de “descodificação dos fluxos”, baseado na conjunção de “fluxos de propriedade que se vendem, fluxo de dinheiro que corre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam” (Idem, p. 232). E nem pela autonomização plena dos “fluxos descodificados”. A figura dos comerciantes, um dos seus principais agentes, ainda estava retida nos “poros” do Estado, e as do “produtor” (trabalhadores) nas teias do escravismo e das formas de trabalho compulsório.

É nesse sentido que o império brasileiro pode ser compreendido como invenção “política” ocorrida nos quadros do mercado capitalista mundial em sua fase industrial. Nesse mesmo sentido é que o antigo Estado português mercantilista, que deveria ser “esquecido” com a emancipação política, como que retornava no momento de construção do Estado imperial patrimonialista brasileiro¹³. Faoro diz que os liberais perceberam o “Regresso” justo como retorno da velha ordem absolutista portuguesa. A retomada de **rituais** superados como o do beija-mão pelo Regente Araújo Lima em 1838, chegou a ser vista por Teófilo Otoni como resgate de “costumes asiáticos”, lembra José Murilo em **D. Pedro II** (2007, p. 35). Contudo, o processo de construção litúrgica do Estado precisaria ser entendido não só como “interiorização” (continuidade), mas

vez para sempre nos alvares do capitalismo, porque ela é permanente e está sempre a reproduzir-se” (p. 241.) Veja do autor, **O Novo Imperialismo**, especialmente o capítulo 4, “A acumulação via espoliação”.

¹³ A noção de “interiorização da metrópole”, de Maria Odília, aponta nessa direção. A certa altura ela indica que, diferente da América espanhola, onde os **creolos** teriam expulsado os metropolitanos, no Brasil, assiste-se “em torno da nova Corte e da transmigração da dinastia de Bragança, o enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder executivo central que queriam fortalecer contra as manifestações de insubordinação das classes menos favorecidas, muitas vezes identificadas com nativismos facciosos ou com forças regionalistas hostis umas às outras e por vezes à nova corte, como seria o caso do Nordeste na revolução de 1817 e na Confederação do Equador”. Cf. **A interiorização da metrópole e outros estudos** (pp. 30-1).

simultaneamente como “exteriorização” (ruptura)¹⁴. Processo que faz coexistir, de modo ambivalente, “interiorização” e “exteriorização”.

Quanto ao papel das classes, vale observar duas coisas de início. Primeiro, é difícil afirmar que o Estado imperial brasileiro foi simples produto de “classes que se tornaram independentes” e que fizeram “dele um delegado ao serviço do seu poder e das suas contradições, das suas lutas e dos seus compromissos com as classes dominadas” (idem, p. 229). Mas também parece impossível não ver que ele se produziu nos quadros de uma ordem mundial dominada pelo Capital. Por isto, talvez, se possa dizer que o funcionalismo imperial brasileiro conteve elementos tanto de uma “burocracia despótica” quanto de uma “burocracia capitalista” (idem, p. 245). Segundo, outro aspecto da questão que importa indicar é o do papel decisivo das lutas das camadas dominadas no processo de construção do império, pois, de alguma maneira, elas forçaram às mudanças nas ações do Estado. Porém, aqui a oposição principal se expressou não apenas como lutas entre “castas” ou “classes”, mas entre aqueles que integraram estas formas sociais e aqueles grupos chamados “desclassificados”, os fora-da-casta ou fora-da-classe. A territorialização deles foi um dos primeiros alvos do Estado imperial. Trata-se de elemento crucial, pois implica pensar a constituição do Estado contrapondo-o a segmentos para os quais o Estado simplesmente não existia ou que funcionavam mesmo como “sociedades contra o Estado”¹⁵, como certamente era o caso das sociedades indígenas e mesmo de boa parte dos chamados “desclassificados”. Nesse caso, não se tratou apenas de “resistência” ou de “negociação”, mas de **conjuração** em relação ao Estado. Desse ângulo, o

¹⁴ Cf. Novais, **Aproximações**, onde questiona a noção de “interiorização da metrópole”, já que implicaria a “ilusão de que não foi a Colônia que saiu da Metrópole, mas a Metrópole que entrou na Colônia.” (idem, pp. 366-67).

¹⁵ Veja Pierre Clastres, **A sociedade contra o estado**, esp. cap. XI, onde escreve: “O aparecimento do Estado realizou a grande divisão tipológica entre selvagens e civilizados, e traçou uma indelével linha de separação além do qual tudo mudou, pois o Tempo se torna História” (idem, p. 140). Para as “sociedades primitivas”, o Estado surge como “aparição misteriosa, irreversível, mortal” (idem, p. 141). Mundo complexo, esfacelado, elas caracterizavam-se pela “recusa da unificação”, pelo “trabalho de conjuração do Um, do Estado” (idem, p. 152). Enquanto a “luta de classes” seria própria dos “povos que têm uma história”, a “história dos povos sem história” seria a “história da sua luta contra o Estado” (idem, *ibidem*).

Estado imperial foi fruto dos interesses das classes e também foi ambigualmente “desejado” pelas massas.

Um Urstaat malandro

Como escreveram vários analistas, a forma do Estado surgido no Brasil do século XIX era patrimonialista. José Murilo de Carvalho indicou que ele não era controlado nem por uma burocracia “estamental” e nem “racional” (no sentido de Max Weber. O que significa dizer que não se criou aquele tipo clássico de “burocrata zeloso que deixa sua consciência de lado para seguir regulamentos”, de que falava Hannah Arendt em “Deveres de um cidadão respeitador das leis” em **Eichmann em Jerusalém**). Contudo, a burocracia “brasileira” tinha sua própria “racionalidade”. Por certo, racionalidade “ambígua”. Ambigüidade dialética ou “síntese disjuntiva” onde o privado se tornava público, mas ao se tornar público malandramente carregava dentro de si o privado. Ser duplo e reversível. Para José Murilo, a Guarda Nacional era um dos maiores exemplos da forma ambígua do Estado, pois era órgão público que, ao mesmo tempo, só se mantinha através dos grupos privados. Nem privado nem público, o Estado patrimonialista brasileiro era de dupla face: público e privado. Nem confusão do público com o privado e nem separação, mas, enfim, a **ambigüidade** característica de um demônio bifronte (ambigüidade que, em boa medida, vinha do tempo da colônia como indicou Fernando Novais em **História da Vida Privada**: “Encarada no conjunto... a colonização revela... aquela ambigüidade e contradição que é o seu traço distintivo, marcado com tanta acuidade por frei Vicente do Salvador...”) ¹⁶. Nesse sentido, a idéia de ambigüidade é categoria de análise que tende a superar a polarização entre privado versus público, marca das análises dualistas sobre política e estado no Brasil, na medida em que, nesse caso, público e privado não se opõem e nem se subordinam um ao outro, mas se indeterminam e se pressupõem reciprocamente.

¹⁶ Cf. Novais, 1997, p. 20.

Potência da reversibilidade que, no seu limite, aponta e abre espaço para o aparecimento de uma lógica “ilegal” ou “mafiosa” característica da engenharia do Estado brasileiro e das suas ordens provinciais, assentada nas práticas do segredo, da duplicidade, do crime “organizado”, da supressão de depoimentos como forma de neutralização da justiça, do mistério, da capangagem, do mercado de assassinos, da compra ou intimidação de pessoas, dos assassinatos políticos, etc., de tudo aquilo de que o noticiário da **Crônica Maranhense** abunda, compondo, assim, um legítimo “documento de barbárie”. Lógica baseada no dinheiro, nos “amigos” e no desprezo pela justiça. Mais, levando-se a lógica ambígua até o extremo da reversibilidade, por ela a formação era também deformação e a ordem, desordem. O terror (educação pelo medo), nestes termos, aparece como o outro lado da lei.

Considerando que tal como Max Weber fizera em relação ao Estado na Europa ocidental, José Murilo limitou sua análise do caso brasileiro ao campo da “macro-física” do poder, seria necessário, a nosso ver, adicionar ao quadro acima a seguinte observação. Sem perder esses achados, a análise precisaria caminhar também numa direção “micro-física”, um pouco à semelhança do que representou **Vigiar e Punir** de Michel Foucault em relação às análises de Max Weber (Foi nessa direção parte das análises de Ilmar R. Mattos quando disse que “os olhos do imperador” confundiam-se com o “olho do poder, de modo muito semelhante ao que lhes sugeria Bentham por meio do **Panopticon**”¹⁷). A nosso ver, as análises “genealógicas” de Foucault não se opõem totalmente às de Weber, pois, como as deste, mantiveram a idéia de que o Estado moderno estabelecido no século XIX tem uma racionalidade que é impessoal, técnica, profissional, especialista, etc. A diferença básica é quanto à singularidade do Estado moderno. Não se trata de racionalidade universal, mas fundada sobre um tipo de poder específico que Foucault definiu como “Panóptico”: forma de poder que produz “corpos dóceis” (individualizados) por meio do

¹⁷ Veja **O Tempo Saquarema**, especialmente o capítulo “os olhos do soberano” (1987, pp.193-218). A citação acha-se à página 201.

investimento desses corpos através de técnicas. Modo de investimento cuja “racionalidade” era a da classificação, separação, especialização, profissionalização, produtividade, etc. Tratava-se da capacitação técnica do corpo visando não à sua potencialização, mas à sua domesticação ou sujeição. O dispositivo coercitivo chave era o da inoculação no corpo a ser adestrado da sensação de vigilância permanente, a exemplo das prisões¹⁸. Uma coisa parece certa: a racionalidade que fundou o Estado panóptico não era ambígua (nem no limite reversível), pelo menos não nos termos de uma “dialética da malandragem”¹⁹. O Estado pós-Revolução Francesa era um tipo de Estado cujas contradições não adviriam do seu “programa” de Estado burguês capitalista. Por sua vez, no Brasil, o Estado imperial constituído a partir da Independência (1822), feito demônio bifronte, carregou, dentro do seu “programa”, a duplicidade “burguesa” e “escravista”. Nele, a forma-prisão conviveu com a forma-suplício. Na moderna sociedade brasileira do século XIX, a forma como o poder investiu/inscreveu os corpos foi em si ambivalente. Constitui de “técnica” que também nomeia, classifica, divide, distribui, isola, especializa, etc. e que, ao mesmo tempo, produz, não “corpos dóceis”, mas “corpos escravos”. O paradoxo do exercício do poder, no Estado brasileiro, se caracterizou pela incorporação de técnicas (ou dispositivos) oriundos do modelo panóptico (Bentham) objetivando tonificar o escravismo e outras formas de trabalho compulsório. Não apenas no campo das relações de trabalho, mas em relação à sociedade e à população como um todo. Um conjunto de dispositivos (normas, regras, práticas) “impessoais” foi assimilado, visando o fortalecimento do velho sistema do favor, da cordialidade, do clientelismo, da ordem pessoal, do paternalismo, do apadrinhamento. De maneira que se na França burguesa de Foucault o

¹⁸ Cf. **Vigiar e Punir** (1987), principalmente a terceira parte (“Disciplina”).

¹⁹ Cf. Antonio Candido, “**Dialética da Malandragem**”. Analisando o romance de Antônio Manuel de Almeida, diz o autor em uma de suas definições da referida noção: “Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX.” (1998, p. 45. Negrito nosso).

panoptismo surgiu como forma de poder capaz de aumentar a produtividade do capitalismo e das novas relações de trabalho livre e assalariadas e de novas relações sociais, no Brasil império aspectos dele foram incorporados visando ao fortalecimento das formas de trabalho compulsórias, no limite o escravismo, e da sociedade dentro do novo Estado nacional. Patrimonialismo e “disciplina” não se excluíram. Mais: disciplina e **ethos** da malandragem não se dissociaram, mas se reforçaram.

Rafael Bivar Marquese, em **Feitores do corpo, missionários da mente** (2004), mostrou como no Império se constituiu um pensamento próprio visando dar nova racionalidade ao controle da massa escrava. Racionalidade que apontava para domínio mais “técnico”, profissional e impessoal, do corpo (e da mente) dos escravos. Ela implicou a formulação de teoria sobre a administração da escravaria. Por sua vez, no plano da ação do Estado, medidas foram adotadas visando o controle mais “civilizado” da população escrava, que nunca cresceu tanto quanto nas décadas de 1830 e 1840. Para o autor mencionado, foi nestas décadas, em plena explosão da importação de escravos africanos, mesmo depois da entrada em vigor, em 1831, da lei que proibiu o tráfico, imposta por pressão inglesa, que surgiu a teoria “brasileira” da **gestão** do escravismo utilizado na agricultura, principal atividade econômica do país. Teoria inspirada nas teorias antilhanas elaboradas no final do século XVIII e mais remotamente ainda nas teorias jesuíticas. Integrava ainda o projeto, de segmentos das classes senhoriais, de instituir uma sociedade escravista no Brasil, à semelhança do Sul dos Estados Unidos: o de produção autônoma de escravos. Configurava-se como projeto contemporâneo, produzido nos marcos do Direito moderno. Olhando para o futuro. Ao pensar o império como escravista, procurava-se elaborar as bases do controle da população escrava. Não era efeito só de “medo” das elites frente ao risco de uma nova “São Domingos”, mas de projeto próprio de montagem de uma sociedade escravista²⁰. Para sempre, está claro.

²⁰ Cf. Marquese, especialmente “Império do Brasil, 1820-1860”. Examinando obras do século XIX, onde se elaborou uma “teoria sobre a administração dos escravos”, várias

Indicamos, portanto, a conjugação de malandragem e disciplina, resultando numa forma social disciplinar malandra. Por meio da inversão malandra da norma impessoal estrangeira em favorecimento pessoal, as técnicas disciplinares, que na Europa burguesa impulsionaram a produtividade do trabalho assalariado, no Brasil império, puseram-se a serviço do desenvolvimento do escravismo.

Patriarcalismo

Se o Estado foi uma das faces do poder provincial, a outra foi constituída pelas famílias patriarcais. Neste nível da história do patriarcalismo é possível indicar um desdobramento da tese de **O Anti-Édipo** de que o capitalismo esquizofreniza na periferia. Traço que caracterizou também o poder patriarcal, base da formação social. É certo que a importância estratégica do poder das famílias (patriarcalismo) na História do Brasil, desde a colonização, foi não apenas analisada como ressaltada em estudos que se tornaram clássicos, como os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Maria Isaura, Roberto Da Matta, inspiradores por sua vez de um amplo conjunto de pesquisas, várias das quais procurando aprofundar, questionar e relativizar as interpretações propostas (como, por exemplo, **Trópico de Pecados**, de Ronaldo Vainfas).²¹

correspondiam a textos produzidos nas décadas de 1830 e 1840, em que, diz o autor, pela primeira vez, “os senhores de escravos escreveram sobre o assunto” (2004, p. 267). Neles, “Disciplina severa e paternalismo... conjugavam-se como os dois mecanismos basilares da administração dos escravos e, conseqüentemente, do sucesso econômico do proprietário rural.” (idem, p. 280).

²¹ Veja, a título de exemplo, o capítulo “A Família Brasileira”, em **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional** (1966), de Nestor Duarte, onde desenvolve a idéia de que o privatismo português encontrou na colônia as condições para a transformação da família na “única ordem perfeita e íntegra que essa sociedade conheceu”. Para um resumo atualizado das controvérsias sobre o tema o item “Família e ordem patriarcal”, de **Trópico dos pecados** (1997, pp. 115-19), de R. Vainfas. As duas críticas principais às visões de Gilberto Freyre e Antonio Candido (a generalização do modelo patriarcal e a idéia da submissão das mulheres ao poder masculino) são indicadas, mas não deixam de ser relativizadas a partir da idéia de que nenhum desses autores confundiu “família patriarcal e família extensa” (idem, p. 118).

N’**O Anti-Édipo**, especialmente no capítulo seminal “Selvagens, Bárbaros, Civilizados”, os autores mostraram que, enquanto forma antiga de domínio, o familismo foi “anterior” às formas dinásticas de poder características dos impérios e às formas de dominação burguesas. Era forma de poder típica das sociedades selvagens e dos jogos de alianças e filiações aí vigentes. Pensando assim n’**O Anti-Édipo** e em **Casa Grande e Senzala** não seria exagero dizer que na sua forma moderna a família foi, no Brasil, o espaço onde portugueses e seus descendentes, oriundos do mundo ibérico, e negros e índios e seus descendentes, oriundos dos mundos tribais da África e da América, refizeram vínculos sociais de filiações e alianças, gerando máquinas territoriais patriarcais com formas específicas de representação. Formas de dominação ligadas ao movimento colonizador moderno deflagrado pelos processos de acumulação primitiva das máquinas capitalistas civilizadas. Nelas, justamente os aspectos esquizofrênicos foram vistos e enfatizados por Costa Lima em análise penetrante de **Casa Grande & Senzala**:

[...] somos de fato herdeiros da casa-grande no sentido de que **mantemos nossa esquizofrenia entre poder e valor**, no sentido de que confundimos o valor com princípio lábil e descartável, interessante de ser mantido enquanto não interfira na ordem do poder (1989, p. 236, negrito nosso).

Sugerindo que na formação social brasileira a interiorização de “Édipo” foi bastante problemática, a observação aponta para um tipo de domínio algo distinto do burguês-edipiano. Nos termos de **O Anti-Édipo**:

É a colonização que faz o Édipo existir, mas um Édipo ressentido por ser aquilo que é, pura opressão, na medida em que supõe que... [os] Selvagens não estão sob o controle da sua produção social, prontos para serem rebatidos sobre a única coisa que lhes resta, a reprodução familiar que lhes é imposta tão edipianizada como alcoólica ou doentia. (s/d,p. 184).

Nas “zonas periféricas do capitalismo... o esforço do colonizador para edipianizar o indígena... é contrariado pela destruição da família segundo

as linhas de exploração e opressão sociais” (idem, p. 281). Nesse domínio paternalista-escravista sobressairia como traço “edipiano” fundamental a **cultura da personalidade**, aspecto enfatizado por Sérgio Buarque em **Raízes do Brasil**, embora estivesse pensando mais nas figuras do Estado. Segundo ele, os jesuítas foram os maiores representantes do princípio da “disciplina pela obediência”. Para Sérgio Buarque, nenhuma...

[...] tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões (2006, pp. 29-30).

Mas, pensando nas famílias patriarcais e em seus espaços específicos de poder, talvez pudéssemos dizer também delas que produziram indivíduos em quem a “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são... igualmente peculiares” (idem, p. 29). A rede de parentesco patriarcal montada foi fruto das maquinações das alianças pelos grupos de poder. Através dele, “sociedades” foram produzidas e codificadas. Estratégias de filiações e alianças foram aqui decisivas²². Não obstante as diferenças e até contradições entre as duas estratégias, uma reforçou a outra, pois as alianças se fizeram com as descendências, mas estas só se tornaram possíveis com as alianças. Dado os conflitos entre os grupos locais de poder, a maquinação das filiações e alianças entre eles era sujeita às variações, deixando assim em aberto o sistema de parentesco. Novas linhagens surgiram de cisões ou fusões de grupos, embora nem sempre as “cisões” e “fusões” planejadas fossem bem sucedidas. Paradoxalmente, os “fracassos” ajudaram, às vezes, a manter o equilíbrio de poder entre os grupos, impedindo o surgimento entre eles de um poder “bárbaro imperial” (Deleuze e Guattari, op. cit., 157). Assim, eles se movimentaram evitando tanto a concentração quanto a dispersão excessivas do poder.

²² Para informações sobre essas estratégias de alianças e filiações veja, embora num período posterior, o caso concreto estudado e documentado por Linda Lewin em **Política e parentela na Paraíba** (1993).

Estado imperial bragantino: a ordem do terror

Aceito que o exame da formação do Estado no Brasil império requer que se pensem as suas relações com uma forma “esquizofrênica” de acumulação capitalista e com a existência de “sociedades contra o Estado” (não se trata de grupos que estão na “desordem” ou “fora da ordem”, mas que se caracterizaram por posicionamentos “contra a ordem”), resta indicar o quanto o elemento do **terror** foi também aspecto imanente ao projeto não apenas jurídico como dinástico da sua constituição.

Em sendo assim, vale enfatizar, de início, o débito do império brasileiro para com o império português. Por baixo dos Brasileiros, um Português. Surgido de repente, a partir da separação do império português, o império brasileiro, nem fruto da pura continuidade da “interiorização da metrópole” e nem da pura ruptura exteriorizante da “crise do sistema colonial”, forma-se como uma espécie de **palimpsesto** do primeiro, composto do déspota e sua burocracia, e com ele os poderes provinciais. D. João fugiu de Portugal para o Brasil, instalando no Rio de Janeiro sua corte e dando aos súditos uma nova sede do Império. Não apenas isso: criavam-se as oportunidades para a “utopia do poderoso império”²³ a ser levada a cabo pela Dinastia dos Bragança. O Império era fruto da nova/velha aliança com Deus e da “filiação direta” dos Bragança. Com isto, num momento difícil, oferecia-se aos súditos – as famílias patriarcais dos colonizadores – a oportunidade e a possibilidade de um projeto próprio, como observou István Jancsó: “Os Bragança formularam e

²³ Título do livro de Maria de Lourdes Viana Lyra. Nele a historiadora aponta o papel da visão da “futura grandeza imperial” (1994, p. 162), mito elaborado por Vieira com a idéia do “Quinto Império”, transplantada depois para o Brasil dos tempos da mineração, onde se imbricou com “mitos de conquista”, como o do Paraíso Terreal, sendo reformulado e racionalizado pelo grupo luso-brasileiro dos reformistas ilustrados, baseando as propostas de um “novo império” Atlântico e permanecendo ainda como uma idéia inspiradora do “império brasílico” (idem, pp. 116-31 e 191-226). Como diz a autora, pensado o Império do Brasil na perspectiva de um “venturoso porvir”, todos aqueles que discordassem dos seus mecanismos centralizadores e conservadores foram acusados do crime de propor a “desagregação” (idem, p. 226).

implementaram o seu projeto imperial, e este se reforçou na América pois atendia às expectativas das elites locais” (Malerba, 2006, p. 33). Neste momento de fundação, portanto, a questão das alianças e filiações dos braganças foi determinante. O império nasceu com o “herói” dom Pedro I, o “traidor”, aclamado rei do Brasil independente. Dom Pedro foi um herói dividido entre “portugueses” e “brasileiros”, estratégia visando garantir a Constituição outorgada de 1824²⁴. Para ele, sempre esteve em jogo os interesses e a continuidade da sua dinastia. Seu retorno a Portugal, após a abdicação, em 1831, deixando como herdeiro e sucessor o filho Pedro II, apontou nessa direção: o de salvar direitos dinásticos. Lembrou a atitude do pai, dom João VI, que, obrigado pelos “vintistas” a retornar a Lisboa, o deixou como herdeiro no Brasil, selando a separação. A “independência”, nestes termos, aconteceu como parte do jogo de alianças e filiações levadas a cabo pelos bragantinos e seus agentes mirando à constituição de um novo império²⁵.

O exposto sugere que, em termos gerais, a **sobrecodificação** designou a operação basilar de constituição do Estado imperial. Operação conduzida pelos chamados “fundadores do império”²⁶: “‘artistas de olhar de bronze que forjam uma engrenagem assassina e impiedosa’, que opõem a qualquer perspectiva de libertação uma impossibilidade de ferro” (Deleuze e Guattari, s/d, p. 207). Nesse sentido foi que tais homens de Estado fizeram-se sujeitos da construção da ordem imperial, incluindo aí determinados segmentos das elites provinciais. Não era caso de Estado criado apenas segundo a lógica dos interesses das antigas famílias aristocratas, o patriarcado rural ou urbanizado, mas fundado também na

²⁴ Cf. Isabel Lustosa, **D. Pedro I**. “Durante o primeiro ano de sua Regência ele foi franca e sinceramente português. No ano seguinte, depois do Fico e da Independência, foi franca e sinceramente brasileiro. Depois da dissolução da Constituinte, era novamente português, e eram portugueses seus ministros e as pessoas que o cercavam” (2006, p. 173).

²⁵ Cf. Demétrio Magnoli, **O Corpo da Pátria**, onde escreve: “O Estado imperial brasileiro nasceu da confluência das iniciativas dinásticas destinadas à preservação da Casa de Bragança na América com as necessidades e interesses de manutenção da ordem das oligarquias nativas” (1997, p. 118).

²⁶ Cf. Pensamos aqui na **História dos Fundadores do Império do Brasil**, onde Octávio Tarquínio de Sousa estuda as figuras de d. Pedro I, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, Diogo Antônio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

lógica, por certo ambígua e reversível, das alianças e filiações da “elite política imperial”, embora em alianças com aquelas. Através dela os grupos sociais dominantes se configuraram mesmo mais como “castas” dependentes do Estado do que como “classes” independentes. A “sobrecodificação” instituiu também a necessidade inevitável ou a “dívida infinita” representada pelo Estado. Nessa luta, a criação e o controle de imposto foi mecanismo chave de fortalecimento do Estado. Especialmente o imposto sobre o comércio de exportação e importação. Duas questões, em suma, foram decisivas: 1) a redefinição da política de controle das terras pelo Estado (questão agrária); 2) o financiamento da inauguração do “serviço de Estado interminável” (questão da “dívida infinita”).

Um segundo aspecto referiu-se ao confronto do império com as comunidades indígenas e camponesas, que surgem aqui como outro ângulo para a compreensão da natureza e dos limites da genealogia imperial do Estado, para além apenas dos elementos intrínsecos à formação das elites políticas. Cuidava-se de submetê-los à “nova inscrição imperial”. Confronto marcado por reversibilidades, pois o Estado, “morte que vem de fora”, era “também a que vinha aparecendo por dentro”. A nova inscrição imperial se fez incorporando a si “velhas inscrições territoriais” (aldeias, fazendas, comunidades camponesas). Nos termos do conto **Durante a construção da muralha da China**, de Kafka, o Estado imperial brasileiro se tornou “unidade superior transcendente que integra subconjuntos relativamente isolados que funcionam separadamente” (Deleuze e Guattari, **O Anti-Édipo**, pp. 202 e 206).

O Imperador é o único objecto dos nossos pensamentos. Não o imperador reinante... Quero dizer, seria este o objecto dos nossos pensamentos se nós o conhecêssemos, se soubéssemos o que quer que fosse sobre ele! O povo não sabe quem é o Imperador que reina, e nem sequer sabe com segurança o nome da dinastia. Nas nossas aldeias, Imperadores há muito mortos sobem o trono e, como quem só vive na lenda, promulga um decreto que o padre lê ao pé do altar (Kafka apud Deleuze e Guattari, *idem*, p. 206).²⁷

²⁷ Veja o conto na tradução de Modesto Carone em “**Franz Kafka**: narrativas do espólio” (2002, pp. 73-91).

Daí a necessidade de enfrentar-se outro problema chave: o da criação de um novo “aparelho repressivo” (leia-se: “presença da anti-produção na produção”). É difícil avaliar, mas, desse ponto de vista, talvez a “traição” de dom Pedro, parte das estratégias bragantinas e seus agentes, mais que efetiva “transgressão”, tenha feito da independência o meio de construção de um “aparelho repressivo”, base do novo império, muito mais violento em relação aos grupos sociais, especialmente os indígenas, do que o antigo império português. Tratava-se de instaurar um “sistema do terror” como meio de inscrição social do novo poder imperial. Para isto, a Lei cumpriu dupla função: 1) o da instituição do Estado imperial como “Unidade formidável, embora formal e vazia”; e 2), e mais importante, a de mostrar que o “enunciado da lei” dar-se-ia no “veredito” e que este se faz na “sanção”.

A implantação social do “sistema do terror” instituiu o Império brasileiro nada mais nada menos como mundo da “Colônia Penal”: o avesso extremo da Construção da Ordem. Neste mundo infernal, a “sanção... escreve o veredito e a regra” (idem, p. 220). Do ponto de vista do Estado e das bases da aliança social e política que o sustentou, o castigo tornou-se vingança. Invenção do déspota, a lei foi a “forma jurídica” pela qual ele procurou marcar a figura do Estado nos grupos sociais como “dívida infinita”. Daí o papel central desempenhado pelos magistrados na fase inicial de construção da ordem imperial ²⁸. “Vemos, até aos últimos imperadores romanos, o jurista no cortejo do déspota, e a forma jurídica acompanhar a formação imperial, o legislador com o monstro” (idem, p. 220). Em certa altura lemos a **Crônica Maranhense** caracterizar nestes termos a figura de um Bernardo Pereira de Vasconcelos. A “lei bárbara imperial” objetivou fazer da “passividade” a virtude dos súditos. Sob o “choque das suas marteladas”, retirou do mundo ou das vistas uma “quantidade prodigiosa de liberdade”. Com ela, o “instinto de morte”

²⁸ Cf. Carvalho, **A Construção da Ordem** (1980), onde se ressalta o papel dos magistrados. (Veja p. 38 deste trabalho).

tornou-se agente da sobrecodificação. Nesse sentido foi que a formação do Estado imperial brasileiro implicou na instauração de um regime do terror. Nada poderia fazer-se por fora das regras estabelecidas por ele. Daí que o “ressentimento” fosse o outro lado da transformação do “castigo” em “vingança” pela formação imperial. A justiça imperial se viu transformada por esses elementos de “vingança e ressentimento” (idem, p. 222).

Em suma, o império brasileiro se formou como “civilização bárbara”. Nele, “Legislação, burocracia, contabilidade, cobrança de impostos, monopólio de Estado, justiça imperial, actividade dos funcionários, historiografia – tudo se escreve no cortejo do déspota” (idem, p. 209). Fazendo valer a promessa do poderoso império, o rei foi instituído como destino comum. O Imperador dom Pedro II como “signo que se tornou signo do signo” (idem, p. 214). Como tal, e aqui temos outro aspecto essencial da reversibilidade imanente à construção do império, a **simulação** (teatro de sombras) integrou o processo de produção dinástica da realidade imperial a partir da “nova aliança” entre o imperador-menino, eleito de Deus, e os súditos. Instituído como “destino comum”, tudo que ameaçasse correr por fora do “corpo despótico” foi rechaçado como “perigo supremo”: republicanos, anarquias, rebeliões escravas, revoltas camponesas, etc. Não se tratava apenas de criar um Estado e sua legitimação por meio da adesão ideológica, mas também de produzir, diante da sua inexistência mesma, os seus signos, ritos, símbolos²⁹. Mais do que acreditar, agir como se o Estado imperial fosse uma realidade inescapável.

²⁹ Cf. Maria Eurydice de Barros Ribeiro, **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil** (1995). A autora escreve que, no Brasil pós-independência, “não existindo a nação, o Estado promovia sua criação, não só concentrando-a na figura do monarca, mas, também, representando-a simbolicamente por meio de cerimônias” (idem, p. 72). Combinando elementos dinásticos e constitucionais, a dimensão simbólica tornou o “imperador presente, mesmo na sua ausência” (idem, p. 100).

Código de Processo Penal: regra monstruosa, exceção monstruosa

O dispositivo social disciplinar malandro perpassou o escravismo e também o tema das formas de punição na sociedade imperial, campo onde é possível observar a conjunção paradoxal das ordens estatal patrimonialista e privada paternalista. Tempo dos códigos, como já percebera Capistrano de Abreu, o período da Regência viveu à sombra do Código de Processo Penal (1832), pondo em primeiro plano a questão das formas de punição. Antes havia se aprovado o Código Criminal de 1830, marco divisor numa escala que remonta até o Livro V das Ordenações Filipinas. Jurandir Malerba, em estudo sobre o Código Criminal de 1830, é da opinião de que ele, de fato, inaugurou “um período novo no direito penal brasileiro” (1994, p. 36). Analisando o pensamento imperial sobre esse Código chega à conclusão de que a combinação paradoxal de mentalidade escravista e liberal resultou numa “jurisprudência (...) marcada pela ideologia da exceção e pelo resgate do Direito romano – referendando a configuração patriarcal assumida pela unidade produtiva fundamental” (idem, p. 122) ³⁰. Certamente os códigos integraram o processo mais geral de mutação do Direito Penal ocorrido entre a segunda metade do XVIII e a primeira do XIX ³¹. Mas, num primeiro momento, não se definiu a prisão como principal forma de punição. Pode ser que o Código brasileiro tenha optado por várias formas de punição, mesmo porque a prisão, como indicara Foucault, se impôs na medida em que a “liberdade” foi se tornando um valor maior. Embora o início da Regência possa ser considerado o ponto de partida do “cárccero-centrismo” no Brasil, expandindo-se depois pelas províncias do Império, a forma prisão coexistiu com outras formas de punição, tais como castigos físicos, forca, degredo, galés, pelourinho, etc. (Motta, 2003, pp. XXXI-XXXIII) ³². Nesse sentido, houve coexistência entre formas de punição

³⁰ Veja também **A ordem do castigo no Brasil**, de José Luís Solazzi, especialmente “Constituições e crimes” (2007, pp. 114-128).

³¹ Cf. Foucault, **Vigiar e Punir** (1987, pp. 11-18).

³² Não custa lembrar, na observação direta de Paulo Arantes, que neste momento, de “atualização liberal do escravismo”, foi disparado “o gatilho da violência institucional ilegal contra os de baixo”, restabelecendo-se no Brasil independente “a tortura e a

privada e pública. O castigo do senhor conviveu com a vingança do Estado imperial. A crueldade patriarcal com o terror estatal.

Se as prisões espelharam o modo como o poder se institucionalizou na sociedade moderna, a impressão (para não dizer certeza) que se tem é que no Brasil império a capilaridade entre prisão e sociedade era muito mais exponenciada. O modo como os agentes policiais trataram presos espelhou o modo como a sociedade tratou seus “delinqüentes”. Polícia e bandido conviveram segundo uma dialética reversível entre os campos da lei e do crime.³³ Na aplicação “malandra” e não menos terrorista do seu programa, talvez, a forma-prisão encontre sua singularidade no Brasil. Atendendo aos interesses da razão caprichosa (que Lisboa, leitor de Benjamin Constant, chamava de “arbitrariedade” pensando especialmente nas práticas do recrutamento) de quem a aplicava, prisão e malandragem se compuseram. Ou seja, a prisão incorporou-se na lógica anterior da “cadeia”, não como meio de reeducar cidadãos, mas de controlar, punir e, no limite, torturar e exterminar o “rival” ou “inimigo” A **Crônica Maranhense** é fértil em exemplo de prisões praticadas por motivos meramente políticos ou até mesmo pessoais, especialmente em tempos de eleição. O jornal de 18 de setembro de 1838, em especial, noticia a intensificação do recrutamento nos últimos vinte dias, observando que a maior parte das “prisões tem recaído em indivíduos que em 1836 foram cabanos ou da oposição” (**Crônica Maranhense**, 1969, p. 212. 1ª parte). Puro jogo de cena do poder. (Nesse sentido, movimentos como a Setembrada, a Balaiada e a Insurreição Escrava liderada por Cosme, no Maranhão, colocaram no centro do debate público a questão da criminalização e punição dos movimentos de resistências populares. Tanto João Antônio Damasceno quanto Negro Cosme foram para a forca. Um dos estopins da Balaiada foi

punição sem encarceramento dos escravos, de cuja força de trabalho seus proprietários não poderiam ser privados”. Situa aí o ponto de partida da “tradição de uma polícia com plenos poderes de arbítrio, até às prerrogativas de vida e morte que vemos hoje”. (Arantes, entrevista, por e-mail, à **IHU On-Line**, publicado em 17/12/2007 em <http://www.unisinos.br>).

³³ Lembre-se aqui o “exemplo supremo” simbolizado na vestimenta ao mesmo tempo “privada” e “pública” do Major Vidigal, personagem do romance de Manuel Antônio de Almeida analisada por Antônio Candido (1998, pp. 43-4).

justamente a invasão da “cadeia” da vila da Manga por Raimundo Gomes visando libertar o irmão recrutado por razões “políticas”).

Vejam os especialmente a questão do escravismo – já definido como inserido num regime disciplinar malandro -, e que agora o situaremos em relação ao tema da forma de punição a partir das ordens privada/ patriarcal e pública/patrimonialista. O escravismo do Império se redefiniu nos marcos do Direito moderno, não só como herança colonial, mas como projeção para o futuro ³⁴. O Estado imperial tendeu a intervir mais no direito privado de punição dos escravos por parte dos senhores, procurando lhe dar certa racionalidade. Na Regência, a questão da criminalidade escrava e da sua punição integrou quadro onde o controle da punição foi objeto de negociação entre o Estado e a classe senhorial. A tensão entre os dois setores em torno da lei e da punição do crime atravessou o Império ³⁵. Ora, a questão está em discutir como, no século XIX, o novo programa de punição se disseminou na sociedade escravista imperial do Brasil. Em saber como se deu a composição, nesta sociedade, de técnicas de punição, saberes legitimadores, “individualização” dos corpos e de poderes “disciplinares”. Numa sociedade escravista, adotar a forma-prisão como modo de punição do escravo, no mínimo, era ato redundante, pois a escravidão por definição já era “ausência” da liberdade

³⁴ Escreve Alencastro: “o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.” (1997, p. 17).

³⁵ Veja, mas especialmente voltado para a questão da legislação escravista e sua aplicação, os trabalhos de Ademir Gebara (1986) e Maria Helena P.T. Machado (1987). Esta autora observa, por exemplo, que se, em geral, as relações entre Estado e senhores eram tensas, a “lei de 35 superava tal situação, através da complementaridade dos dois níveis.” (idem, p. 77). Refere-se à lei de 10 de junho de 1835 cujo objetivo central era o de “coibir e castigar exemplarmente, através da pena de morte, os cativos que ousassem infringir o estatuto básico da sociedade escravista” (idem, p.65). Cf. também o extraordinário **Senhores e Caçadores** (1987), de Thompson, onde a complexa questão da produção e aplicação da lei é estudada em profundidade na Inglaterra dos tempos de **Sir** Robert Walpole e Jonathan Swift. Em certa passagem escreveu sobre a Lei Negra: “A Lei anunciou o longo declínio da eficiência dos velhos métodos de controle e disciplina da classe, e sua substituição por um recurso padronizado de autoridade: o exemplo do terror” (idem, p. 282).

³⁶. Além do mais, para o “modo de produção” escravista, a prisão do escravo representava prejuízo para os investimentos do proprietário.

Práticas de um aparelho de captura: o recrutamento

A título de exemplo, vejamos uma prática constitutiva do Estado imperial português e que foi reincorporada pelo Estado imperial brasileiro, em especial pelos poderes provinciais. Prática “terrorista” carregada de desmedidas e reversibilidades entre o público e o privado e que sustentou o estado como “aparelho de captura”: o recrutamento. O recrutamento enquanto “mecanismo de captura já faz parte da constituição do conjunto sobre o qual a captura se efetua” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 142. Vol. 5). Não por acaso foi uma das principais causas da Balaiada.

Prática antiga, registrada pelos historiadores desde os tempos coloniais, o recrutamento era função do sistema policial e militar – composto das tropas de linhas, das milícias e das ordenanças - montado pela Metrópole e abrangendo quase toda a população masculina, dos jovens aos velhos, pois, como se sabe, a América portuguesa era uma sociedade em estado de guerra permanente ³⁷. Falando a respeito escreveu Caio Prado Jr.:

O recrutamento para as tropas constitui, durante a fase colonial da história brasileira, como depois ainda no Império, o maior espantinho da população; e a tradição oral ainda conserva em alguns lugares bem viva a lembrança deste temor. E não é para menos. Não havia critério quase nenhum para o recrutamento, nem organização regular dele. Tudo dependia das necessidades do momento e do arbítrio das autoridades (1983, pp. 310-11). ³⁸

³⁶ Cf. Kátia de Q. Mattoso, **Ser escravo no Brasil** (1988), onde essa definição é bastante discutida. As regras pareciam estar nas mãos dos senhores, mas “o escravo pode aceitar ou recusar as regras desse jogo” (idem, p. 121). Havia o “jeito”.

³⁷ Veja Prado Jr. (1983, pp. 310-13) sobre tropas de linha, milícias e ordenanças na Colônia.

³⁸ Veja o capítulo “O Tempo do Pega”, em **A Guerra dos Bem-te-vis** (1988), de Matthias Assunção. O **temor** aí expresso pela população em relação ao recrutamento, sinalizava para um traço essencial da própria forma como a dominação era exercida. A “neurose do medo” era antes de tudo uma característica das relações entre classes superiores e inferiores. Veja **A História do medo no Ocidente** (1989), de Jean Delumeau, para um exame abrangente dessa questão. Inventariando e criticando as

Raymundo Faoro, em **Os Donos do Poder**, foi outro estudioso a observar o peso do sistema militar para a constituição do “patronato” brasileiro desde os tempos da colônia. “A organização militar”, diz, foi a “espinha dorsal da colônia, elemento de ordem e disciplina” (1984, p. 196). É por ela que o colono foi integrado à ordem metropolitana. Sobre o recrutamento para as tropas de linha escreveu: “o recrutamento **aterroriza** o sertão e as vilas, em sistema que Portugal transmite à colônia. O gado humano é apanhado à força, dispensados depois os apadrinhados e os que usam as subtilezas da pecúnia.” (idem, p. 196, negrito nosso). O sistema do recrutamento havia sido transplantado da Metrópole e era aterrorizante. Até o Império se prolongará o “pavor ao serviço militar, a fuga ao dever de servir ao exército” (idem, *ibidem*). Conta que dom Pedro II recusou-se a ampliar a tropa de linha, entre outros motivos, pela “extrema repugnância dos brasileiros pelo serviço militar” (idem, *ibidem*). Sem “galões” o serviço militar de nada valeria. Era apenas um “refúgio de maus elementos, mulatos e camponeses pobres, desvalidos e trabalhadores urbanos.” (idem, *ibidem*). Era a violência, afirmava Caio Prado, que explicava “porque, ao menor sinal de recrutamento próximo, a população desertasse os lugares habitados indo refugiar-se no mato.” (idem, p. 311). Na província do Maranhão, expressava bem esse sentimento o final da crônica de Pietro de Castellamare, no **Semanário Maranhense** de 22 de dezembro de 1867, momento em que o Teatro São Luiz encerrava suas atividades e o natal se aproximava: “O campo convida-nos para o Natal, e, afugenta-nos da cidade o calor e o... recrutamento./Salve-se quem puder!” (anno I, n. 17, p.8). O recrutamento atingia tanto as tropas de linha quanto as milícias.

várias formas do “medo obsessivo” através do qual a Cristandade ocidental se constituiu no período crucial compreendido entre o século XVI e a primeira parte do XVII (até a Guerra dos Trinta Anos), escreveu o historiador: “Em uma situação de estado de sítio... o poder político-religioso, que se sente frágil, é levado a uma superdramatização e multiplica à vontade o número de seus inimigos de dentro e de fora.” (idem, p. 395).

Examinando o caso de São Paulo, na primeira metade do XIX, Sérgio Buarque afirmou que havia sim critérios para a prática do recrutamento.

A noção tantas vezes abraçada por historiadores de que o rigor abusivo com que agem as autoridades lusitanas no alistamento forçado seria uma das particularidades detestáveis de seu sistema colonial, encontra formal desmentido em numerosos documentos da época referentes às condições dominantes na própria metrópole (1985, p. 434. Vol. 2).

Avaliando o governo do General Antônio José da Franca e Horta, governador que fez por merecer a fama de “despótico e sanhoso”, a verdade é que, em certas circunstâncias, eles apenas teriam seguido a “tradição que mandava sobrepor indefectivamente a vontade da Coroa a interesses, direitos e comodidades particulares” (Idem, pp. 434-435). Com a independência, os métodos “coloniais” de recrutamento foram reorganizados na direção do liberalismo incipiente. Práticas como as de algemar ou acorrentar recrutados, tomadas indiscriminadas de animais para serviços, etc., foram proibidas. Ao que parece tais medidas tiveram pouco efeito, pois adotadas no momento da crise do sistema colonial, quando ninguém se sentia com “forças para mandar” e não havia mais quem de “bom grado” obedecesse (idem, p. 440).

Para as ordenanças não haveria necessidade de recrutamento dado que era uma força local e considerava-se automaticamente engajada nela “toda a população, dentro dos limites fixados” (Prado Jr., 1983, p. 312). Segundo Caio Prado Jr., porém, as ordenanças exerceriam papel estratégico na manutenção da ordem social. Temos aqui um outro lado das relações entre Estado e sociedade: o da forma ambígua de ajustamento. Tal acoplamento entre o sistema das ordenanças e a ordem social, diz o nosso historiador, nasceria não de qualquer lei, mas das “circunstâncias imperiosas que a vastidão do território e a dispersão da população impunham a uma administração muito mal aparelhada para a tarefa.” Arremata o autor: “É uma simples situação de fato e não de direito; mas graças a ela, a colônia se tornou governável.” (Idem, p. 327). Tratou apenas de oficializar uma situação de fato. Como? Pondo-se...

[..] chefes e mandões locais nos postos de comando das ordenanças. Revestidos de patentes e de uma parcela de autoridade pública, eles não só ganharam em prestígio e força, mas se tornaram em guardas da ordem e da lei que lhes vinham ao encontro; e a administração, amputando-se talvez com esta delegação mais ou menos forçada de poderes, ganhava no entanto uma arma de grande alcance: punha a seu serviço uma força que não podia contrabalançar, e que de outra forma teria sido incontrolável. E com ela penetraria a fundo na massa da população, e teria efetivamente a direção da colônia. (idem, *ibidem*).

Situação contrária à criada pelo recrutamento, como se vê, pois enquanto este sofria forte resistência popular, o sistema de administração por meio da transferência do comando da ordenança para “chefes e mandões locais”, “penetraria a fundo na massa da população”. O uso das “patentes” foi aí um recurso eficiente, pois elas simbolizavam várias coisas: nobreza, prestígio, poder, embranquecimento, brilho, engrandecimento, honra, autoridade, privilégios, dinheiro, etc. Falando dos milicianos diz o historiador que eles “moldaram a sociedade do interior, assegurando-lhe, com seu vínculo ao rei, a disciplina, a obediência e o respeito à hierarquia.” (idem, *ibidem*). Com as milícias o “mandonismo local” ganhou corpo e os tumultos sociais dos sertões, das vilas e cidades sofreu um freio. Contudo, Faoro notou que a militarização da sociedade gerou também um efeito paradoxal em que a ordem (Lei) tornava-se desordem (Crime). Como diria a personagem Critilo das Cartas Chilenas: “Não há distúrbio nesta terra/ De que mão militar não seja autora” (apud Faoro, 1984, p. 195). A criação da Guarda Nacional no século XIX não alteraria neste ponto essencial – o jogo da reversibilidade entre regra e exceção - o sistema das milícias e ordenanças. Pelo contrário, apontou para os elementos de desordem presentes na construção da ordem imperial.

Em suma, vemos, pelos temas do recrutamento e do sistema de ordenanças e milícias (aspectos importantes da instituição do monopólio da violência), como as relações entre o Estado e a sociedade eram, de um lado, marcadas pelo temor popular, e, de outro, pelo ajustamento, embora contraditório,

entre um e outro termo. Enquanto as práticas de recrutamentos mostraram o desajuste e as tensões entre Estado e sociedade, o sistema das ordenanças apontou para formas de adequação contraditória. O terror e a malandragem compunham as faces de um só e mesmo problema.

2. UMA PROVÍNCIA DO NORTE DO IMPÉRIO

O Brasil é efetivamente uma federação, e a identidade de cada um está relacionada mais ao seu estado de origem do que à nação como um todo. (Kátia M. de Queirós Mattoso, Bahia, Século XIX, Uma Província do Império, p. 22).

2.1 TOPOGRAFIAS

Na São Luís do final da era colonial, os moradores conviviam com ruínas do forte de São Francisco, “um antigo castelo”; restos do provável forte de Santa Maria do tempo dos franceses; palácio do governo do tempo de Melo e Povoas; Quartel Militar do Campo do Ourique do tempo do governador D. Francisco A. de Noronha; o antigo Colégio dos Jesuítas reutilizado como Casa do Bispo e a Igreja como Catedral. Aliás, espaços jesuíticos foram reapropriados, a exemplos das salinas de Alcântara e engenho de açúcar de Viana. O antigo Hospício de Nossa Senhora Madre de Deus, que pertencera também aos jesuítas, era agora utilizado como Hospital Militar. No interior, os habitantes conviviam com ruínas da antiga fortaleza do Calvário, engenhos do tempo dos holandeses, vestígios de estradas, antigas vias fluviais dos “comboios de ouro das minas geraes”. De passagem por São Luís em 1839, Kidder pode anotar prédio de 1680 usado como Alfândega. No final da colônia, os espaços antigos em ruínas ou refuncionalizados coexistiam com novos espaços, às vezes apenas justapostos, tais como a nova capela da Cadeia Pública ou, na observação de Gaioso, a nova ponte de pedra e cal da praça de comércio de São Luís ¹. Em suma, a Província herdou, reproduzindo, uma paisagem feita de pedaços de paisagens surgidas e superpostas desde os tempos coloniais. Esses pedaços sobrepostos não eram apenas em termos de paisagens, mas também

¹ Cf. **Gaioso**, s/d, pp. 98, 103, 108-9, 113-14, 169; **Spix e Martius**, 1981, pp. 266, 269; **Lago**, 2001, pp. 65, 67; **Casal**, 1945, pp. 266, 268-9; **Kidder**, 1980, p. 170; **Abreu**, 1988, p. 67.

quanto à coexistência de espaços geográficos historicamente distintos. Não é possível explicar o surgimento de tal configuração espacial a partir apenas de um fator determinante. São vários fatores, de natureza política, administrativa, econômica, religiosa, circunstancial, articulados num emaranhado de relações.

O ponto de partida pode ser uma observação de Evaldo Cabral de Melo, feita em **O Norte Agrário e o Império**, sobre a percepção geográfica dos homens públicos do Império:

Para os homens públicos do Império (...) a geografia regional do Brasil parecia bem simples: havia as províncias (...) do norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias (...) do sul, do Espírito Santo ao Rio Grande. Nada de nordeste, nem sudeste, nem de centro-oeste. (1984 p. 13) ²

² Como referências para a questão, as seguintes obras. **Orientalismo** (1990), de E. Said, inspirado em Foucault, procura mostrar que o “discurso” do orientalismo, fundado sobre uma “relação de poder”, domesticou o “conhecimento do Oriente para o Ocidente”. Filtrando-o “por meio de códigos reguladores, classificações, exemplos de espécimes, revistas periódicas, dicionários, gramáticas, comentários, edições e traduções, **tudo isso formando um simulacro do Oriente e o reproduzindo materialmente para o Ocidente, no Ocidente.**” (idem, pp. 17 e 174, negrito nosso.). De sua vez, preocupadas com a questão regional no século XX, as análises de Durval M. de Albuquerque ajudam a especificar a questão regional no Império ligada à noção do “norte” e à divisão do Brasil entre “norte” e “sul”. No seu livro, o regionalismo nordestino foi de outro tipo, pois vinculado a um movimento de “desterritorialização” dos grupos sociais dominantes nessas áreas, como reação. Parte da nova formação discursiva “nacional-popular”, por sua vez ligada ao dispositivo da nacionalidade, ele seria mais abrangente do que o anterior, pois voltado para além do espaço provincial ou estadual. Enquanto o primeiro regionalismo, “naturalista”, pautava-se em categorias como “meio” e “raça”, o novo era “sociológico”, tendendo para o “culturalismo”. No começo a noção de “nordeste” sairia de dentro da de “norte” (área da ocorrência das “secas”, objeto da ação de órgãos governamentais), para ser em seguida diferenciada, passando a incorporar novos significados nos planos geográficos e culturais. O regionalismo paulista seria o grande contraponto do nordestino e Gilberto Freyre um de seus principais construtores, ao elaborar imagem do Nordeste como “espaço de ruína” e, sobretudo, como “espaço da saudade” (**A Invenção do nordeste**, 1999, pp. 39-106). Essa análise não perderá se correlacionada com as de Ilmar R. Mattos, as quais, preocupada com o Império, procuram situar a questão das regiões desde os tempos da colonização. Para ele, produto de dinâmicas relações sociais de dominação envolvendo colonizadores, colonos e colonizados, as regiões coloniais eram espaços de agricultura mercantil-escravista, regidas por núcleos urbanos com funções portuárias, fiscais e militares (**O Tempo Saquarema**, 1987, pp. 22-30). De certa maneira vai nessa direção o inspirador **Rubro Veio** de Evaldo Cabral de Mello, ainda que, neste caso, a análise se volte para a teia das relações entre o imaginário do “nativismo” (uma forma de regionalismo) e um acontecimento histórico específico (a Restauração Pernambucana), segundo uma perspectiva teórica mais próxima de Castoriadis (1986, p. 12).

A representação do Maranhão como **província do norte** e a identificação dos maranhenses como nortistas ou brasileiros do norte se elaboraram através da **oposição** ao sul, especialmente à Corte do Rio de Janeiro, a “síntese do Brasil”³, constituída na formação do Império. Tal polarização se expressou de várias maneiras. Logo em 1824, na presidência de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, acusado de republicanismo, na publicação da proclamação de Pais de Andrade, pela **Tipografia Nacional do Maranhão**, onde os “brasileiros do norte” eram opostos aos “brasileiros do sul” e caracterizados como “habitantes do Equador, gente aquecida pelos raios perpendiculares do sol... em cujos corações arde o fogo da pura liberdade”. O Almirante Cóchrane viu sua atuação no Maranhão como oportunidade para “completar a Independência do Império pela união das Províncias do Norte”. Seria reconhecido como “Pacificador das Províncias do Norte do Brasil” (Vieira da Silva, 1972, pp. 230-31, nota 94, e 312 e 338).

Na representação do Maranhão/Norte como lugar distante da Corte e do centro dos acontecimentos, por intelectuais que viviam ansiosos esperando as últimas notícias chegadas nos pacotes do sul e sonhando fazer carreira no Rio de Janeiro. No título de um dos jornais de João Lisboa - **O Echo do Norte** – sugerindo auto-imagem baseada nesta idéia (a palavra “eco” sinaliza a noção do norte como lugar longínquo). Em outros nomes de jornais, como **A Estrella do Norte do Brasil** (1830), apontando na mesma direção. No título do livro de Daniel Kidder, **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**, exemplar dessa representação a partir de um olhar estrangeiro, ao contrário da tradução de **Travels in Brazil** (1816), de Henri Koster, por **Viagens ao Nordeste do Brasil** (1942), pois projeta a noção de nordeste sobre um tempo em que esta ainda não existia⁴. Significativamente, na fundação da “Divisão

³ Na frase de Arthur Reis: o “Rio a essa altura [isto é, na regência] era uma síntese do Brasil” (1985, p.332. Vol. 4)

⁴ Só a partir do final da primeira década do século XX a noção começaria a ser inventada (Albuquerque Jr., op. cit., p. 65)

Pacificadora do Norte” por Lima e Silva, quando enviado ao Maranhão para dar combate à Balaiada.

O distante “norte do Brasil” era noção de espaço tanto geográfica quanto estratégica, pois o Maranhão/Norte não foi espaço morto, mas produto também de um “campo de batalhas” internas ou de relações de forças em guerra (Foucault, 1990, pp. 158-9). Se no plano concreto predominava a diversidade e superposição dos lugares, no plano imaginário a tendência foi para a uniformização fictícia do Maranhão, promovida por grupos de poder que, nos quadros da formação do Estado imperial, buscaram se configurar como regionalistas/maranhenses.

No processo da institucionalização do Maranhão como Província do Norte do Império, a descrição do espaço regional foi feita conforme discurso para o qual a questão do “paradoxo da fronteira” era decisiva. Fronteira entendida como estratégia de produção simultânea da unidade e da cisão, de um “nós” em relação a um “outro”. Interação pela qual a região se faz (Certeau, 1996, pp. 212-13). A coleta de informações, a elaboração de mapas, roteiros, itinerários e narrativas de viagens foram práticas e formas da construção discursiva do Maranhão província (região colonial e brasileira) como “espaço heterotópico”, conectados a grupos de poder e geradores de efeitos no plano imaginário que precisam ser analisados (Foucault, 2001, p. 415). A verdade é que nos tempos da **Crônica Maranhense** “a sociedade” eram “sociedades” compondo um “mosaico de subespaços” espalhados pela Província (Santos, 1997, p. 133). Embora elementos do padrão dominante de estratificação social se fizessem presentes em maior ou menor grau, em todos eles, diferenças locais importantes foram se estabelecendo. Do ponto de vista geográfico, essa variedade foi enfatizada e sistematicamente descrita por Raimundo Lopes nos começos do século XX. Dizia o autor: “... estaria palmarmente iludido quem quisesse atribuir a tão vasta região uma uniformidade que seria puramente fictícia” (1970, pp. 115-180). De fato, não apenas a atribuição de uniformidade foi buscada como foi “puramente fictícia”. Contudo, sob o

fundo da “uniformidade fictícia” as diferenças eram tão marcantes que em vários casos vê-se mais “interzonas” do que zonas precisamente delimitadas. São “espaços híbridos” feitos de múltiplos lugares (Santos, Op. cit., pp. 70 e 81-83). Era, sobretudo, o caso do “baixo sertão”, espaço onde várias zonas confluíam. Colcha de retalhos.

Há um dado geográfico crucial na **História do Maranhão**, pelo menos até meados do século XIX, sempre observado e enfatizado por Capistrano de Abreu: as dificuldades de comunicação pela costa com as regiões do sul em função do regime dos ventos e da correnteza marítima. Luís Felipe de Alencastro também chamou a atenção para o problema das relações entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão pelo litoral, em razão dos regimes dos “ventos negreiros”; no caso em questão, a corrente das Guianas. Diz Alencastro,

[...] a separação entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (1621), cujos limites começavam exatamente na altura do cabo de São Roque, responde ao quadro de ventos e marés predominantes na costa sul-americana: facilidade de comunicações com a Corte e transtorno da navegação litorânea sul-americana levam à **criação de duas colônias distintas no espaço da América portuguesa** (2000, p. 59, negrito nosso.).

Para Capistrano, este fato foi o responsável pela decisão da Coroa em criar o Estado do Maranhão independente do Estado do Brasil ⁵. Mas, para o historiador, essas divisões político-administrativas acabaram estimulando comunicações por terra, pelo interior, cuja importância estratégica poderia ser observada no papel crucial que exerceram sobre o estabelecimento das fronteiras territoriais externas e internas da Capitania. O momento decisivo compreenderia o período de 1760 a 1820, tempos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e da crise do antigo sistema colonial. Capistrano tomou aqui como fontes fundamentais o **Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí**, do autor anônimo, e o **Roteiro da viagem que fez o**

⁵ Nos termos dos **Capítulos de História Colonial**: “As dificuldades de comunicações marítimas entre o Maranhão e o resto do Brasil sugeriram a idéia de criar ali um estado independente. Isto se ordenou em 1621.” (1988, pp. 153-54). Veja também **Caminhos antigos e povoamento do Brasil** (1988, p. 66).

Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz, no anno de 1815, em serviço de S. M. Fidelíssima. Este, em 1817, assim resumiu as feições assumidas pelo povoamento no Maranhão:

Povoada assim em toda a largura somente nos distritos vizinhos ao mar, a capitania vai levando pela banda de Leste encostada aos rios Parnaíba e Balsas quase em todo o seu comprimento S.O. uma única tira da terra habitada, que principia a estreitar-se desde o meio baixo do Itapicuru até a passagem do rio Neves, porque daí suas povoações tornam a estender-se para Oeste, rodeando as mesmas cabeceiras do Itapicuru e as do Alpercates [sic] até encostar ao Tocantins pelas fazendas Boqueirão, fazenda grande de Elias Ferreira Barros e outros. A parte que menos se alarga é das alturas, do lugar capital Pastos Bons para o sul até Riacho Batateiras, aonde entra o arraial do Príncipe Regente (Carolina) lhe fica para Oeste um desconhecido de mais de oitenta léguas (Ribeiro in Abreu, 1988, p. 71).⁶

Vemos aí um território cindido em duas grandes áreas povoadas, a Leste do Itapicuru e nos “distritos vizinhos ao mar”, pela população da colonização, e, a Oeste do Itapicuru, as terras desconhecidas dos chamados índios bravos. Terras às quais Gayoso tanto se referiu. Paula Ribeiro também: “Depositam-se todas as... povoações (gentias) pela latitude do lado Oeste da mesma capitania, entre os rios Itapicuru e Tocantins” (1819, p. 184). Em suma, nas palavras dos observadores da época, de um lado, as terras ocupadas pela civilização, e, de outro, as terras ocupadas pelos selvagens. Nos termos de Bernardino Pereira do Lago, a “parte habitada de povoação civilizada” e a “parte infestada de índios selvagens” (2001, p.14).

A área civilizada, por sua vez, se dividiria em duas zonas fundamentais, o “norte” e o “sul”, constituindo uma espécie de fratura interna principal. Nos termos de Paula Ribeiro:

Considera-se ella dividida em duas quase partes, cujas distancias podem pela sua respectiva carta observar-se, e que muito bem poderiam formar duas comarcas, uma do sul, do norte a outra, cujas partes desconcordando sómente na propriedade do

⁶ Cf. **Roteiro do Maranhão** (1900, pp. 136-38) e **Roteiro de Viagem** (1848, p. 16)

seu clima, qualidade de terrenos e produções, é por isso mesmo que melhor entre si deveriam dar-se as mãos, e sustentar combinadas a sua florescência commercial e agronômica. (1849, p. 41).

“Norte” e “Sul”, por sua vez, eram compostos de várias “micro-zonas” (como, aliás, indicaram Gayoso e Lago para os “distritos” do norte e Ribeiro para os sertões dos Pastos Bons. Ou “círculos”, para usar a expressão do relatório de Olympio Machado, em meados do XIX). Quanto ao norte seria necessário atentar, pelo menos, para duas outras zonas importantes. Aquela ao leste da Ilha de São Luís e aquela a oeste (depois reconhecidas como “Baixada Ocidental” e “Maranhão oriental”). A primeira foi descrita no **Itinerário da Província do Maranhão** (começado em janeiro de 1820) por Antônio Bernardino Pereira do Lago e compunha-se dos “distritos” da Ilha de São Luís, Alcântara, Guimarães, Viana e Mearim (1872).

A descrição feita por Aires de Casal, na **Corografia Brasílica**, confirma de modo sintético e claro o mapa acima, valendo reproduzi-la aqui:

Todo o terreno, que fica entre o rio Itapicuru e o Parnahyba, está de largos anos evacuado de selvagens, assim como também a parte septentrional do que fica ao ponte do primeiro rio, e por toda a parte mais ou menos povoado de Brancos, e Indígenas christianizados, geralmente occupados na lavoura de mandioca, milho, legumes, e sobretudo nos dois mencionados, e lucrozissimos objetos mercantis arroz, e algodão; mas quase todo o trabalho he feito pelos braços dos Negros, cujo numero excede muitas vezes o daquelloutros (1945, p.263).

Eram os territórios das fazendas assim organizados:

As famílias vivem, pela maior parte, dispersas. Como cada fazendeiro ou lavrador d’ordinario tem todas as suas possessões em um só pedaço de terreno, também commumente alli habita com toda a sua família, e haveres: e sendo cada vivenda destas uma aldeia, e não poucas vezes assaz populoza em razão da escravatura; sam poucas (para extensão da província) as aldeias, onde habite considerável numero de vizinhos, depois de exceptuarmos as que ham sido creadas Freguezias, das quaes

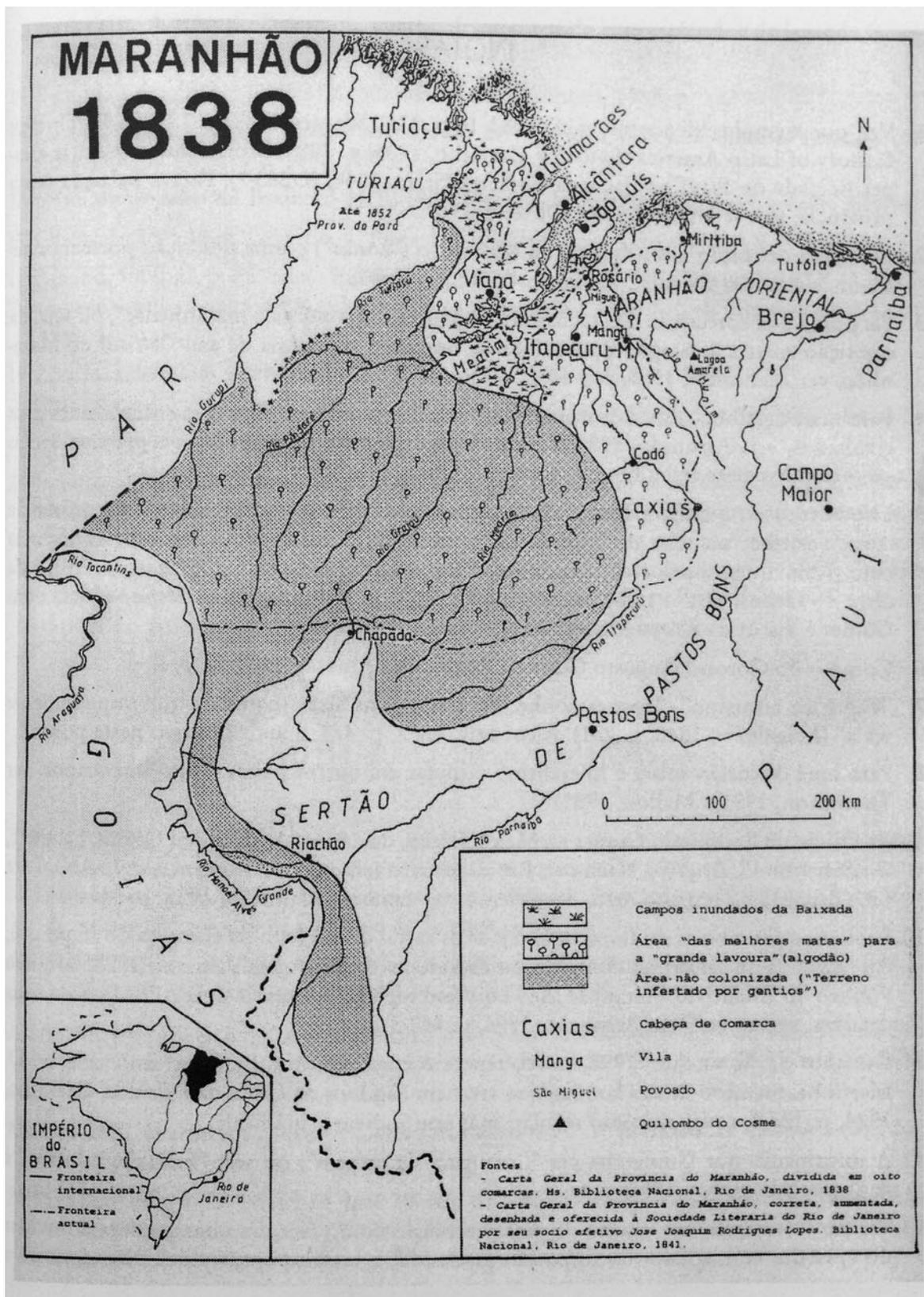
algumas tem vinte, e mais léguas de districto. (idem, pp. 263-64).⁷

Outro mundo era o dos territórios indígenas:

A porção meridional da parte occidental desta província está ainda em poder dos Indígenas selvaticos, como também grande extensão da central: os septentrionaes, e convizinhos dos conquistadores sam os Gaméllas (...)/Ao meio dia daquelles ficam os *Timbyras* divididos em duas hordas, designadas com o appellido de Timbyras da Matta, que vivem no interior dos bosques; outra com o de Timbyras de cannella fina, assim denominados pela delicadeza de suas pernas, segundo dizem: estes vaguêam pelos descampados; e sam de tal velocidade na carreira, que emparelham com um cavallo (...)/ Andando para o sul, encontram-se os Manajós, que sam alvos, e occupam o terreno, que fica ao poente de Balsas, estendendo-se athé a margem do rio Tucantins, onde se lhes dá nome de Temembós. Delles sam convizinhos os Bus, e os Cupinharós./Na raia da província com a do Pará habita o gentio Ge, repartido em cinco tribus, distinguidas pelas denominações seguintes: Auge, Crangê, Cannacatagê, Poncatagê, e Paycogê; quazi sem differença de linguagem, nem de costume. (idem, pp. 264-65).⁸

⁷ Caio Prado Jr., em estudo crítico sobre a **Corografia** de Casal, observa que este trecho tocava em questão fundamental da estrutura demográfica do país, mas, lamentavelmente, não analisada pelo autor (“Aires de Casal, o pai da Geografia Brasileira e sua Corografia Brasília”, **Evolução Política do Brasil**, p. 170).

⁸ No “mapa” da Província de 1838 (no esquema de Assunção, 1998, p. 85, baseado em duas Cartas Gerais da Província: uma de 1838 sem indicação do autor, e outra, de 1841, de José Joaquim Rodrigues Lopes), e principalmente na Carta Geral da Província do Maranhão de 1854, de Franklin Antonio da Costa Ferreira (Moraes, **Guia**, 1989, anexos), vemos praticamente o descrito em linhas gerais por Francisco de Paula Ribeiro (a carta de Pereira do Lago talvez confirmasse essa descrição, mas não a vimos). Quase cem anos depois, a ocupação do chamado Oeste continuaria difícil, levando um jovem e talentoso Raimundo Lopes a escrever: “É o ‘problema do oeste’ maranhense, o mais desafiador de quantos se nos antolham na geografia do estado” (1970, p. 159).



Fonte: Assunção, 1998, p. 85

Todas as áreas, indicadas acima, transformaram-se depois naquilo que Raimundo Lopes, em **Uma Região Tropical**, chamaria de “zonas maranhenses” (1970, pp. 115-180). A visão de Lopes pouco enfatiza os aspectos políticos presentes na demarcação de cada zona, se fixando nos aspectos “naturais” (relevo, clima, vegetação, etc.). Contudo, tais áreas também foram demarcadas a partir de um “campo de batalha” envolvendo grupos de fazendeiros, comerciante, autoridades públicas, camponeses, índios, escravos. Transformaram-se em regiões produzidas pelo poder geopolítico do Maranhão: subdivisões de domínio integrantes da sua unidade político-administrativa. Assim, do ponto vista da **Geografia do Maranhão**, podemos dizer que a área povoada da Província, sem contar com as terras indígenas ao “oeste” do Itapicuru e malgrado a visão da época a dividisse apenas em duas grandes zonas, a do “norte” e a do “sul”⁹, foi composta inicialmente de vários “círculos” reunidos em quatro “regiões” principais. Quais sejam: a da capital e seu entorno na ilha de São Luís, a zona da “baixada ocidental” cuja sede era Alcântara, a zona “norte”, incluindo o vale do Itapicuru, tendo Caxias como núcleo mais destacado, e a extensa zona do “sul” conhecida como “Pastos Bons”. São áreas definidas pelas forças do Estado e dos grupos dominantes (fazendeiros e comerciantes) em guerra contra índios, quilombos, camponeses. Grosso modo, foram as **principais sub-regiões da Província no tempo da regência**.

Dadas as fragilidades das comunicações entre elas, feitas, sobretudo, pelos rios e pela administração, acabaram constituindo-se muitas vezes em “lugar fantasmagórico” umas em relação às outras (Santos, 1997, p.65). Isso significava, por exemplo, que embora São Luís fosse o centro oficial das decisões, nem por isso, as outras áreas eram simples cumpridoras do que fosse determinado por ela. Sem ser absoluta, havia forte autonomia de ação das regiões e localidades entre si (a exemplo das relações entre São Luís e Alcântara, para não dizer das relações entre a capital e Pastos Bons). É

⁹ Topografia imaginária de onde se originou a idéia do “Maranhão do Sul” e que até hoje alimenta a compreensão dos historiadores e inspira movimento políticos autonomistas

nesse sentido que o acontecimento, conhecido como Balaiada, foi condicionado pela forma de “colcha de retalhos” adquirida pelo espaço provincial, sem que, assim, tenhamos de concordar com a opinião determinista de Raimundo Lopes, segundo a qual “as causas profundas da rebeldia prendem-se ao influxo do meio” (1970, p. 151).

A zona de São Luís fundava sua importância no fato de nela se localizar a capital da Província (capital, por sua vez, da antiga Capitania do Maranhão e, durante certo período, do velho Estado do Maranhão), sede do poder político, da Igreja católica e do alto comércio. Nela se concentrava o grupo dos portugueses (naturais e adotivos) controladores do grande comércio e da alta burocracia. Tão ou mais antiga que Alcântara, havia sido o lugar escolhido pela Coroa portuguesa para fixar seu aparato de domínio e seus grupos mercantis. A zona de São Luís tinha história particular, sendo sempre palco central dos mais importantes acontecimentos ou de repercussão deles, a tal ponto que aquilo que até hoje se compreende como **História do Maranhão** se confunde quase sempre com a história desta área. Aliás, era comum confundir-se a cidade de São Luís com “Maranhão”. (O “ludovicentrismo” da **História do Maranhão** ainda está à espera do seu historiador.). No tempo da regência não foi diferente. A Setembrada (1831), movimento que praticamente deu início, na Província, ao “período regencial”, primeiro explodiu na cidade e só depois, com Antônio João Damasceno, ganhou o interior. O conflito político-partidário que desencadeou a Balaiada teve São Luís como centro e, embora os rebeldes nunca tivessem chegado à tomada efetiva da cidade, foi sempre esta o seu objetivo principal. Nestes tempos, a capital, considerada com seus 30.000 habitantes uma das mais importantes cidades do Império, era também o lugar onde mais se via algo próximo a uma experiência urbana moderna. Consistindo na localidade mais europeizada da Província, com a presença de vários grupos estrangeiros, principalmente ingleses e franceses, nela nasceram e atuaram figuras referenciais da intelectualidade provincial, como Odorico Mendes e Sotero dos Reis.

A “área” de Alcântara, embora curiosamente não tivesse participação, pelo menos direta, em grandes movimentos sociais do tempo, como a Setembrada e a Balaiada, caracterizava-se pelo peso econômico (algodão) e pelo domínio político das famílias principais. A área tinha também uma história singular desde o tempo da colônia, quando foi Capitania autônoma dentro do Estado do Maranhão, ainda que dependente da Capitania principal do Maranhão. Caracterizou-se, por assim dizer, como zona “tradicional”, pois, a partir de meados do XVIII, soube se reajustar ao novo ciclo do algodão e da lavoura escravista africana exportadora. A predominância de dois grandes tipos de atividades era sua marca: a pecuária e a lavoura. Era também conhecida pela grande concentração de quilombos. Por outro lado, como indicou o autor anônimo do **Roteiro**, pelo menos na década de 1760, ela não conseguiu expandir-se para o sul do Maranhão, em direção aos vales do Pindaré e do Mearim, uma vez que não tivera a “sorte” de contar com alguma frente de expansão vinda daí, capaz de impulsionar, rumo a vales como o do Pindaré, sua expansão econômica baseada na lavoura exportadora. Na regência, saíram de Alcântara e dessa zona algumas das principais lideranças da elite política provincial, tais como Franco de Sá e Costa Ferreira (este também um nome da elite imperial). Viana e Guimarães eram ativas localidades da zona de Alcântara.

A terceira zona, não menos importante, era a do “norte”. Ela tinha nos vales do Itapicuru e do Munim seus eixos mais dinâmicos e em Caxias o núcleo urbano principal. Como zona econômica mais rica da Província, concentrava as localidades mais ativas da sociedade escravista exportadora do tempo, com seus fazendeiros e escravos, tais como Itapicuru-mirim e Codó, no Itapicuru; Icatu e Manga do Iguará, no Munim, berço da Balaiada; e Brejo e Tutoya, no Parnaíba. Em termos de prosperidade econômica (entenda-se: da lavoura escravista), a área foi o que surgiu de efetivamente novo no Maranhão, desde meados do XVIII. Os registros conhecidos são unânimes na indicação da sua superioridade econômica. Deles vem sempre a imagem de uma região em plena florescência dominada pelas fazendas de algodão e pela escravidão africana. Segundo deixam supor indícios

históricos, os fazendeiros do Itapicuru, talvez por serem mais negociantes, não teriam a mesma aura aristocrática que os de Alcântara. Gayoso considerava Alcântara e a Ribeira do “Itapucurú” as duas principais áreas dominadas pelos brancos nacionais ou lavradores, e embora Alcântara não tivesse o mesmo peso econômico da Ribeira do “Itapucurú”, a “economia dos seus lavradores os faz superiores aos do Itapucurú, e os conserva em muito menos empenho” (s/d, pp. 162-63). Observação que, a nosso ver, apontaria para diferenças regionais ou locais na categoria dos brancos nacionais donos de terras, lavouras, gados e escravos. Focaliza a Ribeira do “Itapucurú” como a “povoação mais importante pelas suas produções, e a mais povoada pela multidão dos lavradores, e d’outros indivíduos que a habitão” (idem, p. 163). Não temia dizer que os distritos das freguezias de Rozario, Itapucuru-Merim, Caxias e Trezidela, juntos, concorreriam em “algodão para exportação da capitania, muito mais do que todo o resto della” (idem, p. 168). A área foi decisiva para acontecimentos como a Balaiada. Ao contrário das famílias alcantarenses, as do Itapicuru, como os Burgo e Belfort, tiveram participação explícita em movimentos como os da “Adesão” à Independência e da Balaiada. A zona “norte” passou por momentos decisivos na história pós-independência da Província. João Lisboa, Gonçalves Dias, Candido Mendes, José Candido de Moraes e Silva e muitos outros intelectuais da época eram oriundos dessas áreas. Principal centro urbano e comercial do vale do Itapecuru, Caxias rivalizava com São Luís e Alcântara. Caxias, além de residência dos fazendeiros, era também posto avançado das forças burocráticas e mercantis portuguesas. Como viram Spix e Martius, a vila era porta de entrada entre o “nordeste” do Brasil e a floresta amazônica. Era também, como indicara o autor anônimo do **Roteiro**, o lugar de encontro entre o norte e sul do Maranhão. Mais: espaço de abertura da “rachadura” na topografia econômica da Província e “ponto alto” da guerra da Balaiada, como observou Luís Felipe de Alencastro (1989, p. 9).

Por último, a área extensa dos sertões de Pastos Bons. Surgida na primeira metade do XVIII com a expansão das frentes de povoamentos

pernambucana e baiana, era zona dominada pelos fazendeiros do gado vivendo distantes de São Luís (Cabral, 1992). O autor anônimo, assim como Paula Ribeiro, relatou as características e importância dessa zona. Ela teve papel decisivo no deslocamento do povoamento para o leste da Capitania, além da fronteira do Itapicuru, rumos aos vales do Mearim e do Grajaú. Constituiu-se como zona intermediária entre o Maranhão e outras regiões do Brasil, e zona fornecedora de gado para o norte, onde era empregado como meio de transporte, força de trabalho e alimento. Ao contrário dos fazendeiros de Alcântara e de Itapicuru, uns mais aristocráticos e outros mais negociantes, os fazendeiros dos Pastos Bons, mais isolados e fechados em seu mundo, pareciam mais rústicos. Talvez aqui esteja uma das diferenças principais entre os três grupos de fazendeiros. Nem por isso deixaram de participar de acontecimentos decisivos como as guerras da independência e as da Balaiada. Nela, tais acontecimentos assumiram conotações próprias.

Máquinas territoriais: fazendas, aldeias, quilombos

Aqui, é preciso distinguir diferentes topografias: a dos grupos dominantes, a dos índios, a dos quilombolas e a dos camponeses. Estas permaneceram, em maior ou menor extensão, em luta contra a geografia do “Maranhão civilizado” que ia se impondo e que seria mais ou menos a seguinte.

Nas descrições acima, muitas vezes aparecem apenas casualmente as lutas, fundamentos da colonização/invenção do espaço provincial e, assim, da sua configuração. Mas que este rio ou aquela serra sejam considerados como fronteira entre uma e outra província, isso se deve não ao simples fato da existência do rio e da serra e sim ao “campo de batalha” envolvendo grupos de interesses diferentes, especialmente fazendeiros, camponeses, quilombolas e índios, terrenos onde se decide o estabelecimento do rio ou outro espaço natural como fronteira ou não, como se viu no caso das disputas quase seculares em torno da questão do Turiaçu (conhecida como

área de muitos quilombos). Assim foi com os rios Parnaíba, Manuel Alves Grande, Tocantins e Gurupi, os limites “naturais” do Maranhão província. Da mesma forma com a fronteira interna a separar o leste e o oeste do Maranhão, constituída pelo “soberbo” rio Itapicuru. Disputas que não ocorreram dissociadas das políticas da Coroa portuguesa no final da época colonial e daquelas ligadas à montagem do Estado imperial na primeira metade do XIX. Nos anos de 1770, o autor do **Roteiro** alertava a Coroa para o crescimento perigoso das terras ocupadas pelos camponeses em detrimento das fazendas e da necessidade de se controlar o povoamento, chegando a propor um projeto de ocupação do oeste da capitania por meio das fazendas de criação de gado (1900, pp. 86-100; 155-56). Aliás, várias vezes as fazendas são mencionadas por Spix e Martius, não apenas como unidades de produção, mas como marcos de referência do roteiro da viagem que fizeram: Fazenda Sobradinho, Fazenda Sucuriú, Fazenda Barriguda, Fazenda do Carmo, Fazenda Arraial, Fazenda da Bacanga, Fazenda do Bonfim (1981, pp. 252; 262; 267; 275). Os caminhos por terra, transitados apenas por cargueiros, eram marcados de “uma fazenda para outra” (idem, p. 261) ¹⁰.

Os territórios das fazendas coexistiam com outros territórios indicados vagamente pela narrativa dos viajantes, tais como “as regiões” do vale do Parnaíba, acima da foz do rio Balsas, “quase sem colonização... e habitadas apenas por tribos errantes das nações dos acroás e dos goguês” (idem, p. 252). Inúmeros eram os territórios dos “antigos donos da terra” noticiados por aqueles autores. Os descendentes dos tupinambás poderiam ser encontrados nas duas pequenas vilas do Paço do Lumiar e Vinhais (Ilha do Maranhão), espalhados pelo distrito da Vila de Alcântara, ao longo da margem do Rio Itapicuru e na pequena Vila de Monção (outrora Carará), no Rio Pindaré. Tabajaras e caicaizes podiam ser encontrados morando nas margens do Itapicuru, nas Freguesias de São Miguel e da Trezidela, esta perto de Caxias; os manajás em liberdade habitariam as “nascentes do

¹⁰ Veja ilustração da “Fazenda na margem do Itapicuru” (página 105 deste trabalho)

Mearim” e as terras entre este e o Tocantins, e os “aldeados”, Vinhais na Ilha de São Luís e duas freguesias do distrito de São Bento de Pastos Bons. (Idem, pp. 252; 259).

A narrativa de Spix e Martius respira a atmosfera da “batalha” entre índios e fazendeiros pelo controle dos territórios, a ponto de se dizer que as informações sobre aqueles somente poderiam ser obtidas “durante as guerras, que se empreendem de quando em quando, a fim de desalentá-los das investidas contras as fazendas isoladas” (idem, p. 260). Era elevado o número dos “índios bravos” sem “intenções pacíficas”, vistos “com desconfianças pelos colonos”. Estes índios ocupavam vastas áreas de terras localizadas nas “cerradas matas virgens entre os Rios Balsa e Itapicuru”, “entre o alto Mearim, Alpercatas e Itapicuru, nas regiões elevadas, em parte sem mata”, “entre os Rios Grajaú e Mearim, e, daí para oeste, até a bacia do Tocantins”, “junto da Ribeira da Faca e no Rio Farinha”, nas “matas fechadas entre os Rios Turiaçu e Pindaré, a oeste das Vilas de Viana e Monção”, nas “fronteiras ocidentais da província do Maranhão, perto do Rio Tocantins”, no “sertão na margem direita do Tocantins”, nas “matas entre os Rios Tocantins e Capim”. Em certas áreas, as terras das fazendas e as dos índios bravos tocavam-se, como no caso das terras cobertas de matas localizadas nas margens do “Rio Condó” [sic!], afluente do Itapicuru, dando a impressão de enclave próximo às terras das fazendas do Itapicuru. (idem, pp. 259-60).

Várias eram também as terras ocupadas por quilombos a compor outras geografias, embora Spix e Martius não dêem notícias deles. Pela mesma época, Antônio Bernardino Pereira do Lago dizia:

os quilombos de negros fugidos eram tantos e tão grandes que, em um, no distrito de Alcântara, conhecido por quilombo dos pretos de *Viveiros*, existiam 14 fugidos, tendo relações com outros muitos e até entrincheirados, que foi necessário ir tropa extingui-los; outro era na Fazenda das Mercês, composto de 17, além de muitos deles, espalhados pelas matas, e que serviam de ponto de reunião aos que fugissem; males que são do maior estorvo à agricultura, na qual somente escravos se empregam (2001, p. 28).

As pesquisas dos historiadores Matias Assunção e Flávio Gomes confirmam a forte presença de quilombos, os quais estavam disseminados por múltiplos lugares. Os temores dos quilombos, diz Gomes, tinham “suas próprias geografias e roteiros” (2005, p. 147). Matias sugere três regiões principais de quilombos. Primeiro as dos pequenos quilombos surgidos nas proximidades das fazendas: “em todos os termos e freguesias com grande concentração de fazendas e escravos, com Alcântara, Viana, Vitória do Mearim, Itapecuru-Mirim, Rosário e Manga do Iguará.” (1996, pp. 436-37). Segundo, nas “grandes matas das áreas de fronteira”, diz o historiador, formaram-se os quilombos mais duradouros. Por último, os antigos quilombos das regiões do Turiaçú-Gurupi, combinando economia de subsistência e garimpo (Matias, *idem*, p. 437; Gomes, *idem*, p. 136). No tempo da Balaiada, afirma Gomes, o vale do Itapicuru, e especialmente as regiões do Iguará e Brejo, foram focos de intensa formação de quilombos (*idem*, p. 149). Atente-se, neste momento, para os quilombos de Codó. Na **Crônica Maranhense**, João Lisboa, comentando as eleições de 1838, perguntava por que a localidade “Urubu” viu-se sem destacamento no momento em que mais precisava à vista da abolição da “polícia rural, e por se terem multiplicado os quilombos de negros fugidos” (Artigos da **Crônica Maranhense**, 2/nov./1838, p. 238).

A demarcação do território provincial era questão estratégica para fazendeiros, grandes comerciantes e autoridades públicas. Não havia então Brasil, e nem o Maranhão era “região brasileira” (Kidder, 1980, p. 173). Para o Império, os tempos eram de predomínio de fronteiras indeterminadas (Magnoli, 1997, p. 295); havia sim projetos de construção nacional aos quais se ligaram as lutas das autoridades oficiais e dos grandes proprietários contra as populações indígenas, quilombolas e camponesas almejando a apropriação dos espaços naturais e sua demarcação como “território da província”, ou seja, do Maranhão.

2.2 CLASSIFICAÇÕES

Os dados demográficos encontrados para o Maranhão do período regencial são precários, mas permitem sugerir pelo menos um esboço inicial dos diferentes grupos ou “classes” em que se distribuía a população. Já conhecido, o esquema de classificação é mais ou menos o seguinte. Nas classes “superiores”, destacavam-se a elite política (deputados, senadores), a alta burocracia do Estado (presidentes, magistrados, militares, clero), homens de negócios (luso-brasileiros, portugueses, ingleses) e grandes proprietários de terras e escravos (donos de lavouras de algodão, de fazendas de gado). Nas “inferiores”, compondo as bases de uma população em torno de 200.000 habitantes, sobressaíam-se os escravos (urbanos e da lavoura) estimados em 90 mil e a massa expressiva e crescente dos camponeses (livres pobres e forros), sem contar índios mais ou menos “civilizados” (Cf. Caio Prado Jr., **Evolução Política do Brasil**, p. 71).

Em 1822, Antônio Bernardino Pereira do Lago publicava pela Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa sua **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. Na “Dedução preliminar” expunha programa inspirado na contraposição entre “sociedade” e “natureza”. Não bastava aos “homens” nascerem “homens”. O homem, afirma Pereira do Lago, “usando de sua inteligência e tornado já mais forte com o mútuo socorro das relações sociais, começou a invadir a natureza por todos os lados em que tão rica se apresenta, submeteu-a a seu bom grado, profundou até suas entranhas e lhe conquistou, enfim, todos os seus tesouros.” (2001, p. 7). Neste trecho, expunha idéias de “homem”, “natureza”, “sociedade” e formas de relacioná-las que abrangeram vários outros observadores e classificadores do Maranhão e dos maranhenses.

Classificação de Gayoso: raças e classes

Em 1812 (ano de nascimento de João Lisboa), quando estava praticamente definida a configuração social padrão da então Capitania do Maranhão, o ilustrado senhor de terras e escravos José Raimundo de Sousa Gayoso propôs a seguinte classificação matricial:

Os seus habitantes se podem dividir em várias classes. A mais poderosa... he a dos filhos do reino. (...). Os nacionaes ou descendentes dos Europeos... formão a segunda classe de cidadãos (...). A terceira classe dos habitantes... he de uma geração misturada, proveniente ou de hum Europeo e huma negra, ou de hum Europeo e huma Índia. Os da primeira filiação se chamão *mulatos*; os da segunda... são chamados *mestiços*. (...). Os negros occupão a quarta classe dos habitantes. (...). Os Índios formão a ultima classe dos habitantes de hum paiz que antigamente pertencia aos seus antepassados. (...) (s/d, pp. 115-121).¹¹

Para o ilustrado senhor de escravos, os “brancos do reino” “Europeo” ou “filhos da Europa” (idem, pp. 118; 152) compunham a classe “mais poderosa”, aquela que ocupava “os primeiros empregos” da administração pública, controlando o governo político, a Junta de Justiça, a Junta da Fazenda Real, os cargos de magistrados, a Provedoria dos Defuntos e Auzentes, a Junta da Coroa, a Intendência da Marinha, o Governo Ecclesiastico como suas Freguesias e Igrejas, os Conventos religiosos, a Corporação Militar (Gayoso, s/d, pp. 115-131; 142-154). Os portugueses controlavam ainda com seus “negociantes e comissários” o comércio com a Europa, com as outras capitanias e com o interior do Maranhão. Deles faziam parte os “capitalistas” que controlavam na praça comercial de São Luís a compra e revenda de escravos africanos bem como, em conluio com

¹¹ Cf. Gilberto Freyre, **Sobrados e Mocambos** (pp. 632-33), onde essa classificação é analisada. Para Freyre, foi “talvez Gayoso quem tentou com maior cuidado traçar uma sistemática da miscigenação no Brasil patriarcal e semipatriarcal”. Caio Prado Jr. considera o **Compêndio** o melhor estudo sobre o Maranhão do começo do século XIX (**Formação**, p. 152). Dado o valor matricial da classificação de Gayoso para as classificações posteriores (e mesmo para outras questões que abordaremos mais à frente), vamos nos demorar sobre ela.

negociantes ingleses, a compra do algodão dos lavradores (leia-se: brancos nacionais). (Idem, pp. 116; 243; 260-61).¹²

Para Gayoso, uma das principais características da “classe” dos brancos nacionais ou filhos da terra ¹³, era a inatividade decorrente de vários fatores tais como a influência do clima ardente e a política premeditada do governo. Não via nesse segmento, marcado pela “docilidade do caráter” e “boa índole”, risco de “dezasosego publico”. A inatividade seria a causa de ela viver “retirada huma grande porção do anno nas suas fazendas” (idem, p.116-117). O Governo Municipal era dos poucos setores da administração pública em que participavam, mas, ainda assim, até 1792, os filhos do reino “entrevão... promiscuamente nos pelouros” (idem, p. 152) ¹⁴. Em Caxias, feito vila em 1808, a câmara municipal foi ocupada por brancos do reino e nacionais, levando Gayoso a escrever:

Para esta nova câmara entrarão os Europeós promiscuamente com os Brasileiros, como fica declarado, sem controvérsia alguma: mas quem sabe, se huma vez alcançada a mesma graduação de que goza a câmara do Maranhão (leia-se: São Luís), para esta de Caxias, não tornarão os Europeus a ser excluídos desta nobreza municipal! (idem, p. 167).

Gayoso tratou demoradamente dos “privilégios de infançoens”, mas sem chegar a uma definição sobre a “qualidade de distinção” exata que eles encerrariam. Embora vago, era uma forma de enobrecimento dos brancos nacionais (idem, pp. 134-42). E foi importante também a presença dos filhos da terra na Milícia com suas patentes de coronéis, tenentes-coronéis e tenentes, antigos corpos auxiliares com seus mestres de campo criados por carta régia de 7 de julho de 1757 (idem, pp. 154-159).

Segundo Gayoso, uma prática seminal para a configuração da sociedade e que marcou tanto brancos do reino quanto brancos nacionais foi o

¹² Gayoso fala em “capitalistas nacionais” (idem, pp. 116; 260)

¹³ Diz ainda na obra que aqui vamos expando: “nacionaes”, “descendentes dos Europeós”, “filhos do Brasil”, “cidadoeus laboriosos” (pp. 115, 152 e 239).

¹⁴ Cf. Caio Prado Jr., **Formação**, p. 296, nota 53, onde discute a questão confrontando as opiniões de Gayoso e João Lisboa.

envolvimento sexual e afetivo com mulheres negras e índias. Havia branco que preferia ao casamento a “amizade illicita com huma mulata, negra, ou índia”, chegando ao ponto de abandonar depois de casado uma “mulher formosa” por uma “negra, ou mestiça” (idem, p. 122). Gayoso tentava explicar assim:

Em quanto aos brancos nacionaes, talvez que por serem tratados, e aleitados na sua infância por essas escravas, elles conservem depois de adultos as mesmas inclinaçoens. Não acho razão alguma, que possa disculpar os brancos do reino (idem, pp. 122-23).¹⁵

Na “terceira classe” encontrava-se a “geração misturada”. Nela, como já se disse, Gayoso distinguia dois grupos, os dos “mulatos” e o dos “mestiços”. Sugeriu que ela fosse produto das “lascidões dos costumes” e da “ardência do clima” (idem, p. 118). Ressaltou dois aspectos, um no campo da ocupação e outro no dos costumes. De “constituição robusta”, a ela caberia a responsabilidade por “todas as artes mechanicas, e todas as occupaçoens da sociedade que requerem actividade” e que eram desprezadas pelas classes superiores por motivos de vaidade e preguiça (idem, p. 120). De outro lado, Gayoso achava que os “costumes” dessa classe, junto com a dos negros e índios, eram “sumamente corrompidos em ambos os sexos”. Viveriam em “mancebia continuada”. Para ele, a “religião não tem podido pôr-lhe hum freio contra a incontidência, pois que esta paixão he superior nelles, em hum clima tão cáldo, a todos os perçeitos [sic] evangélicos” (idem, p. 122). O clima era corruptor de costumes, até da religião¹⁶. Aliás,

¹⁵ Tocamos na questão do papel das mulheres na “assimilação” dos filhos da terra, envolvendo a situação das mulheres negras e indígenas ou mestiças. Como indica Gayoso no caso especialmente das mulheres escravas, as quais cumpriam papel determinante nas “inclinaçoens” dos “brancos nacionaes”, pois eram quem os tratavam e aleitavam na infância. Quantas das figuras do grupo maranhense não foram, na infância, aleitados e tratados por essas mulheres negras escravas? Situação que, não poucas vezes, fez dos “filhos da terra” homens de duas mulheres: a “negra, ou mestiça” e a “mulher formosa”.

¹⁶ Analisando essa questão para a colônia, escreveu justamente Ronaldo Vainfas: “Amancebavam-se por falta de opção, por viverem, em sua grande maioria, num mundo instável e precário, onde o estar concubinado era contingência da desclassificação, resultado de não ter bens ou ofício, da fome e da falta de recursos, não para pagar a cerimônia de casamento, mas para almejar uma vida conjugal minimamente alicerçada segundo os costumes sociais e a ética oficial” (1997, p. 94).

também quanto ao modo de vestir, a “maior parte destas três espécies” se parecia:

Toda esta gente ordinária não anda calçada na maior parte, e he cousa digna de notar-se encontrar-se pela rua huma Índia, mestiça, ou negra, ricamente vestida, e carregada de uma taboleta de ourives de ouro ao pescoço, correndo as ruas da cidade sem sapatos. Outras há que nem camiza uzão, e apenas por compostura deitão a camiza que he curta, a que chamão cabeção, a roda do pescoço (pp. 122-23).

A “quarta classe” era a do “negro da Costa da África”, definido por Gayoso como a “desgraçada parte da espécie humana”. Compunha a massa de escravos oriunda de vários lugares na África: Guiné, Angola, Costa da Mina, Bissáo, Caxeio, Zinquixor, Farim, Balanta, Bisagó. Os de Balanta e Bisagó eram os de maior preço (pp. 118; 120; 239; 243-44). Observou que, provavelmente, o descuido de “alguns Senhores” com o sustento dos escravos foi “causa da grande mortandade que todos os dias experimentão em prejuízo dos seus capitães, da sua lavoura, e da sua consciência” (idem, pp. 201-202).

Por fim, os índios, a “última classe”, Gayoso considerava como “desgraçadas naçoens”¹⁷. Considerados “homens inhabeis”, caracterizavam-se pela “natural indolência”, “pouca ambição” (idem, p. 121). Gayoso distingue, pelo menos, dois grupos de índios: o “gentio bravo” (idem, pp. 100, 168, 228, 229, 234) [ou “gentio brabo” (p. 103) ou ainda “índios salvagens” (p. 237)] e os “domesticados” (p. 169). Menciona a notícia de um “gentio branco”, descendente dos Holandeses, vivendo nas proximidades do Mearim e do Grajaú (idem, pp. 106-7). Para o lavrador, a “falta de boa fé he tão natural em toda esta gentilidade em geral, que difficultosamente se conseguirá expulsa-la por meios brandos”. As noções de “dependência, e de sogeição” eram totalmente desconhecidas entre eles. Viviam no “estado da natureza”, sob a lei dos “seus desejos”, sem “amor da

¹⁷ Diz ainda Gayoso: o “gentio”, o “Americano”, “primeiros habitantes”, “naturaes”, os “barbaros” (Op.cit., pp. 106;118; 121; 169; 232, 234, 236)

pátria”, levando vida “pouco sedentaria” (idem, pp. 232-33). Eram “homens desgraçados” envelhecidos pela “corrupção da idolatria” e pela “grosseira superstição” (idem, p. 258). Marcados pela “ferocidade” e por “usos, e costumes” “mais diferentes dos nossos, do que a mesma cor”, dizia Gayoso, a violência, o “arbítrio” era o único meio de domesticá-los, de trazê-los ao “conhecimento de J. Christo” (idem, p. 234). Apesar de parecer vê-los como “espécie igual à nossa”, merecendo o reconhecimento com base nos “mais sagrados direitos da humanidade”, Gayoso não deixa de lembrar a proposta de uma “escravidão temporária” ou “limitada” como feita para os negros da costa de África (idem, pp. 237; 239).

Adotando como ponto de partida categorias raciais (brancos, negros, índios, mestiços, mulatos), a classificação de Gayoso representa a capitania como mundo hierarquizado em classes (no sentido de “ordens” ou mesmo “castas”) cuja perfectibilidade é medida pelo grau de proximidade com a matriz europeia (“europeo”). A sequência em que descreve as classes/ordens sinaliza esse sentido forte de hierarquização, onde os primeiros são os “filhos do reino” (“europeus”), os segundos os da “terra” (“descendentes de europeus”), os terceiros a “geração misturada” (de negros e índios com “europeu”), e em quarto e quinto lugares os negros e índios (não-europeus). Sua classificação segue o axioma colonizador que ele mesmo registra ao tratar da “geração misturada”:

Os Portugueses, e os mesmos Hespanhoes distinguem com diferentes nomes todos os grãos desta filiação, e todas as variedades da espécie desde o negro da costa d’África, transplantado para a América, e a cor bronzeada do Americano até a alvura do Europeo. (idem, p. 118).

Para Gayoso, classificar implica em distinguir com “diferentes nomes” os graus de uma “filiação” e todas as “variedades da espécie”. Gayoso segue uma lógica classificatória que toma a categoria **raça** como gênero ou espécie para em seguida apontar as variações conforme critérios diversos (nacionalidade, religião, atividade econômica, trabalho, condição, origem, etc.). Operação expressa pela “taboada de misturas”, com duas

possibilidades: a do branqueamento e a do enegrecimento. As duas levariam à extinção das “cores distintivas” de negros, índios e brancos e ao estabelecimento de uma cor hegemônica. Em Gayoso cuidava-se de europeizar índios e negros por meio da mistura. O objetivo final seria a produção de uma “só nação” (idem, p. 118), extinguindo a **mistura**. (curiosamente isto se faria pela mistura). Cuida-se de descrever a sociedade como se fosse uma árvore genealógica. Assim, por exemplo, havia “brancos do reino” e “brancos nacionais”, negros dos “serviços da lavoura” e do “serviço doméstico”, índios que “vivem na cidade” ou em “suas vilas e aldeias” (idem, pp. 120-23). Os habitantes da “geração misturada” podiam ser “mulatos” ou “mestiços”¹⁸. A visão gayosiana representa uma das matrizes de um discurso de poder que procurou nomear, ordenar e dar sentido às multidões sociais européias, americanas e africanas em confronto no espaço da capitania e depois província do Maranhão.

A classificação de Pereira do Lago

A classificação de Antônio Bernardino Pereira do Lago segue os axiomas eurocêntricos e racialistas presentes em Gayoso, definindo quatro classes: brancos, índios, mulatos e pretos. No quadro da sua classificação, os pretos, embora fossem numericamente a maior classe, estariam reduzindo, os índios haviam estagnado, e os brancos e mulatos eram as duas classes que mais cresciam (2001, pp. 23-25). Os brancos, não por reprodução interna, mas pela imigração, principalmente depois de 1808, de pessoas casadas ou não, “robustas e na flor da idade... prontos a propagar a espécie”. Os mulatos surgidos posteriormente à entrada dos brancos e pretos, eram a “nova” classe e a que mais crescia. No Maranhão, segundo Lago, os “progressos da espécie humana” enfrentavam dificuldades, tais como: 1) a posição geográfica, “debaixo da zona tórrida”, motivo do calor insuportável, a não ser para poucos, como os negros; 2) as moléstias; 3) a

¹⁸ O que não deixava de constituir um problema para a classificação de Gayoso, uma vez que, segundo suas tabuadas das misturas, com as gerações sucessivas, poderiam ficar “inteiramente branco” ou “inteiramente negro” (idem, pp. 119-20)

elevada mortandade de crianças; 4) os poucos casamentos; 5) a pouca civilização do país, com reduzida indústria, cercado de índios selvagens e de pretos escravos em declínio em função de “miséria, vício, e castigo”; 6) a baixa proteção à agricultura e o “antigo Governo, em nada liberal” (idem, pp. 25-6).

Viajantes: Koster, Spix e Martius

Viajantes que passaram pelo Maranhão no final da era colonial confirmaram e deram novos elementos para o mapeamento e a caracterização dos grupos, sub-grupos e categorias ocupacionais presentes na classificação de Gayoso.

Koster, passando por São Luís um pouco antes da conclusão do livro de Gayoso, apresentou em sua narração esquema de classificação social similar, ainda que não explicitado, mas que sustenta a narrativa. O narrador sabe que o mundo que está a descrever é dividido em índios selvagens, negros escravos, homens de cor, brancos pobres e ricos; que é dominado pela alta burocracia portuguesa, cujo maior expoente seria então o governador, duramente criticado, e pela pequena e riquíssima classe dos negociantes e plantadores portugueses e brasileiros, a exemplo dos elogiados Simplício Dias da Silva e José Gonçalves da Silva. No Maranhão, dizia, existiam

índios bravios e as plantações no continente estão sob o perigo de seus assaltos. A proporção das pessoas livres é pequena. Os escravos têm muita preponderância... Existe uma grande desigualdade de posição em São Luís. As principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens, possuidores de propriedades prósperas, com extensões notáveis, grupos de escravos e ainda são negociantes. (2002, p. 301).

Quanto aos índios, registrava: o “nome que se dá, aqui e em Pernambuco, a todos os índios selvagens é Tapuia, e Caboclo é aplicado ao índio domesticado” (idem, p. 302). Fazia observação sobre segmentos sociais

importantes ao tratar da questão da defesa: “Os recrutas são constituídos pelas classes baixas e pessoas brancas e homens de cor”. “Em certas ocasiões”, escrevia Koster sobre as batalhas constantes com os índios, “pequenos destacamentos são enviados para fora da ilha no propósito de defender os agricultores contra os assaltos dos índios selvagens”. A respeito disto informava que estes chegavam, “acidentalmente”, a passar do continente para a ilha, realizando ataques sobre casas e jardins nos arredores. Não acreditava que houvesse interesse em se tocar uma política de “civilização” dos índios, pois muitas vezes ouviu que “o método do rigor era o único digno de ser empregado” (idem, pp. 299; 302). Conheceu Koster figuras prestigiosas da classe dos “negociantes e plantadores”, referindo-se especialmente aos “coronéis” José Gonçalves da Silva, pessoa idosa cuja fortuna formara-se no comércio e atualmente estendia-se pelo “plântio de algodão”, possuidora de “1.000 a 1.500 escravos”, e Simplício Dias da Silva, subgovernador de Parnaíba, onde teria “casa magnífica” e escravos músicos educados em Lisboa e Rio de Janeiro (idem, p. 304). Por sua vez, referindo-se à nudez dos escravos na cidade de São Luís, fazia distinção entre os que “trabalham na rua” e os “servos domésticos”, estes “toleravelmente vestidos, alguns com asseio e outros com elegância” (idem, pp. 305-306).

Imersos em esquema de hierarquização social semelhante aos de Koster e Gayoso, os viajantes naturalistas Spix e Martius distinguiam dois grandes subgrupos nas casas de comércio de São Luís: “nacionais” e “estrangeiras” (1981, p. 286). Os “europeus” (isto é, brancos portugueses) também controlavam a atividade comercial, situação atribuída tanto à sua “educação” quanto ao fato de, na condição de “imigrado”, chegarem, ao Maranhão, animados por uma “inquieta atividade, para fundar, com as suas próprias forças, condições de vida mais agradáveis”. Tais “imigrantes”, que todos os anos chegavam ao Maranhão, acabavam estabelecendo uma “supremacia” sobre os “brasileiros”, geradora de tensões permanentes. Isto em que pese os “laços de família” que os uniam entre si. No caso das casas comerciais estrangeiras na cidade de São Luís, os viajantes também

destacaram as firmas “inglesas e francesas”, as quais exerceriam influência no plano dos “costumes” da cidade, isto é, na “dignidade do comportamento, ao tom seguro e educado da sociedade”. (idem, 270-71). Os “brasileiros”, já citados, compunham outra categoria noticiada por Spix e Martius. Entres os sinais de identificação ou localização do grupo, destacam a atividade econômica e situam a lavoura como setor preferido da população. Para “ela todos se volvem de preferência”, diziam (idem, p. 274). Referem-se à camada dos “fazendeiros”, onde predominariam os “brasileiros”. Fazendeiros, lavradores e plantadores, aliás, são termos intercambiáveis no texto dos dois viajantes.

No tema da reprodução dos “costumes”, além dos estrangeiros, chamam atenção para o papel de uma categoria especial: a das “mulheres”. Referem-se às mulheres que reuniram em si dois atributos: o das “virtudes domésticas” e o do espírito “ilustrado por muitos conhecimentos”. Neste quadro, aludem ao conjunto das “famílias opulentas”, cujas “jovens” e “rapazes” seriam mandadas educar em Portugal; os moços não raro também eram enviados para Inglaterra e França. Provavelmente numa fase de idade mais avançada, pois, dizem os viajantes, já havia na cidade “ginásios e alguns colégios públicos”. A “mocidade feminina”, por exemplo, era educada por “freiras” como a da Ordem de Santo Agostinho. (idem, p. 271).

Na tabela dos “Ofícios em toda a província”, verificamos que os **ofícios** (atividades onde Gayoso localizou a classe dos “misturados”) eram divididos segundo a condição jurídica (livres e escravos) e o tipo de ofício. Assim como os livres, existiam escravos alfaiates, pintores e caiadores, ourives, carpinteiros, carpinteiros navais, marceneiros, entalhadores, serralheiros, pedreiros e canteiros, tanoeiros, ferreiros, caldeireiros, seleiros, curtidores. Havia até escravos incluídos na categoria dos que auxiliam na indústria (a maioria, aliás). Tais atividades eram consideradas pelos viajantes como “ofícios mais grosseiros”. A maioria dos escravos oficiais se concentrava em três atividades: “indústria”, “pedreiros e caiadores” e “carpinteiros”. Os livres também se destacavam nos ofícios de

“pedreiros e canteiros” e de “carpinteiros”. Haviam brancos e pretos libertos que eram “criadores e feitores”. Havia um significativo segmento de “gente que vive da sua própria indústria”¹⁹. (idem, pp. 286; 285-86).

Apoiados em Francisco de Paula Ribeiro, Spix e Martius relacionam as seguintes **nações indígenas**, diferenciadas segundo “critérios” os mais variados, difícil de enquadrar em algum princípio lógico. Da família dos tupinambás referem aos tabajaras, caicaizes, manajás (manaxós). Eram índios “civilizados”. Como “índios bravos” ou “livres” citam timbiras, gamelas, bus, xavantes, jês e cupinharós. Os timbiras, por sua vez, são classificados em três sub-grupos conforme critérios desiguais (localização, característica física): timbiras da mata, timbiras de canela fina e timbiras da boca furada. Os sub-grupos, por sua vez, dividiam-se em “bandos” ou “hordas”. Dos timbiras da mata, dizem os viajantes, “numerosos bandos” vaguejavam errantes pelo alto Mearim, Alpercatas e Itapicuru. Os timbiras da boca furada também se dividiam em várias hordas: aponejicrãs, ponicrãs, purecamecrãs, macamecrãs ou carauus (caroús). Caracterizados como o “terror dos colonos”, os gamelas (ou aco-bôs) são mencionados como um grupo de “índios bravos”. Os aco-bôs provavelmente pertenceriam à “tribo dos bus” (próximo do rio Tocantins). Os “temembós” seriam também da mesma tribo, mas compondo outra horda. Os jês se dividiam nas seguintes hordas: au-jês, manacob-jês (canacata-jês), piacob-jês (Payco-jês), cran-jês, poncata-jês e cricata-jês (canacata-jês ou gaviões) (idem, p. 259-261).

Aí, vemos claramente uma tentativa de enquadramento classificatório de uma multiplicidade de grupos e sub-grupos indígenas que os historiadores estão longe de conhecer em detalhes (o Padre Antônio Vieira, já bem antes, na década de 1650, apresentou uma visão dos índios do então Estado do Maranhão caracterizada justamente pela multiplicidade).²⁰

¹⁹ Uma pesquisa nos anúncios de jornais apontaria com certeza vários escravos oficiais.

²⁰ Não seria surpresa se o **Compêndio** de Gayoso e seu esquema de classificação social baseado em axiomas eurocêntricos e racialistas, em boa medida resumido e incorporado no relato de Spix e Martius sobre o Maranhão, houvesse em parte inspirado o projeto

Classificadores do Maranhão pós-colonial

Magalhães

Já nos quadros do Brasil pós-independência, a classificação de Gayoso foi confirmada por Gonçalves de Magalhães no relato da Balaiada. Empregando o critério racial da cor e excluindo os índios, dividiu a população do Maranhão em três grupos. “Computa-se a população desta província em 217 mil almas, entre brancos, mesclados e negros, espalhados em uma superfície de mais de 800 léguas quadradas.” Focalizou, sobretudo, os “mesclados”, definidos como “homens ociosos”, na maior parte produtos de uma “raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam cafuzos”. Enquanto os negros trabalhavam, em péssimas condições, como escravos nas lavouras de algodão e arroz, os “cafuzos” labutavam nas fazendas de criação de gado vacum, “em cujo trato e para salga das carnes e couros se ocupam cardumes de homens ociosos”, os quais também compunham a escolta dos “senhores fazendeiros” ou então viveriam dedicados à “rapina e à caça”²¹. (2001, pp. 19-20)

Categorias raciais, próprias de uma concepção de classe senhorial, ressoam no texto de Magalhães, ele mesmo secretário de governo do coronel Lima e Silva em sua missão de sufocar a Balaiada. Os “cafuzos”, muitos na verdade camponeses, foram apresentados como “gente bruta”, “homens de cruel índole”, “homens ociosos”, “homens não domados por nenhum freio”,

historiográfico apresentado pelo segundo ao IHGB, propondo uma **História do Brasil** que levasse em conta justamente os três grupos étnicos e sua mestiçagem (seria menos casual ainda que Gilberto Freyre, tido como aquele que realizou o programa de Martius, retomasse pouco mais de um século depois a Gayoso como autor fundamental para sua análise da sociedade brasileira do século XIX).

²¹ Nesse ponto, a visão de Gayoso sobre os mestiços era diferente: “He... esta classe de habitantes, cuja constituição he muito robusta, a que exercita todas as artes mechanicas, e todas as occupaens da sociedade que requerem actividade, e que em geral os habitantes das classes superiores desprezão occupar-se nellas, mais por vaidade do que por preguiça, ou talvez por huma, e outra” (s/d,p. 120).

que não acatam as “luzes do cristianismo”. Na seguinte frase, a nosso ver, o autor, referindo-se à Balaiada, demonstra sua consciência do problema: “Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela que compôs o exército da rebeldia.” (idem, pp. 20-21). Problema com pelo menos duas faces para Magalhães, pois, de um lado, negros e cafuzos eram vistos como outra “gente”, com outros “usos e costumes”, e, de outro, opondo um “nós” a “esta... gente”, “esta... gente” era caracterizada como aquela que “nos fez a guerra”. Essa visão partida nascia do estranhamento e no limite da negação ôntica do outro. O diferente não era apenas estranho, mas inimigo. Contudo, “esta... gente” era ainda despojada de ação própria, pois teria sido “incitada” à guerra. Sua “índole cruel” fora manipulada por grupos como o dos “senhores fazendeiros”. O lado possivelmente contraditório dessa divisão é que ela parece não se dar conta de que, como “negros” e “índios”, “brancos” integravam as origens dos “mesclados”, e em sendo assim a crítica aos “cafuzos” não teria como não voltar-se também contra o “nós” branco do autor. De toda maneira não é possível encerrar a questão reduzindo o relato de Magalhães simplesmente ao conservadorismo e aos preconceitos de raça e classe. Embora deformada, sua visão não só tocava um problema real como o integrava: o do entrecruzamento da luta de classes e do conflito de raças ou etnias. A percepção de Magalhães, focalizando a guerra social a partir de categorias raciais, traduzia a visão de grupos sabedores de que escravos negros e “homens ociosos” cafuzos eram diferentes, mesmo que “mesclados” com brancos. E não deixava de criticar o comportamento dos “senhores fazendeiros”, embora o fizesse mais no sentido da correção dos costumes do que da mudança do **status quo**.

João Francisco Lisboa

João Lisboa, mesmo que não tivesse compreensão igual à de Magalhães e nem à dos classificadores do final da era colonial, tinha claro na **Crônica Maranhense** o estado de guerra social e racial vivenciado pelos grupos

sociais. Tempos depois, no **Jornal de Timon**, analisando a formação histórica da província, apresentou quadro da hierarquização social semelhante aos dos autores indicados. Nele, as analogias entre o Maranhão do século XVII e o do XIX eram lembradas: “‘*Os habitantes das antigas capitâneas do Estado do Maranhão se dividiam em raças e classes, como ainda hoje.*’” (Lisboa, p. 49, v. 2, grifo nosso). No capítulo VII do **Jornal Lisboa** enumerava os principais grupos no Maranhão do século XVII, apontando uma hierarquia, numa seqüência um pouco diferente daquela de Gayoso:

Em primeiro lugar estavam os moradores, como então geralmente se chamavam, os quais eram portugueses, e os seus imediatos descendentes brancos, e se dividiam em três classes, a dos nobres ou cidadãos; a dos peões, ou dos mercadores, mecânicos, operários e trabalhadores de qualquer espécie; e a dos infames pela raça ou pelos crimes, ou cristãos novos e degradados.

Seguiam-se os índios naturais da terra, que se classificavam em gentio selvagem; em índios cristãos livres, administrados em aldeias, ou em serviços dos moradores; e finalmente em índios escravos. Com estes últimos se confundiam os escravos negros de Angola, Guiné, Cacheu, Mina e Cabo Verde, os quais eram ainda em diminuta quantidade na época que vamos historiando.

E da mescla de todas estas raças resultava a dos homens pardos ou gente de cor de diversas gradações, que nas referidas capitâneas se denominavam mamelucos, mulatos, caboclos e cafuzos, segundo se aproximavam ou afastavam mais ou menos dos diversos tipos de que eram oriundos; alguns livres, outros escravos.

Os raros estrangeiros que por exceção habitavam na terra, bem que a certos respeitos regidos por uma legislação excepcional, não se pode dizer que constituíam uma classe distinta, antes necessariamente se confundiam com os brancos nacionais. (idem, p. 49).

A análise da classificação de João Lisboa sugere tanto a preocupação em distinguir “classes” quanto as suas limitações, indicadas pelo uso das categorias raciais como critérios predominantes da classificação e por distinções internas às classes que parecem passar por cima das diferenças sociais e econômicas entre elas. Assim temos a classe dos brancos, onde o autor localiza e destaca três grupos: o dos nobres ou cidadãos (identificando a idéia de nobreza com a de cidadania?); o dos peões,

mercadores, operários, mecânicos e trabalhadores (pondo, aqui, no mesmo grupo categorias que tenderíamos a separar, como a de “mercadores” e “operários, mecânicos e trabalhadores”? Não explicitando as diferenças entre “operários”, “mecânicos”, “trabalhadores” e “peões”, pois, afinal, estes não seriam todos trabalhadores?); por fim, infames e cristãos (onde também não se esclarece porque se põe na mesma posição hierárquica dos brancos, os “infames pela raça e por crimes” e “cristãos novos e degradados”?). Sem formar uma “classe distinta”, mas integrando o grupo dos “brancos nacionais” haveria o dos “estrangeiros”. Em seguida, Lisboa aborda os índios (sem que necessariamente expresse com isso um juízo sobre o lugar deles na hierarquia social), diferenciando também três grupos segundo critérios bastante variáveis (cultural, religioso, administrativo, regime de trabalho, condição): gentios selvagens; cristãos livres, por sua vez divididos em administrados em aldeias ou em serviços dos moradores; índios escravos. Confundindo-se com os “índios escravos”, mas certamente não a mesma coisa, vinha o grupo dos “escravos negros”, cujas diferenças internas são indicadas pelo lugar de origem na África (Angola, Guiné, Cacheu, Mina, Cabo Verde). Por fim, a classe dos “homens pardos” ou “gente de cor”, produto da mescla das “raças”, com várias “gradações” conforme o predomínio do tipo (racial) originário em cada capitania e em função do qual a “gente de cor” se dividia em diversas espécies (mamelucos, mulatos, caboclos, cafuzos).

Essa classificação indica, no mínimo, a dificuldade que representava para um autor como João Lisboa a descrição precisa de uma realidade marcada por multiplicidades sociais. Sua classificação e a hierarquização como que expressavam no emaranhado dos seus critérios o emaranhado da própria realidade histórica e social.

2.3 NATUREZA, HISTÓRIA, COSTUMES.

Gênese colonial do “programa”

O programa político do “Maranhão província” foi registrado em textos de homens de letras, estrangeiros e nacionais, os quais desempenharam papel crucial no estabelecimento do campo de saber ao qual se ligaram as categorias **Maranhão** e **maranhenses**. Por isso vamos inventariar e retomar aqui alguns elementos basilares desses textos.

No final do período colonial surgiu e foi publicado um conjunto de obras de autores que fixaram uma espécie de roteiro imaginário básico do Maranhão e dos maranhenses, a tal ponto que pareceu impossível escrever posteriormente sobre a história do lugar e dos seus personagens sem levar em conta as questões, os temas, os juízos, os recortes, as abordagens, por eles estabelecidas. A geração seguinte, a do “grupo maranhense”, construiu sua visão do Maranhão e dos maranhenses (história, geografia, costumes, sociedade, política) partindo, em ampla e decisiva medida, do legado de reflexão deixado por aquele grupo. Não há como contornar essas formas de pensamento que praticamente começaram a inventariar e produzir, ainda no período colonial, materiais em torno do que seria o Maranhão do século XIX: uma província do norte do Império. Vamos chamá-los de “grupo colonial”, à falta de uma denominação mais exata. O grupo compunha-se dos seguintes autores e obras, pelo menos os principais e mais conhecidos: Robert Southey, **História do Brasil** (3 vols., 1810, 1817, 1819), Henry Koster, **Travels in Brazil**, Londres, 1816; Spix e Martius, **Reise in Brasilien**, München, 1823; Aires do Casal, **Corografia Brasílica**, 1817; Raymundo Jozé de Souza Gayoso, **Compendio Histórico-Político da Lavoura do Maranhão**, Paris, 1818; Francisco de Paula Ribeiro, **Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás, no ano de 1815; Descrição do**

Território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão; e **Memória sobre as nações gentias**, 1819; Antônio Bernardino Pereira do Lago, **Itinerário da Província do Maranhão**, 1820; **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**, Lisboa, 1822; Garcia de Abranches, **Espelho crítico-político da Província do Maranhão**, Lisboa, 1822; Frei Francisco de N. S. dos Prazeres, **Poranduba Maranhense** (ou Relação Histórica da Província do Maranhão), 1822. Estes autores tiveram, pelo menos, três antecessores básicos nos estudos sobre o Maranhão colônia: Bernardo Pereira de Berredo, **Anais Históricos do Estado do Maranhão**, Lisboa, 1749; José de Moraes, **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**, 1759; Autor Anônimo, **Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí** (referindo-se a ele, Capistrano indica que foi escrito por “1770 e tantos”) (**Caminhos**, p. 70).

Na verdade não compunham um grupo, mas um conjunto heterogêneo de autores que, por caminhos muito próprios, foram escrevendo e publicando seus estudos e relatos mais ou menos à mesma época, as vezes uns fazendo referências ao outro e as vezes também se ignorando. Por exemplo, dos “antecessores”, o autor do **Roteiro** era totalmente desconhecido. Salvo engano, nem o erudito César Marques, no tempo do Grupo Maranhense, chegou a conhecer (Candido Mendes, porém, cita o **Roteiro** em **A Carolina**, p. XLI, nota 2). O **Roteiro** era cópia do manuscrito sem autor, feita por Frei Vicente Salgado, em 1800. O frei assina como ex-Geral e cronista da congregação da Terceira Ordem, Lisboa, e afirma tê-lo encontrado na Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos. Também a obra do padre jesuíta José de Moraes não era citada, embora pudesse ser mais acessível. Talvez isto se devesse ao anti-jesuitismo predominante. Alguns chegaram a se conhecer, entretanto. Todos fazem referência aos **Anais** de Berredo como obra chave sobre o Maranhão colonial. Gayoso conhecia os **Anais**, baseando neles a primeira parte do **Compêndio** (inúmeras vezes citados). Não vimos menção alguma a José de Moraes e ao autor anônimo. Spix e Martius conheciam também o **Compêndio** de Gayoso, em que se apóiam amplamente (p. 286, esp. nota 5). Conheceram

não apenas o relato fundamental de Francisco de Paula Ribeiro **Sobre o gentilismo do Maranhão**, base do que narraram a respeito, como conheceram o próprio Paula Ribeiro. Na capital, Paula Ribeiro e Figueiredo de Almeida, como dizem, “relataram-nos, de viva voz, o seguinte sobre os índios” (1981, p. 259). Citam também o coronel Antônio Pereira do Lago (idem, p. 272). Da mesma forma Bernardino Pereira do Lago teria conhecimento de Francisco de Paula Ribeiro. Informa que este lhe teria enviado de Portugal a “instrutiva e minuciosa” “informação” para sua descrição sobre o “caráter e costumes dos índios selvagens do Maranhão” (2001, p. 74). Lago conhecia também os **Anais** de Berredo e o **Compêndio** de Gayoso (2001, p. 63). A correspondência entre Ribeiro e Lago já indica que se conheciam. Ribeiro cita Berredo em seus relatos. Na **Descrição do Território de Pastos Bons**, diz: “Berredo, em aquele ditos seus *Anais históricos do Maranhão*, obra que merece toda a atenção, desconheceu ainda inteiramente... este território, e também todos aqueles que lhe ficam para o norte até Itapicuru-Mirim, dando-lhes a todos eles o nome de Piauí” ²² (p. 110). Koster, por sua vez, embora diga haver carregado consigo vários livros de história, não faz alusão a nenhum dos cronistas e historiadores do Maranhão em suas narrativas de passagem pela capitania. Mas, certamente, por meio do amigo Robert Southey, grande pesquisador da História de Portugal e do Brasil, a quem cita, conheceria aqueles autores. Na sua **História do Brasil** Southey fez várias referências a cronistas e historiadores do Maranhão, entre eles Berredo ²³. Southey menciona Francisco de Paula Ribeiro como fundador do arraial de Príncipe Regente (1981, p. 408). Já um autor como padre Manuel Aires do Casal, que em sua obra **Corografia Brasílica**, de 1817, descreve a província do Maranhão, quase não cita e nem é citado por ninguém do grupo de autores acima. Há uma referência a Berredo numa nota à página 255. Robert Southey, em sua descrição do estado atual da Capitania, no último volume de sua **História** (1819), o cita várias vezes. Berredo, Gayoso e Casal são

²² Cf. também **Memória sobre as nações gentias**, (1841, p. 157).

²³ Obra que Southey profetizava estar destinada a ser para os brasileiros o que a “História” de Heródoto era para os europeus, foi publicada em Londres, em três volumes, nos anos de 1810, 1817 e 1819, respectivamente.

mencionados na **Poranduba Maranhense**, de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres ²⁴. Da mesma forma, Berredo e Gayoso são mencionados no **Espelho crítico-político da Província do Maranhão**, de Garcia de Abranches.

Paula Ribeiro, Pereira do Lago, Abranches, Prazeres, Gayoso, Casal, e mesmo Southey, Koster e Spix e Martius, todos, produziram seus trabalhos nos marcos da colonização portuguesa, e quando a criticam, o fazem para reformar e não para negar o sistema colonial. As críticas que tecem ao andamento da colonização no Maranhão pretendem a “modernização” da colonização e não a sua eliminação. Robert Southey, como se sabe, escreve sua **História do Brasil** do ponto de vista da colonização portuguesa (ou mais ainda: do ponto de vista de uma “ideologia conservadora e nostálgica” oriunda de artesãos ingleses marginalizados pela Revolução Industrial) ²⁵. Sua simpatia aos brasileiros liga-se à sua paixão maior pelos portugueses. Os bávaros Spix e Martius, em suas narrativas, em nenhum momento criticam o sistema de colonização do Maranhão. Também buscam a reforma. Em suma, e repetindo, as idéias de Maranhão e maranhense – **história, geografia, costumes, divisões sociais e raciais** – decorria de um saber produzido nos marcos da ação de um poder colonizador português que se processou a partir da segunda metade do século XVIII. Vejamos os relatos de alguns autores.

²⁴ César Marques diz desta obra que “até o capítulo XX é um resumo dos *Anais* de Berredo” (p. 373).

²⁵ Cf. Dias, Maria Odília L. da Silva, **Robert Southey, o fardo do homem branco** (1974, p. 236). Salvo engano, Southey foi uma das principais, senão a principal, referência de João Francisco Lisboa, o historiador. Ainda falta um estudo que examine essa correlação, dando sentido à idéia de que João Lisboa foi mesmo, no Brasil independente, o principal “sucessor” de Southey. Está presente nele, por exemplo, a “intuição” sobre a “diversidade regional e a impossibilidade de traçar normas uniformes para todas as ‘colônias’ do Brasil” (idem, p. 227), ainda que, por outro lado, fosse também um defensor ardoroso da “unidade do império como legado da colonização portuguesa” (Mello, 1986, p. 372).

História: Gayoso, Spix e Martius, Lago

Retomando também a história como elemento de definição dos maranhenses, diz Gayoso que suas origens remontariam ao tempo das conquistas e da restauração portuguesa, nos embates contra franceses e holandeses. Os privilégios das infanções concedidos pelo rei davam-lhes uma espécie de nobreza de segunda ordem. Em geral, controlariam as câmaras municipais. Diz Gayoso, criticando, que no final do século XVIII, muitos passaram a receber patentes de coronéis e tenentes cumprindo função meramente decorativa. No seu tempo, enfrentariam vários problemas nas lavouras cada vez mais decadentes, tais como: a falta de terras sob domínio dos gentios bravos; os preços dos escravos elevados muito acima do valor de origem na África; as execuções sobre escravos; preços baixos do algodão em razão do conluio entre negociantes ingleses e portugueses; e, por fim, impostos elevados. Gayoso critica o envolvimento sexual e afetivo dos filhos da terra, mas também dos portugueses da Europa, com negras e índias. Não que a mistura não devesse ocorrer, ao contrário, deveria ser objeto de uma política de governo, como fora no começo da colonização em relação às alianças entre portugueses e índios; mas da forma promíscua como vinha se dando não estaria levando ao embranquecimento e sim ampliando as camadas de mulatos e mestiços. Note-se, porém, que Gayoso não cita a convivência com escravos como fator do baixo ativismo dos maranhenses.

Para os viajantes Spix e Martius, a história (assim como a natureza e os costumes) foi elemento central na definição dos “maranhenses”. Remontando aos começos da colonização portuguesa, Spix e Martius, em notas, escreveram:

Os maranhenses, em parte imigrantes dos Açores (sic) e das possessões portuguesas na Barbária, fizeram muitos servos das numerosas hordas dos aborígenes... contra os quais muitas vezes organizaram caças cruéis. (...). Na época da ocupação pelos

holandeses... os maranhenses mostraram muita decisão e amor à pátria, porque os invasores foram expulsos unicamente pelo esforço do povo. (1981, p. 287, nota V).

Vê-se que os maranhenses eram historicamente definidos como patriotas e escravistas. Quem assim os definia pelo passado eram os mesmos que também os caracterizavam no presente como “brasileiros, nascidos na fartura das necessidades físicas, criados entre os escravos domésticos de pouca educação, e na segura posse de bens herdados, mais inclinados ao gozo do que à atividade” (idem, p. 271). Quer dizer, para os narradores, o escravismo era uma marca dos maranhenses e respondia pela sua inclinação mais “ao gozo do que à atividade”.

Essa observação assemelhava-se mais à do português Antônio Bernardino Pereira do Lago, tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros, cuja **Estatística histórico-geográfica** se distinguiu entre os estudos que procuraram descrever o Maranhão e os maranhenses nos últimos anos do período colonial. A história foi um dos meios utilizados. O autor remontou às origens do Maranhão e dos Maranhenses. Tendo em vista os maranhenses do seu tempo (o da “regeneração política”), distinguiu três figuras exemplares. Viu em Jerônimo de Albuquerque uma espécie de pai fundador e herói civilizador, ou como escreveu o “primeiro europeu a quem o Maranhão civilizado deve tanto!”. Jerônimo de Albuquerque Maranhão, reconhecido como apenas “europeu”, foi o “primeiro conquistador e restaurador”, o fundador da cidade, aquele que estabeleceu a polícia e “civilizou os povos”. Antônio Teixeira de Melo era outro português ressaltado, destacando-se por liderar a reação contra os holandeses, tornando-se o “segundo restaurador do Maranhão”. Viu, por fim, em Joaquim de Melo e Póvoas o **criador** da Província, surgida com o fim do Estado do Grão Pará e Maranhão (decreto de 3 de maio de 1774). À Cia. de Comércio atribuiu o seu “estado de grandeza e opulência”. Lago se deu conta de que a história que narrava apresentava falhas de preservação da memória dos seus grandes homens. Admirou-se, por exemplo, de não se

saber onde foram enterrados Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Antônio Teixeira de Melo (2001, pp. 66; 68; 69, grifo do autor).

Da natureza aos costumes como meio de definição em Koster, Spix e Martius e Lago

Depois da abertura dos portos, o inglês Henri Koster foi o primeiro viajante a narrar sua passagem pelo Maranhão. Koster recorre pouco à história como meio de definição dos habitantes, embora faça indicações genéricas ao passado mais recente da região e cite a **História do Brasil** do seu conterrâneo Robert Southey. Suas histórias, embora se pretendam sérias, têm um quê de anedótico e de curiosidade, às vezes baseadas no que ouviu contar, como a do escravo mulato que fugiu, tornou-se fazendeiro, reencontrou seu antigo senhor, agora pobre, e o recompensou como pagamento de antiga “dívida”; a da rebelião de escravos em uma fazenda de Alcântara que foi combatida pelos métodos do “processo sumário”, ou a de senhores de escravos, coronéis afortunados, que faziam dos seus escravos músicos educados em Lisboa e no Rio de Janeiro ou lhes dispensavam bom tratamento quando presos, ou ainda a do governador despótico que mantinha a cidade sob medo, exigindo que o sino da igreja tocasse ao sair e que as pessoas fizessem reverências todas as vezes em que passassem diante do palácio ou, por último, a daqueles homens escuros e quase nus, apenas um chapéu na cabeça, que viu remando sobre uma canoa. No entanto, malgrado o pitoresco e o curioso daquilo que o narrador apresenta, são feitas observações diversas e penetrantes sobre grupos sociais, especialmente acerca dos seus usos e costumes.

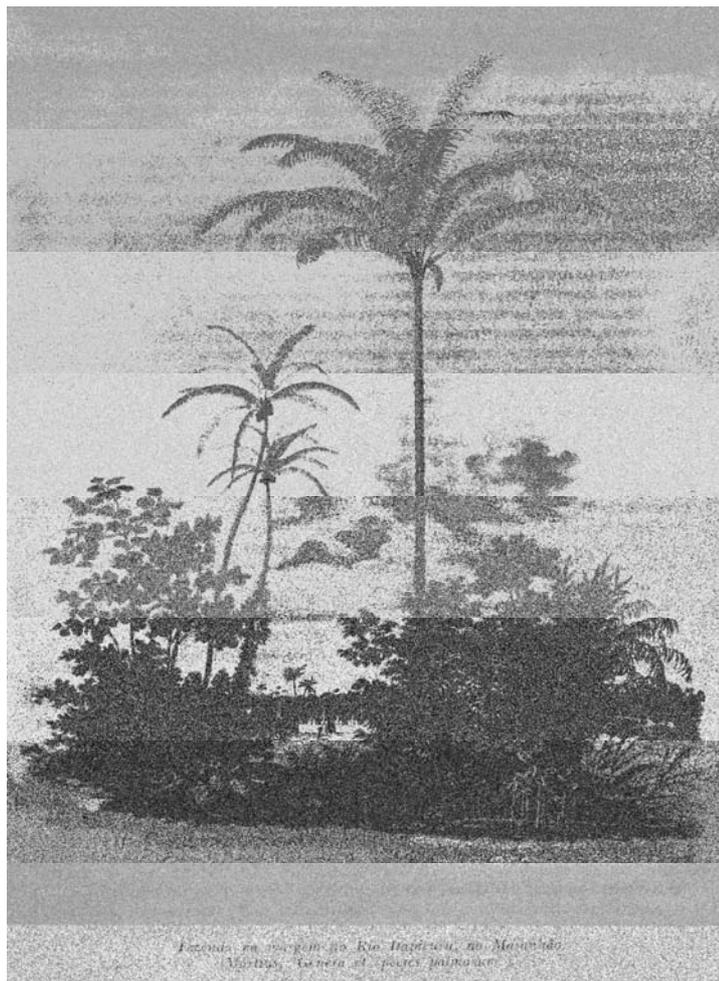
O Maranhão narrado por Koster compreendeu geograficamente a cidade e a ilha de São Luís, Alcântara e o chamado “interior da província”, do qual dá notícia a partir do que ouviu dizer. A natureza ou a paisagem não é tema autônomo em suas narrativas. Há apenas algumas linhas e observações pontuais sobre o clima, integradas à narração não como cenas próprias, mas

como trechos de outras cenas onde sempre vemos presente e sobressaindo o elemento humano. As descrições geográficas de Koster, ou o “esboço do lugar” (2002, p. 302), como ele chama, têm quase sempre a presença desse elemento; raramente a natureza é descrita em si mesma. A maioria das suas observações a respeito é sobre as baías que cercam a ilha de São Luís, especialmente a de São Marco, por onde passou ao chegar, ao ir até Alcântara e ao voltar para a Inglaterra ²⁶.

Foram os naturalistas Spix e Martius talvez os primeiros a expressar um lugar comum da representação da natureza do Maranhão. Inserem mesmo a ilustração de uma fazenda à margem do Itapicuru, onde aparece em primeiro plano uma longa palmeira (**Genera et species palmarum**) como expressão da natureza local (1981, p. 253). (O topos da “palmeira” teria uma longa história no imaginário maranhense, indo de imagens como essas, passando pela poesia de Gonçalves Dias, até se tornar título – “Terra das Palmeiras” – de livro importante de um antropólogo paulista na década de 1930) ²⁷.

²⁶ Assim, colhemos: a) aludindo à costa marítima que vai de Pernambuco ao Maranhão: “A costa é muito conhecida para ser perigosa. É uma terra baixa, a maior parte seca e desolada, particularmente depois de haver-se transposto o Rio Grande”; b) aludindo ao regime das marés do porto: “É de notar que as marés crescem gradualmente ao longo do litoral do Brasil, do sul para o norte. No Rio de Janeiro a altura é insignificante. Em Pernambuco, de cinco a seis pés. Em Itamaracá, oito pés e no Maranhão, dezoito”; c) localização da ilha de São Luís: “A ilha do Maranhão forma o flanco S.E. da baía de São Marcos, conseqüentemente esta fica a oeste daquela. A leste fica a baía de São José”; d) sobre a baía de São Marcos: “A baía de São Marcos é semeada de muitas ilhas bonitas e é suficientemente extensa para admitir uma idéia de grandeza. Sua largura de São Luís às margens contrárias, é entre quatro e cinco léguas. O comprimento é muito maior, mas, na extremidade sul há vários bancos de areia e as águas são rasas. Recebe aqui a corrente de um rio, em cujas margens estão situadas várias fazendas de gado”; e) em viagem de São Luís a Alcântara: “o número de ilhas transforma a visão a cada cinco minutos pelo descobrimento de novos pontos escondidos ou pela mudança na forma da paisagem, devido ao avanço do barco”. (2002, pp. 295; 298-300;302; 308).

²⁷ Cf. Abreu, S. Fróes, “Na Terra das Palmeiras” (1931)



Fonte: Spix e Martius, 1981, p. 253 (vol. 2)

O narrador Koster se interessa particularmente pelo esboço dos aspectos humanos do lugar. A sociedade com seus diferentes grupos, tipos humanos e cenas de costumes é o principal assunto do viajante narrador que descreve como quem pretende pintar. Por exemplo, as cenas de conversação. Há pelo menos uma apresentada, em que procura definir um grupo social local (no caso, uma “respeitável família”) pelo retrato dos seus costumes:

Fui apresentado por meu amigo a uma respeitável família de São Luís. Fizemos uma visita numa tarde, sem convite, segundo o costume, e fomos levados para uma tolerável sala, ornada com um grande leito e três bonitas redes, armadas, através do aposento, em várias direções, e ainda havia no apartamento uma cômoda e diversas cadeiras. A dona da casa, uma senhora idosa, estava sentada numa rede e a visitante feminina ocupava outra, e suas duas filhas e amigos sentavam-se em cadeiras. A

companhia, consistindo em dois ou três homens, juntos uns dos outros, formava um hemicírculo perto das redes. Houve muita cerimônia e a conversação se estabeleceu entre os homens, com reparos ocasionais feitos por uma ou outra das velhas damas. Sendo-lhe dirigida uma pergunta, as filhas respondiam. Nada mais. Alguns assuntos conversados não teriam tolerância numa sociedade média na Inglaterra. Uma parte do formalismo desaparecerá com a maior e crescente relação. A educação das mulheres não é cuidada, o que delimita as possibilidades de sustentar a conversa sobre muitos temas, mesmo quando levadas às solenidades. As senhoras de São Luís, entretanto, não são geralmente reservadas (2002, p. 311).

A descrição da cena mostra o esforço do narrador para pintar um quadro de costumes sem julgar. Para fazer aparecer aquilo que fosse o **diferente**. Mas, é nesse ponto que a narrativa, sem que talvez o autor se dê conta (ou, ao contrário, sabendo perfeitamente o que queria), contribuiu para a produção de um imaginário acerca do Maranhão e dos maranhenses. Escrevendo sobre o Brasil e os brasileiros para os ingleses, num momento em que seus comerciantes adentravam vorazmente os portos brasileiros, aqui, ele pintava uma “família respeitável” de São Luís a partir de um dos tópicos da cultura aristocrática inglesa: o quadro de conversação (Gênero da pintura muito popular na Inglaterra do século XVIII.). E então, pela comparação, permitia ao seu público situar as diferenças na conversação tal como se dava numa família respeitável de São Luís e, por exemplo, uma de Londres. Adotando-se a arte da conversação como parâmetro de civilização, poderia se dizer: 1) havia temas de conversa que não seriam tolerados nem em uma “sociedade média” da Inglaterra, mas que, em São Luís, eram objetos de famílias respeitáveis; 2) os homens comandavam e as mulheres só falavam ocasionalmente ou quando perguntadas; 3) as mulheres caracterizavam-se por uma educação mal cuidada, o que inviabilizaria a conversa; 4) as “velhas damas” distinguiam-se pela ausência de “reserva”; 5) parte do tom cerimonioso ou formal do início desaparecia com a “crescente e maior relação”; e, por último, 6) as “redes” onde sentaram a dona da casa e a visitante feminina davam ao quadro da “família respeitável” um forte aspecto de exotismo, indicando o quanto a família maranhense, em seus costumes, já havia se tropicalizado. A cena de intimidade daquela família parece apontar, segundo nosso observador, para

um forte tom de “informalidade”. Aspecto também notado em relação à pouca cerimônia na maneira de se vestir de alguns comerciantes portugueses, “andando nas ruas com jaquetas curtas, outros sem gravatas e um pequeno número sem meias” (2002, p. 312). O quadro da conversação em família precisaria ser relacionado com aquele dos pescadores de “estranha aparência” da qual fez uma gravura: “... marinheiros... escuros, mulatos ou negros, e completamente despidos, exceto a cabeça onde põem um chapéu. Vindo a terra, cobrem-se parcialmente com um pano”²⁸ (idem, p. 305. Veja vol. II, p. 315, deste trabalho). Apesar de o narrador focalizar o diferente, em nenhum momento emprega a palavra “maranhense”, mas apenas “Maranhão” (usada diversas vezes como lugar de chegada ou partida ou então para designar o “Estado”, a “província”, a “ilha”, o “porto”).

Em Lago, tal como em Koster, encontramos uma das primeiras definições dos maranhenses a partir da caracterização dos “costumes”:

Os maranhenses são urbanos, francos e hospitaleiros, amantes da ordem, das honras e distinções; obedientes e dóceis, sendo conduzidos por princípios de justiça e maneiras de afabilidade; todavia, não devemos escurecer que o hábito de viver entre escravos, de receber destes, desde a infância, mais adoração que respeito, e o abuso de lhes imporem castigos só regulados por seu capricho influi muito para um certo orgulho e insensibilidade (2001, p.70).

Lago pensava aí nos chamados “brasileiros”, isto é, “brancos” com ascendência européia nascidos no Brasil. A definição da identidade maranhense contém o senão do “hábito de viver entre escravos”, pois honradez, distinção, docilidade, senso de justiça, etc. eram características que, em princípio, não combinariam com o “orgulho” e a “insensibilidade”

²⁸ Vale aqui o comentário do historiador Peter Burke sobre a fotografia de uma rua no Rio de Janeiro, 1865, feita pelo fotógrafo Augusto Stahl. Nela destaca a presença de um homem que “usa chapéu, mas não usa sapato”, detalhe que sinalizaria para as “convenções do vestir de uma classe social, nesse lugar e tempo determinado”. Convenções que poderiam parecer “pouco estranhas para um europeu atualmente, para quem um chapéu pode parecer supérfluo e sapatos, uma necessidade”. Contudo, no Brasil do século XIX, por razões sociais e de clima, um “chapéu de palha era barato, mas sapatos de couro eram relativamente caros”. (2004, pp. 237-38).

decorrentes da convivência com escravos. Esta definição de quem seriam os “maranhenses”, pensamos, excluiria por si aquelas camadas postas pelo autor no campo das “classes inferiores”, caracterizadas pela falta de ambição, de luxo, de educação, pouca coragem e generosidade, vingança e traição, roubos e assassinatos, ociosidade, imoralidade. Sua representação dos “maranhenses” é marcada por recortes, seleções, diferenciações e exclusões. A comparação entre os “costumes” das mulheres das “classes superiores” e a das “classes inferiores” é um exemplo interessante do modo como caracterizava os grupos sociais do Maranhão, definindo quem era ou não maranhense. As primeiras eram “brancas, belas e agradáveis, de maneira polida, trajando ao melhor gosto da Europa e, quase todas, possuindo as prendas da parte agradável da educação, isto é, a dança e música que torna tão interessante o belo sexo” (2001, pp. 69-71). Quanto às mulheres das classes inferiores, assim se referia:

Passa-se de um extremo a outro descendo à classe das índias, mulatas e negras, quase todas deformes, estúpidas, sem maneiras, sem atavio, descalças sempre, deixando a cada instante ver marcas de indecência e nenhum resto de pejo, andando por casa e nas ruas unicamente com saia de chita ou de algodão e sem camisa nem lenço (idem, p. 71).

Parece certo que para Lago os maranhenses restringiam-se às pessoas das chamadas classes superiores²⁹. Os integrantes das classes ditas inferiores, especialmente índios, negros e mulatos, parecem, por definição, excluídos dessa denominação. Lago, porém, faz pelo menos duas críticas aos hábitos dos maranhenses, em geral considerados como civilizados: 1) o “hábito de viver entre escravos” (deduzindo daí não um comportamento paternal, mas de violência caprichosa). Como dizia em outra parte: “Na classe... dos pretos escravos, que é a maior atualmente, são ainda mais as causas para diminuir-lhes a existência, mas as reduziremos a três: *miséria, vício, e*

²⁹ Cf. representação de mulheres se auto-reconhecendo como “maranhenses” da “classe das principais do seu sexo”, dirigida a Còchrane contra o governo de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce. Ao contrário do que deixa ver a classificação de Lago essas mulheres não pareciam reconhecer exclusivamente as da sua classe – percebida como “principais” – como maranhenses. (Vieira da Silva, **História da Independência da Província do Maranhão**, pp. 294-297).

castigo”. Em nota, fazia questão de observar: “Todos as reduzem só às duas primeiras, mas na desgraçada classe de escravos, devemos acrescentar o *castigo*, por ser sempre, e unicamente, corporal e aflitivo”. Visão que lembra a de Gonçalves de Magalhães sobre os fazendeiros do Maranhão, recusada por Antônio Henriques Leal (Lago, 2001, pp. 25, nota 3; 42); 2) o hábito da “maior tolerância” em relação aos que não seguem a religião católica, um topos em vários outros observadores, inclusive em Magalhães, o qual chega a ver na falta de religião a característica principal dos costumes balaios (Lago, *idem*, p. 71). Em suma, para nosso autor os maranhenses são apenas uma das partes dos habitantes do Maranhão, situados nas classes superiores, e historicamente pelo menos comprometidos com o velho programa civilizador do “primeiro europeu a quem o Maranhão civilizado deve tanto!”, malgrado as falhas de memória histórica, a convivência com escravos e o catolicismo por demais tolerante (*idem*, p. 66). Os índios, neste sentido, eram a contra definição por excelência do que seria ou deveria ser o maranhense. Feita pelo recurso à história e à descrição dos costumes, os índios, considerados os “naturais do país”, eram desqualificados com várias expressões, tais como: seres em tudo “confundidos com os brutos”, “insensíveis a todo o sentimento de humanidade”, “comer e gozar brutalmente é sua lei”, não “conhecem generosidade alguma; na guerra matam tudo” (*idem*, pp. 72-77). Lago discordava de visões como as dos padres franceses capuchinhos sobre os tupinambás, elaboradas no tempo dos franceses, vendo-as como interessadas em só fazer o elogio dos índios selvagens, sem nunca ter saído da Europa, o que levaria a tratá-los só por “meios de brandura e deles ainda esperar alguma coisa” (*idem*, p. 73, nota 1)³⁰. A essas visões opunha a sua, baseada na observação “atenta dos costumes” feita em viagens pelo interior do Brasil (p. 73, nota 1). Em suma, por essa definição, podemos dizer que os índios eram os “naturais do país”, habitavam o Maranhão em grande quantidade e desde os começos da colonização, mas não eram “maranhenses”. Seus costumes deveriam ser radicalmente extintos.

³⁰ Crítica injusta, pois os dois padres escreveram seus relatos a partir da experiência que tiveram com os índios encontrados na Ilha do Maranhão.

Grupo Maranhense: autores e obras

Foram autores e obras emblemáticas do “Grupo Maranhense”, incluindo aquelas que eram apenas referências: Ferdinand Denis, **Brasil**, 1838; Daniel P. Kidder, **Viagens ao Norte do Brasil**, 1845; João Lisboa, **Jornal de Timon**, 1852/53 e 1858; César Marques, **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**, 1870; Candido Mendes, **A Carolina**, 1852; Antônio Henriques Leal, **O Panteon Maranhense**, 1873/75; Vieira da Silva, **História da Independência da Província do Maranhão**, 1862; Vários autores, **O Semanário Maranhense**, 1867/1868.

O Maranhão de Denis

Fazendo uso da história como elemento de identificação dos maranhenses, Ferdinand Denis, cuja visão tinha uma identificação maior com o quadro pós-colonial, coloca, talvez pela primeira vez, a idéia da origem francesa dos maranhenses. A idéia aparece em **Brasil** (1838), obra fundamental para o romantismo brasileiro. Ele escrevia:

De todas as regiões do Brasil, o Maranhão é a que conservou mais lembranças da dominação francesa. A história da conquista, a redução dos indígenas, a fundação da capital, tudo deveria lembrar a França ao Maranhão, e entretanto estas lembranças já estão apagadas (1980, p. 299).

Vemos aí um curioso jogo entre lembrança e esquecimento. O Maranhão era ao mesmo tempo a região que, no passado, “mais lembrava”, porém, tais lembranças, no presente, já estavam “apagadas”. Como se os maranhenses vivessem então sem consciência dos verdadeiros pais fundadores. Retomava-se o topos do apagamento dos rastros da memória ou mais especificamente da perda das origens, já apontado por Lago em relação aos portugueses.

Do ponto de vista espacial, a província apresentada por Ferdinand Denis era uma “imensa região” desconhecida, um “vasto triângulo” com um “interior” de “imensas florestas”. Sua idéia da extensão chegava ao ponto de ver a província como uma “região quase tão extensa como a Europa” (idem, pp. 299-305). Aqui, o autor estaria pensando ainda no antigo Estado do Maranhão?

Kidder e o Maranhão

Os maranhenses eram vistos por Kidder como senhores de um “território” que é descrito rapidamente, mas favoravelmente a partir dos aspectos naturais:

O território da província é um tanto irregular conquanto não conte, dentro de seus limites, nenhuma cadeia de montanhas. E’ banhada por numerosos rios e ainda se acha, em grande parte, coberto de extensas florestas, nas quais se encontram madeiras de lei e preciosas plantas medicinais. O terreno presta-se muito para a cultura do arroz, que produz em grande quantidade. O algodão aí se desenvolve muito melhor que a cana-de-açúcar. As frutas indígenas são numerosas e abundantes; dentre elas mencionaremos, pela excelência o abacaxi e as diversas variedades de bananas. Nem falta à província riqueza mineral. Ótimas jazidas de pedra vermelha, arenosa, proporcionam excelente material para construção. Também já se descobriram no Maranhão minas de ferro, chumbo e antimônio, conquanto ainda não tenham sido convenientemente exploradas. As águas da província são muito piscosas, e, nas fazendas do interior, rebanhos de carneiros, gado vacum e cavalos multiplicam-se rapidamente. (1980, p. 165)

Os índios que certamente ocupavam vastas áreas deste território e dos quais Kidder alude como vítimas do cativo em suas “passagens históricas”, ressurgem agora na visão exótica dos remadores de uma embarcação “interessante”, chamada montaria, observada em meio á grande quantidade de barcos mercantes atracados no porto:

Na primeira que vimos iam dez índios remando vigorosamente contra a correnteza. Os remos eram de formato ovalado e seguro por ambas as mãos, em posição perpendicular. Tocando na água todos ao mesmo tempo, imprimiam grande velocidade ao barco. (idem, p. 170)

Kidder também procurou definir os maranhenses a partir da sua história. Como esteve no Maranhão do tempo da **Crônica**, vamos nos deter em sua narrativa onde cita várias “passagens históricas” que marcaram o Maranhão como “região brasileira”. Região, produto de uma história em que portugueses, nos primeiros tempos, foram impondo seu domínio contra espanhóis (os primeiros a chegar), franceses (primeiros povoadores), holandeses e até ingleses. A “incompetência dos primeiros governadores” seria a causa de vários “movimentos sediciosos” que teriam exercido “desastrosa influência” sobre a região. Kidder, provavelmente impressionado com a Balaiada, demora-se no exame da Revolta de Bequimão, vista como movimento conservador, pois a favor da manutenção da escravidão indígena. Para ele, a sua causa esteve no “decreto abolicionista” da escravidão indígena, ponto de acordo entre governantes e colonos. O pastor critica o clero de então por não prezar o sacerdócio, haver se “degradado” e ter apoiado o movimento. Ao “tal Beckman”, Kidder opõe a figura do governador Gomes Freire, “homem de excepcionais qualidades”. Desde então, os “portugueses” de São Luís, depois “maranhenses”, passaram de 1.000 habitantes em 1685 para 12.000 em 1785. Muitos destes “portugueses”/“maranhenses” compuseram uma “nobreza” formada por todos que “serviam na ordenança – ou milícia local” e com direitos a “isenções e privilégios”. Para Kidder, o “orgulho tolo” oriundo dessa condição foi ampliado quando a Corte concedeu a estes nobres “portugueses/maranhenses” de São Luís e de Belém privilégios que seriam exclusivos das cidades de Lisboa e do Porto. Estes maranhenses, orgulhosos dos seus privilégios de nobreza, passaram por um período de calma desde os começos da cultura extensiva do algodão e do arroz. “Daí por diante o Maranhão desfrutou prosperidade e calma duradoura enquanto o Brasil continuou na dependência de Portugal”. As lutas pela independência vieram atingir maranhenses que formavam uma nobreza

orgulhosa, escravista e próspera de origem portuguesa. Para Koster, “a província” não foi então “teatro de acontecimento notáveis”, pois, embora Cochrane tenha se deparado com “vários navios carregados de tropas portuguesas” ao chegar ao porto de São Luís, providenciando a apreensão imediata, isso não foi necessário, já que a “junta provisória que administrava a província logo manifestou a sua adesão à independência” (o que nos leva a pensar que, segundo Kidder, com essa forma de adesão, os maranhenses faziam seu o movimento de passagem do estado colonial para o novo estado de independência). Portanto, Kidder não viu ruptura de domínio político na passagem da colônia para o período nacional. Como disse: “Nem mesmo durante a guerra de independência foi a província teatro de acontecimentos notáveis” (idem, pp. 174-175). Depois dos percalços que a presença de Cochrane representou para os maranhenses, e estabelecido o novo governo, “a região começou a florescer; a cidade alargou-se e a província desenvolveu-se sem grandes hiatos a não ser a insurreição de 1839” (idem, p. 178). Vemos que, para ele, não havia o problema da “decadência” da lavoura colocado por Gayoso e nem o da crise econômica dos anos de 1820 e 1830 (visto por tantos outros observadores e pesquisadores), mas um longo período de prosperidade econômica iniciado desde o período da produção extensiva do algodão e do arroz (tempo da Companhia) e de continuidade de domínio dos chamados “maranhenses”. Tal prosperidade se daria também no plano cultural. “Os maranhenses”, dizia o pastor,

alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do Império. Se perseverarem em seus atuais esforços, continuarão a merecer a admiração e o respeito tanto de seus concidadãos como dos estrangeiros (idem, p. 169).

Em suma, o olhar de Kidder aponta para a idéia do Maranhão como território cuja natureza era feita de numerosos rios piscosos, florestas extensas, terrenos bons para o cultivo do arroz e do algodão, frutas numerosas e abundantes, riqueza mineral, fazendas de gado se multiplicando, sob o domínio de maranhenses oriundos dos antigos

portugueses, compondo uma nobreza orgulhosa, culta, escravista e próspera, vivendo das lavouras do algodão e do arroz. Nesta narrativa, a “insurreição de 1839” era apresentada como “hiato” decisivo. A “guerra civil” se espalhou por “diversas regiões” da província e fora provocada por dois fatores principais: a) a promulgação da lei dos prefeitos e sub-prefeitos; e b) o constar que “brancos pretendiam escravizar toda a população de cor e mestiça” (idem, p. 166). São Luís se tornou uma espécie de bastião da defesa dos maranhenses, para onde muitos moradores do interior da província, tomados pelo medo e pelo pânico, teriam se dirigido em busca de abrigo e segurança. (idem, *ibidem*) (O que não deixa de evocar a idéia de São Luís, nesse instante, como uma espécie “cidade sitiada”). Com o apoio recebido do Rio de Janeiro, “puderam os maranhenses guarnecer a cidade como ainda remeter forças para o interior a fim de atacar os rebeldes em seus próprios redutos”. Vemos que o narrador distingue entre “rebeldes” e “maranhenses”. Para o pastor liberal, rebeldes eram basicamente sinônimos de “desesperados sem escrúpulo”, “ignorantes e malfeitores”, “Bentevis”, embora escreva de passagem que fossem “irmãos” (idem, pp. 166-67).

Os “Apontamentos” de João Lisboa

Consideremos agora João Francisco Lisboa. Nos começos da década de 1850, na “Introdução” da primeira parte dos “Apontamentos”³¹, ele faz uma avaliação dos estudos existentes sobre “Maranhão”. No conjunto dos poucos trabalhos existentes, distingue apenas cinco obras de “vulto”: **A Jornada do Maranhão** de Diogo de Campos Moreno; **Anais Históricos do Estado do Maranhão** de Bernardo Pereira de Berredo; **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão** de Raimundo José de Sousa Gaioso; **Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão** de Antônio Bernardino Pereira do Lago; **Memória histórica e**

³¹ Trata-se dos **Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão**, a parte de história integrante do **Jornal de Timon**. Por sua vez, ela se divide em duas partes, uma escrita e publicada em São Luís, e a outra em Lisboa.

documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840 de Domingos José Gonçalves de Magalhães. Sem comentar o primeiro e o último trabalho, detém-se sobre os três restantes. Comenta longamente os **Anais** de Berredo, que há pouco haviam sido reimpressos em São Luís, com uma introdução bastante crítica de Gonçalves Dias. Berredo é na verdade o alvo principal das críticas de Lisboa e, através de Berredo, o tipo de visão representada por Gonçalves Dias. De um lado, critica duramente a forma, o estilo, a escolha dos temas no “soldado escritor” português, incapaz de realizar uma verdadeira história da “civilização colonial” em que se tornara a Capitania portuguesa; de outro, discorda do ponto de vista indígena e, para ele fantasioso, de Gonçalves Dias, que não reconhecia nos portugueses as verdadeiras origens do Maranhão, defendendo nesse ponto Berredo:

E por que motivos, em verdade, soldado e escritor português, pertencente à raça e sociedade portuguesa, como todos nós lhe pertencemos, pelos usos e costumes, linguagem e idéias, havia ele de preterir os assuntos pátrios para se ocupar com a história dessa pretendida Judéia do novo mundo, criada só pela imaginação poética e fantasiosa do nosso crítico? (Lisboa, s/d, p. 11).

Para João Lisboa, na construção da História do Maranhão, um peso maior, pelo menos nesse momento em que escreve, caberia aos portugueses sobre os índios. O valor da **historicidade** atribuída a um e outro grupo não é o mesmo. Destoava da visão de Gonçalves Dias que deslocava o maior peso das “origens” dos maranhenses, na ocasião da crítica a Berredo, para os índios. Dada a precariedade das fontes e arquivos locais (aqui há acordo entre Lisboa e Marques: ambos falam nessa “falta de memórias”, talvez com percepções diferentes quanto à gravidade dela), a pretensão de João Lisboa, conforme deixa ver na “introdução”, é a de “coligir, refundir, reduzir e comparar” aquilo que encontrou “disperso e disparatado” a partir de um “ponto de vista atual, e segundo as idéias que hoje vogam”, com a finalidade de “entreter a curiosidade atual” dos leitores. Sem sombra de dúvida, um dos objetivos de Lisboa é a busca de uma nova forma ou estilo

de escrever e narrar a História do Maranhão, um dos pontos que mais critica em Lago (do ponto de vista literário, segundo ele, “completamente nulo”) e principalmente em Berredo. O núcleo dessa crítica lê-se no seguinte trecho:

Escrevendo a crônica de uma pobre colônia, nascente e obscura, assentou de si para si este soldado escritor que devia elevar-se ao tom da grande história, e ainda da epopéia; mas foi duplamente infeliz, que nem o tom convinha ao assunto, nem ele soube atingi-lo; e procurando ser nobre e sublime, apenas conseguiu ser túrgido, obscuro e fastidioso, caindo por vezes nos mais ininteligíveis e intoleráveis disparates. (idem, p. 8).

Depois Lisboa chegará à conclusão que Berredo também não era “imparcial” como afirmava ser. Mas neste momento a forma literária da escrita de Berredo, ou o “tom” escolhido, e que ele alardeava no “Prólogo”, admirada dos censores e mesmo aceita por Gonçalves Dias em sua crítica, é o aspecto mais visado por Lisboa. Um tom que não fosse o da “epopéia”, típico da “grande história”, cujos riscos eram o de cair nos equívocos de Berredo. Como Berredo optou pela forma da epopéia, por escrever uma “história grandiosa”, cheia de “acontecimentos magníficos e verdadeiramente históricos”, ao se defrontar com um “tempo... vazio e ermo de sucessos”, sua linguagem tornar-se-ia dominada por dois tipos de falhas: a) o domínio de “palavras túrgidas e balofas” quando relacionadas à insignificância dos “casos e ações” a que se referem (o que traduzindo para hoje poderíamos chamar de descompasso entre as “palavras” e as “coisas”, resultando no domínio de um palavrório que dizia nada); b) o emprego repetitivo e monótono de fórmulas ocas, como a seguinte: “Sem outra memória que possa merecê-la, entrou o novo ano de..., e continuou do mesmo modo até o mês de maio.” (idem, p. 9). Uma crítica ao “diário historiográfico” buscado por muitos. Lisboa, portanto, aponta para o projeto de construção da História do Maranhão como uma “pequena história”. Podemos dizer, para resumir, que em meio ao estado das fontes e dos estudos existentes, Lisboa adota as seguintes providências: 1) evitar a proposta de fazer um “corpo completo de história”, isto é, de escrever “de tudo, de princípio a fim, sem interrupção alguma”, mas de começar por

“simples e modestas memórias” que posteriormente fundamentem o “trabalho complexo que compreenda o todo”; 2) buscar “coligir, refundir, reduzir e comparar” aquilo que estava “disperso ou disparatado”; 3) evitar seguir uma “ordem cronológica”, mas adotar a estratégia de tratar “cada assunto separadamente, e segundo a diversidade deles, saltando de umas para outras épocas, conforme as notícias que delas nos proporcionarem”; 4) só empregar as “narrações históricas” quando “couberem”; 5) buscar elaborar “considerações sobre as diversas classes” da população da Província; 6) procurar formular um “ponto de vista” conforme o estado atual das “idéias”; 7) atender sobretudo à demanda do público ou “entreter a curiosidade” dos leitores. São cuidados que apontam para um tom adequado à pequena história, isto é, sem grandes acontecimentos e dominada por “casos e ações insignificantes”³².

César Marques e o Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão

O **Dicionário**³³ de César Augusto Marques foi uma das principais expressões, se não a principal, da produção do espelho histórico-geográfico do Maranhão província pelo chamado grupo maranhense. Nele, o saber histórico sobre a Província (bem como os geográficos, topográficos e estatísticos), tido como quase inexistente, uma “choupana modesta”, é pensado como obra coletiva a ser construída por uma “comissão de indivíduos inteligentes e trabalhadores”. Para Marques o gênero de trabalho que pretendia realizar era totalmente inédito na Província. Marques se bate contra o que chama de “falta de curiosidade ou de amor pelas velhas coisas da pátria”. Se autodefine como o “mínimo de todos os maranhenses” e o “primeiro obreiro”. Nessa condição, assim descreve suas atividades (empregando metáfora antiga da edificação):

³² Para uma apresentação mais extensa do projeto “Jornal de Timon” veja **Barbárie e Simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa** (Soares, 2002).

³³ O **Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão** foi publicado no Maranhão, em 1870, pela Tipografia do Frias. (Marques, 1970).

fomos nós o primeiro obreiro, que arroteou o terreno tão cheio de cardos e espinhos, que abriu os alicerces e levantou as paredes mestras, não poucas vezes em horas bem altas da noite, roubando ao sono o descanso do corpo e do espírito, depois de dias bem trabalhosos e bem cheios de fadigas. (1970, p. 54).

César Marques se autodefine como “primeiro obreiro”, como aquele que “abriu os alicerces e levantou as paredes mestras” do saber sobre a Província do Maranhão, um pesquisador solitário e não reconhecido na própria terra, que tentava contribuir para que, através do “Dicionário”, a história da Província saísse do estado de “modesta choupana” para o de um “suntuoso edifício”; que, em suma, desse conta de informações exatas e úteis de toda a Província em seus aspectos históricos, geográficos, topográficos e estatísticos. A história, nestes termos, é apenas uma dimensão do projeto de César Marques, embora na prática se volte mais para ela, talvez por falta de informações nos outros campos. Tentando uma aproximação da idéia de história e do perfil de historiador ideal de Marques, vejamos o verbete “História” e “Crônica e Cronista” dessa obra re-fundadora. Internamente Marques parecia partir do problema da falta de “Memórias” acusado pelo franciscano frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres na **Poranduba Maranhense**, assinalado na página “Ao Leitor”. No verbete “Crônica e Cronista” remonta a Diogo de Gomes Carneiro, nomeado “cronista da América” por decreto de 8 de maio de 1658, recebendo 200\$000 réis de ordenado ³⁴. Informa ainda que, precedido de parecer favorável do “Cronista-mor do reino”, Frei Francisco Brandão, uma Provisão de 1 de junho de 1661 declarava que a função de cronista do Brasil fora motivado por pedido dos “povos respectivos”. No caso do Estado do Maranhão, uma Carta Régia de 20 de junho de 1782 determinava que esse lugar de cronista fosse cumprido pelo “segundo vereador” das Câmaras de São Luís e de Belém. A crônica teria a forma de um “diário dos sucessos mais notáveis do ano, e no fim dele, o apresentasse para examinar

³⁴ Alencastro menciona Diogo de Gomes Carneiro, o “cronista do Brasil”, cuja pesquisa perdida seria uma indicação da “Angola Brasília”. O pagamento dos vencimentos do cronista caberia à Bahia, Recife, Rio de Janeiro e Luanda, com a “exclusão” do Maranhão e Grão-Pará, assim como de São Paulo (2000, p. 248); veja também Kantor (2004, p. 36).

em vereação se era verdadeiro, devendo, porém, remontar-se até a fundação do Estado.” (1970, p. 239). Aqui temos, a nosso ver, pistas sobre a idéia de história do próprio César Marques. A História do Maranhão deveria ser uma crônica “verdadeira” que partisse da “fundação do Estado” na forma de um “diário dos sucessos mais notáveis do ano” (forma “diário” que tornar-se-ia um princípio básico na escrita da história do Maranhão para muitos historiadores). Era o mesmo que “Memória”. Escreve Marques no verbete “História” que, segundo Provisão Régia de 20 de julho de 1782, os ouvidores das comarcas deveriam fazer todos os anos “**memórias** dos novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis, que tivessem sucedido desde a fundação desta Capitania.” (1970, p. 372). Como os ouvidores não cumpriram a determinação régia, César Marques situa aí a razão da falta de informações históricas sobre o Maranhão. Não nos parece outra a concepção de história incorporada e praticada no **Dicionário**. Uma escrita que visa recompor as memórias dos “fatos, e casos mais notáveis” ocorridos a partir da “fundação” da Capitania, na sucessão do tempo. Em seguida, Marques apresenta uma lista fundamental de autores e obras, elaborando uma espécie de **coleção** básica sobre a História do Maranhão, visando apoiar o trabalho de “futuros historiadores”. Germe de uma “biblioteca maranhense”, é um trabalho inicial de localização, às vezes de obras que o autor não leu, apenas viu em jornais ³⁵. Em geral, limita-se a dar sobre os livros e fontes o nome do autor, título, fôlio, editora, data, local, página, assinalando se era raro ou não e um ou outro comentário. Neste inventário, ressalta a quantidade de nomes de padres ³⁶.

Esboçando vasto programa, verdadeira “obra construída e em construção”, na frase de Jomar Moraes (2002, pp. 121-23), César Marques escreveu:

³⁵ “Para auxiliarmos o futuro historiador, ou para despertarmos a curiosidade e o estudo de muitos dos nossos leitores, aqui vamos apontar os escritos publicados e inéditos, que tratam desta Província, não sòmente aquêles, que conhecemos, mas também os que achamos indicados em várias obras e jornais.” (1970, p. 372).

³⁶ São eles: Claude d’Abbeville e Yves D’Evreux, João de Sousa Ferreira, João Filipe Betendorf, Domingos Teixeira, Jacinto de Carvalho, Domingos de Araújo, José de Moraes, Jerônimo da Gama, Bento da Fonseca, João Tavares, Cristóvão da Costa, Frei Francisco de. N. S. dos Prazeres, José Inácio de Moraes Rego, José Constantino Gomes de Castro e Raimundo Alves dos Santos.

“Julgamos a propósito descrever esta Província desde tempos mui remotos, guardando desta sorte aqui tudo quanto encontramos espalhado em vários lugares e que sirva ao nosso fim.” (1970, p. 437). César Marques (1970, pp. 437-448, verbete “Maranhão”) alertava aos estudiosos para a questão central:

Haja pois toda a cautela ao lerem-se os cronistas e viajantes portugueses, quando neles se encontrar o nome de *Maranhão*, para se saber bem qual é a aplicação que dele fazem. Mas como e quando foi que os portugueses fizeram a trasladação do nome de *Maranhão* para designar a *cidade, ilha e enseada* que hoje o conservam, e das quais se estendeu a toda a *Província e Estado*? (Idem, p. 438, negritos em itálico do texto).³⁷

Diante desta pergunta, o médico historiador afirmava, não sem cautelas: “Responderemos **reproduzindo as conjeturas** que achamos nos autores que temos por mais competente juizes” (idem, p. 438, negrito nosso). Do ponto de vista das origens históricas, o Maranhão província havia sido a “Antiga Capitania do Maranhão”, parte do “Estado do Maranhão”. Baseado no padre jesuíta José de Moraes (1759), diz que a capitania era delimitada ao norte pelo oceano Atlântico e ao sul pelas “serras dos Gerais”, local de nascimento de vários rios que demarcaram os limites naturais dela com o Pará (Gurupi) e o Piauí (Parnaíba) e atravessaram o seu interior (Mearim e Pindaré) (pp. 438-39). Nos anos 1770, depois de quase 120 anos da união com a capitania do Pará, o Maranhão capitania passa, por determinação da Coroa, a ter governo independente, o primeiro dos quais foi o do Capitão-General Joaquim de Melo e Póvoas e o último o de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (p. 439). Com a sua adesão á causa da independência do

³⁷ Logo em seguida Marques conta a história de um acidente: “Nos citados *Fragmentos do Maranhão Conquistado*, escritos pelos anos de 1750 e tantos, refere-se o autor à antiga tradição que ensinava fôra isto na ocasião que ali se perdeu e naufragou Aires da Cunha, um dos doze primeiros donatários de terras do Brasil. – ‘Procurava este fidalgo, conta o autor, com os seus aderentes o rio *Maranhão*, nome porque então se conhecia melhor o rio *Amazonas*, e naufragou na *Ilha do Maranhão*, para onde entrou pela boca de um rio largo de cinco léguas desde a ponta do *Pereá* até a do *Itacolomi*: disto sucedeu darem àquêlê lugar o nome de *Maranhão*, ou enganados e persuadidos que aquêlê era o rio *Maranhão*, ou querendo enobrecer a sua infelicidade espalhando o seu naufrágio como acontecido na boca do rio *Amazonas*, conhecido então pelo rio *Maranhão*; dêste acidente ficou até hoje o nome *Maranhão* fixo à cidade, e ilha do Maranhão” (2002, p. 438).

Império, em 28 de julho de 1823, diz César Marques, constituiu-se “daí em diante em Província” (idem, pp. 438-39) (visão diferente da de Lago, e nem poderia ser de outra maneira, pois este escrevendo, antes da independência, situa o surgimento da “província” em 1774).

O historiador (ou antiquário?) passa então a descrever a “Província do Maranhão” sob os mais diferentes aspectos: posição astronômica, limites, dimensões, aspecto físico, orografia, hidrografia, estrutura do terreno, lagos e lagoas, ilhas, portos, marcas, umidade atmosférica, chuvas, eletricidade e trovoadas, ventos, pressão atmosférica, temperatura, clima, minas, produção, indústria e comércio, fitologia, zoologia, cidade e capital da província (nome, história, dimensões, freguesias, igrejas, hospitais, cemitérios, disposição da cidade, comarca), mapas e cartas geográficas. O “corpo” da província teria a aparência de um “gigantesco trapézio” de 20.000 léguas quadradas de superfície cortada por “imensos rios” a semelhança de “artérias”. César Marques procura apresentar visão positiva (ou mesmo paradisíaca) da natureza do Maranhão sem deixar de reconhecer problemas decorrentes da sua inserção na chamada “zona tórrida”. Verdade que a geologia das “províncias do norte” em relação às do “sul” enfrentaria o problema do desconhecimento, pois poucos foram os estrangeiros e brasileiros que a estudaram, ao contrário das do sul. Por estar localizada na chamada “zona tórrida”, a província do Maranhão, como as outras do norte do Brasil, eram também mais quentes que as do sul. Mas a chuva era característica importante do clima do “norte do Brasil”. O Maranhão estaria, segundo certos estudos, em “terceiro lugar” como parte do globo onde mais havia chuvas. O “inverno principia ordinariamente em janeiro e acaba em julho, porém no sertão e nas cabeceiras dos grandes rios começa em outubro quando a estação é regular”. Essa terra das chuvas, porém, já enfrentaria os “horrores das sêcas” decorrentes do desmatamento produzido pela “maneira bárbara” como lavradores preparavam terrenos e pela falta do hábito do plantio de árvores, traço dos “homens ilustrados” e dos “povos mais cultivados” (idem, p. 441-42). A fome seria um dos efeitos mais terríveis dos anos de secas. Na sua tese de doutorado, defendida na

Faculdade de Medicina da Bahia em 1854, César Marques procurou indicar a variação do impacto dos raios do sol na província conforme diversos fatores, entre estes a elevação dos terrenos, os rios, as matas:

Sendo a Província do Maranhão situada na zona tórrida... contudo ela é também banhada pelo Oceano Atlântico, por vários rios e igarapés, o seu terreno é coberto de viçosa vegetação, tem algumas serras e montanhas [sic], e por isso se conhece que no seu clima, cujo elemento essencial é o calor, não pode êste ser elevado a grau tão subido que incomode extremamente os naturais, e mal possa ser sofrido pelos estrangeiros. (idem, p. 442).

A vegetação da Província era abundante e variada, produto de uma natureza que “sempre funciona”, sinal da “existência de Deus” e da sua “misericórdia”, tanto foram os benefícios derramados sobre a província. Os animais eram todos das “espécies americanas” e, como animais das “zonas tórridas”, seriam “mais perfeitos do que os das zonas temperadas e frias”. O viveiro da província tinha quase todas as espécies de aves do Brasil, o qual era original e passava pelo “mais rico da terra” (idem, p. 444). Natureza abençoada por Deus em meio à zona tórrida das províncias do norte, esse o cerne da descrição geográfica do Maranhão produzida pelo piedoso e obreiro autor do **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Sobressai o naturalismo providencial da visão, onde elementos naturais – rios e serras – demarcam limites e caracterizam a geografia da província. O que não aparece neste registro é a dimensão política – o “campo de batalha” - da construção da geografia da província tanto em seus aspectos imaginários quanto físicos, pois César Augusto Marques explica tudo a partir do Fator causal divino e da natureza. Mesmo assim, em que pese o naturalismo da visão geográfica da província, Marques não deixa de indicar o papel da “luta” na demarcação dos limites da configuração territorial, a exemplo da questão do Turiaçu no lado ocidental; questão iniciada nos anos 1770 e encerrada nos anos de 1850, destacando aí o papel do deputado geral Cândido Mendes, o qual chegou a escrever folheto sobre assunto chamado **O Turiaçu, ou a incorporação deste território à Província do Maranhão** (1851). Também ocorreram

pendências nas fronteiras com Bahia e Pernambuco (idem, p. 440)³⁸. Já do lado da “fronteira oriental”, segundo Marques, não haveria o mesmo tipo de questão, pois desde os anos 1770, ela era “natural e clara”, a ponto de sequer se chegar a levantar qualquer referência a respeito (idem, p. 440) (O que, a nosso ver, não parece exato, pois a autonomia conquistada pelo Piauí em relação ao Maranhão, em 1811, foi marcada por intensas lutas decorrentes da intervenção deste governo naquela região, como aliás César Marques noticia. Essas questões estavam “naturalmente” associadas ao problema político da demarcação dos limites territoriais, uma vez que ela levou à perda por parte do governo do Maranhão do controle sobre todo um extenso território).

Vieira da Silva: História da Independência da Província

A **História da Independência da Província do Maranhão** (1822/1828), do cearense Luís Antônio Vieira da Silva, foi publicada em São Luís, em 1862. O autor, bem como o apresentador, Henriques Leal, era descendente de família que participou das lutas da independência. Seu bisavô foi o capitão José Vieira da Silva, reconhecido como introdutor da cultura do arroz no Maranhão (1972, p. 47; Marques, 1970, pp. 82-83; 91). O avô, o Coronel de Milícias Luís Antônio Vieira da Silva, um dos “senhores de bons estabelecimentos de lavoura no Itapecuru”, foi um dos eleitores da Comarca de São Luís escolhido para decidir a eleição dos deputados que iriam representar o Maranhão nas cortes portuguesas, em 1821 (idem, p. 47). Por parte de mãe, era neto de Raimundo José de Sousa Gayoso, o autor do **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**. (idem, p. 72, nota 15).

Na “Introdução”, Henriques Leal discutiu o problema da “adesão tardia”, da província à independência, procurando explicá-la pela formação histórica do Maranhão. Punha em questão a condição de portugueses ou

³⁸ Candido Mendes a respeito escreveu **A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goiás** (Rio de Janeiro, 1852).

brasileiros dos maranhenses. Ou melhor, se, como brasileiros, os maranhenses aspirariam ou não à independência de Portugal. Basicamente justifica o retardamento da adesão a partir das idéias de proximidade entre portugueses do Maranhão e da Europa e de distância em relação às províncias austrais do Brasil. Proximidade iniciada com a criação, pela Coroa portuguesa, do Estado do Maranhão separado do Estado do Brasil. Isso fez com que, não apenas o Maranhão, mas Pará e Piauí fossem regiões mais ligadas a Portugal do que ao resto do Brasil:

Formando com o Pará, por quase todo o tempo colonial, um Estado que não dependia do resto do Brasil, e ainda quando a monarquia veio estabelecer sua sede no Rio de Janeiro, sempre mais em contato com Portugal do que com a corte, suas relações de comércio e de amizade, suas recordações e tradições, sua educação – tudo prendia o Maranhão à antiga metrópole (idem, p. 23).

Ao tempo que reconhecia o lusitanismo dos maranhenses, o nacionalismo do autor o leva a reconhecer o caráter opressivo da dominação portuguesa. Como se os maranhenses fossem curiosamente uma sorte de “portugueses” oprimidos pela própria metrópole. Domínio opressivo que teria na atuação do clero uma das suas principais expressões:

Classe... pouco numerosa nesta Província, na maioria portuguesa, e sujeita, toda ela, à vontade de um bispo forte pela proteção sem limites do seu rei e de um zelo entranhável por tudo quanto é negação da liberdade humana – pelo absolutismo puro no Estado e pelo ultramontanismo exagerado na Igreja – quando ousasse erguer a voz, seria ela fraca e sem eco, a sua propaganda, com os sobressaltos do medo e a irregularidades do mistério. (idem, pp. 23-24).

Na **História da Independência** trata-se de narrar um tema essencial para o grupo maranhense: o da ação dos maranhenses nas lutas da independência. O texto é dominado pela transcrição e descrição dos documentos oficiais. A compilação e reprodução dos documentos caracterizam a independência da província a partir da rivalidade entre **portugueses** e **brasileiros**. Os maranhenses eram portugueses ou brasileiros? Eis a questão de fundo da

narrativa. Trata-se de comprovar que os maranhenses eram brasileiros. A “independência” foi fruto do desejo próprio desses maranhenses, da sua brasilidade, e não de uma imposição de fora. Questão que transparecerá na ação de Cóchrane. A resistência será caracterizada como oriunda dos “portugueses”, isto é, dos “europeus” que controlavam os cargos de direção e parte da riqueza. Os maranhenses, por si mesmos, seriam a favor da independência.

Apesar da narrativa da independência dos maranhenses ter se baseado sobre o quadro das lutas entre “portugueses” e “brasileiros”, ela aponta para um tipo de conflito que teria extrapolado os limites da rivalidade entre grupos nacionais, pois os dois setores se viram igualmente atingidos e ameaçados, especialmente no governo de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce (1824), quando os grupos em luta disputariam simplesmente o “poder”, tomados pela “ambição”, a “intriga”, a “suspeita”, o “ressentimento”, o medo da “república”, o ódio ao “europeu”, o temor do retorno dos “portugueses” ao domínio dos cargos públicos. Como indicaria trecho de um documento citado:

Vendo os brasileiros as iminentes desgraças que os ameaçavam e a barbaridade do Governo, e impelidos pelo amor da Pátria, já quase agonizante, acordaram do profundo letargo em que jaziam e, convocando uma Câmara-Geral, a que foi chamado o Governo Civil, encarregado também das Armas, acordaram unanimemente em que não fossem expulsos os europeus e, desta forma, se evitou o maior dos flagelos, só cobiçados pelos negros pedestres, únicos amigos do Governo, os quais, contando já como certa a saída dos europeus, dispunham de suas casas e fazendas como suas, repartindo-as entre si (idem, p. 240).

As disputas entre o presidente da Junta do Governo da Província, Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, e o Governador das Armas, o Tenente-Coronel José Felix Pereira de Burgo, não era essencialmente um conflito entre “portugueses” e “brasileiros”, embora repercutissem sobre este, mas disputas marcadas pelos “conflitos de jurisdição, as queixas recíprocas e a inimizade” (idem, p. 251). Ou como Cóchrane já teria percebido em seu juízo sobre o Governo da Junta do Maranhão:

[...] o reputava mal organizado por ser composto de pessoas ligadas entre si, não só por conexões de família e amizade, mas de parentes próximos, ao que atribuía as demissões que ela havia dado a empregados civis e militares, para se preencherem as vagas com os parentes, amigos e aderentes dos membros de que se compunha, excitando assim descontentamento igual nos brasileiros não contemplados e nos portugueses demitidos (idem, p. 202).

Era fortemente pessoal, e remontava às lutas da independência, as divergências entre o capitão Salvador Cardoso de Oliveira e o Governador das Armas José Felix Pereira de Burgos³⁹. Que os embates não se resumiam às lutas entre portugueses e brasileiros, fica indicado nas decisões tomadas contra o grupo do presidente Bruce pelo Conselho Militar de grupos do interior, muitos militares, suspendendo as comunicações de São Luís com o interior, mas abrindo a possibilidade de aceitação de brasileiros e europeus, sem distinção, que procurassem refúgio ou realizar negócios. Visavam especialmente a rede de pessoas ligadas a três famílias influentes e interligadas entre si: Burgos, Belfort e Bruce. (idem, p. 278). Que também, para o autor, não era caso de luta entre “monarquistas” e “republicanos”, vê-se pelo respaldo que dá à avaliação do jornal **O Argos da Lei**, de Odorico Mendes, sobre a natureza das lutas entre os grupos de Bruce e de Salvador:

Os dois partidos, o central e o da cidade, combatiam por motivos particulares da Província e não pela forma de Governo. Como o nome República tem-se tornado odioso aos verdadeiros amantes do Imperador, todos os bandos imputavam aos seus contrários o crime de republicanos para melhor atraírem os povos, que muito acatam a sua pessoa. Assim, Bruce chamava republicanos aos dissidentes do Itapecuru; estes, aos partidários de Bruce (idem, pp. 291-92).

A Corte do Rio de Janeiro foi espaço fundamental de resolução dos conflitos, inclusive pela distribuição de cargos na burocracia do império e

³⁹ Veja **História da Independência da Província do Maranhão**, pp. 136, onde se escreve que do cerco da vila do Itapicuru-Merim “originou-se tal inimizade entre ele e Burgo que mais tarde deveria contribuir para a deposição deste do Comando das Armas”. Veja também pp. 252 e 275.

de títulos e comendas, como no caso das disputas envolvendo Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce e José Félix Pereira de Burgos (idem, p. 274). Foi nesse espaço que também se decidiu o destino de Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce, suspenso da presidência por Cóchrane e absolvido por Acórdão da Relação da Corte em 17 de agosto de 1826 (idem, p. 314).

Na avaliação da figura de Bruce, o “selvagem tamoio”, o autor recorre à fala de um adversário seu, o padre Domingos Cadávila Veloso Cascavel, que expunha a seguinte opinião nada “ateniense” sobre o Maranhão e os maranhenses:

O Maranhão tinha mais orgulho do que instrução. Suas riquezas lhe davam um tom elevado, porém, há muito tempo se sentia a queda da moral pública. Os maranhenses são, contudo, susceptíveis de novas e boas instituições. A mocidade se distingue por seu talento e promete muito para o futuro, mas sendo agora bem dirigida (idem, p. 241).

A questão da legalidade ou não da indenização cobrada por Cóchrane, pelos serviços prestados, abordada no final da **História da Independência da Província do Maranhão**, é fundamental por tocar numa versão nada honrosa para os brios nacionalistas dos maranhenses (até hoje muitos historiadores da “História do Maranhão” nutrem aversão pela figura de Cóchrane, tido como “pirata”, tal como caracterizado por versões como a do português Garcia de Abranches.). Para o almirante inglês, os maranhenses foram obrigados a ceder. A independência ou a união da província ao império brasileiro foi um ato de conquista, de rendição e de capitulação, pelo qual ele se sentia no direito de cobrar recompensa. Mostrava que, entre os maranhenses, não havia um projeto brasileiro (e como poderia haver?), mas que eram portugueses. Cóchrane assim resume os termos da questão:

O resultado da intimidação do bloqueio foi um oferecimento da parte das autoridades portuguesas de capitular e concederem-se-lhes condições gratuitamente, quando podiam ser obrigadas a entregar-se à discrição. (idem, p. 338).

Nestes termos, não seriam confiscadas as propriedades daqueles que “aderissem” à “Causa Imperial”, fossem brasileiros ou portugueses (idem, p. 338). Vê-se que, para o comandante inglês, o fato de ser brasileiro ou português não tornaria, por si mesmo, motivo para ser um adepto ou não da independência. Um brasileiro não seria necessariamente a favor da independência por ser brasileiro, assim como um português não seria necessariamente contra por ser português. Daí, se poder imaginar, que muitos portugueses, para não terem confiscadas suas propriedades, não pensariam duas vezes em “aderir” a “Causa Imperial”; poucos, talvez, foram aqueles que preferiram perder as propriedades e voltar para Portugal a ter que passar a apoiar a independência. Para Cóchrane, portanto, os maranhenses não seriam necessariamente a favor da independência pelo fato de serem maranhenses. Pelo visto, a posição do almirante aponta para o contrário: para “inimigos” da independência. Mais do que um problema ideológico, podemos concluir da versão de Cóchrane, a “Independência da província do Maranhão”, foi uma questão de “propriedades”. Uma questão de negócio. Causava surpresa ao inglês que, após a rendição das autoridades portuguesas, as novas autoridades brasileiras também se recusassem a pagar os “Oficiais e marinheiros estrangeiros” cumprindo o contrato firmado com o governo imperial. Para ele, tratava-se de “ingratidão e injustiça” (idem, p. 341) visando a retirada da Esquadra. (A nosso ver, temos aqui um ponto frágil da argumentação de Cóchrane, pois ele não poderia reconhecer que muitas das “novas” autoridades eram as “velhas” de sempre que haviam aderido justamente para não ter que ceder propriedades). Via como “infame falsidade” a acusação, feita por “cegos advogados da recolonização do Brasil”, de que a “Marinha empregada no Maranhão só procurava roubar” (idem, p. 341-42).

Com a presidência de Costa Barros (1825), uma nova etapa na vida política da província se iniciaria. O naufrágio do **Providência** na Coroa Grande, com a morte de várias pessoas “notáveis” vindas do Rio de Janeiro, entre elas integrantes das famílias Belfort e Burgos, simbolizaria, talvez, o fim de uma etapa (idem, p. 348). Nessa fase, os presidentes de província

nomeados pela Corte não eram nomes ligados aos maranhenses. Eram estranhos às famílias. Seguiam-se sugestões do presidente Manuel Teles da Silva Lobo de nomear-se para a província um presidente “hábil e ativo”, mas de modo algum um “indivíduo oriundo dela, por ser este um dos principais motivos das desordens por que a Província havia passado” (idem, p. 313).

Assim foi com Costa Barros, Costa Pinto e Araújo Viana. Para o autor, o fato de Costa Pinto não ter “relações de parentesco ou amizade na Província”, contribuiu para que aquele agisse sem escrúpulos contra os “desafetos”. Temos a impressão de que o autor aqui tenta se posicionar contra as imagens de “desordem” e de “desordeiros” que pairava sobre o Maranhão e os maranhenses, projetando-as sobre as presidências de Costa Barros e Costa Pinto. Costa Barros sonharia “uma conspiração com o fim de reproduzir na capital as mesmas cenas que a haviam enlutado em épocas passadas”. Costa Pinto também “sonhava com desordens e republicanos nos sertões da Província”. Contudo, nada na Província “anunciava a tendência dos espíritos para a desordem e para a revolta”. Daí o combate implacável e paranóico dos presidentes contra a oposição, desnecessário uma vez que os “chefes de revolta” haviam caído em “desmoralização” e os homens que se armaram para apoiar um ou outro partido haviam regressado às suas casas. Daí o levantamento de suspeitas injustas contra “caracteres distintos, homens essencialmente ordeiros e circunspectos”. Costa Barros “mandou prender vários cidadãos dos mais notáveis do partido que lhe era oposto” (idem, pp. 349-353). Costa Pinto teria se notalizado por determinar o “recrutamento” do jornalista da oposição, José Cândido Moraes, redator do **Farol Maranhense** (idem, pp. 349-354).

Localizando a imprensa no meio dessas lutas entre os presidentes de província e a oposição, o autor recorre à opinião do “distinto comprovinciano e literato” Francisco Sotero dos Reis, expressa em artigo do **Publicador Maranhense**. Cita passagem onde Sotero dos Reis se reporta à história da “imprensa periódica” na fase compreendida entre O

Conciliador e o **Farol Maranhense**. Reis se concentra na “maneira de escrever” dos jornalistas, observando que, embora aparecesse “algum artigo bem escrito”, dominou os “excessos a personalidades”. “Assim, principiamos a conhecer esta bela instituição só pelo abuso que dela se fez”. Sem mudar quanto a esse aspecto, no final da década, a imprensa periódica “entre nós” tornara-se “essencialmente revolucionária e propaladora de princípios subversivos da ordem social”. Forma de oposição que, “até certo ponto”, se justificaria pelos “desvios de autoridade” (idem, pp.356-57; 360). Excesso e virulência contra personalidades, acompanhamento das opiniões da imprensa da Corte e do resto do império, posições revolucionárias, às vezes languidez e marasmo de assunto, eram aspectos apontados por Sotero dos Reis em sua avaliação do jornalismo praticado pelos maranhenses em seus começos. Destaca como principais jornais, o **Conciliador**, o **Argos da Lei**, a **Bandurra** e o **Farol**, aos quais o autor acrescenta o **Amigo do Homem**, o **Censor** e a **Minerva**. (idem, pp. 356-363).

O Semanário Maranhense (1867-68)

Vale a pena examinar o programa dessa publicação, apresentado logo em seu primeiro número (1/9/1867). Se auto-definindo como “jornal modesto”, pretendia ser um “archivo” onde se encontraria “vestígios” dos trabalhos feitos por alguns “filhos desta terra” em prol da literatura e das artes. Cuidava-se de intervir numa “lucta intellectual”.

Via o “jornal” como a forma “mais popular do livro”; como tal, deveria tornar-se a “arena” em que se iriam “ensaiar” todos aqueles dispostos a “trabalhar”.

O **Semanário** não pretendia ser uma publicação política, comercial ou religiosa, mas exclusivamente um “jornal litterario”. Tomava como referências as seguintes publicações: **Jornal de Instrução e Recreio**

(1845/46), **Archivo Maranhense** (1846) e **Revista Universal Maranhense** (1846/50).

Neste programa vemos o mito do Maranhão “Athenas brasileira” se configurando. “Já houve quem a chamasse de Athenas brasileira, e o nome conferido em tão solemne baptismo, não foi nunca contestado e nem posto em duvida, pelos que conhecem a abençoada terra” (1979, p.1). A província era vista como aquela que se destacaria entre suas irmãs por se dedicar aos estudos literários com “mais escrupulo e seriedade”. Apresentava com “orgulho”, na “república das letras”, “vultos” como Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa, Sotero dos Reis; nas “sciencias”, destacavam-se Joaquim Souza e Custodio Serrão. Compunham a “vanguarda illustre do Maranhão”, a “grande phalange dos talentos de primeira ordem”. No momento em que o **Semanário Maranhense** iniciava, esta “vanguarda” havia sido “quase aniquilada pelo braço da morte”. Via-se como expressão da “intelligencia primorosa e opulenta” que se levantava para “reatar o fio das gloriosas tradições”. Procurava ser um representante dos que se interessavam pelo “progresso e engrandecimento da litteratura patria”. Para isto havia a matéria-prima, pois o Maranhão era província “rica de talentos e de vocações”, e havia também público, “tão benévolo sempre e tão solícito em fomentar emprezas litterarias”.

Seu objetivo era se tornar um “verdadeiro representante das boas letras nacionaes”.

O **Semanário Maranhense** foi talvez a melhor expressão do programa do grupo maranhense, inclusive como projeto coletivo. Mostra um sentido estritamente cultural. O de produzir uma história, uma literatura, uma crônica, uma poesia, etc. que tivessem a marca do nome “maranhense” e fosse representativa no plano nacional. Nele aparece claramente ou surge pela primeira vez a idéia de que autores como Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa (mortos), Sotero dos Reis (vivo) seriam a expressão desse programa, cabendo ao grupo de autores que participassem do

Semanário a responsabilidade de reatar com ele e mantê-lo. No caso, a presença marcante, única, dos escritores maranhenses no plano das letras nacionais. Era isso que daria a ligação entre seus integrantes. O fato de serem “maranhenses” e aspirarem a esse objetivo: pôr ou sustentar a presença do Maranhão no cenário da cultura nacional. Era o que, para eles, representaram Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa e continuava representando Sotero dos Reis. Portanto, o **Semanário Maranhense** expressava um programa de inserção e presença cultural no campo nacional; de busca do reconhecimento cultural do “Maranhão” pelo “Brasil”. No caso concreto: do reconhecimento pela elite letrada do Rio Janeiro (Corte) e das principais capitais provinciais ou centros culturais do Império (I.H.G.B.; Faculdades; Academias; Sociedades Literárias, etc.) dos letrados e das obras “maranhenses”. Ou seja, cuidava-se, em princípio, de buscar o reconhecimento ou a aprovação externa. Para os mentores do **Semanário**, tal como deixam ver em seu programa, o Maranhão contava com talentos e vocações e um público interessado, faltando ao que parece um espaço ou “arena” onde esses talentos ensaiassem seus esforços e fossem vistos pelo público de leitores. Contudo, ao mesmo tempo, o **Semanário** deixa entrever que não era bem assim. Pretendia-se constituir em “arquivo” de uma tentativa. Crônicas foram escritas onde o assunto era justamente a falta de atividades culturais em São Luís, a dispersão dos autores e mesmo o desânimo intelectual.

Revelam aí um lado da realidade cultural que sempre esteve presente para boa parte dos que se voltaram para as letras naquele espaço. A dura realidade do “baixo clero” ou dos escritores do segundo ou terceiro escalão, em nada parecida com a de letrados que haviam alcançado o status do “alto clero” nas letras nacionais, como Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Lisboa. O **Semanário** tinha muito de uma reação de escritores dos escalões inferiores na hierarquia da “República das Letras” do Império, lutando para ascender e utilizando nomes reconhecidos como apoio. Era um modo de transferir para si o reconhecimento em âmbito nacional alcançado por “filhos da terra” como Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João

Lisboa⁴⁰. Mas o problema não era apenas da falta de reconhecimento externo, era também a precariedade do reconhecimento interno, como deixa ver as queixas do cronista Pietro de Delamare. Nisso tudo, o curioso é que quando nos voltamos para figuras como Odorico Mendes e João Lisboa, reverenciados pelos autores do **Semanário**, ainda percebemos queixas quanto à “ingratidão”, especialmente o da província. João Lisboa, por exemplo, morreu ressentido. Como podemos verificar nas suas cartas, ele não se ajustou a lugar algum: nem no Rio de Janeiro (“tenho horror...”, dizia), nem em São Luís (não se sentia politicamente reconhecido) e nem em Lisboa (sentia-se intelectualmente isolado). Talvez o “baixo clero” apenas expressasse com mais intensidade ou de forma menos velada um drama do “não-reconhecimento” que também feria fundo o “alto clero”. Sentimento do “desterro” cujas origens situam-se talvez nas divisões sociais, na escravidão, no analfabetismo, na ausência de público. Na inexistência, em suma, do que Antonio Candido chamou de “sistema literário”.

Pantheon Maranhense

No **Pantheon Maranhense**, publicado nos começos da década de 1870, Antônio Henriques Leal estudou 19 figuras do seu “torrão querido”⁴¹. Integram grupo-geração marcado pela passagem da Colônia para a Nação, nascido no final da época colonial e desaparecido dentro do Segundo Reinado. O mais antigo (Costa Ferreira) nasceu em 1778 e o mais novo (Antônio Joaquim Franco de Sá) em 1836. A maioria dos nascimentos concentrou-se no período de 1800-1830 (12 de um total de 19). Apenas 1

⁴⁰ Daí Rossini Correa dizer que, na lógica do mito ateniense, todo maranhense passou a ser visto como um Gonçalves Dias. “A louvação dos méritos, que foram reais, em um complexo de intelectuais, foi transposta à condição de **essência particular de todos os maranhenses**” (1993, p. 103, negrito do autor).

⁴¹ Manuel Odorico Mendes, João Inácio Cunha, Francisco Sotero dos Reis, José Candido de Moraes e Silva, Antônio Pedro da Costa Ferreira, Feliciano Antônio Falcão, Joaquim Franco de Sá, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, João Pedro Dias Vieira, Joaquim Gomes de Sousa, Antônio Joaquim Franco de Sá, João Duarte Lisboa Serra, Trajano Galvão de Carvalho, Belarmino de Matos, Francisco José Furtado, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Frei Custódio Alves Serrão.

dos 19 não nasceu na província (Francisco José Furtado, nascido em Oeiras). O restante está mais ou menos distribuído, em termos de lugar de nascimento, por São Luís, Alcântara e vale do Itapicuru. A maioria faleceu nos anos 1850 e principalmente nos anos 1860 e 1870, dentro do Segundo Reinado. Dos biografados, 6 morreram no Maranhão e o restante (13) fora

⁴².

Leal segue critério de classificação onde a divisão da história se faz entre os **filhos da província**, cuja história foi marcada pela genialidade, e os comprovincianos que, despojados de tal qualidade, naqueles teriam exemplos locais a seguir. Não que comprovincianos não tivessem história, mas a genialidade era tida como critério que distinguia e hierarquizava a vida de alguns “filhos da terra” em relação aos outros “comprovincianos”. Henriques Leal estabelece a distinção inclusive para si, ao se inserir na figura de uma “abelha” e os seus biografados na figura altaneira do “condor”. Reconhecendo-se como “pequeno” diante dos seus “preclaros varões”, pretende apresentar os “traços biográficos de alguns dos ilustres filhos duma província de quarta ordem, escondida em um recanto do norte do Brasil” (idem, pp. 5-6). Procurando moldar o caráter do leitor, o objetivo principal do autor era o de produzir quadro dos maranhenses ilustres como **homens moralmente exemplares** contrapostos a uma província dissoluta⁴³. Parte do programa nacional, a nota “regionalista” do

⁴² O primeiro falecido é de 1832 (João Cândido de Moraes e Silva) e o último é de 14 de abril de 1873 (Antônio Marques Rodrigues). A maioria morreu na faixa dos 30, 40 e 50 anos. Costa Ferreira (aos 81 anos) e Sotero dos Reis (aos 70 anos) foram os que mais viveram. Antônio Joaquim Franco de Sá (aos 19 anos) e José Cândido de Moraes e Silva (aos 25 anos) os que menos viveram. Apenas três atingiram a marca dos 60 anos (Odorico Mendes, Vieira da Silva e Frei Custódio). Cinco morreram na marca dos 50 anos (Inácio da Cunha, Dias Vieira, Francisco Furtado, Marques Rodrigues e João Lisboa). Na casa dos 40 foram três: Antonio Falcão, Franco de Sá e Gonçalves Dias. Quatro, na faixa dos trinta (Gomes de Sousa, Lisboa Serra, Trajano Galvão e Belarmino de Matos). Conclusão: dos 19 mortos, a morte concentrou-se nas faixas dos 30, 40 e 50, reduzindo-se para as margens, para cima ou para baixo. Portanto, a maioria morreu na fase adulta, uma fase ainda produtiva (supomos), para aqueles tempos.

⁴³ No exemplo maior de Gonçalves Dias: “[...] compete-lhe incontestavelmente um dos primeiros lugares entre as glórias da pátria, no nosso Pantheon, não só como sábio literato e insigne poeta, mas também como cidadão prestante e homem honrado e honesto. [...] excelente patriota foi ele, esplendendo na nossa constelação literária, e cumprindo fiel e religiosamente seus deveres nos encargos que exerceu e em que deu sempre preclaras provas de abnegação, honradez, inteligência e lealdade. Por tudo isso

Pantheon Maranhense é tocada pelo interesse em apresentar um grupo de maranhenses ilustres distinguido pelos serviços prestados à execução daquele programa (não por acaso esse enfoque foi motivo de polêmica no momento da publicação da obra no IHGB, Henriques Leal sendo acusado de favorecer o “regional” em detrimento do nacional).

Os limites da contribuição do **Pantheon** situam-se em relação à formação da literatura brasileira. Principal obra situada no grupo das biografias surgidas no período romântico, como avaliou Antonio Candido (cujo argumento acompanha-se aqui), foi parte do movimento mais amplo de instauração da crítica no país caracterizado pela busca de uma “consciência nacional”⁴⁴. Comentando os estudos biográficos brasileiros de então, Candido escreve favoravelmente sobre o livro de Leal:

Muito acima de ambos ficam os quatro volumes do *Panteon Maranhense*, de António Henriques Leal (1873-75). São estudos minudentes, trazendo documentos valiosos e baseados no conhecimento direto dos biografados. A história literária, interessando principalmente as de Odorico Mendes, Trajano Galvão, Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias – esta ocupando todo o 3º volume e constituindo, por certo, a primeira biografia literária de vulto em nossa literatura. Ainda hoje é a fonte básica sobre o poeta, não apenas pela riqueza de informações e o alicerce documentário, mas pelo esforço honesto de estudar criticamente a obra. Este biógrafo equilibrado – em cujo método deve ter influído Sotero dos Reis – combina a segurança dos dados com a apreciação crítica e a capacidade de retratar vivamente (a começar pela aparência física), resultando estudos ponderáveis, apesar do tom de encômio, próprio dessa linha *plutarquiana* (1981, p. 353).

devemos reconhecer em Gonçalves Dias e honrar nele o grande cidadão que estremecia o Brasil e acatava suas instituições com o amor igual ao que dedicava à amizade, com todos os castos e nobilíssimos afetos que ornavam e vicejavam em sua grande alma.” (pp. 165-66).

⁴⁴ Confira especialmente o item “A investigação biográfica” (Candido, 1981, pp. 351-53). Entre os principais biógrafos, Candido cita Pereira da Silva com o “Plutarco Brasileiro” (1844), inspirado provavelmente no **Plutarco Francês** de Edouard Mennechet, e depois intitulado **Varões Ilustres do Brasil Durante os Tempos Coloniais**; Antônio Joaquim de Melo com **Biografias de Alguns Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco** (1865-58); Álvaro Teixeira de Macedo (não menciona a obra); por fim, de António Henriques Leal o **Panteon Maranhense** (1873-1875). Que Leal conhecia estes trabalhos ele indica num ensaio intitulado “A Literatura Brasileira Contemporânea”, publicado no Jornal do Commercio de Lisboa, de 25 de maio, e 1 e 3 de junho de 1870 (1874, p. 221).

As ressalvas do crítico para o conjunto dos estudos biográficos de então valem também para o **Pantheon Maranhense**, em que pese sua superioridade. Segundo ele, em primeiro lugar, eram estudos movidos pelo “espírito plutarquiano” que tendiam para o “embelezamento do herói”, a fixação e elaboração da “vida dos grandes homens”, a produção do “passado ilustre”, etc. Esse espírito combinava-se ainda com o nacionalismo dos biógrafos que faziam das biografias uma “espécie de ritual patriótico de ressurreição”. Daí uma série de problemas: 1) a perda do “senso de exatidão”, as “inferências arriscadas”, o domínio da “imaginação pura e simples”; 2) o uso de “informações esparsas” para a construção rápida da vida dos grandes homens; 3) a repetição de informação biográfica deformada; 4) a quase indistinção entre leviandade e credulidade. Anterior à crítica de cunho cientificista instaurada por Sílvio Romero, o **Pantheon** era estudo marcado por um tipo de crítica, a romântica, caracterizada pela “hipérbole”, “atitude embasbacada”, “louvor indiscriminado” (Candido, 1989, p. 117). Enquanto Romero procurou situar a obra a partir do contexto (meio, raça e história), Leal, a partir de uma retórica onde imperam adjetivos e superlativos, louva autores considerados como seres excepcionais e geniais. Na síntese dialética de Antonio Candido sobre os biógrafos de então, incluído nosso autor: “Assim eram eles, esforçados e levianos, pesquisadores e crédulos, animados de um desejo que primava tudo: estabelecer um passado ilustre; dar conta de nobreza à nossa vida mental, mesmo com sacrifício da exatidão.” (1981, p. 351).

Na recepção local do **Pantheon Maranhense**, duas leituras se destacaram: a de Mário Meireles, hegemônica por assim dizer, e a de Frederico Corrêa. Para adiantar, o problema delas é principalmente a ausência daquela “dialética” que pauta a crítica de Antonio Candido. As leituras tendem a ser simplesmente a favor ou contra, sem meios termos e contrapesos. No entanto, aprende-se com elas. **Um livro de Crítica**, de Frederico José Corrêa, publicado em São Luís, em 1878, parece ser até agora o comentário de oposição mais explícito ao livro de Henriques Leal. Segundo o autor, o **Pantheon** era prova decisiva da presença de uma **coterrie** na elite letrada,

fenômeno nacional e particularmente forte no Maranhão. Na medida em que compunha um grupo fechado de pessoas, oriundas das famílias dominantes, se reproduzindo por laços de reciprocidade pessoais e afetivos e formando um “sistema” de troca de elogios mútuos, o exercício da crítica era barrado, dando margem em compensação para imagens santificadas, caracterizadas pelo exagero, absolutamente positivas, retratos de membros sem defeitos e só virtudes. Neste sentido, o **Pantheon** versaria sobre um grupo de pessoas que integravam o círculo de amizades e vínculos afetivos do autor que, dominado por este sentimento, pretenderia transformar sua visão subjetiva em retrato objetivo. Daí que, no **Pantheon**, transformasse os amigos em seres exemplares e excepcionais nos campos das letras, da política, da religião, das ciências, do militarismo, etc. Que estivesse às vezes tratando de figuras de real valor (como Lisboa, Dias, etc.), não alterava o fato de que era incapaz de distinguir entre vínculos de amizade – plano pessoal – e crítica – plano impessoal. Ao mesmo tempo, nos termos de Corrêa, Henriques Leal não estava mais do que estrategicamente fixando um lugar para si no **Pantheon** ao produzir o parnaso dos amigos. O lugar do “plutarco brasileiro”⁴⁵.

Num tempo em que o gênero das biografias andava muito em voga na Europa, em boa medida em razão da crença de que uma nação poderia purificar o seu caráter desde que soubesse apreciar os seus gigantes (Gay, 1999, p. 181), e em que a crítica no Brasil muitas vezes se confundia com a polêmica (Ventura, 1991), Corrêa dirige a Leal a pergunta sobre o caráter crítico das suas biografias. Penso que o grande teste aqui era a biografia de Antonio Gonçalves Dias, a mais extensa entre as 19 biografias, aquela á

⁴⁵ Sobre essa obra, Mário Meireles a considerou como livro de crítica apaixonada e movida por “ofendidos melindres”, interessada apenas em desqualificar a obra de Leal, e incorrendo naquilo em que crítica: a parcialidade (1987, pp. XVI-XVII). De fato, aquilo que ele cobrava a Leal também lhe faltava, com uma diferença talvez. Na imagem negativa da **coterrie** chamava a atenção para o lugar social do crítico, questão ausente para uma crítica cujo pressuposto era a idéia da genialidade sem frase, acima das relações de forças sociais. Nos termos de Leal ao começar a biografia de João Lisboa: “Nascem muitas vezes os engenhos privilegiados como Palas da fábula, já revestidos com todas as peças da armadura.” (1987, p. 297, tomo II). A crítica de Corrêa, embora parte daquilo que criticava, apontava para o “personalismo” presente na crítica de então (veja Ventura, **Estilo tropical**, pp. 74-80).

qual Henriques Leal se dedicou mais, destinando um volume para ela, sem contar sua admiração pelo poeta. A biografia de Gonçalves Dias é no **Pantheon Maranhense** uma espécie de modelo do que Henriques Leal entendia por biografia. Caso fundamental de produção da subjetividade, através dela Henriques Leal representou Gonçalves Dias como expressão nacional do maranhense exemplar ⁴⁶.

A apresentação do **Pantheon Maranhense** por Mário Meireles elabora o argumento clássico que instituiu o livro de Antonio Henriques Leal como fonte autorizada para o entendimento da vida do grupo dos “homens ilustres” responsáveis pela criação do **Maranhão-Atenas**. Vale retomar os passos das suas idéias: 1) o Maranhão durante seus primeiros 200 anos foi um lugar miserável e isolado de tudo, especialmente do resto do Brasil; 2) a partir de meados do XVIII, graças a ação da Companhia criada por Pombal e a seu sobrinho Melo e Povoas, deu-se início a uma transformação que resultaria num “Maranhão Novo”; 3) com essas mudanças, surgiram famílias ricas, abastadas, que adquiriram o hábito de enviar os filhos – mulheres e homens – para a Europa (Portugal, França, Inglaterra), onde se educaram e se formaram; 4) de volta ao Maranhão, esse grupo de moças e rapazes compuseram a base humana do florescimento de um “ambiente refinado de cultura humanística”; 5) esse ambiente foi caracterizado pela existência de um teatro, da imprensa, de tipografia, de atividade editorial, de uma biblioteca pública, de um Liceu e de sociedades literárias e culturais. Mário Meireles relaciona vários nomes (unicamente homens) como prova da existência do grupo ⁴⁷. O **Pantheon Maranhense** foi visto

⁴⁶ Seria útil comparar a biografia de Antonio Gonçalves Dias, de Antonio Henriques Leal, com a de Antonio Vieira, de João Francisco Lisboa. O que os aproxima e os separa? Suas biografias – estudos da “vida” - integram as “condições de possibilidades” em que as figuras do “autor” e da “obra” emergiram como categorias fundamentais das novas “epistemes” modernas e em que, particularmente no Brasil romântico, se aproximava da formação de um sistema cultural com seus autores, obras e públicos. Porém, enquanto Leal persegue romanticamente o “gênio” de Gonçalves Dias, Lisboa busca realisticamente o “humano” de Antônio Vieira.

⁴⁷ Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Frei Custódio Serrão, Gonçalves Dias, Gentil Braga, Trajano Galvão, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Joaquim Serra, Franco de Sá, Frederico Corrêa. Inclui ainda Sousândrade. Como prosadores: João Lisboa, Cândido Mendes, Henriques Leal, César Marques, Vieira da Silva, José Cândido de Moraes e Silva, Estevão Rafael de Carvalho. Relaciona ainda: Gomes de Sousa, Pedro

por ele como retrato de um segmento essencial desse grupo. Sua fonte, na elaboração desse quadro, foram os registros de viagem de Spix e Martius, de onde extraiu a idéia, já indicada, de que o principal mecanismo pelo qual se formou o ambiente de cultura refinada foi a presença de um grupo de jovens de famílias ricas educadas na Europa. A extraterritorialidade da formação. Esse grupo foi o fator humano indispensável para a existência do referido ambiente. Grupo de indivíduos que, segundo o historiador,

por sua inteligência, por seu talento, por sua cultura, por seus serviços, por suas obras, haviam sido... os responsáveis primeiro de a província natal ter, quase instantaneamente, se transformado do Maranhão Velho, pobre e inculto, da Colônia, no Maranhão Novo, enriquecido e admirado do Império [...] (1987, p. XVII).

Era o grupo dos “atenienses”. Que este “Maranhão Novo”, para Meireles, equivale ao “Maranhão-Atenas”, ele indica na passagem onde o “retrato” elaborado por Leal é considerado, sem mais, como o do “Maranhão-Atenas”: “... esse retrato, que em boa hora fixou do Maranhão-Atenas...” (idem, p. XVII). A leitura de Meireles, de modo algum neutra, foi feita segundo essa perspectiva. Por ela, o livro de Leal foi transformado em fonte autorizada do Maranhão-Atenas.

Na Formação da Literatura Brasileira Antonio Candido examinou vários casos de gestação de ambientes culturais em diversas áreas do país, mostrando que não bastou o influxo externo. Foi necessária uma **tradição local**. Mostrou quão problemática foi a história da instauração de uma “literatura nacional” no Brasil, entre meados do século XVIII e a década de 1870, quando se viu dominado pelo arcadismo e o romantismo. Foi uma história de fracassos e sucessos. Muitas experiências locais e individuais ficaram e se perderam pelo caminho. O Maranhão letrado e seus intelectuais, desde que visto enquanto parte dessa história ziguezagueante,

Leal, d. Luís de Brito, Gomes de Castro. São considerados “menores”: Frei Bernardo da Encarnação, Domingo Feliciano Perdigão, Felipe Conduru, César de Berredo, Rubem Tavares, António Rego, Teófilo Leal, Augusto Collins, Ricardo Jaufret, Benício Fontinelle, João Climaco, Sabas da Costa, Paula Duarte, Temístocles Aranha, Monsenhor Guedelha Mourão, etc.

aparece menos como experiência mental bem-sucedida e mais como um daqueles inúmeros lugares e momentos de **invenção de tradição** sem continuidade em termos da história local. Campo de “tantas condições negativas” onde se “acotovelam fraternalmente clássicos e românticos”, como Antonio Candido foi observando rapidamente de passagem em análise compreensiva do **Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira** (1866-1873), de Francisco Sotero dos Reis (pp. 354-56).

Este ponto de vista – o da “manifestação” literária que não se completou em “sistema”, mas se deu como “falsa euforia” -, se correto, aponta para um problema fecundo que precisaria ser situado não pelo viés teleológico ou evolutivo – como se, para a análise, a constituição do “sistema de vasos comunicantes” fosse sempre o sentido último, com ou sem ironia, com ou sem completudes – e, sim, quem sabe, a partir de uma **crítica** (auto-análise? arqueológica? genealógica? nomadológica?) da “formação”, isto é, de uma crítica que procurasse dar conta a fundo das “condições de possibilidade” da descontinuidade e fragmentação mesmas do campo sócio-cultural e sua lógica desmedida (para não dizer alucinada) de funcionamento⁴⁸.

2.4 “FALSA EUFORIA” DA CULTURA ILUSTRADA: A SUBLIMAÇÃO ATENIENSE

A idéia de **grupo maranhense**, como agente e produto de um espaço-tempo cultural excepcional denominado **Atenas brasileira** (Corrêa, 1993), lugar

⁴⁸ Até onde é possível enxergar, do ponto de vista da “volta” às bases teóricas perdidas, fora Marx, somos da opinião de que se ganharia em retomar conjuntamente as análises do Nietzsche de **A Genealogia da Moral**, estudo fundador das críticas genealógicas (até as análises atualizadoras de Foucault, Deleuze e mesmo Baudrillard), e Auerbach, em **Mimese**, estudo matricial sobre as representações literárias, uma das referências básicas das análises de Antônio Candido (matriz primeira desta pesquisa). Atento para o chamado “grupo maranhense”, escreveu: “Os escritores que amadureceram durante a Regência e os primeiros anos da Maioridade formam um conjunto da maior importância na história da nossa vida mental. Habitados a evocar apenas o grupo da **Niterói**, esquecemos por vezes que entre eles se incluem não apenas Gonçalves Dias, mas o grande Martins Pena, criador do teatro brasileiro, porventura o maior escritor teatral que já tivemos; e o grupo do Maranhão, que valeu o cognome famoso à capital da província, do qual se destacam Francisco Sotero dos Reis e João Francisco Lisboa, um dos publicistas mais inteligentes do Brasil.” (1981, p. 47).

imaginário fixado pela historiografia e crítica literária, teve no crítico José Veríssimo, senão aquele que primeiro colocou o assunto, o que o problematizou de modo mais visível, ao escrever:

Este grupo é contemporâneo da primeira geração romântica toda ela de nascimento ou residência fluminense. O que o situa e distingue na nossa literatura e o sobreleva a essa mesma geração é a sua mais clara inteligência literária, a sua maior largueza espiritual. Os maranhenses não têm os biocos devotos, a ostentação patriótica, a afetação moralizante do grupo fluminense, e geralmente escrevem melhor que estes (1998, p. 258)⁴⁹.

Quanto ao surgimento do grupo, a questão é colocada por José Veríssimo com certo espanto, uma vez que, olhando para trás, isto é, para o período colonial, constata o crítico não haver “um só maranhense entre os escritores brasileiros”. Contudo, encerrado esse período, diz ele, “estréiam os maranhenses em nossa literatura e da maneira mais brilhante”. E se coloca a questão: “Efeito demorado daqueles antecedentes ou simples acaso, isto é, evento fortuito, cujas causas não podemos deslindar?” (idem, p. 248).

Por “antecedentes” o crítico refere-se a elementos como a “qualidade de gente” que havia migrado para o Maranhão colonial, a presença da grande propriedade agrícola com “fumos de fidalguia”, a “numerosa escravatura negra” e o predomínio do “elemento português”. Especialmente importante teria sido o fato de o Maranhão haver sido “um dos bons centros da cultura jesuítica, toda ela particularmente literária” (idem, pp. 246-7). Certo é que Veríssimo aponta a existência no Maranhão colônia de uma vida cultural,

⁴⁹ De fato, Henriques Leal, ao abordar a figura de Odorico Mendes no **Pantheon Maranhense**, dá conta de que, então, o Maranhão merecia de “alguns escritores o mui lisonjeiro epíteto de Atenas brasileira”, em função do “bom-gosto literário e do esmerado cultivo da vernaculidade e das letras clássicas” “entre nós” (leia-se: letrados maranhenses) (tomo I, p. 9). À página 157, tomo II, esse autor fala de Coimbra como “Atenas portuguesa”. Também no **Semanário Maranhense** já podemos verificar a imagem de São Luís como “Atenas Brasileira”. Na defesa que o cronista Pietro de Castellamare faz de João Lisboa contra os ataques supostos de Varnhagen, estes são tomados como também referentes a todos os “filhos da Athenas brasileira” (S.M., Anno I, 8/9/1867, n. 2, p. 7).

embora sem que daí surgíssem grandes nomes, mas que, talvez, pudesse ter resultado na geração do “grupo maranhense”. Lembra como fatores mais imediatos o jornalismo (o “jornalismo destes homens de letras, talvez neles deslocados, era doutrinal, de alto tomo e boa língua”), a existência do “gosto literário”, de uma “imprensa”, de “livros” (idem, pp. 248-249). E conclui, emitindo um juízo que ganhou a forma de uma doxologia:

Neste ambiente, por qualquer motivo que nos escapa, literário, apareceu a bela progênie de jornalistas, poetas, historiadores, críticos, eruditos, sabedores que desde o momento da Independência até os anos de 1860, isto é, durante cerca de quarenta (sic), ilustraram o Maranhão e lhes mereceram a alcunha gloriosa de Atenas brasileira. (idem, p. 249).

O próprio crítico admite um problema: ele não sabe explicar o surgimento do “grupo” de intelectuais que deu ao Maranhão, no cenário nacional, a “alcunha gloriosa de Atenas brasileira”. E, com efeito, as razões indicadas – jornalismo, gosto literário, imprensa, livros - não chegam a compor uma argumentação convincente para a compreensão da “formação” do mencionado grupo. No fundo a análise é mais uma compilação de nomes do que uma explicação. No entanto, em artigo fundamental sobre João Lisboa, intitulado **João Lisboa Moralista e Político**, José Veríssimo, parecendo não se dar conta do que dissera do “grupo maranhense” na sua obra clássica, acaba elaborando contraponto radical à idéia da “Atenas brasileira”. Falando especificamente da educação de João Lisboa afirmou:

A instrução que se deu a João Lisboa foi puramente literária, e não seria nem extensa, nem, profunda; a matemática elementar e a geografia, ainda assim rudimentarmente estudadas, a nossa língua e a sua literatura, a latina, e a francesa e, menos bem, a inglesa – e a história. Com esta pequena bagagem, que o primeiro dos nossos preparatorianos desdenharia, ele fez entretanto grandes coisas, relativamente à mentalidade nacional (1977, p. 106).

Ou então, falando da “misantropia” de Lisboa: “Apesar das precauções que toma para ocultá-la, advinha-se nele a consciência da sua superioridade, desconhecida ou não prezada quanto merecia naquele **meio estreito e**

apoucado” (idem, *ibidem*, *negrito* nosso). “Rincão do mundo”, “ignorada província brasileira”, “atenienses do Bacanga e do Anil” são expressões empregadas pelo crítico para apresentar o Maranhão de João Lisboa, com as quais, aliás, concorda (idem, pp. 107-8). Considerando o Maranhão produto de uma “vida provinciana”, como o mesmo João Lisboa percebia e criticava, afirma José Veríssimo apontando para uma espécie de teoria do mundo provinciano:

Toda a vida provinciana, nestas nossas terras novas, que, salvo uma ou outra, dão a impressão de acabarem; onde não há comércio, nem indústria, nem lavoura, nem trabalho, nem atividade, nem ciência, nem arte, nem letras, cifra-se na vida política, que ela mesma, como tão bem observou João Lisboa, se resume por fim nas lutas partidárias das proximidades de eleições. E isto é tão verdadeiro hoje como quando ele escrevia o seu *Jornal de Timon*, em 52. (idem, p. 110).

Vê-se que o crítico é ainda mais radical que João Lisboa em sua avaliação do Maranhão. Se for assim, a questão está então em contrapor este quadro da “vida provinciana” com a idéia do surgimento do “grupo maranhense”. E, assim, fica mesmo complicado compreender o surgimento de grupo de literatos “marcantes” na história cultural do império, numa realidade aparentemente tão pouco propícia à atividade cultural letrada quanto aquele Maranhão de João Lisboa. Mais: se correta a percepção de João Lisboa, como explicar o surgimento de um literato do seu tamanho “brasileiro” a partir da noção rebaixada do Maranhão como “vida provinciana”, sem cair na explicação de que o referido surgimento se daria por obra e graça exclusiva do “talento” individual, senão mesmo do “gênio”, como acreditava romanticamente o plutarquiano Antônio Henriques Leal? Sem pretender aqui resolver a questão, cremos encontrar rastros nas observações de alguns viajantes, os quais sem caírem na idéia a-histórica da excepcionalidade cultural reconheceram na São Luís da primeira metade do século XIX a existência de um ambiente de cultura que não ficaria a dever a cidades como Recife, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo. Spix e Martius, em especial, apontaram a respeito os seguintes elementos que poderiam ajudar a compor, se não um argumento, pelo menos um quadro

das condições objetivas em que vingou o denominado Grupo Maranhense e suas figuras, para além da idéia do “gênio”. Os viajantes relacionam os seguintes fatores: 1) a riqueza dos particulares; 2) o empenho em copiar costumes europeus; 3) a influência das numerosas firmas comerciais inglesas e francesas; 4) o costume de mandar educar em Portugal, Inglaterra e França jovens das famílias opulentas; 5) a existência de ginásios e colégios públicos bem como de ordens religiosas para a educação da mocidade (1981, p. 271); 6) especialmente as influências das mulheres, as quais seriam dotadas de um “espírito, ilustrado por muitos conhecimentos”⁵⁰. Fatores como estes levaram os bávaros Spix e Martius a afirmar um traço que caracterizava a cidade “da maneira mais vantajosa”. Referia-se à “dignidade de comportamento, ao tom seguro e educado da sociedade” (idem, *ibidem*). O mesmo aspecto foi ressaltado por Kidder mais de 20 anos depois, em plena guerra da Balaiada:

Os maranhenses alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do Império. Se perseverarem em seus atuais esforços, continuarão a merecer a admiração e o respeito tanto de seus concidadãos como dos estrangeiros (1980, p. 169).

⁵⁰ Koster, que esteve um pouco antes em São Luís, fez observação contrária: “A educação das mulheres não é cuidada, o que delimita as possibilidades de sustentar a conversa sobre muitos temas, mesmo quando levadas às solenidades”, dizia isso ao notar, em visita a uma família respeitável da cidade, que as filhas só falavam quando indagadas (2002, p. 311). Relativizando essa observação, Gayoso, bem como Lago, tinham visões parecidas às de Spix e Martius: “Em geral são muito laboriosas, e industriosas: trajão com gosto, e com nobreza” (s/d, pp. 117-18). Aliás, Gayoso perguntava se, malgrado as rivalidades entre os “filhos do reino” e os “filhos da terra”, o casamento das filhas destes com aqueles produziu uma “afluente mistura” responsável por dar ao “Maranhão hum tom de civilidade, e de corte, que se não acha nas outras capitâneas de criação muito mais antiga!” (idem, p. 152). Como observou Prazeres, em 1822, a maioria dos brancos portugueses dos Açores e de Portugal haviam se casado com brancas “filhas do paiz” (**Poranduba**, 1891, p. 143). Casavam com “brancas” e se envolviam informalmente com mestiças, negras e índias, como notava Gayoso com amargura. A observação põe as mulheres “laboriosas, e industriosas”, às vezes estrangeiras, no miolo do problema da “assimilação” entre “filhos da terra” e “filhos do reino”. Talvez muitas delas integrassem já o grupo das “maranhenses” que saíram em defesa dos seus maridos na guerra da independência. Não teria sido esse um pouco o papel da espanhola Dona Martinha e de outras senhoras (D. Emília Branco, D. Rosa Nina, D. Luna Freire)? Dunshee de Abranches alude a essas senhoras e suas escolas e seus sentidos de missão educacional e cultural, **n’O Cativoiro** (1992, esp. o cap. “Semeadora de Luz”, pp. 77-80; também cap. XVIII, pp. 97-99).

Sobre este aspecto dava o exemplo do Liceu Maranhense (1838), sediado no Convento Carmelita por determinação do governo, onde eram lecionadas as seguintes cadeiras: Latim e Grego, Inglês e Francês, História e Geografia, Retórica, Filosofia, Geometria, Desenho. Na biblioteca do Liceu, diz Kidder, “tinha quatro mil volumes, com predominância dos livros franceses” (idem, *ibidem*)⁵¹.

Dos alunos escreve: “são quase todos jovens. Aparentam vivacidade e interesse, e em diversas classes tivemos ocasião de observar provas inequívocas de seu aproveitamento” (idem, *ibidem*). São observações que, indicando a comparatividade de nível cultural da elite letrada de São Luís com o das cidades principais do Império (Rio, Salvador, Recife), apontam não para um quadro de excepcionalidade cultural (sentido mitificado da noção de Atenas brasileira), mas, vamos dizer, para um ensaio de “acumulação primitiva” da cultura letrada nos meios da elite urbana da província. O correspondente no plano cultural da “falsa euforia” do algodão de que falava Celso Furtado em **Formação Econômica do Brasil**. Analogia feita diretamente por João Alexandre Barbosa (1967, pp. 05-17). Nestes termos, o mito da Atenas seria uma espécie de projeção deformada desse instante de euforia cultural, que poderia ter resultado em “sistema”. O mito foi o que surgiu como sublimação do fracasso. E assim o que poderia ter sido foi imaginariamente transformado em realidade histórica, em passado efetivo: o tempo glorioso do Maranhão Atenas. Ensaio ou “manifestação” que, vindo de hoje, parece ter sido interrompido nas gerações seguintes à do chamado “grupo maranhense”, como alertava Antônio Lobo nos começos do século XX⁵². São Luís, sem deixar de ser cidade “provinciana”, como escreveu José Veríssimo, não deixou de comportar, nos meios de elite,

⁵¹ Para a cidade e para o nosso desconhecimento seriam números significativos, mas praticamente desprezíveis se ampliarmos o raio de comparação com cidades européias, por exemplo, da Inglaterra, onde apenas um Robert Southey legava biblioteca de 14.000 volumes, ao morrer nos começos da década de 1840. Em 1819, o acervo da Biblioteca Pública da Bahia contava cinco mil volumes (Mattoso, 1992, p. 206).

⁵² “O **Semanário Maranhense**”, escreveu Antônio Lobo, em 1909, “foi o canto de cisne da brilhante geração literária que, em meados do século findo, no Maranhão viveu e trabalhou, explorando com maestria e fulgor, quase todos os variadíssimos departamentos da produção mental.” (**Os Novos Atenienses**, 1970, p. 13).

certo início de ativismo cultural ligado a fatores como os observados pelos viajantes acima e pelo mesmo José Veríssimo.

Grupo colonial e grupo maranhense: diferenças e repetições

Como exposto acima, os autores e obras “coloniais” produziram e demarcaram um campo de saber sobre o Maranhão e os maranhenses – sua história, geografia, costumes, sociedade – com o qual o “grupo maranhense” teve de se ater. No entanto, a reflexão sobre este grupo muitas vezes se fez como se ele surgisse do zero (a partir do “gênio” individual dos seus integrantes) ou então apenas da influência estrangeira (pelo envio dos filhos para estudar na Europa ou pela admiração das culturas inglesa e principalmente francesa), não tendo nada a ver com autores e reflexões anteriores acumuladas sobre o Maranhão e os maranhenses, elaboradas em parte neste lugar.

A noção de grupo maranhense, porém, já remete para algo engendrado no interior de um campo de saber cujos fundamentos partem do poder colonizador português. As “origens” do grupo maranhense, assim, remontam aos autores colonialistas portugueses, os quais representaram, para o mencionado grupo, alvos de uma crítica auto-afirmativa que os reconhecia ao mesmo tempo como pais fundadores. O que implicou na tarefa de redefinir o sentido dos termos Maranhão e maranhense – com sua história, geografia, costumes, divisões sociais e raciais. Vemos bem essa questão nas diversas posições em torno de Berredo, a principal referência historiográfica do grupo-geração do período joanino, distinguindo-se pelo menos três: a de Gonçalves Dias, francamente contrária; a de César Marques, totalmente favorável; a de João Lisboa, buscando uma posição de equilíbrio. O sentido da idéia de “maranhense” foi mudando. De agente da colonização para a de germe da nação ⁵³. Ainda assim, as marcas dos pais colonizadores, demarcadores dos significados de Maranhão e maranhenses,

⁵³ Lembre-se o debate sobre o papel dos maranhenses na independência. Lisboa, no **Jornal de Timon**, faz críticas a Berredo, Gayoso, Paula Ribeiro.

podiam ser criticadas, e até camufladas, mas continuavam presentes no âmago do “grupo maranhense”. Daí os aspectos contraditórios, ambivalentes, da relação desse grupo com as origens coloniais portuguesas, às vezes afirmando-a radicalmente (lusitanismo), às vezes negando-a com igual intensidade (antilusitanismo, e no limite o indianismo). Drama existencial de portugueses nascidos na (ex-) colônia ou de portugueses mestiços. De um lado, não reconheciam as marcas indígenas e africanas, e, de outro, precisavam demarcar diferenças em relação aos portugueses da metrópole. Seres entre mundos, eles se viram divididos, de um lado, por um nacionalismo de corte negativo que impunha o distanciamento em relação às origens coloniais portuguesas (presos a uma identificação negativa)⁵⁴ e, de outro, por um ideal acalentado de civilização baseado em pressupostos eurocêntricos e racialistas que impunha o distanciamento em relação a negros e índios. Era o dilema de Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa, Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal, Candido Mendes, César Augusto Marques, Luis Antônio Vieira da Silva, José Cândido de Moraes e Silva, Estevão Rafael de Carvalho, Trajano Galvão de Carvalho, etc., para citar nomes mais conhecidos entre aqueles que produziram obras em torno da temática do Maranhão e dos maranhenses (ou nela inspirados), nos campos da história, da geografia, da literatura, da sociedade, dos usos e costumes.

A questão pode ser iluminada pelo esquema das relações entre “ocupante” e “ocupado” de Paulo Emílio Sales Gomes, para quem, no caso do Brasil,

[Quando] o ocupante chegou, o ocupado existente não lhe pareceu adequado e foi necessário criar outro (...) A peculiaridade do processo, o fato de o ocupante ter criado o ocupado à sua imagem e semelhança fez deste último, até certo ponto, seu semelhante. Psicologicamente, ocupado e ocupante não se sentem como tais: de fato, o segundo também é nosso e seria sociologicamente absurdo imaginar a sua expulsão como os franceses foram expulsos da Argélia (...) O quadro se complica quando lembramos que a Metrópole de nosso ocupante nunca se encontra onde ele está, mas em Lisboa, Madri, Londres

⁵⁴ Os “lusos-brasileiros identificávamo-nos negativamente (‘nós não somos reinós’), pelo que sabíamos não ser” (Novais, 1997, p. 26).

ou Washington (...) Basta por ora atentar para a circunstância de o emaranhado social brasileiro não esconder, para quem se dispuser a enxergar, a presença em seus postos respectivos do ocupante e do ocupado (Apud Arantes, 2004, p. 73).

Quais as diferenças e semelhanças entre os dois grupos? Um pensa o Maranhão e os maranhenses nos limites da exploração colonial portuguesa, o outro nos quadros da formação do Estado e da Nação. Num caso, temos os maranhenses como agentes da colonização e seus problemas. O Maranhão é colônia de Portugal. No outro, os maranhenses foram vistos como agentes da construção nacional e o Maranhão foi pensado como província brasileira. Trata-se, para o chamado grupo maranhense, de repensar a história, a geografia, a sociedade, os usos e costumes como elementos de definição do Maranhão e dos maranhenses. Tarefa que variou de autor para autor, indo desde posições marcadas pela continuidade (Marques), passando pelas do meio termo (Lisboa), até aquelas que propunham uma espécie de rompimento (Dias).

As diferenças e semelhanças talvez apareçam melhor ao se examinar o modo como os dois grupos-geração pensaram a questão do “processo civilizador”. Num caso, ele se faz por meio da colonização, no outro pela nacionalização. As críticas são feitas tendo em mira o quanto esse programa estaria sendo cumprido ou não pelos principais atores – os maranhenses. Isso significava pensar as relações dessas subjetividades com índios, negros escravos e mestiços, indigitados como povos bárbaros ou incivilizados. A crítica muitas vezes expressa a idéia de uma impregnação dos maranhenses pelos “usos e costumes” bárbaros, de tal modo que se colocaria o problema da civilização dos civilizadores (a **Crônica Maranhense** se justifica aqui). Tipo de crítica feita tanto no grupo-geração dos “reformadores” quanto do “maranhense”.

Língua: bárbaros x civilizados

As diferenças entre o grupo colonial e o grupo maranhense se deram, em especial, no campo da **linguagem**, pois nesta se concentrava o desafio

principal do programa da construção da identidade do grupo maranhense ⁵⁵. A luta pelo domínio do idioma português (do bem falar e escrever o vernáculo) foi fundamental para a sua auto-afirmação. Não por acaso, Odorico Mendes com a tradução dos autores clássicos, Gonçalves Dias em sua poética, Sotero dos Reis e seus trabalhos filológicos, João Lisboa na historiografia, Antonio Henriques Leal na crítica literária, etc. passavam pelo enfrentamento da questão da língua e da linguagem. Não se trata apenas de desafio formal, mas de projeto de construção da identidade nacional. Encravado nas divisões e hierarquizações sociais, o idioma português era signo reconhecido como a língua do superior civilizado contra os “dialetos” ou as “misturas” dos grupos indígenas e africanos bárbaros. Vale citar Prazeres, o conhecido autor da **Poranduba Maranhense** ⁵⁶, um dos poucos autores do grupo colonial a tocar diretamente nessa questão, embora numa nota:

Prezentemente a lingua corrente no paiz é a portugueza; os instruídos a falam muito bem; porém entre os rústicos ainda corre um certo dialeto, que, emquanto, a mim, é o resultado da mistura das linguas das diversas nações, que têm abitado no Maranhão: elles a falam com um certo metal de voz, que o faz muito agradável ao ouvido. (1891, p. 143).

Duas observações: 1) os “instruídos” falavam o português “muito bem”; 2) os “rústicos” falavam um “dialeto” caracterizado pela “mistura” de línguas indígenas diversas, cuja sonoridade seria agradável de ouvir. A partir de uma carta, Prazeres, em nota, dá exemplo das diferenças entre as duas línguas, a misturada dos “rústicos” e a portuguesa dos “instruídos”. Vale a pena reproduzi-las.

⁵⁵ “O Maranhão, o Pará e o vale amazônico foram áreas do tupinambá e do *nheengatu*, a ‘língua geral da Amazônia’, surgida a partir do século XVII, com a incorporação do tupinambá por missionários, caboclos e índios Não-Tupi” (Villalta, 1997, p. 337). Em que pese fosse uma das áreas mais afetadas pela política pombalina de imposição do português, a língua “brasílica” (ou “língua do mar”) manteve-se forte entre a população, enquanto as elites se aportuguesaram (p. 340-41). Cf. Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” (1997, esp. pp. 334-46).

⁵⁶ No **Aurélio** consta que “poranduba” vem do tupi **porã’duba**, no sentido de pergunta, notícia, informação, história, relação (1986, p. 1366). Frei Francisco chegou a publicar em apêndice da sua obra um “Dicionário abreviado tupinambá-português” ou da “língua geral”.

Carta feita segundo a língua “misturada”:

Meu Fio: Estimarei que tu já esteja mio das tua cezão: eu e tua comade Quitaja não passamo tão má. Ahi ti mando um côfo, e deu delle duas garrafas d’agoa ardem bai dellas vão duas faca e treis cuié di prata, embruiadas nuas fôia.

Não te remetto agora o moleque Cazuzza; por que o vejo muito ainda columim: elle cá nos vai servindo para i ó má pesca com o Totó. O nosso Lulu esteve tão má dos ôio, que eu cuidei elle lhe spocávo: agora está tão gordo, que o Chichi não o pôde abraça. Tem cuidado no Feito manda tira o capim do IoIô, e tijuco terreiro.

Meu Fio, a minha bençam, e Deus nosso Sinhô ti dê a sua por seu infinito amo. Asseita muitas lembrança do nhô Mano, e do Quimquim. Tua May Polúca

Carta feita segundo o “bom português”:

Meu filho: Estimarei que tu já estejas melhor das tuas sezões; eu e tua comadre Quitéria já não passamos tão mal. Ahi te mando um côfo, e dentro d’elle duas garrafas d’agoa ardente; debaixo d’ellas vão duas facas e trez colheres de prata embrulhadas em umas folhas.

Não te remeto agora o moleque Jozé, porque o vejo ainda muito rapaz; elle cá nos vae servindo para ir ao mar pescar com o Antonio. Nosso Luiz esteve tão mal dos olhos, que eu cuidei, que elles lhe saltavão fora; agora está tão gordo que o Francisco não o pôde abarcar. Tem cuidado no feitor, manda tirar a erva do arroz, e a lama do terreiro. Meu filho, eu te dou a minha bênção, e Deos, nosso senhor, te dê a sua por seo infinito amor. Aceita muitas lembranças do senhor Manoel e do Joaquim. Tua mãe Apolônia. (Poranduba, p. 143).

Os prováveis êxitos de Odorico Mendes e João Lisboa nesse campo deveram-se, em boa medida, ás suas capacidades maiores ou menores de realizar os ajustamentos entre as línguas dos “instruídos” e dos “rústicos”, o português e a língua brasílica. Lisboa recebeu críticas no seu estilo por haver às vezes “abastardo” a língua, e Odorico, tradutor de Homero, por “inventar” palavras (Sousândrade levaria essa inventividade a um nível mais radical ainda). Gonçalves Dias, em seus poemas, realizou experiência radical de produção de linguagem, fundindo neles a estética romântica européia e os dialetos indígenas. Como afirmava no final de uma carta a Henriques Leal: “(...)”, enfim, o que é brasileiro é brasileiro, e... **cuya** virá a

ser tão clássico como **porcelana**, ainda que a não achem tão bonita” (1988, p. 1134).

2.5 BASES MATERIAIS DE UMA FORMA DE ALUCINAÇÃO OBJETIVA.

Tendo em mira a questão da produção imaginária do espaço provincial, procurou-se até aqui apresentar as idéias de Maranhão e maranhense no contexto histórico e social da primeira metade do XIX. Sem perder de vista os quadros mais abrangentes da crise do sistema colonial e da construção do Estado imperial, a questão implicou em discutir ou pelo menos indicar a cartografia das batalhas territoriais, as classificações sociais e a produção de olhares centrado em torno das idéias de Maranhão e maranhense, nos meios das comunidades letradas e, em última instância, das elites de poder provincial (fazendeiros, comerciantes, burocratas). Inicialmente programa ou “horizonte de expectativa”⁵⁷ dos chamados “maranhenses”, produzido a partir de uma multiplicidade de lugares, o Maranhão província surge apresentado como se fosse realidade histórica já configurada ou pressuposta desde a colônia. Aparecia desde o início como ilusão retrospectiva. Tratava-se principalmente de projeto político-administrativo das elites “provinciais” oriundas dos chamados “filhos do reino” (muitos adotivos) e “filhos da terra”, controladores dos cargos públicos, das atividades comerciais e das fazendas, senhores de terras, de lavouras e de escravos. As abstrações concretas “Maranhão” e “maranhenses” eram interfaces de uma mesma história: a experiência das lutas de grupos de poder que foram configurando ao mesmo tempo, como partes do seu fazer-se, a unidade político-administrativa da província, tendo São Luís como sede, o imaginário geográfico e a auto-imagem histórica e social correspondentes. Definidos e se definindo como “brasileiros”, procuraram demarcar e definir, neste campo do imaginário nacional, imagens do Maranhão, onde aspectos da “natureza” eram em geral ressaltados

⁵⁷ Cf. Koselleck, R. **Futuro passado**, 2006.

positivamente, e dos Maranhenses, onde a “história”, a “sociedade” e os “usos e costumes” eram destacados. Ou seja, na experiência que narramos até aqui, a demarcação do espaço geográfico do Maranhão se fez junto com a definição da “história”, da “sociedade” e dos “usos e costumes” (leia-se: identidade) dos maranhenses. Essa experiência se desdobrou em dois momentos principais: o do final da era colonial e o do chamado grupo maranhense.

Como ponto de partida para a compreensão das conexões várias implicadas na invenção desvairada do imaginário regional, propomos agora uma interpretação possível a partir das articulações entre classes, raças e produção intelectual da identidade regional.

Produzidas, demarcadas e definidas pelos saberes das “classes superiores” e seus intelectuais, aqui entendidos principalmente como estratégias de dominação e de constituição do seu poder sobre as chamadas “classes inferiores”, as **abstrações concretas** Maranhão/maranhense se constituíram, desde o início, pondo fora ou redimensionando a forma de compreensão de vastos contingentes da população, tais como índios e negros escravos ou não. Mercado e escravismo foram dois fatores determinantes na criação e demarcação dessas identidades abstratas. Em primeiro lugar, como elas proviam das camadas dos senhores de escravos, estas ao se reconhecerem como “maranhenses” não poderiam fazê-lo reconhecendo como tais também a seus escravos. Em segundo lugar, não por acaso os segmentos mais identificados residiam em São Luís, centro do mercado exportador-importador da província, e das áreas próximas. Vastos contingentes assim foram incluídos/excluídos da identificação geral e redefinidos segundo as linhas do escravismo e dos mercados.

O “Maranhão província” foi um tipo de “ilusão efetiva” engendrado em contexto histórico e social dominado por uma forma de acumulação “primitiva” do capital cujos pilares eram constituídos pelo capital

mercantil-usurário, a burocracia governamental patrimonialista e a grande lavoura escravista.

Para as grandes casas de comércio exportador e importador que dominavam São Luís na primeira metade do XIX, a criação da unidade provincial era vital na medida em que favorecia a expansão do mercado. Para elas convergiam a produção das fazendas disseminadas pelo interior. A partir delas eram reenviados para as fazendas os produtos importados da Europa. No comércio de exportação, Spix e Martius distinguiram três setores principais ligados à produção do algodão, do arroz e dos couros, todos controlados pelos segmentos brancos europeus e nacionais. Dos três, o mais rendoso, segundo o imposto dominante nas rendas do governo, era o do algodão. Registraram uma categoria da maior importância: a dos “ricos contratantes”. Em certo período, foi arrendado a eles o “dízimo” dos preços do algodão. Ao lembrarem das categorias “lavradores” e “negociantes” distinguem nesta última o subgrupo dos “mais ricos e considerados negociantes”, entre os quais havia “alguns” que recebiam o “favor” de não pagar impostos (do frete) logo em numerário, mas em bilhetes a serem descontados seis meses depois. Trata-se de outra subcategoria influente: a dos grandes negociantes favorecidos pela Mesa de Inspeção do Algodão. Das “firmas comerciais, que dispõem em parte de capitais incrivelmente grandes”. Tanto “ricos contratantes” quanto negociantes privilegiados pela Mesa de Inspeção eram categorias cujas atividades apontam para vinculações com o setor político-administrativo mencionado. (1981, p. 272)

Baseados em Gayoso, os viajantes também dão notícias do negócio não menos importante de escravos negros praticado nas “regiões da Guiné”. Em tabela de importação, Spix e Martius referem-se pelo menos a dois fluxos de importação de escravos segundo o lugar de origem: os das “colônias portuguesas na África” e os do “Brasil”. Informam que antes do tratado com a Inglaterra, os negros escravos vinham de Cachéu, Bissau, Farim, Ziguinchor e “outras zonas da costa noroeste da África”. Os mais apreciados eram os das “nações Bijagós e Balantas”. Depois do tratado,

metade dos escravos passou a chegar ao Maranhão, vindo por terra, da Bahia. Informação que sinaliza, quando menos, para a variedade de lugares de origem e de “nações” entre negros escravizados chegados ao Maranhão. Em boa medida, o mapa do Maranhão província foi delineado pelas linhas dos negócios do algodão e do tráfico de escravos. (idem, pp. 274; 278; 286)

Para a burocracia, também sediada na capital, o Maranhão província significava a constituição de um aparato de poder próprio. Se examinarmos a lista dos “vencimentos anuais dos funcionários públicos” reproduzida por Spix e Martius, veremos também indicações da existência, no final da era colonial, de um importante **setor político-administrativo** (civil, eclesiástico e militar) dominado pelos brancos, “em geral portugueses natos”. No civil são arroladas as seguintes repartições e funcionários: Governador-geral, Junta da Fazenda (Erário), Secretariado do Governo, Relação, Intendência do Arsenal, Inspeção dos Algodões, Alfândega (dividida em Alfândega e Estiva), Administração do Correio, Professores e Mestres-Escolas, Pensões, Vacinação, Cirurgião-mor do Estado. No eclesiástico, temos Bispo, Capítulo da Catedral, Vigário-geral, vigários estrangeiros; e no militar: Estado-maior das Fortificações, das Obras de Engenharia, Reformados, Montepios (divididos em Inválidos e viúvas), Milícias, Regimento de Infantaria de linha, Corpo de Artilharia. A “força armada”, espalhada em diversos “postos de vigilância” pelo Maranhão, compunha-se de 1 regimento de infantaria de linha, 1 brigada de artilharia, 8 regimentos de milícia a pé, 1 regimento de milícia a cavalo. Na capital, essa força se distribuía assim: 1 regimento de “milícias brancas”, 1 “outro de cor” e 1 companhia de voluntários a cavalo. (Idem, pp. 270-71; 289)

Para a classe dos patriarcas, dos grandes proprietários espalhados pelo interior, interessava constituir uma máquina de poder regional que acomodasse os mandonismos locais. Acomodação difícil dadas as disputas e diferenças intra-classe, como ficou explicitados ao longo das guerras de independência, da Setembrada e, sobretudo, da Balaiada. A elite política provincial, em boa medida, era oriunda socialmente dessas camadas,

fortemente estabelecidas no interior e controlando alguns núcleos urbanos importantes (Alcântara, Caxias). Damos aqui, apenas a título de exemplo, o caso de Costa Ferreira, talvez a principal liderança política do tempo. Retomemos seu perfil, a partir de “Fidalgos e Barões” (2005) de Milson Coutinho (fonte básica para situar a história da aristocracia provincial, origem social da elite política da província). Foi uma das primeiras trajetórias políticas importantes do Maranhão império. Vemos mais ou menos o seguinte. Antônio Pedro da Costa Ferreira nasceu em Alcântara, em 26.12.1778, filho do português Ascenço José da Costa Ferreira e da brasileira, natural de Alcântara, Maria Teresa Ribeiro da Costa Ferreira. Costa Ferreira foi proprietário de terras e engenhos em Alcântara e São Bento, bacharel em leis por Coimbra, fiscal da junta de Alcântara, conselheiro-geral da província, deputado-geral no império, senador do império e presidente da província do Maranhão. Em 1841 foi agraciado com título oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro e em 1854 recebeu o título de barão do Pindaré. Durante mais de década, até 1821, foi fiscal da junta da vila de Alcântara. Com a independência sua carreira na burocracia e na política foi impulsionada, mas não sem dificuldades. Nas eleições de 1825 para o senado (criado em 1824) já aparece disputando contra o magistrado João Inácio da Cunha, o advogado Patrício José de Almeida e Silva, o desembargador Joaquim Antônio Vieira Belfort, o desembargador Francisco de Paula Pereira Duarte e Raimundo José Muniz. Embora fosse o mais votado, dom Pedro I preferiu nomear João Inácio e Patrício José. Talvez o pendor liberal de Costa Ferreira e as resistências do alto clero lhe tenham sido aqui desfavoráveis (Coutinho, p. 278). Costa Ferreira conseguiu, no entanto, um lugar como suplente e depois como titular no Conselho Geral da Província, instalado em 1.12.1829. Compunham este órgão as figuras seguintes, consideradas por Milson Coutinho como expressões da “elite política da terra”: Joaquim Vieira da Silva e Sousa (de quem Costa Ferreira foi secretário de governo), Patrício Diniz de Almeida e Silva, João Bráulio Muniz (que foi um dos regentes na regência trina permanente, representando o nome do “norte do império”), Joaquim José Sabino, Raimundo Felipe Lobato, Francisco Gonçalves Martins e Manoel Paixão

dos Santos Zaqueu. Na suplência ficaram Odorico Mendes, que não exerceu, e o cônego José Constantino Gomes de Castro e Antônio Pedro da Costa Ferreira, que exerceram. Em seguida, Costa Ferreira conseguiu entrar na segunda legislatura da Câmara temporária (1830/1833), junto com Manoel Odorico Mendes, João Bráulio Muniz e Manoel dos Santos Martins Velasques, este um baiano e desembargador no Tribunal da Relação do Maranhão. Nesta legislatura chegou a se posicionar contra a restauração. Alfredo Valladão, em “Da Aclamação à Maioridade”, tratando da reação da Câmara contra as representações feitas pelos ministros diplomáticos do Brasil, na Europa, sobre a existência de planos tramando a volta de dom Pedro I, em junho de 1833, escreveu:

Aprova-se aí o parecer do deputado Costa Ferreira: ‘Responda-se que a Câmara dos Deputados firme em sustentar a honra brasileira, o sistema monárquico constitucional, o trono do sr. d. Pedro II, e a revolução de 7 de abril, coadjuvará eficazmente o governo em tudo que for constitucional, e que tomará em consideração as suas propostas (Valladão, p. 61. Ver também p. 298).

Deputado-geral, Costa Ferreira se reelegeu para a legislatura de 1834/1837. Uma legislatura fundamental para o salto que daria em sua carreira política, provavelmente devido às suas ligações com a regência de Feijó. Costa Ferreira tomou o partido de Feijó, defendendo-o no processo da igreja, dada a posição do regente contra o celibato clerical. Em 1834, foi nomeado por Feijó para exercer a presidência do Maranhão (1834-1837). No final de 1834 (20.12.1834) o mesmo Feijó o nomeou para senador do Império, posição assumida em 10.6.1837. Concorreu para o senado contra Fábio Gomes da Silva Belfort e Joaquim Antônio Vieira Belfort (então, os Belfort compunham um clã bastante atuante, pelo menos desde as lutas da independência, e Lisboa, na **Crônica**, polemizará contra um deles: Manuel Gomes da Silva Belfort; Coroatá parece que era reduto deles, pois foram ali atacados pelo grupo balaio de Coque). Portanto, durante o tempo que foi presidente da província Costa Ferreira já havia sido nomeado senador do império, apoiando o programa político da

regência do padre Feijó. Sua presidência se caracterizou por uma série de medidas visando a adequação desse programa na província: criação da tesouraria peculiar da província (lei de 22 de abril de 1835), criação da polícia rural em diferentes distritos fora da capital (lei de 23 de abril de 1835), criação do corpo de polícia (lei de 17 de junho de 1836); organização da secretaria de governo (lei de 23 de julho de 1836) (Cf. Coutinho, pp. 274-281). Medidas que sinalizam para a remontagem da máquina do governo provincial, em pelo menos três setores essenciais: o da tesouraria, o da polícia e o da secretaria de governo. Foi tenaz a oposição ao seu governo, como a **Crônica** indicou. Simbólicos foram os versos feitos por Nunes Cascaes, seu secretário, levando de vez à sua demissão: “Costa Barros foi ladrão/Costa Pinto foi paxá/Costa Ferreira é tirano:/Que mais Costa aqui virá?”. Ao que Costa Ferreira completou: “Na dúvida, deve o poeta/Sair daqui desde já” (Cf. **Tambores de São Luís**, pp. 208-9, onde se fixa a imagem de Costa Ferreira como tirano, ainda que bem humorado). Como se sabe, o programa de Feijó fracassou e, em setembro de 1837, com a sua renúncia, a regência passou para Araújo Lima, dando início à “reação centralizadora e monárquica”. Desfavorecido por esta nova política, Costa Ferreira, no senado, foi uma das vozes discordantes do projeto de interpretação do Ato Adicional, discutido em 1839 e aprovado em 1840. Não por acaso atuou no clube da maioria de Alencar planejando a antecipação da maioria de dom Pedro II com vistas à deposição da regência e a volta ao comando do poder. Em suma, animal político ao mesmo tempo de Alcântara e da Corte, Costa Ferreira fez uma tentativa, na regência de Feijó, de se colocar como intercessor entre governo central e poder provincial. Tentativa que não vingou (ou vingou em parte), pois o projeto liberal falhou em construir um núcleo hegemônico de províncias. Como falhou também o “golpe branco” da maioria dado pelos liberais. Permaneceram no poder durante o primeiro gabinete da Maioridade (julho de 1840/março de 1841). No gabinete seguinte, os conservadores voltaram.

Dada a importância fundamental dos três setores mencionados para a construção da Província do Maranhão (grande comércio, alta burocracia, grandes proprietários), vale aqui um termo de comparação. O modo de imaginação e, especialmente, encarnação, do Maranhão província aparecerá melhor se tivermos em conta as semelhanças e diferenças entre as produções histórico-sociais da “ilusão efetiva” no Maranhão escravista e agro-exportador e na Inglaterra pós-revolução industrial da primeira metade do XIX ⁵⁸. E assim o papel do jornalismo, em particular o da **Crônica Maranhense**. São diferentes os tipos de ilusão efetiva produzidas numa “sociedade do trabalho” e numa sociedade escravista. Ao contrário do mundo das fábricas têxteis inglesas, destino de boa parte do algodão produzido no “Maranhão”, sociedade de classes onde todos, dominantes e dominados, integravam a comunidade imaginária dos “ingleses”, no universo da grande lavoura de algodão escravista a produção da identidade maranhense aparecia como monopólio das classes senhoriais e livres. Se o artefato da “nação” inglesa tem na sua gênese histórica o processo de separação e expropriação do produtor dos seus meios de produção pelo capital, a imaginação da “nação” brasileira, e a encarnação do “Maranhão província”, tiveram como base histórica a expansão de uma produção mercantil e escravista onde o “produtor” aparece como parte inseparável da

⁵⁸ Comparação que não é descabida, se lembrado ainda o quanto a Inglaterra de antes da Revolução Industrial assemelhava às “repúblicas bananeiras” que depois se espalharam pela América Latina e, porque não dizer, ao Brasil e ao Maranhão da primeira metade do século XIX e de outros tempos. Nos termos de Thompson: “A vida política na Inglaterra, durante os anos 1720, tinha algo da mórbida qualidade de uma ‘república de bananas’. É uma fase reconhecida do capitalismo comercial, em que predadores lutam pelos espólios do poder e ainda não concordaram em se submeter a regras e formas racionais ou burocráticas. Cada político, por nepotismo, interesse e compra, reunia à sua volta um séquito de dependentes leais. A intenção era recompensá-los com algum cargo onde poderiam sugar parte das rendas públicas: finanças do exército, Igreja, impostos. Cada cargo trazia suas prerrogativas, porcentagens, comissões, recebimentos de propinas, espólios secretos. Os empregos mais cobiçados no gabinete político – principalmente o de Pagador-Geral, sobre o qual o conde de Ranelagh, o Duque de Chandos e *Sir* Robert Walpole fundaram suas riquezas – valiam fortunas. Os grandes interesses mercantis (no comércio ou nas finanças) também dependiam de favores políticos e militares, e podiam ser pagos a altos preços. A grande fidalguia, os especuladores e políticos eram homens de imensas riquezas, cujas rendas se destacavam como os Andes por sobre as chuvosas florestas de miséria do homem comum. O *status* e a influência exigiam uma exibição ostensiva como evidência visível de poder e riqueza: Blenheim, Caversham, Cannons, Stowe, Houghton. Os parques de cervos faziam parte dessa exibição.” (1997, pp. 254-55). Um quadro que, **mutatis mutandis**, não se diferenciava muito daquele da Província do Maranhão nos começos do Império.

“produção”. Como se sabe, a preeminência do mercado aí já é indicada pelo fato do escravo, principal mão-de-obra da lavoura exportadora, surgir inicialmente como mercadoria (não vamos entrar na polêmica de saber se a forma mercantil do escravismo era produto do capitalismo ou das exigências específicas da grande plantação. Já indicamos que, em termos gerais, na linha de Fernando Novais, o escravismo é repostado pelo tráfico e não o contrário). O “mercado” provincial, restrito a um segmento específico da população (comerciantes, fazendeiros, pequenos produtores, burocracia pública, profissionais liberais, etc.), ao produzir a abstração “Maranhão” também demarcava os grupos que poderiam ou não ser compreendidos por ela. (parece absurda a idéia de um escravo reconhecido e identificado como maranhense, bem como a do gentio. Pode até ser que os escravos e gentios lutassem ou também, naquele momento, fossem grupos onde se verificasse a criação de identidades maranhenses próprias. Nossas fontes não nos permitem indicar isso. Há pistas, nesse sentido, em relação aos chamados homens de cor. Em boa parte uma revolta dos homens de cor, a Balaiada mostrou que a inserção na condição de “maranhenses” era um dos objetivos buscados.).

A partir do termo de comparação inglês, é possível entrever uma distinção entre duas formas de ilusão histórica e socialmente produzidas. A “ilusão real” em relação às coisas e a “ilusão real” em relação à “ilusão” relativa às coisas. O caso do artefato maranhense parece se aproximar desta última forma de representação. Ou seja, caso em que a representação sobre o lugar é mediada decisivamente por representações estrangeiras⁵⁹ ou de outros lugares: **representações de representações**. A ilusão “Maranhão província”, num primeiro nível da análise, aparece como puro produto desse tipo de representação (e assim foi muitas vezes interpretada pelos estudiosos). Os “maranhenses” se olham e se pensam e se imaginam através do olhar estrangeiro: colonizadores e viajantes. Nestes termos, a “ilusão” daí decorrente é efetiva, mas “falsa” uma vez que sua efetividade deriva

⁵⁹ Cf. Flora Süssekind, **O Brasil não é longe daqui**, e Luiz Costa Lima, **O controle do imaginário** (esp. pp. 130-52).

não das relações entre as coisas, como aquela produzida na sociedade inglesa da primeira metade do XIX, mas de outra “ilusão”, no caso, a de matriz “inglesa” ou “francesa”, ou, para abreviar, o “modelo” de civilização iluminista e liberal daí emanado. Foi através desse “modelo” que, num primeiro momento, os maranhenses se definiram; foi por eles que o jornalismo local se guiou e se mediu. A **Crônica Maranhense** foi, no jornalismo, uma das expressões mais acabadas dessa forma de ilusão e do seu programa de civilização correspondente. Por outro lado, e num segundo nível da análise, talvez mais profundo, a representação da representação – por meio da qual se imagina o “Maranhão” província – em seu movimento de atenuação local, passa por uma espécie de substituição ou “troca” cultural, modo pelo qual a representação importada é rerepresentada tendo em vista agora a encarnação na realidade local da sociedade escravista e mercantil: nosso efetivo ponto de partida da ilusória identidade maranhense. O difícil de explicar é o modo como esse deslocamento é feito. Como, por exemplo, no século XIX, foi combinado o “horizonte de expectativa” constituído pelo modelo de civilização e o “espaço da experiência” representado pela sociedade escravista-mercantil? Como foram conjugadas as condições de “ser civilizado” e de ser senhor de escravos, bases fundamentais da instituição imaginária do Maranhão província? A pergunta implica em pensar a “contemporaneidade do não-contemporâneo”. A condição em si do senhor de escravos, por exemplo, não era posta em questão por Gayoso quando confrontada com o modelo de civilização que ele defendia, mas, sim o comportamento daquele senhor enquanto ser civilizado. Dispensando um tratamento “cristão” e “humano” às raças infelizes? Agindo “racionalmente”? Assim, aquilo que num primeiro nível parecia tornar inconciliável modelo ideal e realidade, num segundo, acabava por compatibilizá-los. O maranhense era um ser civilizado e ser civilizado era perseguir o ideal do ser senhor de escravos ilustrado. O Maranhão província, como nome de uma ilusão objetiva, expressava na sua gênese histórica e social não a oposição entre civilização e barbárie, mas a conformação regional de uma **civilização bárbara** ⁶⁰.

⁶⁰ Para um ponto de vista que explora mais as oposições entre as noções de

Nesta sociedade dos senhores de escravos a barbárie (a escravidão e outras formas de trabalho compulsório) é projetada como fundamento da civilização. De um lado, ela se vê por meio de um espelho civilizado refletido de fora. De outro, ela se projeta de dentro no espelho, trocando os sinais, no sentido de combinar o devir real do escravismo com o devir ideal da civilização. Uma forma de bricolagem social.

A afirmação de que o Brasil império nasceu como Estado “pirata” vale também para a província “negreira” do Maranhão ⁶¹. Enquanto produto da “acumulação primitiva do capital”, ela teve um elemento constitutivo no “ilegalismo” ⁶². No âmbito comercial da cidade de São Luís, onde se localizava o centro da acumulação “primitiva” de capital, uma espécie de “negociante político” dominava a cena econômica e social e aparecia, numa inversão bem real, como sua “origem”, embora fosse produto da sociedade “escravizada”. Com efeito, produto dessa inversão, o Maranhão província não foi mera representação “falsa”, mas alucinação efetiva. Pensar as bases desse tipo singular de ilusão requer o exame das estratégias daquele poder político capitalista. São estratégias voltadas para a acumulação “originária”, fundadas em práticas que hoje reconheceríamos como violentas e “mafiosas”, tais como: segredo, duplicidade, venalidade, ameaças, desinformação, controle da história, do espaço, da cultura, etc. É possível entrever nas queixas de Gayoso a presença de uma “máfia” do algodão, aqui expressa numa “sociedade secreta” composta de negociantes ingleses e portugueses. O negócio do algodão, talvez mais do que outro, resumiria como poucos as práticas ilegais do “capitalismo político” ou do

“civilização” e “barbárie”, ver o fundamental **A Ideologia da Decadência**, de Alfredo Wagner. No discurso decadentista, a “*barbaria*” apareceria como o “inverso da civilização” (p. 83). Para uma discussão teórica, numa direção mais próxima deste trabalho, ver Lins, Daniel e Pelbart, Peter Pál (orgs), **Nietzsche e Deleuze – Bárbaros, civilizados**. São Paulo: Annablume, 2004. Em especial o artigo de Miguel Angel de Barrenechea, “O aristocrata nietzschiano: para além da dicotomia civilização/barbárie”. Na página 179 se escreve: “a cultura, a civilização tem suas raízes na crueldade, na barbárie”.

⁶¹ Cf. Alencastro, “Os mal-entendidos da História do Brasil” (1998, p. 51).

⁶² Para uma análise dos “ilegalismos” na Europa ocidental, na passagem do século XVIII para o XIX, veja Foucault, **Vigiar e Punir**, esp. o capítulo “ilegalidade e delinquência”. Aí se indica que os trinta ou quarenta primeiros anos do século XIX foi um “Momento inquietante em que a criminalidade se torna uma das engrenagens do poder” (1987, p. 235).

“negócio oligárquico”, que atravessariam também outros negócios: arroz, gado, escravos, carne verde, farinha, aguardente, imóveis, terras, moeda, etc. (lembre-se o caso da falsificação da moeda de cobre relatada por Viveiros). Vale ver artigo da **Crônica** chamado “GANA PECUNIÁRIA”, onde se expunha a questão e resumia assim a **aura sacra fame** que movia a política provincial: “Temos por vezes dito muitos dos nossos patriotas se envolvem na política somente com o fito de ajuntar dinheiro ainda que ilicitamente” (“Artigos da Crônica”, 10/fev./1838, p. 48). Uma das principais personificações dessa forma de acumulação primitiva de capital, embora não conste que atuasse no negócio do algodão, era o negociante português Meireles, contra o qual a **Crônica** travaria briga feroz (Cf. “O comendador Meireles, ou meio fácil de ajuntar milhões” in “Artigos da Crônica Maranhense”, 31/jan./1838, pp. 43-46; Veja também 20/jan./1838, pp. 30-32). Sua figura foi analisada na **Crônica**, para quem “todos os desembargadores, juizes inferiores, câmaras, e comandantes gerais eram seus humildes servos, ou por lhe deverem grossas quantias, ou por dele esperarem os prêmios das injustiças que praticavam” (“Artigos da Crônica”, 31/jan./1838, p. 43) ⁶³.

Os jornalistas, nos anos de 1820 a 1840, foram talvez os principais propagadores do nome Maranhão como “marca”. Eram vinculados quando não oriundos dos grupos compostos pelo grande comércio, a alta burocracia política e parte dos fazendeiros residentes na capital. Com João Francisco Lisboa não foi diferente. Vivendo em tempos fortes da acumulação primitiva, vivia também o seu tempo das “mãos sujas” ⁶⁴. “Lisboa, no ardor

⁶³ O comendador Meireles, aliás, ficaria registrado no folclore da **História do Maranhão** por suas rixas com outra figura lendária, Dona Ana Jansen. Um dos cuidados da máfia do “alto comércio” foi precisamente o da sua imagem na história: buscaram fazer de si a idéia de heróis civilizadores em luta contra um meio adverso ou “decadente”. Nesse ponto, tempos depois, a **História do Comércio do Maranhão**, de Jerônimo de Viveiros, apenas confirmou a imagem heróica e edulcorada que o grupo procurou instituir sobre si mesmo já nos seus momentos finais.

⁶⁴ Maria de Lourdes Mônico Janotti alude aqui a um momento da trajetória de João Lisboa, o das eleições de outubro de 1847, para a Assembléia Geral, quando situa o “embrião do Timon”. Nos seus termos: “João Francisco Lisboa assiste a tudo... como deputado provincial, jornalista e advogado, que tanto elogiara os princípios morais de Joaquim Franco de Sá e teve de participar dos conchavos, de transigir, e se usarmos

da sua mocidade, apaixonava-se pela causa que defendia, chegando a justificar a violação da lei com a necessidade de evitar males que considerava calamitosos.” (Viveiros, 1952, p. 191) ⁶⁵. Sua defesa do partido bentevi, e em especial, dos alcantarenses e da família Sá, contra as acusações de Sotero dos Reis, apontam nessa direção. Assim como Lisboa não errava em suas críticas a Sotero, este também não se equivocava nas denúncias feitas contra Lisboa. Aqui, a nosso ver, Sotero estava com a razão, como podemos verificar pelo desenlace final da relação de João Lisboa com os alcantarenses: a rejeição no interior do seu partido à sua candidatura para deputado geral ⁶⁶. Talvez João Lisboa não pudesse reagir mais do que com o silêncio ressentido, pois expor a situação implicaria em fazer a autocrítica da participação ou convivência com a “lama geral”. Ajuste de contas tentado no **Jornal de Timon**, inclusive em relação à **Crônica Maranhense** (Viveiros é da opinião de que “Só com a maturidade do espírito foi que lhe apareceu aquela ponderação de crítica ostentada com tanto brilho nas páginas do ‘Jornal de Timon’”) (1954, p. 191). Nele, ao contrário desta, a crítica se amplia à política provincial como um todo, pondo no centro da análise a noção de “crime político”. Lisboa esboça no **Jornal de Timon** uma genealogia histórica e política do **ethos** “criminoso” das elites maranhenses. Vista de hoje, nos quadros da crise da ideologia da formação nacional ⁶⁷, as limitações e ambigüidades da crítica desenvolvida no **Jornal de Timon** não deixam de aparecer. Primeiro, João Lisboa pensa inevitavelmente nos termos do “esquema da formação”, resultando num olhar que privilegia a perspectiva da construção da ordem; segundo, Lisboa vê tudo a partir da “inversão” das relações entre sociedade e política, mantendo-se preso à “ilusão efetiva” de que era a política que produzia a barbárie social; terceiro, Lisboa ainda mantém a idéia de que teria havido

uma figura de Jean-Paul Sartre, teve que meter a mão na imundície para conhecer melhor a si mesmo.” (1977, p. 107).

⁶⁵ Para uma crítica sincera de Viveiros ao “jacobinismo exagerado” de Lisboa, nesse momento, veja **História do Comércio do Maranhão** (1954, pp. 180-193).

⁶⁶ Segundo Sotero, até 1840 Lisboa era “jornalista eloqüente, órgão e chefe de um partido”. Depois retirou-se da redação dos jornais e da cena política, “por haver sido sua candidatura de deputado à assembléa geral legislativa rejeitada pelo mesmo partido cuja causa defendêra com tanta habilidade e dedicação” (1901, p. 622)

⁶⁷ Cf. Paulo Arantes, **O fio da meada** (1996); Roberto Schwarz, **Seqüências Brasileiras** (1999).

um interregno quando da sua atuação no governo da província, mitificação do tempo da presidência de Costa Ferreira, que apontaria para mudanças efetivas na política e nas relações entre as classes; quarto, e paradoxo dos paradoxos, Lisboa vê como única saída a intervenção do imperador, justo um dos fatores do “mal radical”.

A conjunção de civilização e escravidão às vezes parecia chocar viajantes europeus como Koster e Spix e Martius ou norte-americanos como Kidder. Os viajantes apresentavam a sociedade como marcada por uma dualidade ou “tensão” entre grupos mais civilizados e grupos menos civilizados. Os “portugueses” seriam mais europeizados e os “brasileiros”, “criados entre os escravos domésticos”, tenderiam para a inatividade. Como observaram Spix e Martius, era uma realidade que, de um lado, apresentava no “mais antigo e populoso bairro” de São Luís, a Praia Grande, casas de dois a três pavimentos, feitas de grés de cantaria, disposições interiores apropriadas e exteriores sólidos e “inteiramente burguês”, e de outro, na zona do interior mais próspera, o vale do Itapicuru, casas de moradas de fazendas mais simples, compostas de número suficiente de aposentos e “uma varanda na fachada principal” (1981, pp. 262 e 269). Contudo, naquela cidade de “muitos descendentes, sem mistura, de portugueses, e grande número de negros”, a convivência com a escravidão não era privilégio apenas de brasileiros criados no mundo “farto” das fazendas.

Na quadratura do círculo representada pela conjunção de civilização e escravidão situava-se boa parte das causas do drama moral de intelectuais – o chamado grupo maranhense – que pareciam partir do pressuposto de que civilização e escravidão desafinavam. Tomemos o caso de um João Francisco Lisboa. Nas páginas da **Crônica Maranhense** o ideal da civilização e a realidade da escravidão se encontravam. A publicação de anúncios de fugas, vendas, aluguel de escravos na civilizada **Crônica** aponta para esse ajustamento. O redator do jornal não deixava de se inserir, em nível menor, no perfil modelar do senhor de escravos ilustrado ou civilizado. As famílias alcantarenses, defendidas pela **Crônica**,

enquadravam-se justamente na categoria dos senhores de escravos civilizados. Aqui, justificam-se as referências de João Lisboa ao seu escravo doméstico Januário, expressas ao final da vida, em Lisboa, em uma de suas últimas cartas ao compadre Olegário:

Se para aí voltar preciso sem dúvidas de escravos que me sirvam; mas o Januário, que já em 1859 estava insuportável, como se poderá sofrer agora, que estará sem dúvida muito mais vicioso? Acresce que tenho decidida repugnância a vendas e transferir escravos, e se pudesse forrava-os todos, que se fossem com Deus. Assim deixo isso nas suas mãos e de meu irmão, escrevendo ao Nina, dando-lhe autorização para qualquer resolução de acordo com os senhores. Mas não seria mau ameaçá-lo com a venda, se ele não se emendar, e esperar algum tempo, posto que julgo isso inútil. O que desconfio é que ele está em mísero estado e que o senhor levou três anos calado, a pretexto de me não afligir, e só se resolveu em falar-me nisso, quando a parte da polícia saiu na gazeta. Sua comadre é quem mais repugna a voltar para aí, e a razão principal é o inferno em que vive com os negros, e o sossego relativo que aqui goza com as criadas (1986, p. 67).

O trecho é de uma carta de 26 de março de 1863, um mês antes do falecimento de Lisboa e escrita para o compadre Olegário. Nunca um trecho dos escritos de João Francisco Lisboa disse tanto sobre si como esse tratando das relações com o escravo Januário. Nada sabemos sobre Januário, além do expresso na carta pelo seu distante e saudoso senhor. Talvez fosse um escravo antigo, adulto ou mesmo já velho. João Lisboa refere-se a Januário com simpatia, mas vendo-o como figura “insuportável”, viciosa e que precisava se “emendar”, por mais difícil que fosse. Para Lisboa, nesse fragmento de carta, a escravidão aparece como mal necessário. Como diz, “se pudesse forrava-os todos”, mas não poderia viver em São Luís sem “escravos que me sirvam”. A alusão à expectativa da mulher explicita mais a questão: repugnava-lhe voltar de Lisboa para São Luís, e a “razão principal é o inferno em que vive com os negros”. Em suma, em São Luís uma família como a de João Lisboa não poderia prescindir dos escravos, mas tê-los significaria viver no “inferno”. Nem todos os senhores de escravos fariam da escravidão um drama de consciência (E para Lisboa era efetivamente um drama, como indica sua

crítica à escravidão e seu projeto de escrever uma **Cabana do Pai Tomás**). Ao contrário, se voltarmos a Gayoso, vê-se que a escravidão era não um entrave, mas um meio de civilização. Ter escravos era prova de prosperidade. Civilização bárbara.

Classes, raças e regionalismo: uma hipótese

Além do mercado, o escravismo era uma linha de produção e delimitação do regionalismo provincial. Ele fundamentava os limites raciais dos grupos que poderiam ou não ser reconhecidos como “maranhenses”. (A idéia de Maranhão simbolizada nas cores branca, negra e vermelha das listras da bandeira estadual, representando as três raças, segundo a concepção de Souzaândrade, é uma elaboração posterior vigente no regionalismo do século XX.)

No contexto da primeira metade do XIX, a palavra “maranhense” aparece quase sempre associada à idéia nativista de “filhos da terra”. Não se trata de aceitar credulamente tal noção e a teia de noções em que se insere, carregada de sentidos e instituída como arma de combate num campo de batalha. Desde que acreditada, porém, a noção de “filhos da terra” implicaria imediatamente no estabelecimento de espaços de inclusão e exclusão cujas origens advinham das relações de poder vigentes. Um dos efeitos, por exemplo, seria a exclusão dos chamados gentios da terra, em relação aos quais, hoje, seria um absurdo os classificadores de então não considerá-los também filhos da terra, ainda mais que usavam claramente o critério geográfico do **lugar de nascimento**. E os filhos de escravos nascidos na província, não seriam também “filhos da terra”? Segundo os termos de hoje, sim, mas não conforme os dos grupos de poder onde essas noções e classificações eram produzidas e faziam sentido. Para o ilustrado Gayoso, “filhos da terra” e “gentios”, ainda que nascidos na mesma terra, não eram sinônimos. Se o lugar de nascimento era critério de classificação, difícil compreender a diferenciação, mas para Gayoso e seus

contemporâneos ela era óbvia. Noção de classe, “filho da terra” expressava o modo como Gayoso definia o grupo social a que pertencia: os grandes proprietários de terras e escravos. Como tal identificação era originária de uma experiência histórica e social do fazer-se de um grupo de poder, obviamente continha o seu grão de verdade. Quando Gayoso escrevia, como se fosse coisa dada, que os “filhos da terra” eram “brasileiros” vivendo predominantemente nas fazendas, compreende-se tal afirmativa como sinal de que pelo menos parte significativa dos grandes proprietários de terras e escravos se perceberia realmente como “filhos da terra”, o que quer dizer, como “maranhenses” genuínos. Se essa leitura não for de toda desproporcional, excetuando-se a possibilidade real da existência de camadas igualmente importantes de fazendeiros que não se reconheceriam como filhos da terra no sentido gayosiano, como talvez aquelas estabelecidas nos sertões dos Pastos Bons, não seria implausível a hipótese de que na referida classe social encontraríamos uma das principais bases da elaboração das noções de Maranhão e maranhense na primeira metade do XIX. Essa então a primeira hipótese a indicar: a de que, no período mencionado, as classes dos fazendeiros, em especial dos grandes fazendeiros, senhores de escravos ligados à produção do algodão e à criação do gado, representavam um dos solos sociais fundamentais das noções de Maranhão e maranhense (o próprio Raymundo José de Souza Gayoso, embora não fosse “maranhense” de nascimento, poderia ser considerado um exemplo a respeito. Um sofisticado fazendeiro produtor da representação do “Maranhão”).

A ela associamos uma segunda hipótese, igualmente importante, pois adiciona aos condicionamentos de classe da elaboração da identidade regional, os das relações raciais. A de que parte dos fazendeiros aludidos, identificada e se identificando como **brasileiros e maranhenses**, integravam um núcleo essencial do que chamamos de **portugueses mestiços**, pois uma parte dos “filhos da terra” não era apenas de descendentes de pais portugueses nascidos no Maranhão, como leva a crer a indicação inicial de Gayoso, contraditada, no entanto, pelas suas

observações. Em vista do caráter de classe e ideológico dessas noções, não é simples demonstrá-las. Primeiro, no último caso, é preciso identificar quem eram mesmos os “portugueses mestiços”. Segundo, quantos deles eram grandes fazendeiros do algodão e do gado. Aqui, Gayoso, de novo, é referência. A noção de “português mestiço” como um tipo peculiar de “filho da terra” implica em, de início, interrogar uma teia de relações onde encontramos de um lado os “filhos do reino” e, de outro, os “homens de cor”. Passo necessário, pois, da perspectiva deste trabalho os espaços de atuação dessas categorias na primeira metade do XIX constituíram os principais lugares sociais, embora não únicos, onde as idéias provincianas de Maranhão e maranhense foram ou começaram a ser contraditoriamente instituídas. Em suma, nos quadros da província, as categorias Maranhão e maranhense surgem inicialmente nos espaços de domínios percebidos como portugueses, europeus ou abasileirados, mestiços ou não. Como indicam os registros, estes “espaços” eram constituídos basicamente pelas redes do comércio e da administração pública, dominados pelos portugueses do “reino”, e das fazendas, controladas pelos brasileiros (isto é, portugueses nascidos no país, mestiços ou não).

Quanto às relações entre os chamados filhos do reino e filhos da terra, mestiços ou não, vem a propósito pensar acerca da teia dos vínculos entre as figuras dos colonizadores e dos colonos, ou dos ocupantes e ocupados (para lembrar os termos de Paulo Emílio Sales Gomes). O esquema de “ocupantes e ocupados” (ou “filhos do reino” x “filhos da terra”, nas palavras de Gayoso) requer um uso que leve em conta a multiplicidade histórica. Não se trata de voltar a esquemas de análise polarizados ou dualistas. Do ponto de vista das circunstâncias históricas, havia vários tipos de “ocupantes” e “ocupados”, e não seria surpreendente que muitas vezes “ocupantes” e “ocupados” trocassem de lugar. A historiografia tem examinado a questão das relações entre “portugueses” e “brasileiros”, indicando o quanto essas categorias simplificaram e mesmo enganaram a compreensão da complexidade das circunstâncias e do andamento dos conflitos e alianças na primeira metade do XIX. Especialmente porque tais

noções não teriam a ver propriamente com o lugar de nascimento, mas com o posicionamento político. Assim “portugueses” eram todos aqueles que fossem a favor de Portugal, independente de que fossem naturalmente portugueses ou brasileiros. O mesmo com os “brasileiros”. Mais que polaridade, havia uma pluralidade de posições e conexões entre “portugueses” e “portugueses mestiços”. Suas relações assemelhavam-se mais a um **continuum** do que a descontinuidade radical. Não se esqueça que os “portugueses mestiços” eram filhos ou netos dos portugueses, compondo uma rede de filiações e alianças entrecruzadas. Expressão das lutas internas às classes dominantes em seu fazer-se, a elaboração da “maranhensidade”, pelo menos nesse momento, tomou em si muito da forma de um singular drama familiar português representado no outro lado do Atlântico. Nesses embates, várias famílias, por razões estratégicas ou não, se dividiram internamente, procurando enfrentar o dilema da opção entre a antiga metrópole e a ex-colônia. Luta que punha pai e filho em campos opostos, assim a questão chegou a ser abordada por Dunshee de Abranches n’A **Setembrada**. Como se sabe, as principais posições oficiais eram monopolizadas pelos denominados brancos europeus, integrando um quadro de disputas intraclases dominantes permeado por questões não só econômicas, mas também “culturais” (Spix e Martius, 1981, pp. 270-71). Desde o final da era colonial, os grupos percebidos como maranhenses/filhos da terra aparecem em cargos importantes do estado (câmaras municipais e comando de milícias). Spix e Martius anotaram sobre a Câmara Municipal, reportando-se naturalmente aos “filhos da terra”: “Os maranhenses, nestes últimos trinta anos, só elegeram brasileiros natos para essa Câmara” (idem, p. 270). Nos anos de 1820 e 1830, os chamados “filhos da terra” começam também a ocupar cargos de direção na burocracia governamental (civil, eclesiástica e militar) e a ascender à condição de membros da elite política provincial que surgia. Nesse sentido, Costa Ferreira, “filho da terra” por excelência, foi um dos principais exemplos. Nesse momento de afirmação do sentimento de nacionalidade, os intelectuais do “grupo maranhense”, vários oriundos do jornalismo, representaram no campo cultural dessa luta o papel do “filho” às voltas

com as origens coloniais portuguesas (o grupo colonial), nem sempre claramente definidas. Para este grupo, a primeira metade do século XIX foi um momento de conturbada inquietação com as marcas da colonização portuguesa. Como definir, por exemplo, depois da independência o tipo do “adotivo” ou “naturalizado”, figura que escapava ao dualismo “português” versus “brasileiro”, ou a posição de um grande negociante português como o comendador Meireles, que resistiu inicialmente à independência, depois a apoiou, passando a conviver dentro do novo regime, lutando por impor seu domínio?

De outro lado, um dos problemas não menos complicado de elucidar do ponto de vista da variação do significado da palavra maranhense diz respeito às relações de proximidade e distanciamento dos filhos da terra com os denominados misturados (homens de cor). Aqui, dado o ar rarefeito das informações, a análise tende quase à especulação pura. A miscigenação, a “transfiguração étnica” no dizer de Darcy Ribeiro ⁶⁸, gerava uma sociedade plurirracial, colocando a questão da mestiçagem não tanto como “sincretismo”, mas como uma espécie de síntese disjuntiva (imiscibilidade) ou até mesmo como “fluxo incodificável”, no sentido de uma indeterminação profunda das “raízes”. Na terminologia de Gayoso, se, como se sabe, os filhos da terra eram brancos descendentes de portugueses nascidos no Maranhão, os misturados eram homens de cor descendentes de pais pertencentes a “raças” distintas (brancos, negros, índios). Portanto, nestes termos, filhos da terra e misturados não compreendiam o mesmo referente social. Os misturados, afirmava Gayoso, eram produto das origens “promíscuas” entre portugueses, mesmo os da “Europa”, e mulheres índias e negras. Para estes segmentos, a incerteza quanto às origens era um problema real. Ora, em sendo assim, como nomear e classificar ao filho (ou filha) de um português com uma índia, por exemplo? Nessa linha de raciocínio, se a indicação de Antônio Henriques Leal for correta, um João Lisboa seria um filho da terra, posto que descendente de pais portugueses nascido no Maranhão, e um Gonçalves Dias, também nascido na província,

⁶⁸ Veja **O povo brasileiro** (1995, pp. 257-65).

filho de pai português e mãe de descendência indígena, seria um “homem de cor” (e, assim, seria negativamente reconhecido pela mãe de Ana Amélia). Mas, no caso do poeta, por que classificá-lo nestes termos, já que ele poderia tanto ser considerado um homem de cor, em função da linha materna, quanto um português/filho da terra, em função da linha paterna? O que fez, naquela sociedade de Gayoso, o filho de um português com uma índia ou uma negra ser não apenas considerado como “homem de cor”, mas também especificamente qualificado? Gayoso apresenta uma tabela ou “tabuada das cores” como instrumento fundamental de qualificação social. Na sua hierarquização da sociedade não registra “homens de cor” nas duas primeiras classes (integradas apenas de “brancos”) e nem nas duas últimas (compostas apenas de negros e índios), mas apenas na “terceira classe”. Difícil acreditar que os habitantes tivessem de memória a tabuada das misturas, para saber exatamente em que lugar da hierarquia social situarem-se uns em relação aos outros. Ainda assim, ela aponta para um esquema de classificação social presente e aceito em boa parte da sociedade, principalmente nas chamadas classes superiores. O critério de discriminação é puro e simplesmente o visual da cor da pele. Nesse sentido, por exemplo, se aplica a categoria de mulato: filho de negro e branco. O que parece não ter lugar no esquema classificatório de Gayoso é uma qualificação específica para “brancos” de origens negras e indígenas, malgrado a explícita observação no **Compêndio** de que eram comuns as ligações entre filhos da terra e mulheres índias e negras. Isso implicaria em pensar a figura do português “mestiço”: um tipo de filho da terra “misturado”, mas que não era reconhecido como “homem de cor”. Ora, o fato de Gayoso não ter uma denominação específica para os portugueses, “mestiços” de cor branca, não significa que não existissem ou não fossem percebidos pelo restante da população, e nem significa que muitos dos “brancos” não fossem, na realidade, filhos de portugueses com índias ou negras. Este silêncio talvez se explique pelo quadro sócio-mental de onde Gayoso partia, pois ele não lhe possibilitava reconhecer categorialmente a existência de “brancos” de origens negras ou indígenas. Num meio em que a cor da pele era critério fundamental de classificação social, um homem

que fosse percebido como “branco” jamais poderia ser classificado como de origem “misturada”. Reconhecia como denominações específicas para os “homens de cor” tão somente a “mulatos” e “cafuzos”, isto é, filhos de negras ou índias com brancos. Daí a premência para os objetivos deste trabalho, de criar nos termos da classificação gayosiana, embora com outro espírito, uma categoria de análise nela inexistente, porém de fato observada em sua realidade histórica e social: a dos **portugueses mestiços** (vários, talvez, na condição de filhos bastardos). Nessa linha de análise, a afirmação de Gayoso sobre a promiscuidade existente entre as duas classes, não apenas com os “misturados”, mas também com negros e índios, permite indagar se muitos dos “brancos da terra” já não seriam, na verdade, mestiços e no limite “homens de cor”, integrantes não da “terceira classe” (oficiais artesãos), mas já da “segunda” (fazendeiros), pelo menos. A classificação de Lago aponta pistas interessantes na direção dos “brancos mestiços”. Seguindo os mesmos critérios de Gayoso, identificou 4 e não 5 classes: brancos, índios, mulatos e pretos. Porém, em pequena nota, indicou mais duas classes: mestiços e cafuzos. Estes são incluídos no grupo dos mulatos e os mestiços (filhos de brancos com índias), “nos brancos” (2001, p. 23, nota 3). Ou seja, vê-se aí o reconhecimento pelo autor de “mestiços” como “brancos”.

Importa não confundir a noção, aqui proposta, de portugueses mestiços com as de “filhos da terra” e “homens de cor” nas acepções estritas de Gayoso. De um lado, seriam filhos da terra, mas mestiços; de outro, seriam mestiços, mas não seriam “homens de cor”. Teriam a aparência da cor “branca” dos filhos da terra e as origens “promíscuas” dos “homens de cor”. Essa caracterização implica em pensar os dilemas de figuras que recalçavam mais que as “origens”, suas “alianças secretas” negras africanas e indígenas americanas e até mesmo as portuguesas (no plano da história, campo por excelência dessa questão, o debate girava em torno de saber se essas origens eram portuguesas ou francesas ou mesmo espanholas). Dilemas decorrentes daquilo que o historiador italiano Antonello Gerbi chamou de a “tropicalização do branco” (1996, pp. 431-435). Nos termos

raciais de autores da época falava-se em degeneração da raça perfeita. O abramileiramento para estes portugueses significava enfrentar experiências de mestiçagem muitas vezes dramáticas e traumáticas, especialmente para negras e índias. Na condição de colonos “assimilados”, deles emergiram as figuras dos “desterrados” ou “homens cordiais”, caracterizados por sentirem-se estrangeiros na própria terra (duplamente estrangeiros: por serem portugueses nascidos fora de Portugal e filhos de mulheres de origens indígenas ou negras). Homens cordiais, os “filhos da terra” brancos e mestiços eram tomados paradoxalmente pelo sentimento do desterro (Holanda, 2006, p. 19). Indefinição ou indeterminação das origens “promíscuas” que passava pela diferença entre a herança cultural da nação portuguesa (herança de forte caráter religioso, como se sabe, pois o português era identificado, sobretudo, como eleito de Deus) e o lugar de nascimento (pátria brasileira). Vendo-se como cristã (isto é, portuguesa) e brasileira, a “colônia” dos portugueses, filhos da terra mestiços, era atravessada por reações diversas às origens miscigenadas, que iam do esquecimento ou perda da memória das origens registrada por Lago, passando pela culpa (a maldição da origem) e a condescendência (tolerância com o “preconceito”, proposto por Lisboa na **Crônica**), até a aceitação da violência cínica (defesa da violência contra os ‘homens de cor’ e os negros e índios ou “parricídio”, como no caso de Sotero dos Reis na Balaiada) ⁶⁹.

O deslocamento do sentido da palavra maranhense, passando a abranger, além da classe dos “filhos da terra”, mestiços ou não, também a classe dos “misturados”, isto é, daqueles percebidos explicitamente como “homens de cor”, apontava para o **problema da ascensão social e política deste grupo no interior da ordem escravista e branca**. Fazia parte do problema em especial o drama da ascensão social dos mulatos num mundo onde os “ódios de castas” eram particularmente acirrados. Lago informava que das quatro

⁶⁹ A indeterminação quanto às origens está na raiz da indiferença, até mais do que do “ódio”, dos portugueses mestiços, inclusive do silêncio de um jornal como a **Crônica Maranhense** em relação ao massacre de balaios e escravos comandado por Lima e Silva, futuro duque de Caxias.

classes, a que mais crescia era a dos mulatos (filhos de brancos com negras): “A terceira é a que mais tem aumentado, e lhe podemos chamar **nova** porque é posterior à entrada dos brancos e pretos” (2001, p. 24) ⁷⁰.

O problema dos “misturados”/homens de cor foi assinalado, talvez pela primeira vez no Maranhão pós-independência, logo no governo de Miguel Bruce, “brasileiro de origem escocesa” que teria depositado forte confiança nos “homens de cor”, elevando muitos destes às “posições de mando” (Kidder, 1980, pp. 175-76) e causando aflição nas elites dirigentes brancas, aplacada com a chegada do almirante inglês Cochrane, o futuro Marquês do Maranhão. Luís Antônio Vieira da Silva diz que “Cócrane”, ao ordenar a retirada das tropas portuguesas da cidade e das fortalezas de São Luís, recebeu representação da Junta sobre a “inconveniência de se deixar a cidade entregue aos homens de cor” (1972, p. 181). Na mesma obra, o autor informa que um dos motivos, senão o principal, pelo qual o Almirante decidiu suspender Bruce do governo da província, como textualmente diz em carta a Bruce, seria o fato deste “fazer-se ajudar pela mais baixa classe do povo, a qual, à minha chegada aqui, achei armada para sustentar a V. Exa. contra os nove décimos das classes elevadas da sociedade” (idem, pp. 303-4, nota 131). Em seus relatos, o presidente Manuel Teles da Silva Lobo (1825), alude à substituição de oficiais de 1ª e 2ª linha por “libertos, alfaiates, sapateiros e outros indivíduos que negrejavam em baixos vícios” (idem, p.309). Ou seja, negros e homens de cor, se for correta as classificações de Gayoso e Spix e Martius. Nesse sentido, a avaliação deste presidente sobre as determinações de Miguel Inácio do Santos Freire e Bruce, impondo a expatriação de europeus solteiros, foi vista como decisão que assustou “probos brasileiros”, uma vez que diminuía de chofre a

⁷⁰ Cf. Alencastro, **O Trato dos Viventes**, especialmente “A Invenção do Mulato”, (2000, pp. 345-53). Ver também Aluizio Azevedo, **O Mulato** (1938), extraordinário romance que discute como poucos a questão do preconceito em torno das origens étnicas dos brasileiros. O herói era filho de traficante português com escrava negra, sabia do pai e desconhecia a origem materna. Momento traumático, de horror e loucura, o do encontro/choque do “mulato civilizado” com a mãe africana enlouquecida no interior da província. Confirmação literária de que na periferia, mais do que no centro, o capitalismo esquizofreniza.

“população branca de um país coberto de escravatura que na cor e imoralidade simbolizava com a população que já desconhecia a lei” (idem, p. 307).

O surgimento de mestiços “homens de cor” (não confundir com “filhos da terra” mestiços ou não) em postos de mando controlados pelas “classes superiores” brancas colocava um problema de auto-afirmação para o novo segmento mestiço das elites “maranhenses”, com dupla face. De um lado, em relação aos “brancos” (em especial os “europeus”, pois muitos destes, agora na condição de “adotivos”, continuavam a ocupar posições de direção nas classes superiores) trataram de contornar o estigma da “cor” de várias maneiras (auto-ilusão, silêncio, condescendência, falsa superioridade, reação crítica: pensamos aqui numa reação como a de Gonçalves Dias.); de outro, em relação aos “homens de cor” das “classes inferiores” tratava-se de fixar outros critérios, que não os da “cor”, como bases da distinção (a cultura letrada, o caráter moral, a posição social e até a condição de senhor de escravos, etc. Seria um caso como o do próprio João Lisboa?).

Foi este o drama social e existencial de “mestiços”/homens de cor como Gonçalves Dias (filho de pai português com mãe de origens indígenas) e “mestiços”/“filhos da terra” como João Lisboa (filho de pais portugueses fazendeiros da Freguesia de N. Senhora das Dores do Iguará, cujo biótipo do “mestiço” é sugerido pela descrição dos aspectos físicos por Henriques Leal)? Neles a aquisição da **cultura letrada** foi meio de afirmação dentro das classes superiores racistas e de distinção perante as classes inferiores de origens negras e indígenas? Dias afirmaria a origem indígena do brasileiro contra o português colonizador (lembre-se da sua apresentação dos **Anais** de Berredo). Lisboa não denegaria a origem portuguesa e tentaria fazer a autocrítica dos seus aspectos bárbaros. Dilemas de um pensamento mestiço? Para eles, afirmar a brasilidade implicava em lidar com o problema da mestiçagem, a qual tinha nas relações com índios e negros dimensões cruciais. O “lusitanismo bárbaro” de João Lisboa, o “indianismo romântico” de Gonçalves Dias e o “naturalismo mulato” de

Aluizio Azevedo tocavam essas cordas estridentes demais para serem ouvidas por famílias que eram ou se pretendiam oriundas de linhagens aristocráticas, européias, civilizadas, brancas. O filho da terra João Lisboa, ao que se pode suspeitar pela **Crônica**, não era bem aceito entre os portugueses de Portugal, embora fosse filho de pais portugueses. O relacionamento com famílias alcantarenses, a rivalidade “surda” com Franco de Sá (alcantarense “genuíno”), o fato de não ter conseguido ascender à condição de deputado geral por dificuldades internas ao grupo político a que se ligou e defendeu, talvez tenha muito a ver com esses problemas de “assimilação” no campo das “famílias distintas”. O que explicaria um pouco sua proverbial “misantropia”. O mestiço Gonçalves Dias (filho de português com uma descendente de índios) vivenciou o problema pessoalmente, quando do seu relacionamento, ou tentativa de, com a jovem alcantarense Ana Amélia. E Aluizio Azevedo, ao lançar **O Mulato**, sofreu forte reação especialmente de grupos como o da Igreja. Não por acaso, são três talvez dos principais nomes da elite intelectual “maranhense” – João Lisboa, Gonçalves Dias e Aluizio de Azevedo – que foram como que excluídos/auto-excluídos pelas famílias alcantarenses e segmentos poderosos das classes superiores. Um no plano político (tornar-se deputado geral com o apoio de Alcântara), outro no plano social (casar com filha de uma família de Alcântara) e outro ainda no campo literário (reconhecimento do romance **O Mulato**).

3 JOÃO FRANCISCO LISBOA E A CRÔNICA MARANHENSE

“A opinião pública e o poder arbitrário são incompatíveis.”
(Benjamin Constant, “Princípios de Política”, p. 611).

3.1 NA TEIA DOS LEITORES

Não raro, a idéia que formamos de uma obra é condicionada por determinadas leituras acumuladas em camadas ao longo do tempo. Daí a importância de saber quem foram os leitores e como leram e perceberam a obra de João Lisboa ¹. Integram essas percepções as visões sobre a **Crônica**. Nos domínios dos estudos e das percepções da obra de João Lisboa, duas leituras se destacaram: a “antiga” de Antônio Henriques Leal e a “moderna” de Maria de Lourdes Mônaco Janotti ². O destino da obra de João Lisboa, porém, perpassou vários grupos-gerações de leitores, desde aqueles que escreveram estudos específicos da “vida e obra” até os que abordaram um ou outro aspecto, passando pelos que fizeram uso da obra como fonte ou observações rápidas em notas de pé de página ou mesmo elaboraram verbetes para dicionários bio-bibliográficos. Sem pretender esgotar a compreensão da “comunidade dos leitores” de João Lisboa, e tendo em vista aqui o foco da pesquisa em um dos seus jornais, vamos delinear um quadro e uma perspectiva de análise. Na história da

¹ Trata-se da idéia de “comunidade de leitores”. Nos termos de Michel de Certeau: “Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los. A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente esquece e esquece), ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido” (1994. pp. 269-70). Roger Chartier analisa esse trecho em a “Comunidade de leitores”. In: CHARTIER, R. **A Ordem do Livro** (1998).

² LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense** – ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos pelo Dr. Antônio Henriques Leal. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987. 2 tomos. A biografia de João Lisboa acha-se no tomo II, pp. 297-387; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo, Editora Ática, 1977.

transmissão cultural da obra de João Lisboa é possível divisar quatro grupos-gerações principais ³, correspondentes a momentos da construção da sua memória, marcados, quase todos, por acontecimentos simbólicos: 1) a cerimônia do enterro em São Luís, em 1864; 2) as cerimônias em torno da estátua, desdobradas em dois instantes: 2.1) o da transferência dos restos mortais da Igreja do Carmo para o local, na praça com seu nome, onde seria erguida sua estátua, em 1911; e 2.2) o do levantamento da estátua, em 1918; 3) a cerimônia do centenário do falecimento, ocorrida em São Luís, em 1963.

Na primeira fase, compreendendo a dos contemporâneos de João Lisboa, destacaram-se os seguintes nomes: Joaquim Franco de Sá, Francisco Sotero dos Reis, Candido Mendes, Frederico Augusto Pereira de Moraes, Francisco Adolfo de Varnhagen, Francisco Otaviano da Silva Rosa, Joaquim Manoel de Macedo (necrológio, Revista do IHGB), César Augusto Marques, Antonio Gonçalves Dias, Frederico José Correa e Antônio Henriques Leal. Entre estes, o estudo de Antônio Henriques Leal, reconhecido como **biógrafo** de João Lisboa, distinguiu-se como base da canonização não apenas da obra como da figura de João Francisco Lisboa. A influência dessa leitura na cristalização da imagem pública de João Lisboa foi tão forte que se tornou mais que referência obrigatória, alvo inevitável para qualquer estudo crítico.

João Lisboa morreu em 1863, aos 51 anos. Em 1864/65, Antonio Henriques Leal e Luiz Carlos Pereira de Castro editam e publicam as “Obras Completas de João Francisco Lisboa”, em quatro volumes, pela tipografia Berlamino de Mattos ⁴. Em 1865, por acórdão da Câmara Municipal de São

³ Veja **Palavras-chave** (pp. 191-93), de Raymond Williams, onde os vários sentidos da palavra foram resumidos. O sentido mais próximo aqui é aquele em que se põe ênfase no “caráter distintivo de uma época ou de um conjunto de pessoas em particular”. Em nosso caso, os diversos grupos de leitores cujo “caráter distintivo” constituiria os modos como leram a obra de João Lisboa em diferentes “períodos” da História do Brasil.

⁴ “Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão; precedidos de uma notícia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal. - Editores e revisores Luiz Carlos Pereira de Castro e o Dr. A. Henriques Leal”. Este é o título da primeira edição (de parte) das

Luís, a rua do Egito, onde João Lisboa residiu, passou a chamar-se Rua João Lisboa, medida desaprovada pela vereação seguinte (Leal, 1987, p. 11, nota 11). Em janeiro de 1868, o cronista autodenominado Pietro de Castellamare, em sua “chronica interna”, no **Semanário Maranhense**, noticiava a chegada ao Maranhão dos retratos de Gomes de Sousa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Lisboa, doados pelo próprio autor, o “jovem” Horacio Tribusy. Afirmava sobre os retratos que estavam “perfeitamente acabados e recommendão-se todos quatro tanto pela semelhança como pela delicadesa do pincel” (**Semanário Maranhense**, anno I, nº 21, p. 8).

obras de João Lisboa. Graças à solicitude e o interesse de Marcos Galindo, pudemos examina-la numa das salas da Biblioteca Central da UFPE. Essas obras estavam num depósito, literalmente, onde por acaso ele as encontrou. As obras foram publicadas em quatro volumes, o primeiro em 1864 e os outros três em 1865. Pelo índice podemos ver a seguinte distribuição dos assuntos. O primeiro volume é dedicado às eleições; no segundo tem-se a primeira parte dos “Apontamentos” (História do Maranhão); no terceiro, a segunda parte; no quarto e último volume os “editores e revisores” puseram a biografia de Vieira e outros estudos (folhetins, biografia de Odorico Mendes, escritos políticos). Escreveram ainda a seguinte “Advertência”, que aqui transcrevemos: “Para commodidade do leitor dividimos a obra em quatro volumes. Os três primeiros contêm onze dos doze numeros do bem conhecido e apreciado **Jornal de Timon**; no quarto e ultimo reunimos á **Vida do Padre Antonio Vieira**, obra póstuma de Lisboa, o que sobre este mesmo assumpto, e a propósito de índios, havia escripto no décimo numero do já citado **Jornal de Timon**. Incluímos também neste volume a biographia do Snr. Manuel Odorico Mendes, o discurso que como deputado á assembléa provincial do Maranhão pronunciou, em 1849, por occasião de discutir-se a proposta para impetrar-se do governo imperial a graça de amnistia para os revoltosos de Pernambuco, os folhetins que publicou os títulos de **Festa dos Remédios**, **Festa dos Mortos**, **Theatro de S. Luiz**, e alguns outros trabalhos de crítica e política.

“À frente do primeiro volume vae a biographia de João Francisco Lisboa, composta por um dos dous amigos do auctor incumbidos de dirigir a impressão de suas obras, o doutor Antonio Henriques Leal, que, porque escrevia de contemporâneo, e de um que tomou grande parte nas nossas tam renhidas luctas políticas, teve não poucas vezes de reprimir a penna com receio de offender susceptibilidades.” (pp. V-VI)



Fonte: Moraes, 1992.

A sacralização de João Lisboa (na acepção da palavra, pois foi sepultado dentro de uma igreja) teve momento determinante no cerimonial do enterro em São Luís, quando a figura do imortal começou a ser criada ⁵. De um lado, os registros médicos e epistolares da morte agônica em Portugal, de outro, a produção da imortalidade na cerimônia e nos discursos fúnebres. Como contraponto, no primeiro momento lembramos o folhetim a “festa do morto” (ou “procissão dos ossos”). Lisboa agora era o “morto” e os “vivos” estavam ali a homenageá-lo. De modo algum naquele folhetim sua visão apontava para a idéia da morte como “festa”, ali utilizada para ser objeto da crítica. Mas do que festa, sua visão talvez apontasse para a morte como “teatro” (tema de outro folhetim seu). “Timon” não foi jogado na vala como os negros, escravos ou não, mas, enterrado no altar mor da Igreja do Carmo, assistido por aproximadamente seis mil pessoas; tal como indicadas neste folhetim, cargas pesadas de ressentimento atravessavam a relação entre o ilustre morto e os vivos (leia-se: “maranhenses”). Talvez fosse o caso de lembrar, ainda, trecho de Condorcet citado por João Lisboa no primeiro número da **Crônica Maranhense**, quase uma epígrafe do programa doutrinário desta folha, onde era dito: “E se, apesar de todas as virtudes, te vires alguma hora atravessado pelo ferro das facções, lembre-te ao menos, descendo ao túmulo, (e essa lembrança te consolará) quão diverso que és dos teus algozes, e que antes quiseste ser vítima que opressor” (1969, 1ª parte, p. 4). Traços de ressentimento ressaltam nas últimas cartas de João Lisboa e mesmo em artigos de jornais publicados pelos amigos. Suas cartas e o relato de Henriques Leal sugerem que, intuindo o fim, ele não pretendia morrer e ser enterrado em Portugal, mas no Maranhão. Depois de morto, a viúva providenciou o traslado do corpo. Isso demorou um ano. Lisboa morreu em 1863 e foi enterrado em 1864. Segundo os registros, o tom do enterro foi de **solenidade**. Em artigo publicado no jornal, Leal afirmou que “todos mostraram grande empenho em tornar este ato o mais solene possível” (1987, p. 385). Tratava-se de inscrever a “lembrança dos maranhenses gratos e que sabem prezar suas glórias” (idem, *ibidem*). E,

⁵ Nesse sentido, vale a pena analisar o discurso de Sotero dos Reis, assim como o necrológio de Joaquim Manoel de Macedo.

com efeito, aqueles que se puseram á frente da cerimônia de enterro procuraram explicitar o gesto da gratidão e, sobretudo, do reconhecimento do morto como uma das “glórias” do Brasil e do Maranhão. O velho mestre e adversário político, Sotero dos Reis, várias vezes em seus discursos enfatizou o relevo nacional do “comprovinciano”: “todos os maranhenses perdemos no Sr. Comendador Lisboa não só um comprovinciano, mas um dos brasileiros mais distintos por seus talentos, instrução e relevantes serviços prestados às letras” (idem, p. 386). No entanto, em vida, João Lisboa queixava-se da falta de reconhecimento na província, indicada pelo fracasso das vezes em que seu nome concorreu a uma vaga de deputado geral ou de senador. Henrique Leal confirmava isso ao dizer: “Afora um ou outro justo apreciador de seu subido merecimento, os maranhenses o votaram ao ostracismo” (idem, p. 383). (Esse “ostracismo” é, mais que contraponto, o avesso complementar da “espirituosidade” observada por Veríssimo). Segundo Henriques Leal, isso se devia ao fato de João Lisboa se recusar a ceder ás “solicitações e imposições” do jogo partidário para, em troca, obter um “diploma de deputado” (idem, *ibidem*). Em carta de julho de 1861 dizia Lisboa que enquanto da corte havia recebido “duas únicas provas de consideração” – a condecoração que não havia pedido e a comissão para pesquisa em Portugal – “da minha Província e dos meus absolutamente nada, a não ser boas palavras, e não duvido mesmo que excelentes desejos, que infelizmente o destino não tem consentido que sejam coroados de bom êxito” (Niskier, 1986, p. 64). E aludindo ao uso político da “ingratidão dos Maranhenses” dizia na mesma carta:

[...] depois de exuberantes elogios nos jornais, com duras invectivas à ingratidão dos Maranhenses, que me deixam no esquecimento, aparecem os meus amigos com os seus 200 e 300 votos, sempre eleitos para alguma coisa, senão para tudo, e posto que tudo fosse tentado, eu sempre tenho sido honrado com as minhas dúzias de votos (em 1836 tive, creio que um ou dois) e na cauda ou coice da besta, abaixo dos mais vis e objetos tratantes, em parte agora felizmente emigrados (idem, *ibidem*).

Em seu discurso, Sotero dos Reis tratava de justificar a situação – de um homem de letras de renome nacional não estar ocupando cargo político à

altura – com o argumento genérico de que enquanto em Portugal e na França os homens de letras eram escolhidos para altos cargos, “não têm entre nós outra recompensa de seus trabalhos, ou dos relevantes serviços que prestam ao país, senão a glória; não podem aspirar às vantagens na vida civil”. Havia para Henriques Leal um “estigma” a combater: o do esquecimento e da ingratidão dos comprovincianos para com um ilustre maranhense. Com as “honras póstumas” tratava-se de atenuar a “reprovação vindoura” a uma província que, em geral, não deu provas de reconhecimento dos méritos do morto (Leal, 1987, pp. 384-85).

O enterro na capela-mor da Igreja do Carmo; a concessão de dois contos para a impressão das obras; a entrada do brigue **Angélica 1^a** com vergas cruzadas seguido por todos os navios no porto; o não funcionamento da Assembléia Provincial no dia do enterro; a ida dos deputados à rampa para recepção e acompanhamento do féretro até o jazigo; a criação de uma comissão para dar os pêsames à viúva; o acompanhamento por “muitos cavalheiros distintos”, em escaleres, do barco que transportava os restos mortais de João Lisboa do brigue até o porto (“partiu na frente do préstito o escaler coberto de crepe, que conduzia o corpo para terra, seguindo-se o em que vinham os inspetores da tesouraria e da alfândega, o do capitão do porto, e após os das demais pessoas”); a conservação das vergas cruzadas pelos navios mercantes durante os dias em que o cadáver permaneceu a bordo do **Angélica 1^a**; o desfile em terra do préstito...

indo às arcas os Srs. F. Sotero dos Reis, Luís Carlos Pereira de Castro, Fernando Pereira de Castro, Martinus Hoyer, Olegário José da Cunha, João Pedro Ribeiro, Inácio Nina e Silva, João Gonçalves Nina, Lourenço de Castro Belfort e o Dr. Antônio Henriques Leal... e cercando o féretro os deputados provinciais e as comissões das diversas sociedades literárias e beneficentes... (idem, pp. 385-86).

da capital; o número de pessoas e as instituições e tipos de autoridades que acompanharam o caixão (“O largo do Palácio e praias próximas estavam literalmente apinhadas de povo, e para mais de seis mil pessoas, entre elas

o corpo dos Educandos Artífices, de que fora protetor, e as primeiras autoridades, civil e policial”); pronunciamento de discursos fúnebres pelos Srs. Tenente-Coronel Fernando Luís Ferreira, Eduardo A. de M. Rego (membros da comissão do **Ateneu Maranhense**) e o Sr. Dr. João Bernardino Jorge; a alocução dirigida pela comissão da Assembléia à viúva, em sua casa, depois do depósito do caixão na Igreja; as várias missas e ofício fúnebre antes do sepultamento na capela-mor da igreja dos Carmelitanos às nove horas do dia seguinte (idem, pp. 385-86). Henriques Leal, com esses atos, dizia sentir-se ufanado como maranhense, pois demonstravam que tanto seus concidadãos quanto estrangeiros “souberam honrar” as cinzas do “distinto maranhense”; fazia questão de indicar que tudo fora “ato espontâneo” (provavelmente se referia á presença das pessoas, pois diz que nem a viúva e nem o irmão do finado fizeram convites e também evitaram sinais de “pompa” ou “ vaidade humana” no saimento, como indicaria o fato de não se cantar durante o transporte e nem dentro da igreja e não se pintar de preto o seu forro) (idem, p. 387).

Sem querer extrair mais que a leitura permite, nesse enterro é possível entrever algo do “cortejo de triunfo” benjaminiano mencionado na conhecida tese 7 de “Sobre o conceito de história”:

Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais [...] o que ele [o materialismo histórico], com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seu criadores, mas, também, à corvéia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (Benjamin, 2005, p. 70).

O enterro de João Lisboa na São Luís de 1864 teve muito de um “cortejo de triunfo” do tipo acima indicado. Sem se tratar de figura das classes dominadas, ao contrário, o corpo ali velado não deixava de ser paradoxalmente o de um “vencedor vencido”. Para os dominadores, seus despojos compunham as expressões exatas de um “bem cultural”. Procuraram, porém, evitar a percepção do “horror” presente na “origem” do mencionado “bem cultural” (a “obra” produzida pelo morto). Um bem que não era produto apenas dos esforços do “gênio” – como estabeleceu romanticamente Henriques Leal – mas também da “corvéia anônima” dos contemporâneos, vários dos quais estariam ali acompanhando o cortejo. Para este, vale como luva a seguinte formulação: “Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro.” Parece-nos difícil ler a obra de João Lisboa e pensar a história da sua transmissão como se fosse apenas a de um “documento da cultura”. Esta é a visão característica do programa daqueles que não apenas participaram como comandaram o cortejo triunfal, ponto de partida da transformação de João Lisboa e de sua obra, produtos de uma relação de reflexo e reflexão com o horror da barbárie, em documentos (e monumentos) da cultura. É desse ângulo que o espanto de José Veríssimo em relação à espirosidade dos maranhenses se torna compreensível:

Decididamente, os maranhenses daquele tempo eram homens de espírito, pois que leram esses opúsculos, e longe de haverem amaldiçoado e vaiado seu autor, e o escorraçado da província, o admiraram até o ponto de, morto ele, fazerem do seu enterro uma solenidade pública e votarem dinheiro para se lhe reimprimirem esses mesmos folhetos em que eram tão despiedosa, e verazmente, tratados... (1998, p. 108).

Nisso tudo havia algo daquilo que Deleuze e Guattari, pensando num outro contexto as relações entre Estado e “sábios”, viram como “canalhive organizada”: reapropriação e enquadramento das “maquinazinhas desejanter” (s/d, p. 245). Contudo, o “sábio” João Lisboa não era um

membro dos “vencidos” (no sentido dado por Walter Benjamin, e que, em nosso caso, seriam os escravos e camponeses), mas um vencedor (igualmente no sentido de Benjamin), um “agente integrado da integração” (Deleuze e Guattari, *idem*, p. 246). De certo modo, no cortejo, era homenageada uma figura que os seus organizadores sabiam que lhes pertencia. Por certo, havia coerência nos discursos de Sotero dos Reis. Contudo, o “vencedor” ali homenageado e monumentalizado era também um “vencido”. É esse aspecto, deliberadamente relegado ao esquecimento, como João Lisboa queixava-se em vida, que ao mesmo tempo dava à sua figura um caráter de presença incômoda entre pares.

Questão importante, neste momento, foi a da polêmica, que não houve, entre João Francisco Lisboa e Francisco Adolfo de Varnhagen em torno do tema dos índios (os “vencidos” por excelência). A polêmica foi componente essencial dessa fase de construção da memória de Lisboa, na medida em que apontou para diferenças de opiniões em torno do valor da sua obra. Portanto, o momento da morte de João Lisboa foi ao mesmo tempo o da consagração da obra e da figura, mas também de críticas. Mais interessante ainda por haver se dado em torno de tema central para a elite letrada do império: a questão dos índios e do indianismo ⁶. Gonçalves de Magalhães havia publicado **A Confederação dos Tamoyos** (1857) e José de Alencar **O Guarani** (1857). Em 1858, em Portugal, João Lisboa publicara enfim a segunda parte do **Jornal de Timon**, onde criticava as posições de Varnhagen sobre os índios, fazendo uma espécie de mea-culpa em relação às suas idéias na primeira parte. Varnhagen havia também lançado o segundo volume da **História Geral do Brasil** (1857), colocando em confronto a visão dos indianistas e a do maior historiador do Império. O debate chegou a envolver a participação até de dom Pedro II. Na verdade, no caso de João Lisboa não chegou a se configurar exatamente uma polêmica entre ele e Varnhagen, pois a plaqueta – **Os índios bravos e o Sr. Lisboa** (1867) – impressa em 1862, só foi publicada em 1867 (quatro anos

⁶ Veja Puntoni, “O sr. Varhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira” (2003, pp. 633-675).

após a morte de Lisboa), em Lima, justificada, segundo o historiador paulista, pela notícia da “assaltada”, no Javari, à Comissão de Limites Brasilico-Peruana (10/11/1866). E o estudo que saiu logo depois da publicação da segunda parte do **Jornal de Timon** – supostamente do cunhado de Varnhagen (o português Frederico Augusto Pereira de Moraes) – **Diatribes contra a timonice do Jornal de Timon Maranhense acerca da História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen** (Lisboa, 1859) – não chegou ao conhecimento de João Lisboa, que morreu sem conhecê-lo ⁷. A polêmica ocorreu entre seguidores ou admiradores dos dois historiadores, especialmente na resposta de Antônio Henriques Leal a Frederico Augusto Pereira de Moraes, no **Pantheon Maranhense**. Leal acreditava que “Diatribes” era escrito pelo próprio Varnhagen. Na Província do Maranhão, a repercussão da polêmica trouxe à tona diferenças locais, como em relação a César Marques, um dos “desafetos” de João Lisboa (Niskier, 1986, p. 106), que teria divulgado “Os Índios Bravos”. Segundo Clado Ribeiro Lessa, César Marques

falava mal de seus comprovincianos em geral, e particularmente do autor do Panteon Maranhense (Henriques Leal) e da panelinha de amigos e admiradores de João Francisco Lisboa, que se arrogavam o papel de Mesa Censória de província e assegura que, por não se querer submeter à sua petulante tirania literária, era por eles perseguidos, e mais ainda, por ser possuidor do folheto Os Índios Bravos, e o ter dado a ler a meio mundo, do que não se arrependia (Niskier, 1986, p. 106).⁸

Além do aspecto passional e violento dos debates entre os letrados, ficam indicadas as diferenças de concepção histórica entre o programa da **História Geral**, um programa cumprido, e o programa “monográfico” do **Jornal de Timon**, um programa não cumprido. Diferenças sobre as quais tinha precisa consciência Francisco Adolfo de Varnhagen, como expôs em **Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa**:

⁷ O texto foi impresso mas não publicado. Há autores que o dão como de José de Alencar, que o teria escrito para defender Varnhagen (Carvalho, 1995, p. 15).

⁸ A “panelinha” literária foi aspecto ressaltado por Frederico José Correia em seu **Livro de Crítica sobre o Pantheon Maranhense**.

Que a *História Geral* havia sido escrita antes do que cumpria, visto que o que mais importava era ter monografias. É o que se deduz do prólogo de *Timon*, pág. X. Mas o que o censor não diz é como se adviriam os nossos monógrafos sem alguma luz que os guiasse, tal como a que o censor (particularmente em suas cartas) confessa que encontrou nas páginas da *História Geral*. (Niskier, pp. 102-03).

O fato é que os últimos anos de João Lisboa, até sua morte, e os anos seguintes, até a publicação dos trabalhos de Varnhagen e de Leal, foram marcados por dois tipos de juízos sobre ele e sua obra: um negativo, outro positivo. No primeiro, foi julgado como “mau esposo”, “mau filho” (por ter “denunciado... sua mãe como estelionatária”), mal agradecido, traidor, “rábula dos Maranhões”, “crítico de léguas”, “Catilina maranhense”, “gamela do Maranhão”, “Aristarco de batoque”, “negrófilo gamela”, epítetos, estes últimos, que visaram marca-lo como expoente do chamado “patriotismo caboclo”, contra o qual Lisboa se posicionara já na primeira parte do “Jornal de Timon”. (Leal, pp. 367-374; Puntoni, pp. 663-669). No segundo, a exemplo do de Sotero dos Reis no **Curso de Literatura Portuguesa**, era avaliado como “engenho extraordinário”, “prozador brasileiro dos mais distintos”, “belo typo moral”, “historiador profundo e eloqüente” (Obras de JFL, 1901, pp. 616-56). A polêmica que não houve entre Varnhagen e Lisboa produziu um lugar comum das análises e avaliações posteriores sobre João Lisboa ligado à sua condição de historiador. Topos das análises sobre Lisboa, a comparação com o historiador sorocabano sugere a idéia de que se o paulista foi efetivamente o maior historiador do império, João Lisboa, pelo seu domínio superior da escrita, visão e espírito crítico mais apurado, seria potencialmente o verdadeiro “sucessor de Robert Southey”.

A segunda fase correspondeu ao grupo-geração do final do século XIX e começos do XX, tempo que já foi definido como de “invenção das tradições”⁹. Neste grupo, destacaram-se nomes como Capistrano de Abreu, Silvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Viriato

⁹ Cf. Hobsbawm e Ranger, **A Invenção das Tradições**, esp. cap. 7, para uma contextualização.

Corrêa, Sacramento Blake, Theophilo Braga, J. Lúcio de Azevedo, Pedro Lessa, Ribeiro do Amaral, Clodomir Cardoso, Manuel Fran Paxeco, Antonio Lobo, Nascimento Morais, Barbosa de Godois, Carlota Carvalho. Todos reconhecem o valor de João Lisboa e sua obra. As diferenças situam-se entre aqueles que reconheceram “sem crítica” (caso exemplar de Ribeiro do Amaral) e os que reconheceram com senso crítico e compreensivo (casos de Capistrano de Abreu, João Lúcio de Azevedo, Carlota Carvalho e principalmente José Veríssimo). O grupo se compõe dos setores da crítica literária (Academia Brasileira de Letras e Academia Maranhense de Letras) e da historiografia (IHGB e IHGM). José Veríssimo, talvez o receptor mais importante de João Lisboa nesta geração, propôs uma cadeira João Lisboa na ABL. Ribeiro do Amaral fez o mesmo na Academia Maranhense de Letras (AML). Wilson Soares foi o proponente da sua cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (Antologia da AML, 1958, p. 20). Nesta ocasião, em 1901, foi publicada em Lisboa, pela tipografia Mattos Pereira & Pinheiro, em dois volumes, como reedição, as **Obras Completas de João Francisco Lisboa**. Em São Luís, em 1918, publicou-se o **Livro Comemorativo da Inauguração da Estátua de João Francisco Lisboa**, pela Imprensa Oficial. Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, o ano de 1918 significou “uma referência importante para os textos sobre Lisboa, pois é quando se inaugura em São Luís uma estátua em sua homenagem, gerando o maior número de apreciações sobre o autor” (1996, p. 85, nota 53). Essa geração deu mais um passo na construção da memória de João Lisboa, ao providenciar a retirada dos restos mortais da Igreja para a praça (esse contraponto entre igreja e praça sinalizaria para uma simbologia, como se houvesse a necessidade nos tempos da república, da separação entre Estado e Igreja, de desvincular a figura de João Lisboa da sombra da Igreja?). Na proposta de Viriato Corrêa (conterrâneo nascido em Pirapemas, mesma localidade onde nasceu João Lisboa), de 8 de abril de 1911, ficou decidido que os restos mortais de João Lisboa “seriam removidos da Igreja do Convento do Carmo, onde se encontravam desde 1864, para local destinado a receber o monumento” (Niskier, 1986, p. 74). A intenção fora comemorar o centenário de nascimento daquele que já era

considerado como o “maior prosador nacional” (idem, *ibidem*). Em 1911, os restos mortais foram transferidos para a praça, lugar onde a estátua seria erguida, sendo levantada em 1918. Dando conta da cerimônia de remoção da igreja para praça, noticiários diziam: “a parte da Praça João Lisboa em que se vai erigir a estátua do notável historiador, foi galhardamente embandeirada, formando um quadrado, em que flutuava o pavilhão das principais nações” (idem, *ibidem*). Do caixão diziam:

Os restos mortais de João Lisboa estavam num artístico caixão de madeira, estilo romano, forrado de cetim, com guarnições de bronze niquelado, trabalhado na casa de Parada & Gomes. Era coberto pelas bandeiras nacional e maranhense (idem, *ibidem*).

A cerimônia contaria com as presenças da elite local e da “grande massa popular”. Os organizadores do “préstimo cívico” foram Barbosa de Godois e Domingos Barbosa. Discursaram Ribeiro do Amaral – o presidente da Academia Maranhense de Letras – e Antônio Lobo. Ribeiro do Amaral enfatizou novamente o topos do “esquecimento” de João Lisboa, inclusive em comparação com outros nomes como os de Gonçalves Dias e Odorico Mendes. Percebeu a cerimônia como ato de retirada dos seus restos da “frialdade e da escuridão de um túmulo para a apoteose deslumbradora daquela glorificação” (idem, p. 75). Saindo da igreja para a praça, Lisboa teria em “vez do silêncio e da paz da morte, o rumor e o bulício da vida que passa; em vez duma lousa tumular, o céu profundo e azul do Maranhão” (idem, *ibidem*). Por último falou o Governador, Dr. Luiz Domingues, distinguindo as figuras de Gonçalves Dias e de João Lisboa como poeta e prosador que “levaram... mais longe a luz e o brilho” (idem, p. 76). O morto virou estátua.

Capistrano de Abreu fez diversas referências positivas a João Lisboa, contribuindo, com a autoridade do historiador, para sua inserção no cânone historiográfico nacional. Em carta a Paulo Prado afirmava: “João Francisco Lisboa é um dos mais vigorosos espíritos do Brasil. Com razão o Maranhão orgulha-se de ser sua pátria.” (Abreu, 1977, pp. 420-21). Tratando, num pequeno estudo sobre o visconde de Porto Seguro, das descobertas feitas

por este numa área e período da história colonial pesquisada por João Lisboa, o Estado do Maranhão no século XVII, escreveu Capistrano:

Ainda no século XVII, há uma parte que Varnhagen estudou com cuidado e em que se lhe não deve pouco: é a história do Estado do Maranhão. Aí ele fez algumas descobertas importantes – *A descrição* de Heriarte, por exemplo – e teve, além disso, um espírito que nunca deixou de pungi-lo, - o grande João Francisco Lisboa. (1975 p. 135).

E, ao final desse estudo, retomando o lugar comum dos paralelos entre Varnhagen e Lisboa, escreveu:

Há alguns anos, quando não havia rebentado a luta entre os dois, Lisboa escrevia que a história do Brasil, depois do livro de Varnhagen, não seria novamente escrita tão cedo. As palavras de Timon se vão verificando: o trabalho é muito grande, as facilidades não são pequenas, e, além disso, os homens que poderiam tomá-lo a si, vão desaparecendo. (idem, p. 136).

É que para Capistrano cada século exigia aptidões especiais, e só Varnhagen as tinha, embora não inteiramente. E arremata:

Só dois brasileiros poderiam escrever a história de nossa pátria melhor do que ele o fez – Joaquim Caetano da Silva com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gosto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossímil; e João Francisco Lisboa, com seu modo abundante, com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, com seu pessimismo previdente, com a intuição que fervilhava de suas páginas.
Seriam dois belos livros, se fossem escrito.
Não o foram: voltemos ao visconde de Porto Seguro (idem, ibidem).

Capistrano revelou em artigo após a morte de Eduardo Prado, seu forte interesse por Antônio Vieira e sua insatisfação com os estudos sobre o grande jesuíta, inclusive o de João Lisboa:

Nem uma das biografias até ali escritas... satisfazia [a Eduardo Prado], a de André de Barros tão pouco como a de Alexandre

Lobo ou João Lisboa, para elevar-se à altura do assunto julgava preciso conhecer minuciosa e exatamente a história do Brasil e de Portugal e pelo menos nas linhas fundamentais balizar as correntes que simultaneamente conjugavam as águas européias. Isso nenhum dos biógrafos do padre fizera... (Rodrigues, 1988, p. 66).

Augusto Victorino Alves Sacramento Blacke traçou o seguinte perfil biobibliográfico de João Lisboa no seu **Diccionario Bibliographico Brasileiro** (1895):

Filho de João Francisco de Mello Lisboa e dona Gertrude Rita Gonsalves Nina, nasceu em Itapicurú-mirim, província do Maranhão, a 22 de maio de 1812, e falleceu em Lisboa a 26 de abril de 1863. Sua educação litteraria foi um pouco descurada por seus paes que eram lavradores, mas ainda que tarde e quase que só a esforços seus, fez em pouco tempo vários estudos de humanidades e dedicou-se ao jornalismo, onde grangeou honrosa nomeada pelo espaço de dez annos, pugnando por um dos partidos políticos do império, do qual se retirou completamente por conhecer a má vontade dos seus correligionários quando em 1840 se apresentava candidato á uma cadeira na câmara dos deputados. Havia elle já sido deputado á assembléia provincial na primeira legislatura e desempenhado cargo de secretário da presidência. Dando-se depois disto á advocacia, veio á corte em 1855, e foi depois incumbido pelo governo imperial de ir á Portugal colligir documentos relativos á história pátria, o que satisfazia com todo zelo, já tendo escripto alguns trabalhos, e enthesourando preciosos materiaes para outros, quando o surprehendeu a morte. Era comendador da ordem da Rosa e membro do Instituto histórico e geographico brasileiro. Delle se occuparam vários escriptores que podem ser consultados, principalmente o de A. Henrique Leal no seu Pantheon Maranhense. Escreveu:

- **O Brasileiro**: periódico político, hebdomadário, Maranhão, 1832 – Começou a sair a 23 do agosto, e limitou-se a poucos números até novembro. **O Brasileiro** sustentava as mesmas idéias do **Pharol Maranhense**, fundado em 1829, e suspenso por se achar foragido seu redactor, amigo e cunhado de Lisboa que, sabendo da morte de seu amigo, (vide José Candido de Moraes e Silva) fez parar o **Brazileiro** e publicou:

- **Pharol Maranhense**. Maranhão, 1832 a 1833, in-fol – Começou a 1 de novembro daquelle anno e terminou em dezembro deste.

- **Echo do Norte**. Maranhão, 1834 a 1836, in-4° - Começou a 3 de julho de 1834.

- **Chronica Maranhense**. Maranhão, 1838 a 1840, in-fol - Começou a publicar-se a 2 de janeiro de 1838 e terminou a 17 de dezembro de 1840, sempre em lucta com a **Revista**, redigida por Francisco Sotero dos Reis.

- **Jornal de Timon**. Maranhão, 1852 a 1854, 2 vols. In-8° - E' uma série de folhetos em que se fulmina com a sátira e com o ridículo "o vício, o desregramento, a vaidade" e também dam-se notícias sobre a história pátria etc. Com o **Jornal de Timon**

adquirira Lisboa desaffectedos. Se pronunciára elle contra o methodo, proposto por Varnhagen em sua Historia geral do Brazil, para a catechese e civilização dos índios bravos, e isto deu motivo ao apparecimento em Portugal de um opúsculo com o titulo: “*Diatribes* contra a timonice do *Jornal de Timon*, maranhense, acerca da História do Brazil do Sr. Varnhagem, Lisboa, 1859” por Erasmo, anagrama de Moraes, ou Frederico Augusto Pereira de Moraes, e a que o mesmo Varnhagem escrevesse: “Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º, pelo autor da Historia geral do Brazil. Apostilla e nota G. aos números 11 e 12 do *Jornal de Timon*, contendo 26 cartas do jornalista e um extracto do folheto contra a timonice etc., Lima, 1867”.

- *Apontamentos*: noticias e observações para servirem á história do Maranhão. Lisboa, 1858 – Este volume, do 429 pags. In-8º, contém os ns. 11 e 12 do *Jornal de Timon*, e teve ainda uma edição no Maranhão, 1864.

- *Biographia* de Manuel Odorico Mendes – Vem na Revista contemporânea, tomo 4º, outubro de 1862, págs. 329 a 353 e na Revista do Instituto histórico, tomo 38º, 1875, parte 2ª págs. 303 a 337.

- *Projecto apresentado* á assembléa legislativa provincial do Maranhão, pedindo a S. M. o Imperador amnistia geral para os nossos irmãos pernambucanos; Discussão na tribuna e na imprensa, etc. Rio de Janeiro, 1850, 24 pags., in-4º.

- *A vida do Padre Antonio Vieira* – que é o que se póde consultar de mais completo e authenticos de tudo quanto se tem dito acerca do immortal orador; vem de págs. 8 a 488. Foi impressa em seprado, e teve varias edições. O primeiro vol. Das obras, traz o *Jornal de Timon* até o 4º opúsculo; o segundo até o n. 10, o terceiro os ns. 11 e 12 o quarto a vida do padre Antonio Vieira, biographia de Manuel Odorico Mendes, Folhetins etc. (1970, p. 433-35)

Na terceira etapa, conforme nossas pesquisas, os nomes que mais se salientaram foram Santiago Clarindo, Elmano Cardim, Peregrino Jr., Clado Ribeiro Lessa, Arthur Motta, Renato Jobin, Mário Meireles, Agrippino Grieco, Josué Montello, Otto M. Carpeaux, M. de Oliveira Lima, José Honório Rodrigues, Antonio Candido, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré, Francklin de Oliveira, Álvaro Lins, Otávio Tarquínio de Sousa, Luís Costa Lima, João Alexandre Barbosa.

Neste, por assim dizer, terceiro grupo-geração, saiu em 1944 no suplemento literário **Autores e Livros** do jornal **A Manhã** avaliações sobre historiadores, entre os quais João Francisco Lisboa. O jornal era porta-voz do Estado Novo e começou a circular em agosto de 1941. O seu suplemento literário foi estudado por Ângela de Castro Gomes em **História e**

Historiadores, especialmente no capítulo “Os historiadores de Autores e Livros”. A análise confirma o lugar comum da comparação Varnhagen/Lisboa e a “visão contrastante” sobre os dois autores. Neste tópico, os dois eram vistos como “desbravadores” da História do Brasil e “verdadeiros antípodas”. Varnhagen, o “homem do mundo”, pesquisador “erudito”, conhecedor imbatível dos “documentos”, autor de obra extensa; Lisboa, o “homem da província”, narrador arguto da “experiência”, renovador do estilo e das análises históricas, dono de obra pequena e de qualidade. Um lugar menos comum de comparação, mas que aparece em **Autores e Livros**, segundo as análises da historiadora, foi o estabelecido em relação a Capistrano de Abreu pelos seus leitores, os quais o consideram o “maior historiador brasileiro”, por combinar rigor metodológico e competência narrativa. João Lisboa, pretendendo operar com documentos e interpretação, seria o “precursor” mais próximo de Capistrano, mas, por outro lado, muito distante em função do “moralismo”, desejo de fazer “crítica dos costumes”, “sentido ético-pedagógico”, “verdade ética” e “convicções políticas” que orientavam sua obra. Ao contrário de Lisboa, Capistrano alcançaria, em suas pesquisas, visão capaz de produzir uma “relação dialética” sobre a história, sem determinismos geográficos ou raciais e nem voluntarismos da ação humana, em que tudo transcorria no tempo, inclusive o espaço. Vale ainda assinalar dois outros tópicos comuns sobre a figura de Lisboa e sua obra em “Autores e Livros”: 1) ele seria por excelência um “publicista e político” que, desde 1840, “ralado de desgostos” com a política provincial, tornou-se um “escritor-historiador”, sem escola e já maduro; 2) na sua história da província ele falava, de fato, de todo o Brasil. (Gomes, 1996, pp. 78-87; 90; 94; 98).

Na **Teoria da História do Brasil** (1949), José Honório Rodrigues classificou João Francisco Lisboa, junto com José Feliciano Fernandes Pinheiro, Joaquim Felício dos Santos, o Barão de Studart e Oliveira Lima, como um dos “melhores e mais autênticos representantes” da história

provincial ou estadual (1978, p. 152) ¹⁰. Nelson Werneck Sodré, em nota bibliográfica da sua **História da Literatura Brasileira** (1938), traçou o seguinte perfil:

João Francisco Lisboa (1812-1863) nasceu em Itapicuru, província do Maranhão, e fez os seus estudos em S. Luís. Iniciando atividades comerciais, cedo as abandonou pelo jornalismo, pelas letras e pela política, em que a sua posição foi sempre a de um liberal. Autodidata, fez toda a sua cultura na província e só no fim da vida a deixou, quando foi ao Rio de Janeiro e, daí, a Lisboa, pesquisar documentos históricos, vindo a falecer na capital portuguesa. No *Jornal de Timon*, cuja publicação iniciou em 1852, exerceu a crítica histórica e reconstituiu a vida do interior e das cidades da região. Deixou: *Jornal de Timon*, 2 vols., S. Luís, 1852-1854; *Apontamentos, Notícias e Observações Para Servirem à História do Maranhão*, Lisboa, 1858, e *Vida do Padre Antônio Vieira*, Rio, s.d. Os seus trabalhos foram reunidos por Antônio Henriques Leal, nos quatro volumes das *Obras*, publicados no Maranhão, entre 1864 e 1865; os três primeiros reúnem o *Jornal do Timon* e o último a biografia do Padre Vieira, a de Manuel Odorico Mendes, os folhetins, os discursos, os artigos políticos. João Francisco Lisboa é uma das grandes figuras da primeira fase do romantismo, exercendo, da província, influência ponderável nos meios intelectuais do tempo, particularmente através das polémicas em que teve parte. Escritor correto, não mereceu ainda o escritor crítico e biográfico que há de situá-lo na posição a que fez jus.” (2002, p. 283, nota 69)

Nos anos 1940 e principalmente 1960, os escritos de João Lisboa, na forma de “obras” ou “trechos” escolhidos ganharam algumas edições importantes, sinalizando certa retomada de interesse pelas suas idéias. Vale destacar duas publicações, pelo menos. Em 1946 as **Obras escolhidas** (2 volumes), com seleção e prefácio de Otávio Tarquínio de Sousa, na coleção “Joaquim Nabuco”, direção de Álvaro Lins, e, em 1967, **João Francisco Lisboa – Trechos Escolhidos** publicado pela Livraria Agir Editora, na coleção “Nossos Clássicos” sob a direção de Alceu Amoroso Lima, Roberto Alvim Corrêa Jorge de Sena, com apresentação de João Alexandre Barbosa. Em 1969, pelo Departamento de Imprensa Nacional, o Museu Histórico

¹⁰ No anos 1980, re-enfatizaria Lisboa como contraponto liberal à historiografia conservadora de Varnhagen: “A memorável nota de João Francisco Lisboa ‘Sobre a Escravidão e a *História Geral do Brasil*’ de Varnhagen não somente o reprova como restabelece na historiografia brasileira a linha generosa do pensamento liberal brasileiro em relação aos índios, imolados e exterminados pelos colonos portugueses, e estes por ele louvados” (1988, p. 15).

Nacional publicou vários artigos do jornal **Crônica Maranhense**, na coleção “Estudos e Documentos” (dois volumes). No Maranhão, o Departamento de Cultura do Estado, em 1963, publicou pela Imprensa Oficial o **Livro Comemorativo do Centenário de João Francisco Lisboa**.

Se parece difícil neste período mencionar um nome que houvesse se destacado enquanto estudioso da obra de João Lisboa, que o retirasse da condição de “clássico esquecido”, não se pode negar a elaboração de alguns ensaios penetrantes de crítica historiográfica e literária, tais como os de Otávio Tarquínio de Souza, Álvaro Lins, João Alexandre Barbosa, Luiz Costa Lima.

Destacando a questão da formação do intelectual “autodidata” (ou melhor, das “formas” assumidas pelo “autodidatismo” em Lisboa, um “amador” nada “simples”), Otávio Tarquínio de Sousa viu em João Lisboa um dos primeiros exemplos das “vocações intelectuais” que vingaram por si mesmas ¹¹. A nosso ver, o centro da análise do historiador é o seguinte:

O autodidata maranhense não foi um **simples amador**, um mero curioso. Sozinho, é certo, sem mestres que o orientassem, sem universidades que lhe abrissem rumos, travou um duro e voluptuoso combate, virilmente, e venceu-o, e fez-se por si um dos grandes escritores do seu país e de sua língua. (1946, p. 14, **negrito nosso**)

Para ele, o **Jornal de Timon** é livro que merecia estar entre o que de melhor se escreveu no Brasil. “Nele estão presentes, simultaneamente, sob disfarces de sarcasmo e de ironia, um pensador político, um moralista de costumes, um historiador.” (idem, p. 14). O historiador relaciona as condições histórico-sociais da província do Maranhão já apontadas por José Veríssimo, para ressaltar, no entanto, o elemento pessoal, importante na história da transformação do “menino doentio e o rapaz sempre enfermiço, obrigado a trabalhar aos quinze anos como caixeiro de casa comercial, num

¹¹ Sílvio Romero já dissera coisa semelhante ao observar que o “espírito” de João Lisboa obedeceu particularmente a uma “lógica interior” ou “força irresistível da vocação”, o que faria dele o escritor brasileiro que melhor se prestaria ao “estudo da personalidade” (2001, p. 326-27).

homem de larga cultura, num autêntico escritor [...]” (idem, p. 8). Abandonando a categoria do “gênio” e chamando a atenção para o “imponderável do fator pessoal”, o historiador humaniza mais o curso intelectual de João Lisboa. Ao escritor (do jornalismo político, da crítica de costumes e do ensaio histórico), em cujo surgimento pesaram as circunstâncias histórico-sociais e em especial o fator pessoal, Otávio Tarquínio justapõe a condição do “homem público” (capacidade de servir, desapego de cargos, firmeza de convicções), a do “animal político”. O escritor João Lisboa, embora produto da vontade pessoal tenaz, era sumamente preocupado com as questões coletivas. Esse homem público que se deu por inteiro ao “seu país e ao seu tempo” era “por natureza um moderado”, característica graças a qual foi um dos que contribuíram para que o Brasil, durante as regências, não caísse nem na “anarquia dos demagogos” nem no “despotismo dos chefes militares”. Homem público e de cultura cada vez mais abrangente, o desencanto com a “vida pública” do país e a incompatibilidade com o meio provincial resultou no “isolamento” e na “misanthropia” que, por sua vez, o levou a buscar “consolo na pregação pessimista e moralizante de Timon” (pp. 09-11). Nesse tópico da luta do “homem superior” contra o “provincianismo” do meio, João Lisboa saíria vitorioso, fazendo do “pessimismo” uma virtude.

Superando o político malgrado e o jornalista sem meios mais amplos de realização, Lisboa fêz-se o moralista satírico do *Jornal de Timon*, o historiador consciencioso dos *Apontamentos para a História do Maranhão*, o biógrafo severo do *Padre Antônio Vieira*, ele, que numa das formas mais curiosas do seu autodidatismo, já se improvisara em advogado – rábula como o grande Antônio Pereira Rebouças – ganhando respeito, fama e dinheiro (1946, p. 12).

Nestes termos, o historiador agia como “político que se realizava retrospectivamente”, empregando na “reconstituição do passado o que não pôde dar, por circunstâncias extraordinárias, ao serviço do seu tempo e do seu país.” (idem, p. 9). Em seguida, Tarquínio discute o juízo de Veríssimo de que João Lisboa era “clássico por excelência”. No entanto, nisso próximo a Lins, atribui aí um sentido que vale demarcar e que entronca na sua idéia do João Lisboa “autodidata”. Era justamente tal

condição que lhe possibilitou, ao assumir a forma do “moralista” e do “historiador”, participar na condição de “observador” de “todos os lances e peripécias”. Ou seja, ainda nos termos do nosso historiador, e numa linha próxima à da idéia de “crítico” de Álvaro Lins (que se exporá logo à frente), João Lisboa pode, naquela condição,

pintar tão ao natural o quadro das lutas políticas do seu tempo, pôr em cena os atores de tôdas as categorias, despojados das vestes que iludem os espectadores menos maliciosos, sem que lhe faltasse nunca a flama de solidariedade ou de interesse própria do verdadeiro crítico, censor ou reformador. (1946, p. 13).

João Lisboa “soube possuir os assuntos de que se ocupou e fecundá-lo ao calor de sua inteligência e de seu coração”. Nele, em suma, a condição histórica e social do autodidata e das suas formas várias explicava a singularidade do crítico e de sua extraordinária capacidade de penetração na matéria social e nos seus personagens. Otávio Tarquínio de Sousa mostrava aí uma capacidade de compreensão do crítico que havia em João Lisboa. Lamenta, por isso, que ele não viesse a realizar o projeto de escrever sobre a escravidão no país (1946, pp. 08-14).

No capítulo “Personagens na Tormenta das Derrotas” do seu **A glória de César e o punhal de Brutus**, Álvaro Lins intitula João Lisboa como um tipo de “intelectual desdenhoso”. Aí o caracteriza como “clássico”, retomando a idéia de José Veríssimo do “clássico por excelência”, mas a definindo num sentido diferente. Este “clássico” foi para Lins “o primeiro espírito crítico em ação da literatura brasileira”, uma espécie de “São João Batista”, “precursor” dos Sílvios Romeros, José Veríssimos e Tobias Barretos. João Lisboa expressaria a “presença de um espírito crítico no movimento de uma literatura que ainda não gerara a verdadeira crítica literária”, embora sua obra não fosse sistemática, arquitetural, profunda, original, grandiosa. Dotado do senso das proporções, seria incapaz de fazer comparações despropositadas como teria feito o Cônego Fernandes Pinheiro ao comparar “Gonçalves de Magalhães com Byron, Victor Hugo”. “Cabeça fria”, não se deixava “lograr pela aparência de nenhuma glória por mais

brilhante e ruidosa que seja”. Lins viu especialmente na “forma” da escrita de João Lisboa, pela sua atualidade, aquilo que faria dele um “clássico da língua” e geraria uma “sensação de deslumbramento” quando confrontada com a dos seus contemporâneos (Varnhagen, Norberto de Souza, Pereira da Silva, Sotero dos Reis, Cônego Fernandes Pinheiro, José de Alencar). Cita como exemplos os folhetins “A Procissão dos Ossos” e “A Festa de N. S. dos Remédios”. Vê no “isolamento” de João Lisboa não o efeito da “misantropia” ou da “raiva pueril” contra a política ou do “silêncio macerado”, mas o movimento de distanciamento necessário para alcançar aquele estado de ânimo “especialmente propício a tudo ver, compreender e explicar”. Não como “misantropo”, mas “realista” “lúcido e satírico” capaz de traçar quadro da política provincial com as “proporções de um quadro de tôda a política brasileira”.

Não pertencendo a nenhum partido, podia vê-los a todos nas fraquezas que os aproximava como se fossem um só; não estando animado de nenhuma paixão imediatista, punha-se em condições mais favoráveis para se apaixonar superiormente como um íntegro sêr humano desacorrentado de interêsses e cálculos do partidarismo.(1963, p. 308)

Viu no **Jornal de Timon** sua obra critica mais elaborada, caracterizada por aquela “liberdade interior” que permitiria ao “espírito crítico” lançar-se em campo e operar como um “demônio em ação”¹². (1963, pp. 303-309).

¹² Álvaro Lins percebeu ainda que, como prosador, aproximava-se dele apenas “Manuel Antônio de Almeida, estilisticamente valorizado, porém, em outro plano diferente do seu” (1963, p. 305). De fato, esse paralelo precisaria ser aprofundado, pois certamente permitiria ampliar a compreensão da obra de João Francisco Lisboa, em particular do **Jornal de Timon**, que, aliás, começou a ser publicado no mesmo ano (1852) em que saía **Memórias de um Sargento de Milícias**. Para análises densas deste romance, em relação às quais aquele paralelo poderia ser elaborado com ganhos reais, veja de Antonio Candido, “Dialética da Malandragem” (1998, pp. 19-54), e de Roberto Schwarz, “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’” (1979, pp.133-154). Não temos condições aqui de desenvolver essa análise, mas talvez sugerir que enquanto o romancista transpôs para o plano da “forma” literária o princípio da dialética da malandragem, em Lisboa, a transposição (no caso do “romance histórico” sobre as eleições no Maranhão) dizia respeito a um princípio de ação política “arbitrária” das classes dominantes que, por sua vez, estaria na base de um mundo violento e da sua capacidade quase infinita para assumir as mais diferentes máscaras, algo como uma “potência do falso” às avessas praticada por figuras que chegou a definir como “homens de mil diabos” (lembre-se do personagem de ficção “Dr. Afrânio”, mas pode-se lembrar também do modo como apresentou a figura histórica de Vieira como “padre-cortesão”, curiosamente o mesmo que percebera o Maranhão colônia como terra em que se mentia com as palavras, obras e pensamentos). Esse

Vale principalmente atentar para e se estender sobre os textos de Luis Costa Lima e João Alexandre Barbosa, os quais, por ângulos diferentes, apontaram novos elementos teóricos e críticos para a análise da obra de João Lisboa, cuja leitura permanecerá mais ou menos a mesma desde o artigo fundamental de José Veríssimo¹³.

O texto de Costa Lima, aliás, parece dialogar principalmente com a interpretação proposta por José Veríssimo. João Lisboa é pensado como “escritor de ruptura, quebrando o legado neoclássico por uma ideação realista” (1986, p. 280). Embora se ressinta de mais de uma inexatidão nas informações históricas (como a de confundir a revolta de Beckman com a Balaiada), ele é decisivo na virada de interpretação sobre João Lisboa, e é isso que vamos acentuar aqui. Sua análise começa por situar no “caráter não-metropolitano consciente” de uma obra de qualidade e atual como a de João Lisboa as razões do “estranho privilégio” de ser um “clássico” ignorado por histórias da literatura brasileira escritas pela “ótica sulista”. Lisboa sofreria o preconceito de ser considerado “provinciano” (como autor que, só muito tarde partindo para a Europa, teria optado por ficar na província, envolvido em suas misérias locais, enquanto todos corriam para a Corte). Contra essa visão depreciativa o autor começa por argumentar que, como percebera Veríssimo, “nas constantes trapalhadas daquele Maranhão cabia inteiro o Brasil da época”. Com o avanço da crítica nos estudos sobre o Brasil, Costa Lima acreditava que João Francisco Lisboa iria “convergir para o eixo das indagações”, o que exigiria um trabalho prévio de “mapeamento” de uma obra que se desenvolvia com base em

problema, digamos, da “falsificação” e, mais que isso talvez, da fratura das formas da aparência oriundas do poder arbitrário, ilícito e violento das classes superiores, até onde imaginamos, se assemelha a um princípio de organização do texto mencionado. Traidor da classe, o próprio Timon funciona, enquanto “narrador fictício” ou “narrador de pessoa”, como o “moralista encoberto” que se investe da mesma “potência do falso” para desventrar o “mal”. Talvez o folhetim “Teatro São Luiz” seja o que mais explicita esse aspecto.

¹³ Os textos são os seguintes: “João Lisboa – Moralista e Político”, de José Veríssimo; “Apresentação”, de João Alexandre Barbosa, a “João Francisco Lisboa – Trechos escolhidos” (1967); “João Francisco Lisboa: a presença da ruptura” (1967), de Luis Costa Lima. Veja também deste autor, “Do Neoclassicismo ao Romantismo” (1986, pp. 287-307).

“fulcros centrais diversos e simultâneos”, destacando-se dois: o “historiográfico e o ficcional”. Nesta obra, porém, a passagem de um fulcro a outra se faria “naturalmente”, por acúmulo de “densidade”. Ao mesmo tempo historiográfica e ficcional, ela fundava-se sobre um “mesmo ponto modal”, o desejo do autor de “ensinar a lição da história” aos contemporâneos, uma espécie de mania e que Veríssimo reconheceria como o seu “moralismo”. Segundo Costa Lima, esse traço caracterizaria melhor o “princípio de comunicação” ou a “intenção pública” do autor, limitada ao início do **Jornal de Timon**, por sua vez definida não como a do “historiador” (pois Lisboa sabia que não poderia inovar no campo da história geral das eleições), mas a do “pedagogo” e, no limite, a do “moralista”. Esse “ponto modal”, presente no texto, seria, porém, previamente corroído e alargado pelo emprego da “represada ironia”, o que faria de Timon uma “figura alegórica” com dupla carga: a do moralista e a do “realismo maior que por ele ficcionalmente se exprimirá” (idem, pp. 287-89).

Para Costa Lima, o “narrador fictício” que domina o texto das eleições no Maranhão não é “historiador”, pois enquanto este “narra de pessoas”, aquele “narra pessoas” (segundo a distinção de Anatol Rosenfeld). Como tal, sua característica é se “colocar dentro do personagem” (idem, p. 303). Embora a “riqueza” com que João Lisboa construía tal narrador não lhe fosse consciente, a densidade com que ele se tornou presente fez com que a sua obra, na prática, fosse além da figura (teórica) do moralista (idem, p. 289). Lisboa foi assim compondo, através de um Timon “ladino e experimentado” (e não “misantropo”), uma abordagem realista caracterizada pelo uso da “candidez irônica” como meio de rasgar “de golpe o real significado” das coisas, da “minuciosa análise íntima”, da recusa da “nota emotiva”, da frase “medida, pausada, irônica, cortês”, da produção, “dentro da frase”, de um “correlato” de realidade por “acumulação” (idem, pp. 301-02). Não era o caso, portanto, de “criação melancólica de um misantropo”. O “moralista” se limitava à primeira parte (eleições gerais) da obra e se justificaria pela “carência bibliográfica” e

pelo domínio de uma “ética abstrata absoluta a julgar os povos e os tempos”. Na segunda parte (eleições no Maranhão) essa “mania” seria ultrapassada. Porém, no estudo sobre Vieira, onde dissociaria as figuras do religioso e do “cortesão”, Costa Lima vê novamente a presença do “moralismo”.

O jogo, a indiferença com a mentira, a busca de justificar-se e de usar de dois senhores sem se comprometer por definitivo com nenhum [posto em prática por Vieira], tudo isso amarguraria o analista, que não teria menos exemplos atuais e em volta de si a deixá-lo alerta contra as falsidades. (1986, p. 291)

Se alcançaria desmistificar o mito vieiriano, sua “tese do padre-cortesão” não seria necessariamente correta, pois não conseguira apreender a “dialética” da prática política desenvolvida pelo padre português. Prática inspirada na concepção barroca e realista de uma história polifacética para a qual a ética, ao se mundanizar, tornava impossível distinguir “com perfeição as luzes das sombras” e tornava-se flexível e sinuosa. Teria Lisboa, incapaz aí de uma “visão estrutural da história”, confundido a “dialética” de Vieira com o “embuste” ou a “hipocrisia”? Por outro lado, se lhe faltou realismo no exame do Vieira cortesão, soube apreender a figura “quixotesca” de Jerônimo de Albuquerque, combinando os planos do imaginário e dos acontecimentos. Jerônimo, aliás, seria a “primeira manifestação ficcional” de Lisboa. Outra seria Manuel Beckman, assim como as massas. Da mesma forma o presidente da província Anastácio Pedro, uma das personagens inventadas no texto das eleições no Maranhão. Em todos, eram entrelaçados os planos da história e da ficção, gerando por “densidade” uma “realidade dramática” na qual não se saberia distinguir o historiador e o ficcionista. Neste entrecruzamento, “o *plus* do imaginário... adensa o plano da historicidade” (idem, pp. 290-99).

O narrador fictício, diz ainda o crítico, não se apresenta em toda a obra de João Lisboa, ainda que “Timon” integre o título de toda ela. Mas, alerta Costa Lima, não é a mesma coisa o “autor dos folhetos” e o “narrador fictício”. Este aparece, sobretudo, no “romance histórico” das eleições na

província e nos folhetins, nos quais o “autor” transferiria para o “narrador” a responsabilidade pelo que ali se escreveu, restando saber por quais razões. Um primeiro motivo ligar-se-ia à necessidade de usar uma “linguagem esópica” para, desse modo, evitar referências diretas a fatos e pessoas que poderiam se sentir “vítimas” e se transformarem em “perseguidoras”. Essa “cautela pessoal” explicaria a “razão do procedimento”, mas não a da sua “relevância”. O segundo motivo, mais preciso, seria a passagem do autor por um “momento de **agon**”, isto é, momento em que foram postos “à prova os elementos constitutivos da ‘consciência real’” de João Lisboa, levando-o a elaborar uma “consciência possível” da sua classe e do seu tempo ¹⁴. O ponto final de Costa Lima é o seguinte: João Lisboa conseguiu “brechar” a “pressão inconsciente” (consciência real) da sua comunidade, atingindo o plano da sua “consciência possível”. Isto se daria pela “ficção” – pela criação “inconsciente” do narrador fictício -, uma vez que o campo historiográfico estaria sob o domínio do “moralismo” e de uma concepção tradicional. Por meio do narrador fictício João Lisboa pode romper com o “sistema frásico dominante” (retórico, verborrágico, romântico), tornando-se neste campo figura de “antecipação” (ou de ruptura). Em suma, o Timon, narrador fictício (aquele que “narra pessoa”), seria criação “natural”, por efeito de densidade do cruzamento dos planos do acontecimento e do ficcional, surgida no momento agônico de passagem do autor da “consciência real” para a “consciência possível”. (idem, pp. 303-04)

Em Alexandre Barbosa, a análise da singularidade de João Lisboa feita a partir da idéia furtadiana da “falsa euforia”, que caracteriza o contexto histórico do país e da província, e a questão do lugar do “grupo

¹⁴ Veja Lucien Goldman (1976, pp. 94-103). A “consciência possível” é definida em relação à “consciência real” de um grupo ou classe social. Ela apontaria para o “máximo” de conhecimento possível de ser atingido sob determinadas condições históricas e sociais. Seria um tipo de consciência mais abrangente, expressão das “possibilidades objetivas”, dos “limites”, ou melhor, dos limites “impensados” de uma classe. Nestes termos, Lisboa, através de sua obra, teria alcançado esse “limite” em relação à sua classe e à sua província. Paradoxalmente, João Lisboa atingiria a “consciência possível” da sua classe sem consciência do seu “método”, o do “narrador ficcional”.

maranhense” na formação da literatura brasileira. Na curta e densa “apresentação” a **João Francisco Lisboa – trechos escolhidos** indica inicialmente o quadro histórico mais amplo do escritor, marcado por intensas contradições entre forças tradicionais e forças liberais. Neste momento em que era decidido o destino histórico dos movimentos sociais de tipo liberal, a província do Maranhão catalisou, de modo particular, as contradições expressas pelo clima de “falsa euforia” apontado por Celso Furtado, vivendo intensamente as contradições entre a “decadência” econômica e o controle de uma “máquina administrativa e política” sustentada nos expedientes eleitorais mais imediatos. Embora vivesse uma fase superficial de avanço cultural compensatório em meio às contradições econômicas e sociais, nela surgiram literatos de tipos variados: biógrafos plutarquianos, tradutores de Homero, poetas de cunho tradicional ou de feição marginal, publicistas e historiadores de “visão e forma inusitados” (1967, pp. 5-7). “João Francisco Lisboa, por entre a reflexão e a participação, fazia ecoar todo esse complexo devir da História do seu tempo.” (idem, p. 8). Mais do que Costa Lima, João Alexandre sugere um modo de ler a obra que leve em conta simultaneamente a “força do escritor”, do seu texto, e sua “adequação de circunstância”. A “visualização da realidade histórico-social” é questão chave para um tempo em que designa com o da **idade da crítica** (idem, p. 8). Seu ponto de partida era também a condição de “obra esquecida”, a de João Lisboa, no campo dos estudos críticos da formação cultural brasileira, indicadas pelas duas únicas edições publicadas cem anos depois da primeira (1864-65): a edição portuguesa de 1901 e a antologia de 1946. Eram raras as exceções (Veríssimo, Pedro Lessa, Tarquínio, Franklin de Oliveira). Acreditava que à medida que a “idade da crítica” avançasse, o conhecimento sobre João Lisboa, sua obra e o seu tempo avançaria. Considerando este tempo como decisivo para a formação da “nacionalidade brasileira”, escreve sobre trajetória do escritor de um modo que lembra diretamente a noção de “imagem nervosa” elaborada por Antônio Candido para caracterizar a figura de Sílvio Romero ¹⁵:

¹⁵ Que, de seu lado, já percebera algo parecido em relação a João Lisboa ao escrever

o escritor evoluiu e atuou sob os primeiros arroubos dessa formação. E não tirou o corpo de lado: ao contrário, vibrou por inteiro sob os choques, marchas e contramarchas dos acontecimentos. E sua obra foi de tal modo determinada por estas circunstâncias que o seu estudo não pode prescindir de uma consciência sempre alerta para com elas. (1967, p. 9).

Assim, indicando que a crítica da obra deveria ser ao mesmo tempo literária e histórica, apontou para um programa de estudos. Nos seus termos, apenas um trabalho crítico, procurando “fundir as dimensões de execução literária e o rastreamento das implicações sócio-históricas estará fadado a, pelo menos, fazer aflorar tal complexidade.” Em primeiro lugar, deveria considerar que aquela “obra esquecida” era “obra histórica” e “plurifacetada”, compreendendo jornalismo político e polêmico, folhetim, biografia e pesquisa histórica. Em segundo lugar, quanto aos textos, o primeiro aspecto que chama a atenção é o “caráter objetivo das análises, descrições e argumentos”, o que levaria a uma característica chave do pensamento de Lisboa. Nele, o “particular e o concreto” são alvos de um embate sem tréguas e as “generalizações são sempre referidas a um transfundo de realidade cotidiana vivida e lucidamente experimentada” (e

que sua “obra é-lhe um comentário da vida ou, melhor, a vida é um comentário de sua obra.” Era a capacidade rara de ir ao cabo das questões que fez de João Lisboa, segundo Sílvio Romero (talvez exagerando), o “único historiador nosso em cujas páginas se sentem palpitar algumas das agitações da alma popular, algumas das pulsações do coração da nacionalidade que se ia e vai formando.” (2001, p. 329). Veja de Antonio Candido “Dentro do texto, dentro da vida” (1989, pp. 101-121), texto vivo sobre Sílvio Romero que ajuda a situar também o caso João Lisboa e as suas “contradições em profundidade”. Com este mesmo sentido, veja principalmente “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”, de Paulo Arantes (1992, pp. 229-261), onde, numa aproximação ao problema da “formação da *Formação*” e da suas “providências” (teoria pela porta dos fundos, formação da rotina e o papel do segundo escalão, ímpeto planejador), discute a originalidade de Antônio Candido que, educado na “escola de Machado de Assis”, “aprendeu mesmo foi com as falhas de formação dos predecessores cujos achados modestos também soube fixar e sublimar.” Machado, por sua vez, nos termos de Roberto Schwarz resumidos por Arantes, por “imitação em profundidade” da lógica social interna, transformando-a em “procedimento narrativo”, pode realizar o feito de formular o “ponto de vista prejudicado da periferia” contornando o drama dos desencontros entre as dimensões da exceção “local” e da norma “universal” por procedimentos de “acumulação” e “comparação” e repasse crítico de uma nos termos da outra (idem, pp. 240-41). Veja ainda para um aprofundamento da história sugerida pela aproximação de Paulo Arantes, o estudo detalhado de Leopoldo Waizbort, *A passagem do três ao um* (2007), onde a “renúncia à completude”, a “compreensão” como “forma quase misteriosa de penetrar no objeto estudado” e a questão dos vários “realismos” são analisadas como características das obras de Antonio Candido.

que chamaríamos de vocação consciente para o concreto). João Lisboa se achava de tal modo entranhado na “realidade circundante”, que o leitor para chegar a ele – ao seu “retrato moral” – tinha de obrigar-se a passar por aquela. Daí a exploração das cenas históricas gerais como “metáfora” para dar conta do caso concreto. Tal característica de pensamento se originaria no “travo realista” de João Lisboa, o qual, embora fosse acentuada pelo tom de “melancólica ironia” da sua expressão, não mancharia o fim principal da descrição objetiva do assunto. Neste autor a “erudição histórica” não é “façanha”, mas recurso sempre a serviço desse objetivo e sempre subordinado à descoberta de novos “acordes” sugeridos pela sua inserção na “experiência social, política e histórica”. Exemplo importante seria a biografia do padre Vieira, de onde sairia um “acorde” de sentido oposto à criação de mitos que era a marca do seu tempo (idem, pp. 9-11).

Dada a constatação nos texto de Lisboa de uma vocação para o concreto, Alexandre Barbosa recorre também a Lucien Goldman para entendê-lo como “consciência possível”. Problemática (esta de que a obra de Lisboa representaria uma espécie única de conhecimento máximo acerca da sua realidade) que já teria sido vislumbrada por Veríssimo. É por aí, por ser expressão de um “limite”, que ganharia coerência o que o autor chamou de “disfarce da personalidade”. João Lisboa tornar-se-ia um **moralista encoberto**, expressão mascarada do escritor que, por sua vez, só ganharia mesmo coerência última quando referida ao seu tempo e ao seu “sistema de incitações e respostas”. O que envolveria situá-lo em relação ao seu grupo-geração, o chamado “grupo maranhense”, por sua vez localizado na situação histórica da “falsa euforia” percebida por Celso Furtado, com dupla conseqüência: 1) uma situação econômica de exceção no conjunto das províncias; 2) o fortalecimento interno de um regime de mando “coronelístico” estruturado sobre “posturas falsas” e um “estado de relações sociais” de interesse da metrópole. Diante deste quadro, o mencionado grupo de intelectuais reagiria congregando-se, segundo nosso autor, em torno da “abstratizante figuração de uma elite literatizada e culta, *ateniense*”, cujos exemplos expressivos seriam os trabalhos de Henriques

Leal, Sotero dos Reis e Odorico Mendes. Ora, ao que parece, diz o autor, a obra de João Lisboa foi aí “vibração inusitada”, apresentando resposta diversa para o referido problema, como já teriam observado Veríssimo, Sodré e Candido, os quais atinaram em Lisboa com a crítica dura aos “atenienses”, ao “indianismo”, ao “coronelismo”. Em função desse tipo de resposta, inclusive, é que Veríssimo teria estranhado o tipo de “receptividade” dispensada pelos contemporâneos de Lisboa á sua obra. (idem, pp. 11-12)

No entanto, apesar da percepção dos autores mencionados, segundo Alexandre Barbosa (e com nossa concordância) faltava ainda uma “visão de síntese” sobre Lisboa, sua obra e seu contexto. Para o autor, esta visão localiza-se nas “razões” que levaram o escritor à “alegoria da história” devido sua situação. João Lisboa se singulariza pela capacidade de denunciar o “clima de falsa euforia” da sua província. Denúncia que é operada levando em conta dois aspectos: 1) a elaboração de uma visão objetiva e realista do contexto histórico; 2) a “série de formulações ou posições estilísticas” a que deu margem. A configuração estilística da sua posição “liberalista” radical é de tal maneira que vista “parcialmente” daria a impressão de uma “normalidade de postulação” na medida em que se insere na “perspectiva” de uma geração que aceita “normalmente” a figuração ateniense induzida pela falsa euforia. Porém, esta inserção visa “possuir com clareza” os fundamentos falsos da euforia com todas as suas conseqüências – em particular o seu reverso (a “decadência de um sistema capaz de ilimitar o homem em sua tendência para o mal”) para que João Lisboa pudesse situar historicamente a si e a sua Província alcançando a compreensão “realista”. A descida ás profundezas do falso implicaria o “disfarce da personalidade” – metamorfose do autor em Timon, o misantropo – produzido em face da “impossibilidade” de desprender os “impulsos contrários ás pressões conservadoras”. O falso é atingido através da “alegoria da história”, isto é, da fusão intencional entre os planos da história e da ficção (algo que, a nosso ver, lembra o que Glauber Rocha faria tempos depois no seu filme “Terra em transe”). Como explicita

Alexandre Barbosa: “... na descrição das fraudes eleitorais... o processo narrativo... ultrapassa os limites da reportagem histórica pela constituição de ambientes, caracteres e relações que antes se diriam componentes de uma obra romanesca”. Para ele, a “viagem para Portugal”, nesse sentido, implicou num “câmbio de perspectiva” que levou à “clarificação do seu ser” e da sua realidade (idem, pp. 14-15).

Nas últimas três décadas do século XX, saíram novas publicações das obras de João Lisboa ¹⁶. Ressaltaram os nomes de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Alfredo Bosi, Wilson Martins, Arnaldo Niskier, Hildon Rocha, Jomar Moraes, Rita Santos, Ângela de Castro Gomes, Fernando Segismundo, David Treece, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Evaldo Cabral de Mello, Ilmar Rohloff de Mattos, José Murilo de Carvalho ¹⁷.

¹⁶ Em 1976, pela editora Vozes, de Petrópolis, e o INL, de Brasília, publicaram na coleção “Dimensões do Brasil”, dirigida por Hildon Rocha, **Crônica do Brasil Colônia: Apontamentos para a História do Maranhão**. Em 1984, saiu pela editora Francisco Alves, do Rio de Janeiro, e o INL, de Brasília, também na coleção “Dimensões do Brasil”, a **Crônica Política do Império**, com introdução e seleção também de Hildon Rocha. Em data não identificada, mas neste período, foram publicados pela editora Alhambra, em gráfica de Brasília, na coleção “Documentos Maranhenses”, sob a direção de Jomar Moraes, o **Jornal de Timon e Obras de João Francisco Lisboa**. Em 1995, em São Paulo, a Companhia das Letras publicou **Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão**, com introdução e notas de José Murilo de Carvalho. Em 2004, o Senado Federal publicou uma edição, apresentada pelo seu presidente, o senador José Sarney, de partes do **Jornal de Timon**, correspondentes também ao tema das eleições e dos partidos.

¹⁷ Vendo o Timon como o desencanto de João Lisboa, para o autor de **A Construção da Ordem**, o liberal dotado de percepção humana “envolvia-se todo na política” e sofria o drama do descompasso entre ideal e realidade vivido pela sua geração, enquanto o moralista mostrava “desgosto” pela política, vendo o ser humano como “ser hobbesiano” e se mostrava pouco capaz de “compreensão sociológica” da realidade, limitando-se à denúncia lúcida dos problemas políticos (como a banalização do crime) e à conclusão “infeliz” sobre a “incapacidade de auto-reforma da população maranhense” (1995, p. 25). Nota que a Balaiada, assunto caro na trajetória de Lisboa, não comparece no **Jornal de Timon**. Esse moralista hobbesiano em alguns momentos foi capaz de ver ressurgir o velho João Lisboa liberal que lhe permitiria dar toques de humanidade à política. José Murilo deixa inicialmente no ar uma explicação sobre o surgimento do Timon: “Talvez se devesse ao fato de que a disputa política em si tornara-se mais tranqüila. Liberais e conservadores, ou melhor, bem-te-vis e cabanos, tinham chegado a um *modus vivendi* sob a garantia da alternância no poder dada pela Coroa. (...). Talvez se devesse à frustração pela dificuldade que um simples jornalista sem diploma de curso superior encontrava em subir aos postos mais altos de chefia. Talvez se devesse ao simples cansaço, ou à vontade de deixar a província em busca de horizontes menos acanhados.” (idem, pp. 12-13). Mas, na verdade, sugere uma explicação. A dúvida do Timon sobre o sistema representativo era produto do “descompasso entre o ideal e a realidade” vivida por uma geração de liberais (Evaristo, Ottoni, Vergueiro) para os quais a “reforma política... caminhara à frente da reforma social” (idem, p. 22). Nem todos os liberais seguiram esse caminho. Uns se bandearam para o campo conservador

Destaca-se aí, sem dúvida, **João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador**, de Maria de Lourdes Mênaco Janotti, trabalho notável que representa a primeira, e até agora única, tentativa de buscar uma larga compreensão histórica dos motivos que levaram ao **Jornal de Timon** e, aí dentro, ao amadurecimento de João Lisboa como historiador pragmático¹⁸. Inspirada em Antônio Candido e atenta ao texto rico e sugestivo de Alexandre Barbosa, elaborou compreensão rigorosamente histórica e historiográfica de João Francisco Lisboa e sua obra a partir da problemática da “formação”. Com isso pôde, de fato, redimensionar o debate sobre o autor desde as análises de Antônio Henriques Leal e José Veríssimo. Sua “hipótese de trabalho” funda-se na premissa (que norteava também as análises de João Cruz Costa sobre a história do pensamento brasileiro) de que a compreensão do sentido cultural da Historiografia brasileira só poderá ser alcançado “mediante seu enquadramento na evolução histórica do pensamento brasileiro, na ordem social e política que a preside e na estrutura econômica que atua sobre ela.” (1977, p. 11). A partir desta “hipótese” é que define, como sua “intenção”, o estudo da obra de João Lisboa. Como escreve, indicando um ponto de vista que também é nosso:

A obra de João Francisco Lisboa não é uma manifestação isolada na literatura historiográfica, mas um dos elementos explicativos do processo onde se acham conjugados a

(Vasconcelos, Torres Homens), outros se ajustaram às condições concretas da luta (Lopes Gama) ou temperaram “desencanto com... adesão teimosa” (Ottoni). Lisboa abandonou a política e foi estudar história, onde chegaria a “recuperar algo do seu liberalismo”.

¹⁸ Doutorado em História Social, realizado nos anos de 1968-1970, na Universidade de São Paulo, sob orientação de Eduardo D’Oliveira França. Defendido em 1971 com o mesmo título do livro publicado em 1977. Importa lembrar que por esse tempo (1973) Fernando Novais defendia sua tese de doutorado **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)** e cujo orientador era o mesmo de Maria de Lourdes M. Janotti. Isto nos ocorre não apenas pelo orientador em comum, um estudioso do século XVII português, mas porque de certo modo o João Lisboa historiador que surge da pena da historiadora dá a forte impressão de um “precursor” remoto daquilo que o historiador Fernando Novais estaria, enfim, mais de século depois, na conjuntura política feroz dos anos de chumbo, destrinchando, agora com plena consciência teórica: o antigo sistema colonial e o seu sentido.

independência recém-adquirida, a agitação interna das províncias na época da Regência, o respeito pela autoridade monárquica, as concepções culturais dos maranhenses da época, assim como a tradição da crônica, característica da mentalidade colonial em oposição às exigências ‘científicas’ da Historiografia moderna. (idem, p. 12).

Na passagem das obras dos cronistas para a dos românticos vê o surgimento de outro sistema historiográfico no Brasil, com objetivos, público, linguagem (temática, tratamento) diferentes. As primeiras pertenceriam à “tradição colonial portuguesa” e as segundas à nova tradição “científica” pós-independência, embora coexistissem. A nova historiografia era “empenhada” e “nacional” à medida em que representava “deliberadamente a consciência histórica de um povo”. Nesse processo formativo, começado com a independência, desenvolvido na regência, Varnhagen seria o momento da “maturidade” (idem, pp. 14-17). João Francisco Lisboa faria parte de uma

[...] geração que se encontra entre a tradição e o futuro incertamente glorioso. Não se contenta mais com as afirmações gratuitas; busca a análise e a documentação, embora esta seja limitada pelo autodidatismo e pela formação literária que o bacharelismo consagrou. Começa a ler os economistas ingleses, funda o Instituto Histórico e Geográfico (1838), chama sábios alemães (Spix e von Martius) para lhe ensinar a escrever a História do Brasil, valoriza a contribuição do índio para a formação do povo brasileiro, lê Humbolt, faz pesquisas, procura a valorização da cultura nacional, mostra ao mundo que o Brasil também é independente através da sua elite intelectual. (idem, p. 17).

Do ponto de vista historiográfico, ela foi representada pelo I.H.G.B.

De uma ou de outra forma toda a produção historiográfica do país, de 1839 a 1880, esteve ligada às atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e ao seu colaborador Adolfo Varnhagen. É a este grupo de historiadores que Sílvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho chamam de ‘românticos’, sem outras razões a não ser o fato de serem contemporâneos dos literatos da escola romântica. (idem, p. 19).

Neste grupo dominava uma “visão pragmático-política da História”. A obra historiográfica de Lisboa foi também daquelas que “romperam” com a tradição das crônicas. Cuidadosa, a historiadora conjectura que o ponto de partida do **Jornal de Timon** estaria nas violentas disputas políticas do

tempo do governo de Franco de Sá, no final da década de 1840. Aí é que João Lisboa teria definitivamente, vamos dizer, perdido as ilusões (momento do **agon**, nos termos de Costa Lima). Teria se dado conta dos limites para uma ação política como a que idealizara para si. Esse momento envolveria o desalento com Franco de Sá, a quem teria em alta conta, vendo-o como espécie de “exceção” à “regra” de uma política onde a “execução” despertava “paixões” que matavam os “princípios” originários, valendo para todos os partidos, fossem “luzias” ou “saquaremas”, os quais, divergiam nas doutrinas e discussões, porém eram os mesmos quanto às condutas, práticas e estratégias de luta pelo poder. A essa altura, porém, Lisboa não era exatamente o mesmo da **Crônica Maranhense**, este um homem de partido e um ideólogo, um idealista cujo discurso teria um conteúdo popular. O João Lisboa da **Liga Liberal Maranhense** era um “pragmático”, isto é, alguém que sabia que os partidos se moviam por “razões práticas” e não por “princípios”. Ainda assim, esse João Lisboa pragmático, poucos meses depois, chegaria à conclusão, de que a **Liga Maranhense**, cujo comando pertenceria a Franco de Sá, era um “engodo político”. Não só isso, esse João Lisboa acabara acompanhando de perto todos os atos políticos que sempre criticara, agora praticados por Franco de Sá, como a eleição vencida a “bico de pena” para que pudesse integrar a lista de senadores e ser, por interferência na Corte do senador Costa Ferreira, seu sogro, escolhido pelo imperador ¹⁹. Nas palavras da historiadora:

¹⁹ No ensaio biográfico sobre Joaquim Franco de Sá, Antônio Henriques Leal é lacônico quanto a estas eleições: “A gratidão de seus comprovincianos não foi tardia, pagando-lhe essa dívida com a sua inclusão na lista tríplice senatorial e S.M.I. o Sr. D. Pedro II, tão justo e munificente quando conhece do mérito e serviços de seus concidadãos, gratificou-lhos, escolhendo-o senador por carta imperial de 31 de março de 1849, e nomeando-o desembargador da relação do Maranhão por decreto de 9 e carta imperial de 14 de janeiro de 1851.” (1987 p. 211). Foi Jerônimo de Viveiros (fonte de Janotti) quem trouxe detalhes novos sobre a questão, alterando o enfoque de Leal. Não houve propriamente “gratidão”, mas jogo político violento envolvendo principalmente as figuras de Joaquim Franco de Sá e a lendária Ana Jansen. Em luta acirrada contra uma matriarca marombeira, Franco de Sá, na iminência da derrota, “apoderou-se da Câmara Municipal (de São Luís), excluindo, por ato ilegal, o vereador Ângelo Muniz. Ficou, assim, com o órgão do poder público, que lhe ia apurar a eleição. Reteve em Alcântara as atas eleitorais, bem como as de São João de Cortes, Santo Antônio e Almas, São Vicente e São Bento.

Deu sumiço no escrivão de Alcântara, que era jansenista, o qual, depois, quando apareceu, foi processado por se dizer o próprio. Tudo isto, para fazer uma eleição a

João Francisco Lisboa assiste a tudo isso como deputado provincial, jornalista e advogado, que tanto elogiara os princípios morais de Joaquim Franco de Sá e teve que participar dos conchavos, de transigir, e se usarmos uma figura de Jean-Paul Sartre, teve que meter a mão na imundície para conhecer melhor a si mesmo. Era o embrião do Timon, do famoso Jornal, que se desenvolvia na mísera visão mesquinha do seu mundo de transações. (idem, p. 107).

Neste ponto o pragmático João Lisboa rumaria para o “moralista” do **Jornal de Timon**, o qual apareceria para ele como a forma de ação possível naquele meio: um tipo de ação individual sobre aquela coletividade (o que explicaria sua preocupação com o tema das relações entre o indivíduo e a história, examinado nos casos maiores de Vieira, o jesuíta colonizador, e Beckman, o colono). Teríamos agora um João Lisboa crítico capaz de analisar sem ilusões o seu mundo de “transações” provinciais. Contudo, esse João Lisboa ainda não era o historiador pragmático amadurecido. Nas idéias da primeira fase da sua obra histórica, ele compreendeu que se opunha ao romantismo dominante, “mas talvez não tenha percebido que elas representavam a ideologia da classe dominante que, oriunda dos antigos proprietários portugueses, não poderia repudiar suas origens.” (idem, p. 197). Foi na segunda etapa, escrita em Portugal, que o “historiador pragmático” alcançaria sua maturidade. Nos termos da historiadora:

João Francisco Lisboa compreendeu os vários ritmos da evolução histórica, e explicou sem teorias, mas na prática, como se processam as ligações entre os planos das estruturas – no caso o sistema colonial -, e da conjuntura – a Revolução de Beckman²⁰. (idem, p. 183).

bico de pena, que o incluísse na lista tríplice para senador, e que a Câmara de São Luís aprovasse, mansa e pacificamente.” (1989, pp. 46-47)

João Lisboa a esta altura integrava a Liga Liberal Maranhense, de Franco de Sá, e chegara a ser o presidente da Comissão Central da Liga que definira a lista dos candidatos para deputado geral nas eleições de 1847 acompanhado de perto todo o jogo das disputas envolvendo em particular o grupo do seu amigo Franco de Sá e o de Ana Jansen.

²⁰ Afirma ainda a historiadora: “Sem dúvida alguma João Francisco Lisboa possuía uma concepção de história não muito distante da atual. O sistema colonial é visto por ele em toda sua complexidade, na qual os acontecimentos como a Revolta de Beckman são, acima de tudo, reflexos de uma estrutura viciosa.” (idem, p. 191)

De certo modo quando a historiadora diz que Lisboa, o historiador, compreendeu na “prática” as dimensões estruturais e conjunturais da colonização portuguesa, converge com a de Costa Lima em sua análise do “narrador ficcional” (ou da “alegoria da história”, nos termos de Alexandre Barbosa), também um achado prático de João Lisboa. (Lembrar que no campo da dimensão literária, ele foi considerado também como autor de “ruptura”). O que nos parece decisivo (sem perder o ponto de vista glosado, mas olhando de hoje) é que na trajetória da obra de Francisco Lisboa o aparecimento da dificuldade de “representação” da realidade concreta, mais que das limitações teóricas particulares ou do aspecto involuntário dos achados (que sem dúvida existiam), adveio das próprias “possibilidades objetivas” ou condições de possibilidades históricas e sociais dessa “representação”. Fragmentada, alucinada, a realidade de João Lisboa continha “contradições” – a experiência da devastação e suas “falsas representações” – que, quando percebidas ou intuídas, eram difíceis de serem articuladas teoricamente em “sistemas” ou “formas” literárias e historiográficas que dessem conta da sua “formação”. João Francisco viveu esse tipo dilacerado, fragmentado, de “imagem nervosa” do Brasil, expressando-o em suas “raízes”. As “inconsistências” descritas com objetividade correspondiam em dimensões profundas às fraturas estruturais da sua realidade. Sua visão expressou a crítica sem ilusões (e não “pessimista”) á produção da impotência observada naquela realidade. Sua situação não pode ser reduzida a um “trauma individual”. Quanto mais o lemos mais nos damos conta de que seu caso escapa ao daqueles intelectuais que vislumbraram perspectivas promissoras na sociabilidade brasileira, pois nele (no Timon), o que estava em xeque era a constituição mesma da História do Brasil. O conjunto de fragilidades aí percebido implicava num tipo de pensamento e de crítica sem promessas. Tudo aí parece advir de um estado profundo de “desagregação” que impunha o passado como um oponente quase imbatível no presente. Quem leu os **Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do**

Maranhão sabe que neles se conta uma história cruel, repleta de violências e maldades, sem expectativas otimistas quanto ao presente. Num momento de predomínio das esperanças românticas com um país jovem, em formação, João Lisboa se integrou ou foi levado a se integrar, muito cedo, a uma linhagem da cultura brasileira que pôs de lado tudo isso e tratou de enfatizar os males radicais de origem do país fraturado. A conclusão dura a que se chega dos seus textos é a de que o mundo da província não se articula, não contém alternativas e é o que é, como se neles quisesse ganhar forma um “trauma” cuja marca seria a sua pura repetição dolorosa no presente sem que se pudesse entrever internamente as possibilidades da sua superação. Na sua história, o tempo acha-se coagulado e nada se ganha da dialética entre a ordem e a desordem. Nas “memórias do tempo presente” (como quis Wilson Martins) do velho moralista, que por certo há em João Lisboa, o pecado pesa muito sobre esse tempo assim como fornece combustível para um tipo de crítica que se faz como um remoer (cego?) do próprio remorso.

O nome de João Francisco Lisboa consta ainda como um dos verbetes do recente **Dicionário do Brasil Imperial** (2002), sob a direção de Ronaldo Vainfas. Nele pode se fazer uma idéia da imagem contemporânea de João Francisco Lisboa. O perfil foi elaborado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães inspirado principalmente nos historiadores Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues e Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Tomemos o verbete como uma síntese atual da sua figura.

João Francisco Lisboa, também conhecido pelo pseudônimo de *Timon*, nasceu em Itapicuru-Mirim, Maranhão, em 22 de março de 1812. De família tradicional, embora empobrecida, aos 15 anos mudou-se para a capital maranhense, onde passou a ganhar a vida como caixeiro. Lutou como [sic] dificuldades para concluir os estudos elementares. Simpatizante da facção liberal *exaltada*, iniciou-se na imprensa panfletária em 1832, no hebdomadário *O Brasileiro*, fazendo oposição acirrada aos *caramurus* e aos *moderados*. Redator dos jornais *Farol Maranhense* (1832-33) e *Eco do Norte* (1834-36), atuava no último como porta-voz do *Partido Liberal*. Elegeu-se deputado provincial por duas legislaturas, sobressaindo-se como orador e estudioso dos problemas da instrução pública. Atingiu o apogeu da carreira de jornalista, à frente da *Crônica Maranhense*

(1838-40) [sic], quando a Balaiada agitava o cenário político regional. Denunciou as práticas truculentas do governo no recrutamento de praças para a Guarda Nacional e a miséria que isto causava no interior da província, privando as famílias dos seus provedores, ao que atribuiu a insurreição dos *balaios*. Derrotado em seu próprio partido, na indicação para concorrer a uma cadeira na Assembléia Geral, em 1840, abandonou temporariamente a política para se dedicar ao estudo do direito. Autodidata, ganhou fama como rábula. A par disso, colaborava no jornal *Publicador Maranhense* (1842-55), tendo alcançado grande sucesso como autor dos folhetins *A festa de Nossa Senhora dos Remédios* e a *Festa dos Mortos* ou *a procissão dos ossos*. Eleito outra vez para a Assembléia provincial, engajou-se na luta pela anistia dos implicados na *Praieira*. Em 1852, lançou o *Jornal de Timon*, no qual reunia crítica de costumes e hábitos políticos, pequenos ensaios e estudos históricos. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1855, ocasião em que foi admitido no IHGB e passou a colaborar no *Correio Mercantil* e no *Jornal do Commercio*, duas importantes folhas cariocas. Naquele mesmo ano, partiu para a Europa com a família e estabeleceu-se em Portugal, onde veio a substituir seu conterrâneo Gonçalves Dias no cargo de pesquisador comissionado pelo governo imperial e pelo IHGB junto aos arquivos portugueses. Sob a orientação de Varnhagen, atuou com grande empenho, tendo compulsado os acervos do Conselho Ultramarino, da Academia Real de Ciências, da Torre do Tombo e das bibliotecas Eborense, Lusitana de Barbosa e de São Francisco.

Publicista militante, escritor talentoso e historiador, deixou obra variada e extensa, embora bastante fragmentada. No campo dos estudos históricos, salientam-se os títulos *Partidos políticos e eleições no Maranhão* e *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão*. O primeiro é texto clássico para o exame da história e da política imperiais. O segundo, não menos importante, constitui-se num dos mais destacados trabalhos sobre a história regional. Ambos apareceram pela primeira vez no *Jornal de Timon*. Cognominado por Sílvio Romero de “príncipe dos historiadores”, escreveu a *Biografia de Manuel Odorico Mendes* e *Vida do padre Antonio Vieira*, cujo manuscrito foi encontrado após a sua morte. Capistrano de Abreu costumava conjecturar que apenas dois brasileiro reuniam qualidades para superar o visconde de Porto Seguro na escrita da história pátria: o erudito Joaquim Caetano da Silva e João Francisco Lisboa, “com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, com seu pessimismo previdente”. Comendador da Ordem da Rosa, faleceu em Lisboa, a 26 de abril de 1863.” (2002, pp. 403-4).

3.2 IMAGINAÇÃO DA NAÇÃO, ENCARNAÇÃO DA REGIÃO

Modernidade, nacionalismo e jornalismo.

Os ventos das experiências modernas sopraram no Brasil quase simultaneamente com os da Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha e

Rússia (Berman, 1986). Mas enquanto em países como França e Inglaterra, para lembrar Walter Benjamin, eles tiveram na ilusão do rompimento com o passado (o antigo regime) sua grande máquina geradora, não foi este o traço decisivo da ilusão da modernidade no caso do Brasil, onde a “libertação da colônia mantém a monarquia e preserva a escravidão” (Mota & Novais, 1986, p. 16). Na primeira metade do século XIX, a reprodução do escravismo e do tráfico africano foram intensificados. Ao apontar para formas de percepção e recepção mercantis e escravistas, a “modernidade” assumiu aspectos característicos no império do Brasil. Ligava-se umbilicalmente ao surgimento da moderna escravidão, como bem compreendeu Luis Felipe de Alencastro:

[...] o escravismo não se apresenta como uma herança colonial... [mas] como um compromisso para o futuro. O império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade (1997, p. 17).

Ademais, traduzindo-se em termos nacionalistas, modernidade no império ligou-se à contraditória experiência da constituição do “ser brasileiro” definido principalmente na forma de uma dialética do “não-ser” e o “ser-outro” (Arantes, 1992, p. 231) ²¹. Nestes termos, a ilusão objetiva de modernidade das elites brasileiras combinou formas de ressentimento nacionalista em relação à antiga metrópole (anti-lusitanismo) e fascínio por modelos de modernidade como o francês e o inglês.

Para as elites senhoriais, o programa da modernidade coincidiu com o “artefato da nação” (Berbel, 1999), tendo no jornalismo um dos seus principais meios. Na condição de inventores de “imagens alegóricas” em torno da moderna nacionalidade brasileira, os jornalistas desempenharam papel indispensável. Frutos invertidos da “experiência” catastrófica que foi, desde os começos, a construção da modernidade brasileira,

²¹ Novais traçando paralelo entre colonos hispanos e brasileiros no momento da independência observa que enquanto aqueles se reconheciam afirmando “nós somos *criollos*”, no Brasil dizia-se “nós não somos reinós”, expressando uma identificação pelo que se sabia “não ser” (1997, p. 26).

especialmente pela carga de violência e de devastação humanas implicadas, tais imagens precisariam ser “dialelizadas”. A experiência da construção imaginária do “Brasil” e dos “brasileiros” precisaria ser apreendida em seu verso e reverso, em seus lados de civilização e barbárie, sonho e fantasmagoria, ordem e desordem, paz e guerra. Crônica simultânea da regra e da exceção.

Paulo Arantes recolocou a questão da invenção da nação a partir da idéia de imaginação e comunidade imaginária, estabelecendo contraposições entre as análises de Anderson e Benjamin. A comunidade imaginária nacional seria, nada mais nada menos, que um produto do mercado e do estado por meio da imprensa. Anotou o papel estratégico dos jornais em artigo sobre Benedict Anderson:

Os primeiros jornais sul-americanos apareceram praticamente como prolongamentos do mercado. ‘Os mais antigos jornais continham – ao lado das notícias sobre a metrópole – notícias comerciais (partidas e chegadas de navios, quais os preços, para que mercadorias, em que postos), bem como ordenações políticas coloniais, casamentos dos ricos, e assim por diante... o que colocava lado a lado na mesma página, *este* casamento com *aquele* navio, *este* preço com *aquele* bispo, era a própria estrutura da administração e do sistema de mercadorias coloniais. (Arantes, 2004, p. 88; Anderson, 1989, pp.72-73).

Vale atentar para vários pontos no ensaio acima. O primeiro é o de que também neste caso a América colonial saíria à frente do Primeiro Mundo, levando a pensar a questão não apenas pelos olhos das experiências européias, mas de experiências, como as sul-americanas, que contiveram um dado ausente do caso modelar, embora essencial: a **desintegração social**. Um segundo é o de que o nacionalismo europeu e o sul-americano eram socialmente diferentes, uma vez que o último era movimento das classes proprietárias em sua luta para se distanciar do domínio metropolitano, enquanto o europeu era movimento das classes burguesas. Terceiro: a nação foi invenção do nacionalismo, e não o contrário, mas o nacionalismo surgiu da necessidade moderna de criar homogeneidades em relação às desigualdades produzidas. Quarto: nação não diz respeito a

ideologia no sentido habitual, mas a um “sistema cultural mais amplo”, existente apenas no campo da imaginação, cujas razões profundas têm forte dimensão antropológica cultural e não obedecem à lógica do falso ou do autêntico. Quinto: a lógica de invenção da comunidade imaginária chamada “nação” foi semelhante senão que derivou daquela que caracterizou o jornalismo e especialmente o romance. Não por acaso o jornal e o romance foram dois meios essenciais na invenção da “forma-nação”. Sexto: Paulo Arantes, se bem entendemos, não discorda da avaliação de Benjamin sobre a mudança de longo curso apontada pela eclosão da modernidade – a extinção da experiência –, mas do modo como Benjamin examinou a função do jornal e do romance, ou, pelo menos, essa função mudaria quando considerada à luz da experiência já esgarçada dos países independentes sul-americanos. Aqui eles teriam papel estratégico na construção da comunidade imaginária da nação. Sétimo: as “jornadas”, “viagens” ou “peregrinações” configuraram experiências a partir das quais o espaço para a nação apareceu. Elas se deram a partir dos pólos político-administrativos, mercantis, de trabalho dos Impérios constituídos inicialmente de modo arbitrário. Com as independências, os grupos que controlavam esses setores passaram a dar a essas experiências outro “sentido” a partir da “forma nacional”. O jornal e a literatura foram decisivos na construção dessa forma. O jornal, dada sua característica (permitindo justapor coisas diversas no mesmo espaço), possibilitou aos leitores das classes proprietárias, a ilusão da comunidade (Arantes, 2004, pp. 79-108).

Área de debate e produção da consciência “maranhense”

Neste estudo, importa não perder de vista que a construção do imaginário nacional cruzou com a (se é que não foi mediado pela) produção de outra constelação de imagens de sonho e fantasmagoria, de corte regional, configurada em tornos das noções de “maranhão” e “maranhense”²². Nestes

²² Veja de Márcia Berbel, **A nação como artefato** (1999), onde se mostra e analisa o peso dos diferentes projetos provinciais (pernambucano, baiano, fluminense, paulista) nos debates travados nas Cortes portuguesas. O Maranhão indicou dois deputados para

termos, o Maranhão como “província brasileira” foi artefato das classes proprietárias para atender à necessidade de produção de homogeneidades frente à desigualdade social. Puro produto do mercado e do estado em meio a uma sociedade escravista exportadora, radicalmente fraturada, cujo principal pólo irradiador era a cidade de São Luís, sede governamental, do grande comércio e da imprensa.

Se as teses de Benedict Anderson estiverem corretas, os jornais da província contribuíram não apenas para a produção e difusão local da “consciência nacional”, mas para o surgimento de comunidades locais de leitores cada vez mais identificadas com uma “consciência regional”. Se estes jornais pressupõem a existência de “áreas de debates”, é difícil, entretanto, afirmar que, na Província do Maranhão das duas primeiras décadas pós-independência, houvesse uma “esfera pública” nos termos de Habermas ou mesmo de Briggs e Burke, isto é, um espaço ou “sistema” composto de vários lugares – jornais, cafés, salões, academias, etc. – articulados onde as idéias fossem produzidas e disseminadas (Habermas, 1984; Briggs e Burke, 2004). A história do jornalismo local indica que se havia uma “arena de debates” era de tal natureza que sugere mais uma história de jornais sem formação da opinião pública. Com base na capital da província, ela praticamente se confundiu com o período que se abriu com a Adesão à Independência (1823), passou pela Setembrada (1831) e se fechou com a Balaiada (1838-41). Para por em perspectiva os debates públicos (ou oficiais?) de que a **Crônica** fez parte como agente e caixa de ressonância, um breve histórico deles é necessário. Que debates eram? Quais as suas questões? Quais seus termos permanentes e variáveis? Como o jornalismo interagiu com ele? Como João Lisboa se inseriu nele com os seus jornais (**O Brasileiro**, **O Farol Maranhense** e o **Eco do Norte**)? Como a **Crônica** herdou e atuou sobre essa história? Sobre essas questões só alcançamos indicar o seguinte.

as Cortes, Raimundo de Brito Magalhães Cunha, que não foi por problemas de saúde, e Joaquim Antônio Vieira Belford, que se destacou nos debates sobre o Judiciário. Nos termos da autora, a eleição desses deputados resultou na província numa “composição” entre o movimento constitucional português e os governadores do Antigo Regime (idem, pp. 64-65).

No período de 1821, quando foi lançado o primeiro jornal, até 1841, ano em que encerrou a publicação da **Crônica**, o catálogo **Jornais Maranhenses** registrou 27 jornais publicados, número que se eleva para 37 se acrescentado de outros pesquisados no **Dicionário** de Marques e na própria **Crônica** ²³. No tempo desta existiram os seguintes jornais, segundo o catálogo e a própria **Crônica**: o **Bentevi**, o **Guajajara**, o **Cometa**, o **Amigo do Povo**, o **Investigador Maranhense** (depois a **Revista**), **O Recreio Maranhense**, **O Legalista**, o **Amigo do Paiz** ²⁴. Nem todos estes jornais foram publicados simultaneamente, muitos duravam meses e desapareciam. Desde as primeiras publicações impressas locais, o título dos jornais e outras publicações de São Luís indicaram a preocupação com a formação de uma consciência regional. Na lista acima, os seguintes são facilmente identificados: o **Conciliador do Maranhão**, de 1821, o primeiro jornal local; **O Censor Maranhense**; **Folha Medicinal do Maranhão**; o **Farol Maranhense** (1829-33), de José Candido de Moraes; **O Recreio dos Maranhenses** (1839), folha de Francisco de Salles Nunes Cascaes; **Jornal Maranhense** (1841-42), o longevo **Publicador Maranhense** (1842-1886), **A Malagueta Maranhense** (1844-48) (Catálogo **Jornais Maranhenses**, 1981, pp. 7-12). E na conjuntura examinada destacaram-se **O Investigador**

²³ São eles: **O Conciliador do Maranhão** (1821-23); **Folha Medicinal do Maranhão** (1822); **Palmatória Semanal** (1822); **O Amigo do Homem** (1825-1827); **O Argos da Lei** (1825); **O Censor** (1825-1830); **Poraquê** (1827); **A Bandurra** (1828); **O Despertador Constitucional** (1828); **Minerva** (1828-1829); **A Cigarra** (1829-1830); **A Estrella do Norte do Brasil** (1829-1830); **Constitucional**; **O Farol Maranhense** (1829-1833); **O Brasileiro** (1830); **Mentor Liberal**; **Escudo da Verdade**; **O Semanário Oficial** (1830-1831); **O Jornal dos Anúncios** (1831); **O Publicador Oficial** (1831-41); **O Brasileiro** (1832); **O Echo do Norte** (1834-1836); **O Publicola Brasileiro** (1834); **O Investigador Constitucional** (1836); **O Investigador Maranhense** (1836-1837); **Cacambo** (1835-1837); **O Bemtevi** (1838); **Chrônica Maranhense** (1838-1841); **O Recreio dos Maranhenses** (1839); **Sete de Setembro**; **Crônica dos Cronistas**; **Amigo do País**; **O Guajajara** (1840); **O Legalista** (1840); **A Revista** (1840-1844); **Jornal Maranhense** (1841-42) O critério adotado nesta lista foi o dos números existentes no acervo da Biblioteca Pública do Estado. Daí não indicar com segurança o tempo de duração efetiva dos jornais. Pelo exame da **Crônica** e de outras fontes (Marques, 1970, p. 391), vemos que havia outros jornais (ali incluídos por nós), pois citados pelo redator e por Marques, embora não indicado no catálogo pesquisado. Embora não saibamos precisar a quantidade dos jornais publicados em São Luís entre 1821 e 1841, ele foi superior aos 27 jornais do catálogo. Entre 20 e 30 jornais foram os publicados na Província, apenas no período regencial.

²⁴ Leal informa que o redator deste jornal chamava-se Dr. João B. Borges, autor também de “artigos anônimos em outros jornais de 1838 a 1841” (1987, p. 373).

Maranhense, de Francisco Sotero dos Reis, e a **Crônica Maranhense**, de João Francisco Lisboa.

Quanto à história do debate e em especial à produção da consciência “maranhense” na arena do jornalismo, a polêmica entre **O Censor**, de João Antônio Garcia de Abranches, e **O Argos da Lei**, do jovem coimbreense Manuel Odorico Mendes, foi o primeiro exemplo notável do embate de gerações cindidas pelas guerras da independência e, em especial, pela necessidade de fazer-se a crítica daqueles que foram seus formadores, inclusive no plano das relações familiares. Tratava-se de se posicionar em torno de questão chave na elaboração do imaginário regional: os “maranhenses” eram a favor ou contra a separação do Brasil de Portugal? Afinal, os “maranhenses” eram “portugueses” ou “brasileiros”? Questão da maior importância se tivermos em conta o legado de uma experiência da colonização fundada na separação entre o “Estado do Maranhão” e o “Estado do Brasil”. Odorico Mendes tomou o partido de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, figura particularmente odiada no meio das elites portuguesas. Para Luis Antônio Vieira da Silva, suas posições foram marcadas, muitas vezes, pela “necessidade de sustentar a popularidade que procedia da inimizade aos portugueses e que alimentava o partido intitulado brasileiro” (1972, p. 326). Analisando a situação política, Odorico Mendes prevenia ao presidente Silva Lobo contra tendências re-colonizadoras oriundas de “famílias” que só cuidariam de ter “ingerência no Governo e de armar os europeus” (idem, p. 323):

Podemos armar alguns europeus, mas esses, conjuntamente, nos Batalhões brasileiros e de modo que o número destes seja maior que o daqueles, e todos os que boquejarem em armas aqui filhos de Portugal em separado são, em realidade, inimigo do Imperador e do Império (idem, p. 324).

No momento seguinte, o polêmico debate na imprensa foi protagonizado de um lado pelo **O Farol Maranhense**, de José Candido de Moraes e Silva, defensor de idéias “democráticas”, e, de outro, por jornais como **A Bandurra** (1828), de João Crispim Alves de Lima, e **A Minerva**, de Davi

da Fonseca Pinto, defensores dos “interesses portugueses” (idem, pp. 353-54, nota 149, e 357-58, nota 151).

João Lisboa surgiu na cena pública na conjuntura do final da década de 1820 e começo da de 1830. Apareceu ligado ao grupo de José Candido de Moraes e Silva. O momento coincidiu com a sua decisão de voltar-se inteiramente para os estudos e o jornalismo, abandonando a atividade de caixeiro ²⁵. Este período, decisivo para ele, compreendeu mais ou menos de 1829, quando abandonou a função de caixeiro, até 1832, quando lançou o **Brasileiro** (jornal de vida muito curta e cuja epígrafe definiria um programa que João Lisboa perseguiria durante toda a vida de escritor público: “Jornalistas do mundo inteiro, despi-vos dos preconceitos nacionais; denunciad os crimes, apontad os criminosos”). Sotero dos Reis, ao seu modo, mostrou o quanto o jovem Lisboa, mais do que um “engenho natural”, estava tomado de intensa motivação interna que o direcionou para os estudos, o jornalismo e a política. Aqui, começou experiência formativa singular em que, como disse Sotero, João Lisboa tornar-se-ia “filho de suas mesmas obras” (**Obras** de JFL, 1991, pp. 427; 429).

Não se achando... com disposição para seguir a vida do comércio, na qual não podia cultivar seu espírito, saiu da casa do referido negociante em princípio de 1829, para **dedicar-se inteiramente ao estudo das letras**.

Foi por este tempo que entrou para a aula pública de Latim por mim dirigida, e tive ocasião de apreciar, e ver desenvolver-se o riquíssimo engenho, com que dotara a natureza. Habilitado no conhecimento da língua latina em **pouco mais de dois anos**, sabendo já o francês, e com noções de literatura devidas à sua **muita leitura**, vinha para minha casa aos domingos; e aí, por mero gosto seu, tirava-me a limpo a tradução em verso da **Fedra** de Racine, que então empreendi por sugestão do meu amigo Manuel Odorico Mendes, fazendo-me já observações muito judiciosas sobre algumas passagens dela, muitas das quais eu aceitava, sem que o mestre se envergonhasse de anuir às correções propostas pelo discípulo, com quem viveu na mais perfeita inteligência, até que a política os separou, para reuni-los mais tarde, depois de muitas e amargas decepções.

²⁵ Num momento em que a atividade de caixeiro era caminho ainda para o alto comércio, talvez tenha tido aí esse tipo de aspiração, difícil para ele dado o monopólio então da atividade pelos portugueses, objeto posterior de uma lei sua. Fato é que depois se tornou sócio de uma empresa comercial (Viveiros, 1954, pp. 147-50)

Pouco depois de sair pronto da aula de Latim, aos 19 anos de idade, **impelido pelo ardor juvenil e espírito patriótico que o animava**, lançou-se na carreira política, que atraía então todos os moços de talento, e alistou-se nas fileiras do partido exaltado (idem, p. 428. Negritos nossos) ²⁶.

Quando José Candido morreu, João Lisboa encerrou o **Brasileiro**, para retomar e dar “continuidade” ao **Farol Maranhense** (1833). A partir desses dois jornais, e ao longo da sua trajetória, João Lisboa foi armando um esquema de pensar o Maranhão pensando no Brasil, ou em que pensava o Brasil através do Maranhão. Para ele, o jornalismo foi o campo da aprendizagem de um tipo de reflexão colado no terreno duro e imprevisível da ação e das circunstâncias. Seu “regionalismo”, se assim podemos dizer, buscava ser “integrador”, avesso a qualquer tipo de “separatismo”:

E que mesquinha e desgraçada não será a sorte dos brasileiros, divididos em pequenos povos, ou nas convulsões da anarquia sob o jugo de ferro de ignorantes ditadores, sem ilustração, sem riquezas (que tudo foge ao aspecto da discórdia) e feitos zombaria de estrangeiros, que, sendo insolentes com o império ainda unido, não poderão deixar de olhar-nos com o maior desprezo, vendo-nos separado! (**Crônica Maranhense**, 9/jan./1938. 1969: 1ª parte, p. 15).

Nele, o regional procurou se abrir para o nacional. Para João Lisboa, não estava em questão, por exemplo, saber se o Maranhão era ou não uma “singularidade cultural” qualquer, fechada em si mesma, mas pensá-lo

²⁶ Achemos algumas notícias sobre essa fase da vida de João Lisboa em **A Setembrada**, de Dunshee de Abranches. Aí, João Lisboa foi pintado como o ativista mais moço de um grupo de jovens liberais exaltados que lideraram a “Setembrada” (1831). No grupo, ele era particularmente ligado a José Cândido de Moraes e Silva. “Desde que se despedira das aulas, que, por admiração e amizade, entrou a freqüentar com assiduidade a casa do redator do **Farol Maranhense**” (Leal, 1987, p. 308). Juntos participavam dos comensais na casa dos Cunha. Segundo Abranches: “Amigo íntimo de José Candido, e, como este, jacobino intransigente, andavam aos domingos sempre juntos e eram infalíveis comensais dos **ajantarados** da casa dos Cunhas” (1970, p. 132). Informa, aliás, o mesmo autor que nessa “respeitável e ilustre família, encontrara José Candido a jovem Mariana Emilia, que lhe prendera o coração e breve se tornaria sua esposa. João Lisboa, apesar dos seus dezessete anos, já nutria também uma ardente paixão por uma irmã desta, ainda menina, a graciosa Violante Luiza, que seria, anos depois, a sua desvelada companheira de glórias literárias e desilusões políticas. Essas duas moças, muito prendadas e instruídas, eram sobrinhas do Visconde de Alcântara” (idem, p. 132). Certamente, pesou em todas essas reviravoltas na vida do jovem João Lisboa, a “ardente paixão” pela menina “graciosa”, Violante Luiza.

como “província brasileira”, pois pensar a província representava o anseio da inserção no problema da “formação nacional” pela sua feição local. Seu regionalismo talvez fosse típico do seu grupo-geração: algo como um desejo da inserção do regional ao projeto nacional. Nela, os “maranhenses” eram simplesmente vistos como “brasileiros”. Duas características a observar em jornalistas como Odorico Mendes, José Cândido, Sotero do Reis, Estevão Rafael de Carvalho, Candido Mendes, João Lisboa: 1) o nacionalismo visível entre eles; 2) fazem uso comum das noções de “maranhão” e “maranhense” em seus textos, mas não as usam num sentido “exclusivista” em relação à idéia de Brasil. Esse tipo de exclusivismo inexistente nos textos de João Francisco Lisboa. Daí que no **Jornal de Timon**, ponto de chegada da sua vocação para o concreto, tenha composto um Maranhão radicalmente brasileiro. De fato, nele se podia concluir que, em seus “costumes políticos” o Maranhão e os maranhenses sofriam de um “mal radical”, que mantinha a província sob impasse e cujas raízes estavam na colonização portuguesa (Soares, 2002). Mas como pensar o Maranhão era pensar o Brasil, o diagnóstico não valeria também para brasileiros? Pensando o Maranhão através dos jornais, João Lisboa construiu, no **Jornal de Timon**, um diagnóstico realista para o problema principal dos primeiros românticos: o da construção da nação.

A busca do entrelaçamento entre nação e região – Brasil e Maranhão - aparece na pequena biografia de Odorico Mendes. Escrita e publicada em Portugal, nela João Lisboa pôde lançar um olhar distanciado não apenas sobre a trajetória política e intelectual de Odorico Mendes e o seu campo de questões, mas, também, e isso é crucial, sobre a época da sua formação. Aqui, o olhar não é mais o do jornalista combativo e interessado, mas o do analista sereno que foi partícipe e testemunha de muitos dos acontecimentos resumidos. Na história de Odorico Mendes pintou a “têmpera dos caracteres, e os meneios e costumes políticos” de um tempo da história do Brasil e do Maranhão. Chama atenção a história do jornalismo neste ensaio, pois Odorico Mendes foi figura destacada dos seus começos na província e no Império. Ao caracterizar o Odorico jornalista,

João Lisboa apresentou aos portugueses um modelo admirado. Leia-se o seguinte quadro histórico-político da atuação jornalística de Manuel Odorico Mendes:

O Maranhão não havia escapado à sorte comum na crise da Independência; e ainda que as perturbações que o afligiram então não chegassem a tomar o caráter de uma revolta declarada contra a autoridade do soberano, cuja voz, ao contrário, invocavam todos os bandos opostos, não é menos certo que a guerra civil assolou a Província durante dous anos, sem mais causa que as ambições pessoais e de família que aspiravam a uma influência exclusiva. À chegada de Odorico Mendes acabava de operar-se a pacificação material, mas a dos ânimos, profundamente irritados, era menos que aparente, e para recomeçar a luta, bem que em outro terreno, e sob outro aspecto, só se aguardava a ocasião, que se não fez esperar. Existiam em gérmen os elementos de que em breve se haviam de organizar por todo o Império os dous grandes partidos antagonistas. Solicitado pelos amigos, e ainda mais pelo seu próprio patriotismo, Odorico Mendes não hesitou um momento, arremessou-se na arena com todo o ardor e impetuosidade de uma alma juvenil, e escreveu o *Argos da Lei* em oposição ao partido representado na imprensa pelo *Amigo do Homem*, e pelo *Censor*, ambos redigidos por escritores nascidos em Portugal, como também o eram a maior parte dos seus aderentes. Esta circunstância, e a doutrina do predomínio exclusivo da autoridade, que pregavam sem reboço, deu ao partido feições tão características, que em breve se ficou conhecendo pelo nome de partido português ou absolutista. Fruto da inexperiência do tirocínio político, e das ilusões de um espírito novel, mas escrito em bom e vigoroso estilo, com raro talento, e com todo o fogo de uma paixão sincera e fê ardente, o *Argos* era um jornal evidentemente fadado ao triunfo. Assim, nas eleições feitas poucos meses depois da sua aparição, o seu redator era eleito deputado à primeira legislatura. O pensamento de voltar a Coimbra a concluir os estudos desvaneceu-se, como era natural, no meio destes sucessos.” (*Obras*, 1991, pp. 289-291).

Eleito deputado geral, na Corte Odorico integrou a “falange liberal”, grupo composto por nomes como Evaristo, Paula Sousa, Vergueiro, Feijó, Vasconcelos, Carneiro Leão, Limpo, Costa Carvalho e que tiveram atuação decisiva na “Revolução de Sete de Abril”. Não apenas isso, Odorico teve atuação relevante no jornalismo da província de São Paulo e da Corte. Na primeira, junto com Vergueiro, Feijó, Costa Carvalho, fundou a *Astréa* e escreveu artigos para o jornal *Farol Paulistano*, de Costa Carvalho; na

Corte, colaborou nos jornais **Sete de Abril**, **Aurora**, **Jornal do Comércio**. De volta ao Maranhão,

[...] a popularidade sempre crescente de Odorico valeu-lhe nova eleição para a segunda legislatura, ainda mais honrosa que a primeira. Nesta ao menos tivera por si o favor da autoridade; na seguinte teve a sua oposição. O Marechal Costa Pinto, presidente do Maranhão, esposando todas as mesquinhas paixões do partido dominante, tinha feito arbitrariamente recrutar o redator do *Farol Maranhense*, e acumulando desacerto a desacerto, proibira sob fúteis pretextos a publicação de um novo jornal com que Odorico Mendes quis substituir o que fora suprimido. Os maranhenses responderam a um e outro atentado elegendo-o pela segunda vez com grande maioria, ficando completamente derrotado o marechal-presidente, seu competidor. (idem, p. 291).

O fim da carreira política de Odorico Mendes deu-se depois da Abdicação de dom Pedro I, em razão das escolhas e posições adotadas na cisão entre “moderados” e “exaltados” ocorrida dentro do partido vencedor e em relação ao movimento da “Setembrada” no Maranhão. Odorico adotou posição “moderada”, pondo-se a defender os antigos derrotados.

Contudo destas divergências resultou em breve a cisão do partido vencedor em moderados e exaltados. Odorico declarou-se pelos primeiros, e daí começou a declinar sua popularidade, porquanto comparada a guerra que fizera ao partido português em sua força e poderio, com a proteção que ora dava e pedia para os vencidos, encabeçava-se a aparente contradição, não já em simples volubilidade ou incoerência de princípios, senão em formal infidelidade e apostasia. Assim pelo menos racionavam os do Maranhão que querendo levar a revolução às suas últimas conseqüências, expulsando dos empregos todos os parciais do regime decaído, se empenharam em movimentos sediciosos, e foram vencidos pela autoridade. Odorico Mendes, chegando então à Província, escreveu no *Constitucional* contra esses movimentos ilegais. Este procedimento que mais tinha de franco que de prudente e refletido, acareou-lhe imediatamente o apoio dos adversários, mas irritando em alto grau os antigos partidistas, acabou de alienar-lhe a opinião da Província. Em vão procurou ele congraçar os ânimos, promovendo a anistia para os comprometidos. Os seus esforços foram paralisados diante das exagerações inconciliáveis dos partidos, e nas primeiras eleições que se seguiram em março de 1833, não só deixou de ser reeleito, como mal pôde conseguir a quinta parte dos votos que obteve a lista contrária. (idem, p. 293)

Embora Odorico ainda viesse a ser eleito para a Câmara dos Deputados Gerais pela Província de Minas, em 1844, João Lisboa afirma que sua carreira política “como que dera fim com a primeira exclusão que sofreu, e com o desgosto que lhe trouxe”. Na vaga de Odorico Mendes na Câmara Geral assumiu o “deputado Costa Ferreira, depois Barão de Pindaré, então nomeado senador” (idem, p. 293). João Lisboa, então, encontrava-se do lado oposto ao de Odorico Mendes, vindo a aliar-se a Costa Ferreira em plena ascensão política.

Na verdade, além desse sentido da integração ao nacional, o uso das noções de Maranhão e maranhense ressoava dimensões várias da visão de mundo de João Francisco Lisboa: iluminismo, liberalismo, racialismo, etc. Nem sempre o sentido desses usos eram diretos e claros, posto que, na **Crônica**, as reflexões foram tecidas a partir de dentro da condição **maranhense**, exatamente o que precisaria ser interrogado. Como indicado em capítulo anterior, “Maranhão” e “maranhense” eram categorias nada inocentes, oriundas dos tempos da colonização, em especial do modo como grupo de autores coloniais refletiram sobre a capitania nos começos do século XIX. O jornalismo provincial “herdou” essas categorias com seus usos e sentidos, revelando, por esse lado, as aberturas e limites do seu regionalismo. Talvez o vetor que mais indica a presença desses elementos no “Maranhão” da **Crônica** refira-se às opiniões sobre portugueses “adotivos”, os chamados “homens de cor” e a escravidão negra. Por essas opiniões pode-se vislumbrar como a luta contra preconceitos enraizados na sociedade não eximiu o jornal de incorrer e mesmo de exercer sua crítica a partir de outros preconceitos. Em certos trechos, referindo-se explicitamente a “brancos”, “mestiços” e “pardos”, expôs um ponto de vista tolerante. No trecho abaixo, Lisboa afirmou seu ponto de vista moral sobre portugueses e homens de cor, defendendo que fossem julgados pelas suas “virtudes” e “vícios” e pedindo tolerância ao preconceito e às “palavras indiscretas” e resistência quando saísse de campo verbal para o dos “factos”:

Acaso já não dissemos nós que estamos bem longe de querer excitar os ciúmes e as desconfianças das diversas classes em que se reparte a nossa população? Não dissemos que só o merecimento e defeitos pessoais, as virtudes e os vícios deviam regular as nossas afeições, e os nossos ódios? Não dissemos que fossem os nossos concidadãos natos ou adoptivos, brancos, mestiços, ou pardos, mereciam todos a nossa estima, uma vez que procedessem bem? Não chegamos até a dizer que os prejuízos, as suas afeições, as suas palavras indiscretas deviam ser toleradas, e que a energia e a resistência só se devia empregar, quando por factos se tentasse contra as nossas leis. (...) (CM, “Maranhão”, n. 14, 19/fev./1838, p. 59).

Também não deixou de acusar em tom crítico e cauteloso a realidade contrária, reconhecendo nas relações entre as classes, “motivos de ódios e de intrigas” e procurando se posicionar contra o estímulo desses motivos, ao ponto de recusar-se a fazer “allocuções positivas” aos homens de cor e de tocar na “origem” dos adotivos; percebeu que tais “ódios” eram produtos de “enraizados prejuízos”; confessou ainda que ele mesmo era um desafeto dos portugueses adotivos, adotando como resposta a atitude sobranceira de “despresar esses ódios”. (Não estaria, neste caso, aludindo a parte da aristocracia alcantareense?). Nesse sentido, leia-se o trecho abaixo:

Que aproveita... dirigir allocuções positivas aos homens de cor, como se fossem [elles] somente os illudidos pela facção immoral que nos opprime! Para que se há de bra [...] alarma contra os adoptivos nomeadamente, quando os que nos são adversos podem ser combatidos em rasão das suas opiniões e maus feitos, sem haver necessidade de tocar-se no accidente da sua origem? Assaz motivos de ódios e de intrigas existem já entre nós; fujamos pois de os augmentar, dividindo as classes e enchendo-as de mutuas desconfianças. Quem falla desta maneira não pode ser suspeito; bem sabemos que a grande maioria dos adoptivos nos é desafeiçoada, e que muitos d'entre elles nos consagram odio e rancor;mas sabemos despresar esses odios, e pouco nos embarçamos com essa desafeição, fructo de enraizados prejuízos, e de mesquinhas intrigas. (CM, Maranhão, n. 14, 19/fev./1838, p. 60).

Vê-se que o jornalista avaliou a população com a relativa consciência de estar empregando esquema histórico, social e culturalmente aceito de classificação social. Sua opinião sobre portugueses e homens de cor parecem francamente despojadas dos anti-lusitanismos e racialismos da época, mas não deixam de revelar os prejuízos “iluministas” quanto à

“plebe”, des/qualificada como destituída, entre outras coisas, de qualquer saber. Segundo seus critérios (econômico, moral e intelectual), embora as marcas da miséria, ignorância e vício que distinguiriam a plebe (ou a “gentalha”) não fossem privilégios deste ou daquele grupo de cor, sua caracterização, de modo algum, era isenta e objetiva, pois se era possível objetivar a miséria econômica, os casos da ignorância e do vício eram mais complicados. A figura do plebeu variava quanto à cor e à posição partidária, mas, nos termos abrangentes definidos por João Lisboa, era praticamente impossível encontrá-lo no meio das classes superiores. Em suma, se o redator não apresentou preconceito de cor, ficaram apontadas restrições de natureza “intelectual” (redução do saber ao saber letrado e ilustrado) e “moral” (de definição obscura). Leia-se o trecho a seguir:

(...) o cidadão pacífico e industrioso, o que não perturba a ordem pública, seja elle homem de cor, seja nascido em Portugal, deve merecer a estima geral. (...) Aproveitamos esta occasião para dar outra explicação. Em alguns artigos nosso temos usado de termo, gentalha e plebe; e como não seja impossível que ou os preconceitos, ou a malevolência os interpretem de uma maneira odiosa e bem contraria as nossas intenções, desde já declaramos que com taes termos não quisemos designar especialmente algumas das **classes em que costumamos naturalmente dividir a nossa população**; por homens da plebe entendemos aquelles que não possuem riquezas materiaes, nem moraes e intellectuaes, isto é, os **homens sem bens da fortuna, sem virtudes, e sem saber ou talento de qualidade alguma**. Gente desta há de todas as cores, e existe em todos os partidos, sempre prompta a manchar-se com todos os excessos, em rasão da sua ignorância, dos seus vícios, e da sua avidez. O progresso e aperfeiçoamento da especie humana é quem lá para o futuro fará desaparecer tam perigoso elemento de desordens, espalhando a illustração e a moral ainda entre os indivíduos da mais inferior condição. (C.M., "Maranhão", n. 7, 23/jan./1838, p. 31. Negritos nosso.).

O racismo da **Crônica Maranhense** ganha visibilidade ao comentar o projeto de introdução de colônias livres, de Joaquim José Sequeira, e opinar sobre a questão da escravidão e do tráfico africano. O autor do projeto, ao publicá-lo na **Crônica** junto com outros documentos, inclusive leis aprovadas no Ceará, afirma que ele sofreu “desinteresse” na Assembléia Provincial por parte dos líderes da maioria parlamentar, indicando o modo conservador e reacionário como os dois partidos se

posicionaram frente ao problema da escravidão e do tráfico. Na sua coluna, Lisboa, abdicando da estratégia do silêncio, comentou o projeto, emitindo opinião sobre a questão. Ao publicar e comentar o projeto de introdução de colonos brancos na província criticou a escravidão como barreira à civilização, baseando-se nos argumentos da “purificação” da raça, do medo da contaminação das classes superiores pela instituição bárbara que seria a escravidão e do medo também da revolta. (C.M., meses de julho e agosto de 1840).

Há referências á questão dos portugueses e do seu domínio político depois da Independência. Neste ponto vale notar as opiniões sobre as disputas judiciais entre o negociante Meireles e o fazendeiro coronel Joaquim Antonio da Cunha. Sotero defende o comerciante e Lisboa o fazendeiro. A questão diz respeito a um processo contra o negociante movido pelo fazendeiro contra a extrapolação para a sua fazenda como um todo, da execução (1822) referente aos escravos comprados ao comerciante em 1820. O assunto expressa um problema envolvendo membros de dois grupos econômicos fundamentais do setor exportador da província: os negociantes de São Luís e os fazendeiros do interior. Gayoso, um dos que escreveu sobre o assunto se aprofundou na questão, denunciando o endividamento dos segundos aos primeiros e inclusive analisando o problema das execuções (C.M., Idem, pp. 27-28). Ainda nesta linha temos o artigo “Commendador Meirelles, ou meio fácil de ajuntar milhões”, onde são analisados os meios e as origens da riqueza do negociante Meireles. O teor das idéias é resumido no trecho seguinte:

Cento e quarenta contos extorquidos ao povo em 1819 com a alteração illegal do contracto das carnes verdes, e umas vintes execuções iguaes á que se moveu contra o coronel Castelhana, foram os meios fáceis que se empregaram para ajuntar os milhões. (CM, “Maranhão”, n. 9, 31/jan./1838, pp. 37-40 e especialmente p. 39)

O mesmo vale para o artigo sobre a “facção do commendador ou da botica”. Definição do grupo político dominante – na “capital e vários outros pontos

da província” – por seu “club director” se reunir “n’uma botica” e o seu “principal chefe” ser o “commendador” (C.M., idem, p. 32).

O redator da Crônica e seus leitores

Bem mais do que figuras abstratas e desinteressadas, os leitores da **Crônica** pertenceram a grupos que nela viram e encontraram um espaço legítimo de repercussão e defesa dos seus interesses. Ela não foi apenas, como quis João Lisboa, formadora da “opinião pública”, mas também caixa de ressonância de interesses particulares de grupos que compravam e assinavam o jornal, pagavam anúncios, publicavam cartas e artigos e tinham seus interesses defendidos pelo redator. Não só isso, tais grupos de leitores não esgotavam todo o espaço público, mas se constituíam num campo dinâmico, instável até, de posições e contraposições em relação a outros grupos de leitores.

Nesta questão, um ponto de partida útil pode ser **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, o conhecido estudo onde Jürgen Habermas discutiu a questão da imprensa e de sua transformação na Europa ocidental, na virada do século XVIII para o XIX. Habermas elaborou quadro conceitual para pensar os jornais a partir do problema da formação da opinião pública. Quadro marcado pelas transformações características do surgimento do mundo moderno em sua tripla dimensão: a do capitalismo industrial, do Estado nacional e da sociedade civil burguesa. Para o filósofo, os jornais foram instrumentos determinantes nas mudanças dos espaços públicos, especialmente quanto à comunicação das informações. A organização pública da “troca de informações”, por sua vez, manteve relações de equivalência com a organização da troca de mercadorias. Com os jornais a “informação” tendeu, cada vez mais, a tornar-se mercadoria. Várias questões, além destas, são mencionadas, tais como: a da perda da “aura”, a das relações entre os gêneros de escrita jornalístico e literário, a dos espaços de sociabilidade onde surgem os jornais como formas de “conversações” públicas baseadas na palavra impressa. O livro de

Habermas sugere um ponto de partida teórico para o exame da **Crônica Maranhense** à medida em que permite enquadrá-la no plano mais geral da formação da opinião pública no curso da história da sociedade burguesa. Desse ângulo, a primeira metade do XIX (a “Era das Revoluções” na definição de Hobsbawm) ressalta como momento chave da configuração da opinião pública em sua forma “burguesa”, em cuja base estava a teoria do liberalismo político. De Kant a Marx, Habermas expôs um movimento cujo ponto de partida localizava-se no conceito burguês da opinião pública e o ponto de chegada, na sua **crítica**. Pré-Marx, a **Crônica** integrou a categoria histórica da opinião pública burguesa e sua base no liberalismo político, especialmente na mentalidade liberal expressa nos **Princípios de Política** de Benjamin Constant (2007) ²⁷.

Se Habermas analisou o nascimento da opinião pública em consonância com o estabelecimento de uma sociedade capitalista burguesa, o pano de fundo da constituição dela no Brasil foi uma sociedade escravista pós-independência, em momento talvez de maior auge do tráfico africano: os anos de 1830 e 1840. Dadas essas diferenças de contexto histórico e social, de modo algum o **público** da província do Maranhão pode ser definido como “burguês” (proprietário e educado) no sentido atribuído por Habermas, pois ele se fundou sobre outro tipo de proprietário, o senhor de escravos e terras, aproximado a um perfil aristocratizante (“Fidalgos e barões”, para lembrar título do livro de Milson Coutinho). Uma camada de senhores de escravos ilustrados, eis a base social dos leitores da **Crônica Maranhense**.

²⁷ Em trechos como este, por exemplo: “As injustiças, as violências, as persiguições, a escandalosa parcialidade, dividirão o povo em duas classes, a dos opressores e a dos oprimidos; e como o arbitrário (diz *Benjamin Cosntant*) tem de infalivelmente ir ferindo um a um todos os membros da sociedade, dentro de pouco tempo acontecerá que a classe dos oprimidos se comporá da totalidade do povo, menos o governo, e a sua diminuta clientela.” (artigos da **Crônica Maranhense**, 5/mar./1840. 1969, 2ª parte, p. 41). Ou então: “Autorizaremos a nossa opinião sobre a indiferença das formas constitucionais com a de um ilustre publicista, o que talvez escreveu com mais acerto sobre estas matérias, Benjamin Constant.” (Idem, 25/mar./1838. 1969, 1ª parte, p.86).

Articulada à base social dos senhores de escravos letrados, a elaboração da ideologia, esfera onde o jornalismo atuava, assumiu por isso conotações características. O jogo entre falsidade e verdade no mundo da aparência ideológica não reproduziu a situação vigente na Europa burguesa da primeira metade do XIX, quando a opinião pública alcançaria expressar ao mesmo tempo uma ideologia (o ponto de vista particular da burguesia) e um instante de verdade (foi capaz de ser um universal, como indicam as análises de Habermas). No caso brasileiro, dado a coexistência do liberalismo político e do escravismo, a diferença seria constituída pelo fato de que, no **jogo das relações entre a parte e o todo**, a ideologia funcionaria em zona “abaixo” do nível de universalidade em que poderia ressoar como “verdade geral” (Schwarz, 1988, pp. 13-28) ²⁸. Zona de funcionamento não menos fundamental, se lembrado que nela a ideologia se apresentaria mais como o que efetivamente era: pura ilusão objetiva. Autores como João Fragoso e Manolo Florentino afirmam ser esta uma falsa questão, pois, lá como cá, o liberalismo político sempre foi conservador, não havendo problema na sua combinação com o escravismo. Pensar que o liberalismo político poderia ser contrário à escravidão seria supor o que então ele não era: democrático ²⁹. Contrário ou não, nem por isso o programa escravista da aristocracia brasileira, na primeira metade do XIX, deixou de colocar a questão da sua singularidade e de ser ao mesmo tempo plenamente moderno, como apontou Luis Felipe de Alencastro (1997, p. 17).

Tendo como público leitor a elite senhorial letrada, o redator da **Crônica** voltava-se para ele com um intuito “doutrinário” preciso:

²⁸ Nos termos de Schwarz referindo-se à “comédia ideológica” do liberalismo na Europa e no Brasil: “É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original.” (1988, p. 14). Elas ligam-se ao “favor... nossa mediação quase universal” (p. 16) e não cumprem função de “enganar”.

²⁹ Veja desses autores, **O arcaísmo como projeto** (2001) e de Losurdo **Contra-história do liberalismo** (2006).

Quanto á parte doctrinaria, e às opiniões, continuaremos a defender os interesses da opposição, e por consequência, da liberdade e da ordem, a que ella deffende; a pugnar pela observância das nossas leis, e pelo progressivo aperfeiçoamento dellas; a forcejar por extinguir e apagar o ciume das classes, e para que nem as cores nem o logar do nascimento sejam parte para estimarmos ou despresarmos alguém, senão as suas qualidades ou deffeitos pessoaes (C.M., n. 91, 15/dez./1838, p. 368).

Difícil não ver inicialmente um paradoxo entre esse projeto e o meio social do redator, controlado por classes senhoriais escravistas. Meio onde o “logar de nascimento” e as “cores” apareciam como critérios básicos de hierarquização das “classes” permeadas pelo “ciume”. Se traduzirmos “ciume das classes” por “ódios de castas” (Serra, 1948, p. 126) não estaremos longe do sentido dado pelo redator. É certo que no programa doutrinário da **Crônica**, a escravidão e o tráfico provincial foram criticados, principalmente porque eram vistos como fatores de risco e de degeneração das classes superiores. No entanto, havia elementos sociais e históricos de aproximação entre o redator e seu público que demarcavam a extensão da crítica. João Lisboa mesmo era um ilustradíssimo senhor de escravos. Imaginando-se membro esclarecido das classes superiores, o pensamento moderado do jornalista não chegou a contestar a escravidão (no entanto, vista como injustiça, crime contra a humanidade). Em debate polêmico com a **Crônica dos Cronistas**, não escondeu a condição de senhor de escravos, ao dizer:

[...] herdamos 7 escravos de nosso pai.... nenhum foi morto pelo gentio [como afirmava o jornal rival] e... para comprar os 4 de que trata [a “Crônica dos Cronista”] (sendo dois crianças) vendemos três dos que possuíamos, e parte da imprensa que hoje pertence ao Sr. Inácio José Ferreira. (C.M., “Maranhão”, 7/set./1838. 1969, parte 1, p. 205).

Proprietário de oito escravos pelo menos, João Lisboa procurou se legitimar como figura senhorial ilustrada. Sem pensar o fim da opressão (algo que lhe parece um estado natural?), Lisboa aparenta ter em mente o ideal de uma ordem senhorial ilustrada, humana e justa. Para ele, amplos setores das classes superiores e o segmento das classes inferiores,

caracterizavam-se pela falta de ilustração. Os oprimidos revoltosos eram seres sem educação. “Homens grosseiros”, dizia. O modo injusto e violento como eram tratados se devia à falta de ilustração dos opressores. Se esta era sua compreensão no tempo da **Crônica**, daí há uma distância em relação a visões como a de um ilustre expoente da Virgínia (EUA), proprietário de escravo, que em 1839 via nesta condição (de proprietário de escravo) o estímulo em si de...

[...] uma natureza e um caráter mais liberal [...] princípios mais elevados, uma abertura maior da mente, um amor mais profundo e mais fervoroso e uma consideração mais justa daquela liberdade, graças à qual ele chega a ser tão altamente distinto (Losurdo, 2006, p. 50).

Se fazendeiros e mesmo homens de letras havia que pensassem assim (quase parecido aos fazendeiros do sul dos EUA)³⁰, não parece ser esta a visão da **Crônica**, malgrado seu redator fosse um pequeno proprietário de escravos. No redator imerso no escravismo a idéia de liberdade se deu não pela afirmação orgulhosa e tranqüila, mas por um visível mal-estar em relação à escravidão moderna. Permanece, entretanto, a questão de Losurdo: a liberdade defendida pela **Crônica** incluiu negros, homens de cor e índios ou era restrita aos fazendeiros do algodão e do gado? Era liberdade para todos ou apenas para as classes superiores? A posição do João Lisboa da **Crônica** aproximou-se mais à de uma autoridade crítica esclarecida da própria classe, à qual sabia pertencer, exercida não para que o seu poder e a sua dominação fossem superados, mas “civilizados” (essa, talvez, a razão de ser da idéia de que preferia ser “vítima” a ser “opressor”).

Posição que esteve na base da sua atitude em relação aos balaios. Da apresentação das revoltas como meras reações, sem motivações próprias, mas exteriores, localizadas nas lutas entre as facções políticas (opinião, nesse ponto, semelhante à de Gonçalves de Magalhães). Em nenhum momento a **Crônica** fez a defesa explícita dos revoltosos, embora apoiasse os fins e criticasse os meios utilizados pelos rebeldes. As revoltas foram

³⁰ Veja o ítem “ordem fazendária” no capítulo 4 deste trabalho.

explicadas em função do “despotismo” do governo, o seu assunto principal. Elas, porém, apontaram para os limites, recortes e diferenciações que a **Crônica** realizava ao se definir como “maranhense” e “bentevi”, mas não “balaia”. Na **Crônica** de 9 de abril de 1840, procurando se defender das acusações de que o seu jornal era um dos responsáveis pela revolta, mapeando o seu público, dizia Lisboa:

A Crônica contava 370 assinantes no começo das atuais desordens; pois apenas distribuía a cerca de 80 exemplares em Caxias, Brejo, Codó, Tutóia, Manga e Icatu; em Pastos Bons, comarca inteiramente anarquizada, não tinha um só; a grande maioria deles pertencia à capital, Itapucuru, Viana, e Alcantara, onde a paz não tem sido perturbada. Os nossos assinantes são de mais disso proprietários, negociantes, lavradores, e funcionários públicos, e certo não passarão de 10 ou 12 os indivíduos que lessem os nossos escritos, e se lançassem na desordem. Quanto às classes inferiores, nem o estilo da Crônica, nem as questões que ela ordinariamente trata são calculados para a sua inteligência. De mais entre 100 ou 200 desses homens ignorantes e embrutecidos, apenas depara-se com um ou outro que, sabendo ler, são incapazes contudo de apreciar o que lêem.. (C.M., n. 227, 9/abr./1840. 1969, parte 1, pp. 250-51).

Não é tão difícil assim perceber o tipo de mentalidade do público para o qual se voltava a **Crônica**. Em relação a ele, o jornal pretende se distinguir como porta-voz de um liberalismo esclarecido na província, baseado nos topos da razão, educação, liberdade, equilíbrio, lei, moderação. Mesmo assim, como o seu público leitor, o jornal integrava uma grade de percepção negativa do universo das multidões, profundamente arraigada no campo das elites e das suas interpretações. Os textos da **Crônica** pertencem a um “saber compartilhado” onde os agrupamentos populares foram percebidos como campos das superstições e da incultura, ainda que integrados na categoria de “povo” segundo o discurso liberal e iluminista apresentado. Neles, as figuras populares eram representadas como seres de falta, “lugar do inculto”, da superstição, da ignorância, da turbulência (Canclini, 2003, p. 208). Em suma, eram desprezadas como vidas infames. Curiosa junção de tolerância ilustrada e discriminação senhorial. Tomando-se precisamente aqui um desvio para indicar a complexidade da noção de “povo” no discurso da **Crônica**, ao abordar a questão do controle

interessado da farinha pela Câmara Municipal de São Luís, o jornalista incorporou não apenas “consumidores”, mas também “produtores”:

Ninguém dirá que por povo se deve só entender a classe consumidora de farinha, mas também a produtora, que sendo também povo tem iguais direitos à proteção da lei e das autoridades: por conseqüência a pretexto de proteger uma classe é odiosíssimo avexar escandalosamente a outras (C.M. “Maranhão”, 3/fev./1838. 1969, 1ª parte, p. 40).

Chamava de “lavradores” aos produtores de farinha, categoria que abrangia então grandes e pequenos proprietários. Ao reconhecer os produtores da farinha como “povo”, o redator incluía em seu uso da categoria não apenas as “classes superiores”, mas também os “lavradores” das “classes inferiores”, que, enquanto “povo”, teriam “iguais direitos à proteção da lei e das autoridades”. Nesse sentido, se tivermos em conta a realidade senhorial da **Crônica**, o jornalista mostrava, em seu humanismo, capacidade extraordinária de compreensão dos segmentos populares, ou pelo menos a busca dessa compreensão para além da muralha do desprezo. Contudo, se a **Crônica** advogava aí a causa dos pequenos produtores de farinha, este segmento não era o público focado pelo jornal. Como diz João Lisboa, a “oposição atual”, que o jornal pretendia representar, “conta no seu seio grande número dos mais abastados lavradores da província, ricos proprietários, homens recomendáveis por suas luzes e serviços e funcionários de uma classe independente” (C. M., “Maranhão”, 18/jun./1838. 1969, 1ª parte, p. 138).

Continuamos insistindo com **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, ponto de partida teórico necessário aos propósitos deste capítulo: o estudo de um jornal no final da regência segundo a problemática da construção de uma “esfera pública política” que tem na “opinião pública” o setor decisivo. Neste, o jornal foi peça essencial. Além da natureza “burguesa” do público leitor, outro pressuposto chave para o aparecimento do espaço mencionado na Europa foi constituído pela separação entre os campos do privado e do público, da sociedade e do Estado. Para que o jornalismo se

configurasse efetivamente como esfera pública política, foi necessário um conjunto histórico de mudanças propiciadoras da diferenciação entre as ordens do Estado e da sociedade, e especialmente da construção dos espaços do público e do privado como campos distintos. Ora, o exame de algumas obras sobre a opinião pública indicará que, no mundo da sociedade escravista brasileira, aquele pressuposto não teve lugar inteiramente³¹. Como apontaram vários estudiosos sobre a formação do Estado (Faoro, 1984; Holanda, 2006; Carvalho, 1980) e também sobre a “História da Vida Privada no Brasil” (Alencastro, 1997), a diferenciação entre “público” e “privado” não teria sido tão nítida. Entre os dois campos dominou uma “dialética da ambigüidade”, um jogo esquizofrênico entre “ordem” e “desordem”, que perpassou os espaços da opinião pública nas décadas do império, inclusive o campo dos jornais e dos jornalistas. A ambigüidade marcou as relações entre opinião pública e opinião privada nos discursos jornalísticos, questão crucial para o redator da **Crônica**, para quem um dos orgulhos era o de haver dado início a uma verdadeira opinião pública no Maranhão. Contudo, o jogo profundamente indeterminado entre discurso público e discurso partidário marcou os textos do redator do início ao fim do jornal. Daí a ginástica feita para argumentar a favor de uma opinião que fosse ao mesmo tempo pública e partidária. (Na verdade, a **Crônica** foi um esforço para transformar a opinião de um partido em opinião pública. Um esforço que malogrou diante de uma realidade senhorial e escravista que não dissociava as esferas públicas e privadas e, sobretudo, onde as opiniões

³¹ Para uma idéia das diferentes visões sobre a imprensa no Brasil do século XIX, principalmente a sua primeira metade, consulte: Sobrinho, Barbosa L., **O problema da imprensa** (1923); Vianna, Helio, **Contribuição à História da Imprensa Brasileira** (1945); Sodré, Nelson W., **História da imprensa no Brasil** (1999); Bahia, Juarez, **Jornal: História e Técnica**; Contier, Arnaldo, **Imprensa e ideologia em São Paulo** (1979); Marson, Izabel A., **Movimento Praieiro** (1980); Neves, Lúcia M. B. P., Morel, Marco e Ferreira, Tania M. B. da C., (orgs.), **História e imprensa** (2006); Morel, Marco, **As transformações dos espaços públicos**, 2005; Morel, Marco e Barros, Mariana M., **Palavra, imagem e poder** (2003); Lustosa, Isabel, **Insultos impressos**, 2000; Neves, Lúcia M. B. P. da, **Corcundas e constitucionais**, 2003; Basile, Marcello O., **Ezequiel Corrêa dos Santos** (2001). Veja também as seguintes referências para outros contextos: Darton, R. & Roche, D. (orgs.), **A Revolução Imprensa** (1996); Guerra, François-Xavier, Lempériere et al., **Los espacios públicos em Iberoamérica** (1998); Pallares-Burke, Maria L. G., **The Spectador** (1995); Marx, K., **Liberdade de imprensa** (2007); Voltaire, **Conselhos a um jornalista** (2006); Balzac, Honoré de, **Os Jornalistas** (2004).

particulares, partidárias e oficiais não conseguiam transfigurar-se em efetivas opiniões públicas, a não ser como simulacros.).

Oriundos das classes superiores, qual o perfil dos leitores da **Crônica**? Um primeiro elemento sobre este perfil eram os seus assinantes, leitores e fontes de financiamento do jornal. Quanto à composição sócio-profissional, segundo Lisboa, eles eram “proprietários, negociantes, lavradores, e funcionários públicos...” (C.M., n. 227, 9/abr./1840. 1969, 1ª parte, p. 250). O mapa geográfico dos “assinantes” foi indicado pelo jornalista. Da área geográfica de repercussão do jornal, diz Lisboa que, nos começos da Balaiada, do total dos exemplares “apenas distribuía a cerca de 80... em Caxias, Brejo, Codó, Tutóia, Manga e Icatu; em Pastos Bons, comarca inteiramente anarquizada, não tinha um só; a grande maioria deles pertencia à capital, Itapucuru, Viana, e Alcantara, onde a paz não tem sido perturbada” (idem, *ibidem*). Apesar da tentativa de defesa (ao tentar vincular o jornal com as áreas em paz e dissociá-lo das áreas em guerra), Lisboa termina por indicar que a **Crônica** era jornal conhecido em toda a parte “norte” da Província, inclusive na área onde se concentrava a maioria dos principais focos da revolta: Caxias, Brejo e Itapucuru. Todas as cidades e vilas citadas (Caxias, Brejo, Codó, Tutóia, Manga e Icatu) eram lugares decisivos na cartografia maranhense da Balaiada. Mas também mostra onde se localizava o principal foco dos seus leitores: São Luís, sede do governo, do comércio exportador e importador e da Igreja, e especialmente Alcântara, um dos principais centros agrários das famílias “aristocráticas”.

A linguagem adotada pela **Crônica** pressupunha (nos termos da época) o leitor culto, ainda que se possa objetar que nem todo leitor, por ser “culto”, fosse leitor da **Crônica**. Mas, como já indicado, o próprio Lisboa, defendendo-se das acusações de que a **Crônica** foi uma das causas das revoltas populares, afirmava com certo orgulho superior: “Quanto às classes inferiores, nem o estilo da crônica, nem as questões que ela ordinariamente trata, são calculados para a sua inteligência.” (idem, p. 251). Segundo o preconceito do jornalista, as classes “inferiores”,

dominadas por “homens ignorantes e embrutecidos”, apenas “um ou outro” saberia ler e, ainda assim, não saberia “apreciar” um texto como o da **Crônica** (idem, ibidem).

Entre os leitores cultos vale considerar em primeiro lugar os próprios jornalistas. Eles formavam entre si uma comunidade de leitores. Liam-se reciprocamente, criticando-se e elogiando-se. Pelo menos os jornais rivais citados por Lisboa o viram de modo bastante crítico quando não insultuoso. Na verdade, o modo como Lisboa os viu também não era muito diferente. A **Crônica** é farta em críticas e comentários ao jornalismo feito pelos concorrentes que, como entrevemos através da própria **Crônica**, retribuíram na mesma moeda, senão que de modo mais enfático. Referindo-se, por exemplo, ao redator do **Sete de Setembro** afirmou João Lisboa: “O ilustre escritor, além de tachar a nossa *Crônica* de escandalosa, achou-a recheada de ataques, ora insulsos, ora virulentos, ao Exmo. presidente da província, e alinhada de miseráveis contradições e incoerências.” (C.M., “Maranhão”, 13/jan./1838, 1969, 1ª parte, p. 21). Depois de rebater com veemência frase por frase ao **Sete de Setembro**, Lisboa arrematou a crítica confrontando-o com o **Investigador**:

[...] se as frases guindadas e impenetráveis do *Sete de Setembro* desafiam o riso ainda aos mais trombudos; o estilo mazorrado do investigador, os erros gramaticais em que abunda, a indecência, e grosseria da frase, e ausência de menor idéia em política, provocam o fastio do gosto ainda o mais depravado. Muito e muito desejamos que o *Sete de Setembro* não transponha as balizas em que se tem contido até o presente, e muito mais desejamos que com seus eloqüentes pedaços nos continue a dar matéria para inocentes divertimentos. (idem, p. 23).

Nas elites provinciais, especialmente os “maranhenses” ilustrados formavam o público alvo da **Crônica**, e não se pode perder de vista a importância de uma categoria especial de leitores, a dos **bacharéis**, talvez os mais ilustrados entre os ilustrados leitores de João Lisboa. Distinguindo dois tipos de bacharéis, os que exerciam “empregos independentes” e os “abastados de bens da fortuna”, respondia a Sotero dos Reis: “Sim, a oposição conta entre os seus membros, e entre os seus candidatos a próxima

legislatura, alguns bacharéis; deles exercem empregos independentes e outros, sobradamente abastados de bens da fortuna, tem regeitado empregos” (C.M., “Maranhão”, 24/jun./1838. 1969, 1ª parte, p. 145). A **Crônica** de 13 de setembro de 1838 publicou artigo intitulado “O espírito de partido não tem remorsos”, saído no jornal “Argos Olindense”, em Pernambuco, escrito por “acadêmicos do 4º e 5º ano”, naturais do Maranhão, os “nossos bacharéis”, no dizer do jornalista, onde se teceram críticas, numa linha “moderada”, às contradições da nova política do regresso.

Talvez se possa pensar que os leitores da **Crônica** correspondessem a todos aqueles que, nos segmentos “superiores”, fossem contra o governo naquele momento, na medida em que o objetivo explícito do jornal era combater o governo e seus partidos e defender a oposição (exceto o governo de Lima e Silva, que contou com apoio do jornal). Mas não existe relação direta entre ser contra o governo e ser leitor da **Crônica**, embora a tendência fosse esta. Os “correligionários” do partido eram os principais leitores da **Crônica**. O “partido liberal” foi a única instituição a que o jornal se vinculou claramente. Neste período, diz Leal, Lisboa era o “diretor e chefe” do partido liberal. Viveria então “todas as suas horas ocupadas em corresponder-se com os correligionários do interior da província e servir-lhes de procurador, e em redigir a **Crônica**...” (1987, p. 322).

O público leitor da **Crônica** era integrado principalmente pelos “correligionários”, isto é, pelos amigos da “oposição”. João Francisco Lisboa pertencia, como disse Leal, “a esse pequeno e brilhante grupo que representava o partido liberal na legislatura de 1838” (1987, p. 308). Daí a defesa contra a acusação feita pelo jornal **Legalista** (Candido Mendes) de rebeldia por parte do **grupo da oposição**³². Lisboa, embora discordasse da

³² Manuel Alves de Abreu e dois irmãos; Raimundo Francisco do Lago; Antonio Francisco Coelho; Ignácio Portugal de Almeida e irmãos; Joaquim Antonio Gomes da Silva; Alexandre Bernardino Ribeiro e um irmão (que foi assassinado); D. Francisco; Tenente-coronel Martins; os Lagos e Baimas do Codó; Joaquim Cantanhedes; Joaquim Fabricio de Moraes Rego; Feliciano José Martins; João Fernandes de Moraes; Hermenegildo da Costa Nunes; os Ninas; Estevão Rafael de Carvalho; O redactor da

acusação, confirmou que eram nomes importantes da oposição. Não negou que se tratava de um grupo de homens de fortuna, de posição e de influência da oposição. Ou seja, do grupo do qual ele fazia parte na condição de “redator da Crônica”. De alguns dos citados lembramos e podemos confirmar que João Lisboa chegou a defender em seu jornal: a família Sá de Alcântara, os Nina, Estevão Rafael de Carvalho ³³. Auto-definindo a composição da oposição, a **Crônica** dizia:

entre os candidatos da oposição contam-se sete ou oito, que pertenceram ao partido do governo no tempo do Sr. Costa Ferreira, outros tantos que lhe fizeram oposição e uns doze que então não pertenceram a partido algum, ou porque de propósito não se quiseram envolver neles, ou porque não se achavam na província. (C.M., “Maranhão”, 9/ago./1838. 1969, 1ª parte, p. 190).

Dá o nome de alguns dos apartidários: desembargador Mariani, doutores Monteiro e Jansens, cidadãos Ângelo Muniz e José Frazão (idem, ibidem). Outros nomes indicados, mas agora integrantes tanto dos que apoiaram quanto se opuseram à administração Costa Ferreira, são: Estevão Rafael de Carvalho (oposição a Feijó e a Costa Ferreira), Abranches (apartado), Cerqueira e D. Francisco, João Francisco Lisboa (apoiou Costa Ferreira) (idem, ibidem). Definia a junção desses diferentes grupos como reunião de “quase todos os antigos liberais de 1828” (idem, p. 192).

Constituído por grupos políticos influentes da província, no público dos “correligionários” da **Crônica** destacava-se o do senador Costa Ferreira e membros da família Sá, de Alcântara. Mais do que simples leitores, tiveram no jornal um espaço de defesa dos seus interesses. Vários foram os artigos e notícias sobre Alcântara, Costa Ferreira e a família Sá. Por exemplo, o artigo onde foi feita a defesa contra acusações de um correspondente acerca da remessa de oficiais para o Pará por ordem do presidente Costa Ferreira

Chronica; a família Sá, de Alcântara (C.M., “Chronica Maranhense”, n. 257, pp. 1031-32. Esp. p. 1031).

³³ Seria útil pesquisar a história de cada um desses personagens e verificar se formam uma teia; podem representar, para a pesquisa, a ponta de um **iceberg**. É uma pista quanto ao grupo político de João Lisboa.

(C.M., n. 14, 19/fev./1838, pp.59-60); outro em defesa à acusações contidas em correspondência publicada no **Investigador** e feitas ao partido do redator e ao presidente Costa Ferreira: na eleição de 1836, invasão policial da igreja da Conceição em São Luís e roubo de urna; ataque do destacamento à igreja no itapicuru-mirim; recrutamento de pessoas da oposição (C.M., “Maranhão”, n. 13, 15/fev./1838. 1969, 1ª parte, pp. 53-56); artigos de defesa da família Sá e de Alcântara; acusações contra a notícia da prática de defloração constante de virgens em Alcântara, domínio político dos Sá; contra a acusação de que o contingente auxiliar de Alcântara, e a deserção de muitas praças em São Bento, era fruto da exploração política dos Sá (acusações feitas pelos jornais do partido adversário, especialmente por Sotero dos Reis e Candido Mendes); notícia da participação do senador Costa Ferreira na campanha da maioria por sua assinatura no projeto de Holanda Cavalcanti; publicação da resposta de Franco de Sá às acusações da **Revista**, de Sotero dos Reis (C.M., maio/junho 1840); análise da questão da falta de apoio da comarca de Alcântara à luta contra os rebeldes (C.M., março/1840); exame da questão da deserção dos praças do contingente de Alcântara, em São Bento (C.M., maio/junho 1840); defesa de Costa Ferreira (C.M., setembro/dezembro 1840). Vinculando-se ao segmento alcantareense da família Sá, Lisboa ajudou decisivamente a construir a imagem do grupo como “oposição ilustrada”.

Respondendo à afirmação de Sotero dos Reis de que a família Sá pretendia retomar o controle da política provincial, perguntava: “Acredita o Sr. Sotero que porque uma família é numerosa, e rica de talentos e bens de fortuna, deve ser excluída de tomar parte nos negócios públicos?” (C.M., “Maranhão”, 24/jun./1838. 1969, 1ª parte, p. 145). A família Sá, e muitas das que residiam em Alcântara, seriam distintas das famílias governistas, em geral arbitrarias, violentas e até criminosas. Constituiriam uma espécie de núcleo bom, saudável, das classes superiores. Costa Ferreira, assim como Franco de Sá, seriam um dos principais exemplos do ideal de uma vida moderada apregoado pelo discurso ilustrado da **Crônica**. A defesa de

Costa Ferreira aparece na **Crônica** de 22 de fevereiro de 1838 (onde procura explicar a derrota do seu partido):

Pelo tempo em que a administração do Sr. Costa Ferreira, achava-se o Maranhão em perfeita tranqüilidade; o partido preponderante era o que tinha vencido nas eleições de 1833 por uma extraordinária maioria de 170 votos contra 30; a um triunfo tão completo não se tinha seguido, como hoje, os ódios, as intrigas, e as perseguições; pelo contrário, a época se tornou notável pela ausência de todas as discussões políticas, entretidas apenas a atividade pública em questões sobre os embaraços financeiros e monetários e sobre outros interesses materiais. A moderação do partido vitorioso foi tal que, tendo-se de proceder à eleição da primeira assembléia provincial, os seus chefes pugnaram pela eleição dos seus mais hábeis adversários políticos, a qual conseguiram... (C.M., "Maranhão", 22/fev.1838. 1969, 1ª parte 1, p. 60).

A moderação política do partido liberal é o aspecto destacado; aquilo que o distinguiria do outro partido (moderação que chegaria ao ponto do partido lutar pela eleição do adversário!). Defendendo seu partido, Lisboa argumentava que se o partido no governo fosse substituído pela oposição bentevi, cujo núcleo era Alcântara dominada pela família Sá, as relações entre as classes superiores e as inferiores haveriam de mudar para um campo menos violento e menos arbitrário. De certo modo, Alcântara era "modelo" para João Lisboa. Para ele, ali não havia revoltas populares justamente porque a oposição reinava, enquanto o resto da província se via tomada pela "anarquia". Haveria uma espécie de relação entre os domínios da oposição e o estabelecimento da "segurança pública": "... de todas as comarcas da província inclusive mesmo a da capital, [Alcântara] é aquela porventura onde se goza de maior segurança individual, e onde há mais tempo tem sido sempre inalterável a intranqüilidade (sic) pública." (C.M., 4/fev.[1840]. 1969, 2ª parte, p. 23). Em alguns momentos da **Crônica** defendeu Alcântara e suas famílias contra as acusações dos partidos governistas.

A comarca de Alcântara, a quem violentamente se arrancou o território de Santa Helena e Pinheiro, contra a unânime representação dos habitantes desse mesmo território, e tão somente para contentar-se o capricho de três indivíduos;

Alcântara, cuja influência eleitoral se golpeou, anulando-se 27 dos seus eleitores, primeiramente, e depois todo o seu colégio, e a quem assim puseram fora da lei, e comunhão maranhense; Alcântara repousa no seio da mais profunda paz! Enquanto a guerra vai ardendo furiosa nos distritos em que os nossos opressores dominavam, e onde praticaram as mais odiosas vexações como as mais vergonhosas extorsões os Severinos, os Coqueiros, os Onofres, os Barbosas, a comarca de Alcântara, unânime opositor, existe tranqüila, sem um só soldado do governo, e é o asilo onde yêm cravados os olhos aqueles que se não julgam seguros da desordem nos outros lugares que ocupam. (C.M., 19/mai.[1840]. 1969, 2ª parte 2, p. 92).

Lisboa elabora a contraposição Alcântara, símbolo da oposição e da paz, versus distritos governistas, símbolos da guerra. Alcântara continuava na “mais profunda paz”, não obstante ter sido atacada politicamente pelos governistas com a supressão dos territórios de Santa Helena e Pinheiros e atingido sua “influência eleitoral” com a anulação de 27 eleitores e em seguida do seu colégio. Feito oásis da segurança em meio ao deserto da guerra, Alcântara virava um tipo de “asilo” ou refúgio para aqueles que desejavam fugir dos lugares tomados pela “desordem” praticada pelos Severinos, Coqueiros, Onofres e Barbosas. A idéia de “comunhão maranhense”, utilizada para indicar a exclusão política da comarca de Alcântara, acaba apontando para um dos principais objetivos da **Crônica**. Não o da realidade daquela “comunhão maranhense”, mas o da sua invenção. Alcântara deveria ter, na opinião do redator, um papel fundamental na construção política desta “comunhão”. Era esse papel que o jornalista agora tratava de defender.

Em outro momento, ao defender a família Sá das relações que jornais adversários tentavam estabelecer entre seu domínio e a ocorrência de certo “crime atroz” em Alcântara, disse Lisboa na **Crônica** de 4 de fevereiro de 1840:

Só a má fé do espírito de partido poderia responsabilizar a uma família, a um partido inteiro, pelo crime de um de seus membros; é isso coisa tão evidente que o contemporâneo para poder dar alguma cor à sua calúnia tomou a sua conta pintar-nos a comarca de Alcântara no mesmo estado em que se acham, por exemplo, aquelas em que domina a família dos Carneiros.

Porque não cita o Investigador os fatos que provem ter-se a família Sá posto acima das leis? Quais são os atentados que em Alcântara se praticam diariamente? Pelo contrário, de todas as comarcas da província inclusive mesmo a da capital, é aquela porventura onde se goza de maior segurança individual, e onde há mais tempo tem sido sempre inalterável a intranqüilidade [sic] pública. Ainda há poucos meses que o sr. Leonel, querendo insultar os candidatos da oposição comparando-os com os srs. Sás, elogiou a estes últimos como bons cidadãos, dotados de virtudes privadas; mas hoje porque o ciúme brutal de um velho de sessenta anos deu ocasião a um crime particular, já essa família se compõe toda de monstros, de Sardanapalos, de aristocratas orgulhosos que oprimem uma infeliz Cidade, onde se figuram cometidos diariamente crimes atrocíssimos! (1969, 2ª parte 2, p.23).

Lisboa toma a defesa da família Sá e de Alcântara contra a acusação, feita por Sotero dos Reis, o “contemporâneo”, e pelo “sr. Leonel”, de que oprimiam a cidade como “aristocratas orgulhosos”, de que compunham uma família de “monstros”, de “sardanapalos”; de que a cidade vivia sob o efeito de crimes “atrocíssimos” ocorridos diariamente. Lisboa considera tudo isso como “calúnia”, como fruto da pura “má fé do espírito de partido”. Se houve crime (no caso, um “crime particular” causado pelo “ciúme brutal” da vítima, um “velho de sessenta anos”), não seria correto generalizar tal fato para toda uma família e toda a Alcântara. Lisboa volta a acusação contra os acusadores, afirmando ser Alcântara lugar mais seguro até que a capital e lembrando, ou acusando, como violento lugares como os dominados pela família Carneiro. Vale reter a idéia de “virtudes privadas”, pois diz muito sobre o ideal de classe imaginado por Lisboa, e talvez para si mesmo.

O grupo de leitores da “oposição” era definido, ganhando razão de ser, em relação a um outro chamado “maioria”. A **Crônica** identificou Antônio José Meireles, Manuel Gomes Belfort e Francisco Sotero dos Reis como núcleo diretor do partido da “maioria”. Viu no comendador Meireles, o negociante português, o chefe maior do partido. O núcleo contava com o apoio do presidente da província, Vicente Camargo. Leonel Joaquim da Serra, Nunes Cascaes, etc. figuravam como nomes importantes, mas secundários do grupo. Traçou perfil de cada uma das principais lideranças. O comendador

Meireles, inimigo da independência, foi apresentado como homem “essencialmente amigo do dinheiro, e para quem a política, e vexações que pratica, não são mais que meio proveitoso de devoração” (C.M., “Maranhão”, 9/ago./1838. 1969, 1ª parte, p. 191). Manuel Gomes Belfort era retratado como figura caracterizada por “prejuízos nobiliários”, “despotismo” e o mais extremo defensor dos interesses dos “frades” (idem, *ibidem*). Sotero dos Reis, já caracterizado em outras páginas, aqui era enfatizado na sua omissão em relação aos “atentados” praticados pelo governo provincial (idem, *ibidem*). Foram várias as acusações feitas contra o “partido da maioria”: afirmava que a lista dos candidatos elaborada por este partido não tinha outra finalidade a não ser a de assegurar o “triunfo da cabala, e no interesse dos Srs. Antônio José Meireles, Manoel Gomes Belfort e Francisco Sotero dos Reis, que entre si repartem a mando, aquinhoando-se cada um conforme o seu gosto, hábitos e princípios” (C.M., “Maranhão”, 9/ago./1838. 1969, 1ª parte, p. 190); o papel do partido dominante nas desordens (C.M., março/1840); o partido de Sotero e o tempo do seu domínio político (C.M., setembro/ dezembro 1840); as disputas pela hegemonia do partido da maioria entre Manuel Gomes da Silva Belfort e Francisco Sotero dos Reis (C.M., maio/junho 1840); a Assembléia provincial e seus projetos, como o da lei de reforma do tesouro provincial e a proposta de criação do cargo de procurador fiscal (C.M., maio/junho 1840); a atuação de deputados maranhenses na Corte (C.M., junho/julho 1840); publicação de artigos atacando Sotero dos Reis em torno da questão da substituição de Jose Coelho de Souza por Isidoro Jansen Pereira no posto de comandante superior da Guarda Nacional na capital (C.M., dez.1840/mar.1841).

Publicadas com freqüência, as cartas dos leitores dão pistas importantes sobre os interesses do público da **Crônica**. Em geral, tratavam de questões políticas. Os artigos de Lisboa fizeram uso das cartas, principalmente do interior, como fonte das notícias. Elas foram referidas em vários momentos da **Crônica**, ao dar notícias sobre a Balaiada, se contrapor ao governo, criticar o partido situacionista ou os jornais adversários. Assim, por

exemplo, se referiu às cartas recebidas de Caxias, “trazidas por um expresso”, com que o negociante Antônio José Meireles e o lojista Frederico Augusto de Sousa foram ao palácio do governo dar notícia da existência naquela cidade de um “plano revolucionário”: “... apresentando-se o Sr. comendador Meireles em palácio, com as misteriosas cartas, segundo é fama, e temos todas as razões de crer...” (C.M., “Maranhão”, 1º/jan./1838. 1969, 1ª parte, p. 6). No mesmo artigo diz que diversos cidadãos aconselharam o presidente a não “dar crédito a cartas particulares de indivíduos apaixonados e rancorosos...” (idem, *ibidem*). Por outro lado, o jornalista indicou que outras cartas negavam que houvesse a trama de um plano revolucionário: “Algumas cartas particulares, que na mesma ocasião chegaram, deram certa, não a existência de um plano de desordens, mas de baixas intrigas contra vários cidadãos por motivos de eleições...” (idem, p. 7). As cartas funcionaram, aqui, tanto como fonte de intriga e de criação de fatos inexistentes, levando o presidente a tomar medidas equivocadas, quanto do que realmente estaria ocorrendo. Foi dizendo basear-se em cartas que João Lisboa noticiou boa parte da Balaiada. No texto que utilizamos verificamos a publicação dessas cartas. Por exemplo, em 31 de janeiro de 1838, duas cartas foram copiadas do **Investigador Maranhense** e publicadas na **Crônica** (C.M., “Maranhão”, 31/jan./1838. 1969, 1ª parte, pp. 46-47). Mais interessante ainda é a longa correspondência enviada ao “Sr. Redator” pelo Major Engenheiro Fernando Luís Ferreira e publicada na edição de 6 de junho de 1838 (idem, pp. 123-26). As cartas foram objetos de um momento decisivo quando Lisboa se viu obrigado a defender-se das acusações de que mantivera correspondência com as forças rebeldes, inclusive com Raimundo Gomes, um dos principais líderes populares. Questão que merece análise detida a fim de se verificar os diversos usos que o jornal fez da correspondência dos leitores ou da correspondência dos outros jornais.

Ignoramos o quanto a **Crônica** era lida e conhecida fora da Província. Pesquisas em jornais das outras províncias permitiriam fazer-se uma idéia, pois eles referiam-se entre si e publicavam extratos uns dos outros. No

Arquivo Público do Estado de Pernambuco, vimos referências a jornais do Maranhão no **Diário de Pernambuco**, segundo semestre de 1840. Na seção “Notícias Provinciaes” deste jornal a Balaiada foi noticiada. Assim, no dia 1 de julho de 1840, referindo-se ao Maranhão, dizia: “Esta Província ainda continua em sua desgraçada luta...” (D.P., n. 157, 21/julho/1840, pp. 2-3). Em 26 de agosto de 1840, comunicava:

Alcanção até 9 do mez p. p. as folhas, recebidas desta Província, onde continua a desgraçada luta, alcançando sempre o partido da legalidade victoria contra os rebeldes, mas nunca ãa victoria completa, pois estes malvados, semelhantes ás harpias, que fugião das espadas dos Troianos, mas novamente voltavão a manchar-lhes comer, fogem das baionetas dos legalistas, mas de novo o voltão, já neste, já naquelle logar para manchar-nos, e estragarnos o suceso, e a tranqüilidade da Província. (D.P., n. 170, 6/ago./1840, p. 2).

Em 26 de agosto de 1840 o **Diário de Pernambuco** publicou extrato de notícia sobre a Balaiada indicando como fonte a “Revista de 26 de julho”, isto é, o jornal de Sotero dos Reis (D. P., n. 185, 26/ago./1840, p. 2). A **Crônica** aparece como fonte referida para a seguinte notícia do **Diário de Pernambuco** de 22 de setembro de 1840:

Recebemos folhas desta província até o ultimo p.p. que nos dão noticias mui satisfatórias; porque lemos em ãa proclamação, que no dia 27 publicou o Presidente da Província por motivos das felices novas da Maioridade de S.M.I que a guerra civil estava quase extincta, que só restavão grupos de negros, que devião ser atacados no dia 29. Da parte official, e das noticias, que copiamos, verão os nossos leitores circunstanciamente [sic] a ultima acção dada em Pastos-bons, e o feliz socego de que continúa a gozar a cidade, e comarca de Caxias. As noticias da Corte tinhão sido bem recebidas, e festejadas. (D.P., n. 206, 22/set./1840, p. 2).

A notícia foi publicada como extrato dos “Artigos d’officio” e a fonte era assinalada assim: “Da Chronica Maranhense de 16 de Agosto”. Nas “Noticias Provinciaes” do **Diário de Pernambuco** de 8 de outubro de 1840, na parte “Maranhão”, começa-se assim:

recebemos noticias até 21 do mez de Setbr. p.p. e por ellas vemos, que esta provincia não está de todo livre da guerra civil, cujos autores ainda devididos em bandos apparecem por differentes lugares, como se vê da parte official, que publicamos. (D. P., n. 219, 8/out./1840, p. 2).

Aqui, davam-se notícias das lutas políticas em “Vianna”, criticando-se a Estevão Raphael de Carvalho e a **Crônica Maranhense**. Sobre esta, dizia-se:

Cumpre... contarmos esse distúrbio com todas as circumstancias por isso que a Chronica inimiga da verdade como he, depois de insultar de modo o mais escandaloso os Snrs João Raimundo Quintanilha e outros, fez uma narração apaixonada, e prenhe de multiplicadas falsidades (Idem, ibidem).

Encontramos no número de 18 de dezembro de 1840 outra referência à **Crônica** na seção das “Noticias Províncias” do **Diário de Pernambuco**, onde se dizia:

Recebemos folhas do Maranhão até 2 do corrente. Do artigo, que copiamos da Revista, se conhece, qual o estado dos rebeldes. Os dous partidos tem trabalhado para as Eleições de um modo o mais publico que dar-se pode; o annuncio que damos com ler, tirado da Chronica bem o provão.

ANNUNCIO ELEITORAL

Convidão-se a todos os cidadãos do partido liberal, amantes de S. M. o Imperador, a fim de que se reúnam na noite do dia 28 do corrente... (D. M., n. 270, 18/dez./1840, p. 1).

Ribeiro do Amaral mencionou citações do jornal por Teófilo Otoni em debate parlamentar na Corte, sinal de que a **Crônica** teria leitores aí. Mas a consciência de João Lisboa, ao se definir como “escriptor obscuro”, parece ser a de que seu jornal exercia pouca influência na opinião pública da Corte.

Estamos bem persuadidos que nem os senhores ministros nem os seus illustres defensores se dignarão de responder às humildes perguntas de um escriptor obscuro; mas com quanto saibamos que os partidos não temem as contradicções, nem por isso deixaremos de manifesta-las ao publico. Já não são ellas tam

poucas para o tempo que S. Ex.cas servem; maiores, e em maior quantidade esperamos nós ver sem muita tardança: o nosso jornal as há de denunciar á nação, e á provincia. (C. M., “Maranhão”, n. 4, 13/jan./1838. 1969, 1ª parte, p. 21).

Os “assinantes” não eram apenas leitores da **Crônica**, mas também remetiam ao problema crucial do seu financiamento. A falta de informação impede de sabermos exatamente as origens e formas de financiamento do jornal, declaradas ou não. Inicialmente pensamos como fontes os “assinantes” e as “vendas avulsas”. Quanto às assinaturas, a fábrica de chapéus “Vidigal Irmão & Cia.”, na rua Grande, bem como a casa do redator, um “sobradinho de dous andares”, na rua do Egito, número 12 (Leal, 1987, p. 322), eram também locais onde se deveriam fazê-las (Cf. Leal, p. 310). Na fábrica também vendiam “folhas avulsas”. Eram vendidas a “160 réis”, enquanto as assinaturas trimestrais custavam 3\$000 (três mil réis), as semestrais 5\$500 (cinco mil e quinhentos réis) e as anuais 10\$000 (dez mil réis). Estes preços não mudaram. Os assinantes também poderiam publicar anúncios no jornal, modo de prestar um serviço e também de obter dinheiro para o jornal. A redação informava, no primeiro número, que o jornal admitia “avisos, comunicações, e correspondências; assinados, e reconhecidos na forma da lei. Todas as comunicações devem ser dirigidas ao agente do jornal Olegário José da Cunha.” (C.M., 1º/jan/1838. 1969, 1ª parte, p. 5)³⁴. Os avisos custavam “60 réis a linha”. Para os assinantes era gratuito, mas, no início, não deveriam exceder 30 linhas (Leal, 1987, p. 310) e depois baixou para 20. Os anúncios eram freqüentes. Foram publicados no espaço composto pela terceira coluna da última página. Eram anúncios variados de compra, venda e aluguel. Publicaram-se também anúncios de escravos fugidos, como este na seção de “Avisos”:

A Joaquim Mariano do Lago, fugio em Agosto do anno proximo passado um escravo de nome Nicolau, idade 30 annos, cafuz bem retinto, barbado com suissas, cara bexigoza; e de boa figura com muitos signaes de castigos que tem levado; e he official de

³⁴ Olegário José da Cunha tornou-se depois compadre de João Lisboa, que foi pai adotivo de duas filhas suas, a segunda devido à morte da primeira. O “compadre” Olegário foi figura presente na vida de João Lisboa, tornando-se o destinatário de suas últimas cartas. Foi ele uma das figuras que carregaram o seu caixão.

Marceneiro: quem o pegar e entregar a seo Snr. na sua Fazenda do Iguará, ao Snr. Raimundo Honório Baima do Lago em Itapucurú ou a Manoel Pereira da Costa, será pago do seo trabalho. Maranhão 12 de Fevereiro de 1839 (C.M., nº 112, 26 de fevereiro de 1839).

Em 9 de abril de 1840, diz Lisboa, a “Crônica contava 370 assinantes no começo das atuais desordens...” (C.M., nº 227, p. 250). Tratava-se para ele de um número elevado de assinantes já que na maior parte das províncias raros seriam os jornais que contavam “com mais de 200 assinantes” (idem, *ibidem*). Sobre a tiragem nada sabemos. (O redator fala em “370 assinantes” no começo de 1839, momento em que começa a Balaiada e em que raros jornais do império tinham mais de “200 assinantes”). Mas talvez não fossem as únicas e nem suficientes para o pagamento e a manutenção do investimento. No caso das assinaturas, havia ainda o problema da inadimplência e dos atrasos, indicados pelos anúncios de cobrança dos trimestres vencidos, como este: “Rogamos aos senhores que ainda devem o actual, e os anteriores trimestres, se sirvam satisfazer a sua importância” (C. M., nº 188, 20/nov./1839, p. 756). Podemos suspeitar que fosse também financiado por personalidades do partido liberal, como Franco de Sá e Costa Ferreira. Mas tudo é especulação. Do governo não poderia vir recursos, pois o jornal era da oposição. A **Crônica** de 24 de junho de 1838, respondendo ao **Investigador** de Sotero dos Reis, discutiu a questão do seu financiamento. O **Investigador**, segundo Lisboa, acusava que a **Crônica**...

[...] estava a expirar por falta de assinantes, mas que foi reanimada pelos convites e promessas de vários bacharéis, de três ou quatro homens *inconseqüentes*, e pelo socorro de 80 assinaturas e o aluguel de casas por um ano vindo de Alcântara (C. M., 24/jun./1838. 1969, 1ª parte, p. 143).

Ao que Lisboa respondeu:

É escandalosamente falso que a Crônica estivesse a expirar por falta de assinantes; contamos 220 desde o 1º trimestre, sendo 110 desta capital, apenas 30 de Alcântara, e os mais das outras partes da província; e nas duas imprensas onde se têm publicado

a Crônica, pode quem quiser indagar se não temos feito tirar sempre mais de 300 exemplares. A invenção do aluguel das casas que habitamos, pago por gente de Alcantara, é infame e digna do desespero dos seus autores; seríamos o mais indigno dos homens, se aceitássemos favores de semelhante natureza, estando no pleno exercício de todas as nossas faculdades; o Sr. Sotero e o seu responsável, o Sr, Cascais, conhecem, melhor do que nós, os miseráveis que caloteam as lojas, tabernas e imprensas onde publicam os seus jornais e os que para comprarem tipografias não se pejam de andar de porta em porta, tirando esmolas, sob o honesto título de subscrições. O escândalo destas imputações sobre de ponto, sendo elas feitas sob o nome de um Cascais que já confessou haver assinado a favor de um taberneiro falido uma letra, que depois de duas reformas, não excedia a vinte mil réis. (Idem, ibidem).

De todo modo, os leitores assinantes eram fontes de financiamento importante. Referindo-se à Assembléia Provincial, a **Crônica** de 6 de julho de 1838 observou que o deputado Leonel, do partido da maioria, em suas acusações contra os adversários, não poupou nem as pessoas que do “corredor costumam assistir as sessões da assembléia... **porque (disse ele) no corredor se solicitavam assinaturas para os periódicos da oposição!**” (C.M., 6/jul./1838. 1969, 1ª parte, p. 156).

3.3 UM NARRADOR DESTERRADO: UM ESCRITOR MENOR?

Preocupado com o problema da “reprodutibilidade técnica”, Walter Benjamin voltou-se para Paris, a “capital do século XIX”, lugar e momento em que o jornalismo se difundia junto com a expansão do capitalismo industrial. Situando o jornal como ícone da modernidade, Benjamin observou que o jornalista era um novo narrador, diferente do antigo, pois enquanto este era parte da “experiência”, o jornalista, narrador dos tempos modernos, era parte da “vivência”. O jornal integrou uma série de invenções (galerias, panorama, fotografia, exposição, democracia, romance, bulevares, moda, boêmia, folhetim, fisiologias, lampião a gás, etc.) que apontaram para mudanças determinantes no campo das percepções e recepções coletivas. Uma dessas refere-se ao “fetiche” da mercadoria. A modernidade, enquanto espaço das novas formas de percepção, corresponderia às constelações de imagens dialéticas que sonham o futuro

através do passado. Nela, a “pré-história” é uma forma de produção das utopias (Buck-Morss, 2002). Em sua fisiognomia da metrópole, Benjamin mergulhou criticamente no mundo dos fetiches gerados pela modernidade capitalista e, com o intuito de produzir o despertar, soube mostrar, como fotógrafo, seus sonhos como fantasmagorias. O jornal e os jornalistas foram apresentados como agentes da “proto-história” dos meios de comunicação. A imprensa trouxe um fenômeno novo: a “informação”. Esta, diz Benjamin, “precisava de pouco espaço; era ela, e não o editorial político nem o romance-folhetim, que proporcionava ao jornal o aspecto a cada dia novo e inteligentemente variado da paginação, no qual residia uma parte de seu encanto.” (1994, p. 24). Forma de comunicação estranha tanto à narrativa quanto ao romance, a informação visava “acontecimentos próximos”, aspirava a uma “verificação imediata”, a ser compreendida “em si e para si”, “plausível” (1994, pp. 202-3). A partir dos anos 1830, quando João Lisboa, moço ainda, iniciou, aos trancos e barrancos, a carreira de jornalista na cidade de São Luís, uma das capitais provinciais do novo império brasileiro, o jornalismo dos principais centros europeus passava por três grandes inovações: a) a ampliação do acesso com quedas dos preços das assinaturas; b) o uso dos anúncios; c) a publicação dos folhetins.

Considerada por vários autores a obra maior do jornalista que, por sua vez, em certa altura chegou a ser julgado como o dono da melhor prosa brasileira do seu tempo (Lins, 1963, p. 305), importa não esquecer que a **Crônica**, obra periódica de um autor “menor”, foi publicada no momento em que, no meio dos periódicos, surgiu a figura do “narrador de ficção”. Acontecimento atravessado pelo problema do “olhar-de-fora” ou, para lembrar Sérgio Buarque, do desterro (Sussekind, 1990, p.20; Holanda, 2006, p. 19). Seria o lugar do “desterrado na própria terra” a condição de possibilidade do narrador de múltiplos recursos e formas que acompanhamos no escritor distanciado do **Jornal de Timon**, mas, também, já em germe no jornalista engajado da **Crônica Maranhense**? Trata-se, sem dúvida, de problema presente no narrador da **Crônica**, a condicionar suas

possibilidades de criação e emprego das formas narrativas. Neste jornal, o esforço da elaboração da opinião crítica se deu junto com o da elaboração literária. Nos artigos da **Crônica Maranhense** o leitor se deparava com textos que eram o resultado de uma elaboração simultaneamente jornalística, literária e política.

Ao examinar a influência da literatura de viagem sobre o aparecimento da prosa de ficção no Brasil, nas décadas de 1830 e 1840, Flora Sussekind, lembrando um artigo de Brito Broca, inseriu João Francisco Lisboa no grupo dos românticos marcados pela experiência da viagem, mas que não deixaram registros. Brito Broca se surpreenderia com o fato de que “apesar de terem viajado tanto, românticos como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Torres Homem, Varnhagen, José [sic] Odorico Mendes, João Francisco Lisboa” não deixaram “muitas páginas de impressões e notas sobre curiosidades e costumes, registros diretos de tais viagens” (1990, p. 65). Quanto a João Francisco, mais sedentário que viajante, vale observar que apenas nos últimos oito anos da vida passou pela experiência da viagem, ao se mudar em 1855 (aos quarenta e três anos) do Maranhão para Portugal com a família, em função aparente do encargo oficial da comissão de pesquisa nos arquivos portugueses. Na Europa realizara viagens pela França, Itália, Bélgica, etc. Henriques Leal conta que ele talvez tencionasse relatar suas “viagens ao norte de Portugal e à Itália”, dada a presença entre seus papéis de muitos “apontamentos de datas, nomes de cidades, monumentos, edifícios, cousas célebres e curiosas, etc., que observou e de que tomou nota” (1987, p. 355). Noticiando a chegada ao Maranhão dos retratos de Gomes de Souza, Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Lisboa, depois de uma “longa romaria”, o cronista do **Semanário Maranhense**, autodenominado Pietro de Castellamare, ironizava em torno da “sublime mania de viagem” que caracterizava os retratados: “Os quadros originaes transmitirão, às quatro copias, a sublime mania das viagens, que tanto caracterisava-os” (1979, n. 21, p. 8). No caso de João Lisboa, a viagem para a Europa era vista como produto de “voluntário exílio” por “terras estrangeiras” (idem, p. 8). A sensação de

“não estar de todo” (Sussekind, 1990, pp. 11-15,), já experimentada na província do Maranhão e na rápida passagem pela Corte do Império, também se manifestou na ex-metrópole. Em carta de fevereiro de 1863, revelava que a cidade de Lisboa era para ele um “desterro”: “A menina vai bem, e eu mais aborrecido e triste, neste desterro, que doente” (Apud Niskier, 1986, p. 66). João Lisboa não se ajustou, embora expressasse afinidades de pensamento com algumas figuras do meio letrado português, como Alexandre Herculano. Quando ia ao teatro também se encontrava com “meia dúzia de literatos” do seu conhecimento, mas, confessava, não “podia entrar em conversação, nem eles comigo, ocupados que estão com suas idéias e interesses tão diversos dos meus” (Leal, 1987, p. 381). Mesmo com Alexandre Herculano, tido “pelo caráter e pelo talento muito conforme a meu modo de pensar”, não foi possível entabular “amizade”. Chegou a conhecer o historiador português, numa “lojinha de livros”, mas as relações não avançaram, pois, segundo Lisboa, Alexandre Herculano era “um macambúzio” pior que ele (Idem, ibidem). Desolado, confessava em carta a vida de intenso labor e solidão: “Aqui vivo entregue ao trabalho, meu único divertimento, e não tenho podido fazer amizade com a terra, por pouca ou nenhuma disposição para isso” (apud Niskier, 1986, p. 59). A sensação do isolamento e, mais que isso, a percepção do quanto os brasileiros eram ignorados pelos portugueses, aparece com clareza na sua biografia de Odorico Mendes publicada na **Revista Contemporânea de Portugal e Brasil** (outubro de 1862). De certo modo, aí, o que dizia de Odorico Mendes valia para si. Com raras exceções, afirmava logo na primeira frase, a “literatura brasileira contemporânea é quase geralmente desconhecida em Portugal” (**Obras**, 1991, p. 281). E generalizando dizia: “O mais que acabamos de observar acerca desta ignorância..., ou desta indiferença..., nota-se igualmente em quase tudo o mais que diz respeito ao Império americano.” (idem, ibidem). Olhava para o Brasil e as perspectivas de retorno também não eram promissoras, embora fosse afeiçoado á terra natal (Leal, 1987, p. 383). Em carta de julho de 1861 dizia: “Digo-lhe com toda a franqueza e sinceridade que não desejo ir ao Rio de Janeiro em caráter algum e porque tenho horror à nossa política e já me acho muito alvejado

nela” (apud Niskier, 1986, p. 63). Em carta de março de 1863, ao compadre Olegário, dizia da dificuldade de ainda residir em Lisboa e das incertezas da volta à província: “há de custar-me muito passar aqui outro inverno inteiro, mas tenho medo a tudo quanto o senhor me conta daí” (idem, p. 67). Com fortes dúvidas quanto ao seu lugar público, João Francisco faleceu num estado de melancolia, aborrecimento e “medo” em relação ao Brasil. Talvez as relações entre a sua província do Maranhão e o Império do Brasil fossem mais complicadas do que imaginara...

De fato, o historiador João Lisboa fez uso de relatos de viagens, alguns citados diretamente (Staden, Abeville, Diogo de Campos). Contudo, uma vez que somente na construção da prosa jornalística, durante os anos de 1830 e 1840, pode ter ocorrido o impacto do surgimento da prosa de ficção brasileira e as marcas dos relatos de viagens, é no jornalista que se deve buscá-la primeiro. Nesse sentido, a **Crônica Maranhense** pode, e deve, ser vista como **guia de viagem** imaginária (e poderia ser de outro modo?) pelo mundo do Império, e da província do Maranhão, nos últimos anos da Regência³⁵.

Na primeira metade do século XIX passaram poucos e importantes viajantes estrangeiros pela Província do Maranhão, os quais, com seus relatos, marcaram não apenas a literatura e a poesia, mas a historiografia (Caldeira, 1991). No tempo da **Crônica**, pelo menos um viajante estrangeiro passou pelo Maranhão, deixando relato conhecido: Daniel Parish Kidder, **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. Escrito nos Estados Unidos, o relato dava “notícias históricas e geográficas” do Império e de diversas províncias que o autor visitara. Não

³⁵ Adaptamos aqui a seguinte formulação de Paulo Arantes pensando em Hannah Arendt: “[...] para Kant... o ‘cidadão do mundo’ era de fato... um espectador do mundo. (...). Além do mais, tudo se passa como se a mentalidade alargada que permite pensar na cabeça dos outros fosse, por assim dizer, a prerrogativa do espectador, mas de um espectador em condições de imaginar, digamos, quase que intransitivamente. Daí o paradoxo, resolvido, de um cidadão do mundo que nunca saiu de sua remota cidadezinha prussiana: bastava alargar o próprio espírito do modo por ele mesmo indicado, imaginando o mundo através de todo o tipo de relatos de viagem, dos quais era leitor insaciável.”. (2004, pp. 107-8)

que ele exercesse influência específica sobre o jornal, e nem isso seria possível, mas integrava esquema de percepção e apreciação mais amplo com o qual o “olhar brasileiro” da **Crônica** dialogou: o do olhar estrangeiro, que vinha pelo menos desde a década de 1810, com Koster e Spix e Martius, dois olhares matriciais sobre o Brasil elaborados no final da era colonial.

Um dos aspectos mais complicados e ainda não analisados no discurso jornalístico de João Francisco Lisboa diz respeito à presença de um “narrador fictício”. Walter Benjamin, para quem, como indicado, com o jornal a figura do narrador tendeu ao desaparecimento, foi sensível ao aspecto da nova linguagem trazida por ele. Enquanto tal o jornal manteve afinidades com o romance ³⁶. Salvo engano, Luiz Costa Lima, analisando o estilo do **Jornal de Timon**, foi quem primeiro levantou a questão do “narrador” de João Lisboa. Como já indicamos acima, queria com isto chamar a atenção para a existência, nos escritos políticos e históricos do autor, de uma capacidade para a “dramatização” do real. João Alexandre Barbosa, à mesma época, percebeu e confirmou essa perspectiva de análise. Para o crítico, como também já mencionamos, a narrativa de Lisboa, baseada em dados históricos, far-se-ia segundo “perspectiva em que os planos histórico e imaginário eram intencionalmente fundidos pela utilização dos diálogos, monólogos e personagens” (Janotti, 1977, p. 70). Procedimento narrativo confirmado pela historiadora Maria de Lourdes Mônico Janotti ao afirmar que as idéias de João Lisboa foram expressas “dentro de uma trama novelística, onde o caráter subjetivo do retratamento da personagem está claramente configurado dentro do estilo romântico” (idem, pp. 69-70). Não só isso, segundo ela, o estilo de João Francisco apresentava características também “clássicas” e “realistas” (idem, p. 46). A “trama novelística” dos seus textos, incluindo os do jornalismo político-partidário, era versada em mais de uma forma. Para a historiadora: “... ao tratar do Maranhão [Lisboa] tornou-se romancista participante... enveredou

³⁶ Veja Paulo Arantes para essa analogia entre jornal e romance no Brasil (2004, pp. 91-2).

pela criação de tipos, chegou até a aproximar-se de um romance realista, confundiu o autor com a personagem...” (idem, p. 76). A certa altura a autora indaga e observa um estilo que, identificando sujeito e objeto, juntava forma clássica e conteúdo romântico: “O plano da história e do narrador se misturam, identificando-se sujeito e objeto, numa prosa vista por muitos como clássica, com conteúdo pessoal, subjetivo e, por que não, romântico?” (idem, p. 65). Maria de Lourdes Mônico Janotti sugere um estudo sobre as mudanças no “caráter da linguagem” utilizada por Lisboa no **Jornal de Timon** (idem, p. 76) e que, a nosso ver, poderia recuar sem dúvida para toda a produção jornalística das décadas de 1830 e 1840, se for certo que o **Jornal** foi apenas o seu resultado amadurecido. Para uma idéia inicial, tal como entrevista nas observações da historiadora (pensando no autor do **Jornal do Timon**), “o narrador” dos textos de Lisboa apresentaria as seguintes características: a) a de um “glosador”; b) um criador de personagens; c) um participante crítico; d) uso da “linguagem cômica”; e) utilização de “diálogos” e “monólogos” (idem, p. 70). Algumas dessas características podem ser observadas na **Crônica** (o glosador, o militante crítico, a linguagem cômica e a ironia) Não por acaso, integrava o programa da **Crônica** a publicação de romances em folhetins.

E attendendo a que para agradar a todos os paladares convem misturar o útil com o agradável, daremos sempre que seja possível, pequenos romances, e contos divertidos, que presentemente nenhum jornal tem (sic) redigido deixa de publicar. (C.M., n. 91, 15/dez./1838, p. 368)

Malgrado o título, a **Crônica** não é de modo algum crônica, mas conjunto fragmentado de linguagens. Fluxo de notícias. São várias as seções de assuntos que perpassam o jornal, na forma de colunas, introduzindo um modo de leitura diferente do livro. Contida num espaço de quatro páginas, era novidade a multiplicidade de assuntos apresentados como notícias, correspondências, avisos, variedades, ordens do dia, lista de preços, leis e decretos, reflexões, extratos de jornais, relatórios oficiais, etc. Vale esquematizar o modo como são distribuídas as matérias no espaço da **Crônica**. Eram quase sempre divididas em quatro áreas de notícias

distribuídas num total de quatro páginas. Primeira, aquela sob o título “Corte”, onde são publicados extratos de jornais do Rio de Janeiro, leis, decretos, falas, relatórios, debates parlamentares; às vezes nesse espaço ou em separado davam-se notícias de outras províncias (Bahia, Pernambuco, Piauí e, nesse momento, especialmente Rio Grande do Sul, devido á Farroupilha). Em seguida as colunas do espaço classificado como “Maranhão”, onde se publicam notícias de interesse da província, tais como relatórios e falas dos presidentes, leis, orçamentos, etc. (nessa parte é muito comum a publicação das ordens do dia da presidência acerca da guerra da Balaiada). Quando não se segue o espaço da “correspondência” (onde se publica artigos dos leitores, muitos de teor político), temos então a famosa coluna do redator chamada também “Crônica Maranhense”, espaço onde são noticiados e comentados questões da política provincial (nesse momento dominam os temas das eleições provinciais e da Balaiada). Por fim, a última parte, muitas vezes ocupando um espaço restrito, chamada “Anúncios”, onde se publicam avisos diversos (como os para os assinantes do jornal) e anúncios variados (inclusive de escravos fugidos). Se essa era a ordem das divisões, era também constante a variabilidade da distribuição das matérias nas páginas do jornal. Embora o redator buscasse certo ordenamento das informações no espaço do jornal, nem sempre o mesmo padrão de ordem era seguido, mudando a seqüência das notícias e das matérias às vezes completamente de um número para outro. A coluna “crônica maranhense”, por exemplo, saiu em vários lugares do jornal, na primeira, segunda, terceira e quarta páginas.

Importa distinguir a **Crônica Maranhense** como jornal e coluna. Obviamente, como tipo de texto mais abrangente do que a coluna “crônica maranhense”, o jornal era composto de vários pedaços de textos de gêneros diferentes: extratos de jornais, cartas, ofícios, listas de preços, avisos, anúncios, artigos, leis, relatórios, trechos de discursos políticos, folhetins (romances). A **Crônica** expressava um ponto de vista ou o interesse do jornalista em apresentar opiniões sobre determinados assuntos (como o contraste entre o discurso do papa e, provavelmente, a de Bernardo

Vasconcelos sobre a questão do tráfico) a partir da seleção e montagem de material publicado (extratos de jornais da Corte e de outras províncias, correspondências, ordens do dia). Nela se elaborava, no final da década de 1830, um ponto de vista sobre a província, sobre o império e até sobre o mundo.

Pretendendo-se crítica esclarecida, a **Crônica** é um corpo composto de muitos textos. Narrativa de narrativas, onde a voz dominante, polêmica e glosadora do narrador-autor apresenta, repete, descreve, confirma, contradiz, ironiza, julga outras vozes, enfim, produz enunciados e palavras de ordem. Não que estes movimentos fossem necessariamente específicos da **Crônica**. Eram típicas do jornalismo as práticas do recorte, da colagem e da montagem de fragmentos de outros jornais. Os jornais de Lisboa, como de resto o de todo mundo, eram, em boa parte, feito a partir de “extratos” e resumos de notícias de outros jornais. Muitas vezes vê-se o redator resumindo notícias lidas em outros jornais e as comentando posteriormente.

Embora a coluna “crônica maranhense” busque uma narrativa, procure dar sentido ao turbilhão dos acontecimentos noticiados no jornal, mais que isso, ela é parte do jornal e cumpre função opinativa para o editor. Funciona como “editorial” geralmente dentro do jornal, na terceira página, lugar onde o jornalista expunha suas opiniões, comentários, críticas, dava notícias, defendia-se, etc.

De fato, é limitador ler a coluna “crônica maranhense” isolando-a do jornal **Crônica Maranhense**. Ficamos com a sensação de “texto” fora do “contexto”. “Imagem nervosa” do mundo da província e do império, o jornal funciona muitas vezes como espaço das “provas” ou “documentos” do “comentário” feito na coluna, bem como espécie de texto que procura elaborar uma “reflexão” sobre o contexto, e sobre o ponto de vista político, uma reflexão crítica sobre aqueles materiais publicados. Ela cumpre função norteadora e, sobretudo, geradora de “reflexão” a respeito das notícias. O jornal funciona, aqui, como “contexto” da coluna, que remete o leitor para

ele, explicando o porquê da publicação dos extratos de jornais, sugerindo relações e produzindo reflexões. O jornal procura dar notícias de fatos notáveis da Corte e de outras províncias, assim como os da província do Maranhão. Muitas vezes fatos de natureza política.

Hipótese acerca do fazer-se de um escritor público menor

No campo das relações de forças provinciais, o nome de Lisboa aparece antes de tudo como jornalista. Sua primeira aparição na cena pública foi neste papel. Na verdade, João Lisboa foi produto da triangulação entre política, jornalismo e obstinada vontade de saber. Sua educação foi praticamente indissociável da carreira do jornalista político que aprendeu o ofício fazendo e escrevendo jornais no calor dos acontecimentos. Nunca “escrevemos coisa alguma para jornais senão a mesma hora em que temos de mandar nossos... trabalhos para a imprensa”, dizia em resposta a Sotero dos Reis (C.M., 24/junho/1839. 1969, 2ª parte, p. 116). Foi como jornalista, ou melhor, como “escritor público”, que João Lisboa educou-se. É a partir daí que ganha interesse a seguinte proposta de Otávio Tarquínio de Souza:

Ensaio realmente interessante seria o que procurasse estudar o autoditadismo no Brasil, menos para acentuar os já tão apregoados males decorrentes da falta de estudos universitários, do que para assinalar-lhe a única possível vantagem: o ensejo a que as verdadeiras vocações intelectuais vinguem por si mesmas, não sem dúvida por quiméricos processos de geração espontânea, mas pelo ímpeto de sua própria força nativa, e alcancem vitórias individuais prodigiosas, como, por exemplo, a de um Machado de Assis, na sua obra e na sua vida. Ainda sem a generalização bastante fundada de que entre nós todo intelectual é mais ou menos autoditado, a lista seria numerosa e abrangeria alguns dos nomes mais ilustres. Em primeiro plano, haveria que tratar de João Francisco Lisboa. (1946, p. 7).

Acusado por seu antigo mestre Sotero dos Reis de ser ignorante e escrever mal, respondeu assumindo as limitações e devolvendo-as contra os mestres:

[...]. Quanto aos nossos conhecimentos, não temos vergonha de confessar que pouco são, e daí não é maravilha que os nossos escritos contenham proposições errôneas, mormente atendendo-se a que teríamos apenas vinte anos quando começamos a publicá-los. Publicamos algumas falsas doutrinas, mas profundamente convencidos de que eram verdadeiras e úteis; hoje reconhecemos alguns erros em que temos caído, e sem dúvida com a experiência e com estudo iremos talvez reconhecendo outros; os homens aprendem enquanto vivem, e só são indesculpáveis quando se obstinam em não retratar-se do que hão dito ou feito de ruim. Se não estamos hoje mais adiantados, não é por falta de diligência; e se a nossa educação foi desprezada, a culpa seria em parte dos mestres que tivemos; um (o de lógica e retórica) era sofrivelmente pedante, e para formar o corpo de delito da sua incapacidade bem pode servir, entre outros documentos, uma rapsódia que escreveu, e intitulou *Elementos de Poética*; outro (o Sr. Sotero) posto que de mais talento e instrução, era tão desleixado em cumprir os seus deveres em todo o tempo em que nos ensinou o latim, que foi ano e meio, que as três quartas do tempo da aula consumia em ruminar as suas poesias, as suas unhas, e o seu tabaco, e apenas aplicava uma escassa meia hora em tomar e passar lições, quase materialmente, se é aqui admissível semelhante expressão. Se os discípulos do Sr. Sotero aprendem alguma coisa, devem-no aos seus esforços que não às explicações e cuidados do mestre. (C.M., 24/jun./1838. 1969, 1ª parte, p. 144).

Em boa parte, as limitações dos alunos nasciam das limitações e deficiências dos mestres, forçando-os às aventuras de uma aprendizagem solitária. A pequena biografia de Odorico Mendes escrita por João Lisboa, se lida com sensibilidade, dá para perceber em sua experiência pessoal a respeito da educação, aspectos de uma trajetória que lhe faltou como aluno de talento. Nascido em uma das “famílias mais antigas e distintas”,

[o] vivo e talentoso menino começou bem depressa a exhibir os títulos valiosos que lhe davam direito a ela [isto é, à “nobreza”], nos estudos elementares e preparatórios que **lhe foi possível fazer** nas escolas de São Luís; e tais foram os passos com que encetou a carreira, e os aplausos dos mestres e entendidos, que **seu pai a quem não faleciam os dons da fortuna, assentou para logo envia-lo a Coimbra**, naquele tempo objeto das preocupações e alvoroços da mocidade estudiosa, onde todos os talentos iam buscar a sua consagração, e sem cujos pergaminhos a nenhum era dado aspirar às honras e grandezas, a que então podia chegar um natural do Brasil. (**Obras**, 1991, p. 285. Negritos nossos.).

A determinação e fortuna do pai foram fundamentais, pois com a sua morte e a falta dos recursos Odorico teve de voltar para o Maranhão, abandonando Coimbra.

Num meio onde o sistema escolar era bastante falho a **Crônica Maranhense** constitui uma prova do quanto o jornalismo (político) foi para João Lisboa a principal “escola”. O jornalismo foi tão determinante para ele a ponto de marcar, para o historiador Nelson Werneck Sodré, toda sua trajetória posterior:

Na fase da imprensa política, ou predominantemente política, fundara ele, aos vinte anos, em 1832, *O Brasileiro*, passando, nesse mesmo ano, ao *Farol Maranhense*, pelo falecimento de José Cândido de Moraes e Silva, começando a publicar, em 1834, o *Eco do Norte*, para redigir, em 1838, a *Crônica Maranhense*, até 1840 [sic], colocando-se à frente do *Publicador Maranhense*, de 1842 a 1855, quando se transferiu para a Corte. Já no segundo semestre de 1854, haviam aparecido os cinco primeiros folhetos mensais a que deu o título de *Jornal de Timon*; no fim de 1853, surgiram, em um volume, os cinco números seguintes. Note-se a diferença do jornalismo político, até à época da Maioridade, o largo período de transição no *Publicador Maranhense*, e a fase final do trabalho de análise política contida no *Jornal de Timon*, que completaria, em Lisboa, onde lançou, em 1858, os 11º e 12º números. A esse propósito, aliás, destacando o traço geral, Silvio Romero indicaria: ‘No Brasil, mais ainda que noutros países, a *literatura* conduz ao *jornalismo* e este à *política* que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam *oradores*. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o *literato* é *jornalista*, é *orador*, e é *político*’. João Francisco Lisboa foi exemplo de jornalista e escritor, vindo da fase da imprensa política para a fase em que as duas atividades se confundiram, sendo em ambas personagem destacada. (1999, p. 184).

Ora, o que significava ser jornalista no Brasil império da primeira metade do século XIX? Como Lisboa aderiu ao papel e o recriou? Como foi possível o seu jornalismo? Como produto e produtor de um momento inaugural da história da imprensa no Brasil, João Lisboa fez-se nos limites de um duplo condicionamento externo e interno. Primeiro, o impacto da chamada “Revolução Imprensa” (Darnton e Roche, 1996). Segundo, a experiência da “tradição descontínua” como traço acentuado do aprendizado jornalístico, talvez mais do que na formação literária (romance e poesia). O plurifacetado **Jornal de Timon**, título de sua “obra incompleta” político-historiográfica nacionalmente mais conhecida, foi o

resultado das marchas e contramarchas do jornalista, dos jornais que fez e escreveu: **O Brasileiro**, **O Farol Maranhense**, **Eco do Norte**, a **Crônica Maranhense** e o **Publicador Maranhense**.

Foi como **jornalista engajado** que João Lisboa refletiu sobre a experiência da “aculturação” europeia, representando seu jornalismo forte sopro de desprovincianização do ambiente de cultura local. Pôs-se como “pioneiro”, isto é, como introdutor e tradutor da **opinião pública** no seu meio. No n° 445 do **Farol Maranhense**, dizia: “Quando comecei a escrever... não havia opinião pública no Maranhão” (Apud Leal, 1987, p. 305). Foi através da forma de expressão europeia constituída pela letra impressa do jornal que ele formulou um ponto de vista sobre o império analisando a província.

João Lisboa, embora mais novo, não deixou de integrar ou ser diretamente “influenciado” pela primeira geração de jornalistas surgida no tempo de D. João VI e dos primeiros anos da Independência. Era leitor e admirador de muitos deles, às vezes publicando estratos dos seus jornais na **Crônica**, a exemplo de **O Carapuceiro** (padre Lopes Gama) e **Aurora Fluminense** (Evaristo de Moraes), este considerado o “jornal da oposição, e porventura o mais bem escrito de quantos na corte se publicam” (C.M., 5/mar./1839. 1969, 2ª parte, p. 39).

O ponto de partida da imprensa brasileira coincidiu com a emancipação política do país. Como diz Isabel Lustosa,

[o] que tornou diferente... deu um toque novo e original ao debate político da Independência, obrigando a imprensa a adotar recursos da oralidade popular, foram o fim da censura e a democratização do prelo. A liberação da imprensa, em 1821, possibilitou a escritores e leitores brasileiros a abertura para uma multiplicidade de idéias e atitudes que lhes passaram a ser oferecidas todos os dias pelos jornais. No lugar da univocidade da linguagem da Gazeta, a polifonia proporcionada pelas diversas vozes que se propuseram a entrar no debate e conquistar o público para suas idéias. (2000, p. 434).

Mas se a polifonia, oralidade popular, democratização do prelo foram facetas do jornalismo brasileiro em seus começos, por outro lado, o momento foi também caracterizado pelo “jornal de um homem só, artesanal, mais doutrinário que factual, impresso e vendido em tipografia, de linguagem veemente (por vezes agressiva e ofensiva), circulando com duas folhas e de periodicidade irregular.” (Morel & Barros, 2003, p. 49). Tratava-se de jornalismo que sob “a alegação de estar informando... permanece opinativo e interpretativo, produzindo história” (Mariani, 2001, p. 35) e cuja construção da notícia assumia a forma de “representação de uma representação” (Pallares-Burke, 1996, p. 143).

Se nas primeiras décadas pós-independência a questão do jornalismo foi central, não se tratava de qualquer tipo de jornalismo. Como lembram Marco Morel e Marina Monteiro de Barros: “No Período Regencial, sobressaíram os chamados **jornais de opinião**, em que o redator principal era considerado ‘escritor público’ e tinha como missão defender uma causa” (2003, p. 53). João Lisboa foi tanto produtor quanto produto deste gênero de jornalismo, onde seu nome ressaltou.

Seus jornais de opinião encaixam-se no jornalismo político-partidário produzido no Brasil nos anos de 1820 e 1830. Uns mais e outros menos duráveis, eram veículos que, no Maranhão, ecoavam geralmente interesses diversos das famílias ricas e influentes em confronto, organizadas em partidos, financiando e compondo o principal público leitor dos jornais. A figura do jornalista emergiu dos agenciamentos, nem sempre de simples comprometimento, com estes grupos políticos e familiares. Formando com os professores o núcleo da **intelligentsia**, a chamada “elite intelectual” (Carvalho, 1980, pp. 77-78), os jornalistas remetem à questão da relação da imprensa com a elite política imperial na primeira metade do XIX. Enquanto tais não faziam parte das elites políticas, mas não compunham um campo independente e diferenciado do mundo político. Muitos jornalistas eram políticos ou então muitos políticos utilizavam jornais como uma espécie de segunda tribuna. Como escreveu José Murilo de Carvalho: “os

jornalistas... não pareciam constituir um grupo de elite à parte da elite política” (idem, p. 44). Mais que isso, as relações entre jornalistas e políticos chegaram a atingir o campo da promiscuidade como sugere Lúcia Maria Paschoal Guimarães em estudo das relações entre o jornalista Justiano José da Rocha, autor do clássico panfleto “Ação, reação e transação”, e o senador Nabuco de Araújo (2007, pp. 71-91).

Quadro que leva a pensar nas relações entre a aprendizagem jornalística de João Lisboa e sua trajetória na elite política. Tendo em conta o padrão de carreira apresentado por José Murilo, vê-se o quanto a de João Lisboa destoou. Aliás, o mesmo José Murilo em estudo sobre João Lisboa reconheceu isso: “Embora oriundo de importante família de fazendeiros, Lisboa não seguiu o caminho normal dos de sua classe, o curso jurídico ou de medicina. O desvio talvez se deva ao fato de ter perdido o pai muito cedo, talvez a sua natureza doentia” (1995, pp. 10-11). Em primeiro lugar, portanto, desviou do caminho de Coimbra e dos seus cursos de magistratura bem como das faculdades de direito em Pernambuco ou São Paulo, seguidos por lideranças políticas como Costa Ferreira e mesmo Franco de Sá. Segundo, sem diploma de bacharel, ele não pôde conseguir nomeação para juiz ou promotor, cargos estratégicos para a carreira política. Terceiro, seu caminho começa pelo jornalismo (tentou ser professor de francês, mas foi “reprovado”). Como sua família, embora “antiga”, não parecia ser das mais ricas (é o que se deduz de algumas informações sobre sua vida na infância e juventude: a escolaridade tardia, a sobrevivência como caixeiro na capital da província, a residência no “sobradinho de dois andares”, etc.) seus apoios devem ter vindo do jornalismo, dos amigos políticos e de um patrono (Costa Ferreira?). O fato é que ele conseguiu se eleger para deputado provincial e ocupar a secretaria de governo do presidente Costa Ferreira. Com isso conseguiu reeleger-se como deputado provincial. As coisas complicaram na passagem para o que José Murilo chamou de “vestíbulo” da elite imperial: a câmara dos deputados gerais. Poderia ter chegado aí no ano crucial de 1840, um passo rumo à elite política imperial, mas acabou renunciando após forte investida. Assim, sua ação nunca

ultrapassou os limites da política provincial (como deputado provincial, secretário de governo e líder de partido). Como jornalista muito menos integrou a elite política do império (leia-se, Corte). Embora importantes, seus jornais, talvez por serem lançados na província, não tiveram, à época, a repercussão e o peso de um jornal da Corte. Talvez fossem lidos por figuras dessas elites, mas não eram seus instrumentos de ação, ao contrário do papel que representaram para a elite política provincial. No entanto o jornalista foi vinculado a uma figura política da província com inserção naquela elite: o senador Antônio Pedro da Costa Ferreira. Era ligado, mas não dá para dizer que, por isso, integrasse o “segmento maranhense” da elite imperial do tempo da geração de Coimbra apontado no quadro apresentado por José Murilo de Carvalho (1980, p. 59). Em suma, João Lisboa nunca pertenceu à elite política do império, embora viesse a integrar a sua elite letrada (especialmente depois que começou a publicar o **Jornal de Timon**, passou a integrar o IHGB e foi para Portugal). Condensou, como poucos, as contradições de uma elite provincial que, em termos nacionais, parece ter se notabilizado muito mais no plano cultural do que no político.

Retomando a questão um tanto enigmática da formação de João Lisboa e a sugestão de Otávio Tarquínio de Souza sobre o seu “autodidatismo”, não estaria mais que na hora de saber o quanto João Lisboa, como jornalista, teve de um “autor menor”?³⁷. Na história do jornalismo brasileiro, João Lisboa foi autor do que poderíamos chamar de “jornalismo menor”. Esse jornalismo apresentaria as seguintes características: 1) ele pertence “à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (Deleuze e Guattari, s/d, p. 38); para o maranhense João Lisboa isso implicava o desafio de escrever na língua de Camões; difícil passagem/abandono da língua geral (oral) e do meio rural para a língua portuguesa (“língua de papel” da cidade); 2) nele, “tudo é político”; nele o “triângulo familiar se conecta com outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, que

³⁷ Adaptação livre que fazemos aqui do capítulo 3, intitulado “O que é uma literatura menor”, de “Kafka, para uma literatura menor”, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Neste texto, autor menor é definido como aquele que faz um uso “intensivo” da língua. Não foi exatamente o caso de João Lisboa.

lhe determinam os valores”; 3) nele, “tudo toma um valor colectivo” justamente “porque o talento não é, na verdade, muito abundante”; “o que o escritor diz sozinho já constitui uma acção comum” (idem, pp. 38-40); escrevendo “quase que só para os amigos e a posteridade” (Lima, 1986, p. 276), nele os agenciamentos da opinião pública, de fato inexistentes, “existem apenas como forças diabólicas por vir ou como forças revolucionárias por constituir” (Deleuze e Guattari, s/d, p. 41). Na “desterritorialização da língua”, na “ligação do individual com o imediato político” e no “agenciamento colectivo da enunciação” teríamos as condições de possibilidade do jornalismo de João Francisco Lisboa. Nem romântico nem artificial, o jornalista, “imigrante” na própria língua, inventa uma espécie de língua “bastarda”, “mestiça”, caracterizada pela sobriedade, expressão justa, vibração intensa. A busca e o exercício da “frase enxuta” (Lima, 1986, p. 279) atendia à regra do “jejum” que o jornalista impôs à sua escrita (Deleuze e Guattari, s/d, p. 44). Sem querer forçar a analogia (mas forçando), talvez se possa dizer que a busca de uma língua “moderada” aponta para a abertura de um lugar (como a “toca do rato” ou o “buraco do cão”) situado precisamente entre a língua de Camões e a língua geral, nem civilizada nem bárbara: o lugar do “grego do Itapicuru”. Nas palavras certeiras de Costa Lima:

Foi brechando a ‘consciência real’ de sua época que Lisboa, principalmente como ficcionista, brechou o sistema frásico dominante – de um lado, a propensão retórica ou mesmo verborrágica encontradas em um Mont’Alverne, do outro a sentimentalização romântica. E por esta violentação, estranho paradoxo, foi que ele conseguiu que o seu tempo coubesse com profundidade na sua palavra. (1986, p. 307).

Isso ajuda a compreender a defesa das traduções de Odorico Mendes para uma língua que o ignorava completamente:

[...] os nimiamente escrupulosos... não têm mais que examinar a tradução, e as copiosas notas que a acompanham, e onde o poeta, fazendo a apologia dos notados defeitos de sobejidão de neologismo, de obscuridade, e dureza da versificação, demonstra vitoriosamente já a necessidade da adoção dos termos novos que introduziu, já que os mais dos vocábulos de origem

latina, que se lhe argúem como inovações, de há muito tinham foro de nacionais, introduzidos e naturalizados por outros grandes mestres; já finalmente que em certos lugares, a aparente dureza da metrificação, aliás fácil de tornear em cadência especiosa, era de mui indústria procurada para verter com toda a energia e propriedade as belezas do original. (**Obras**, 1991, p. 299).

Gonçalves Dias, em carta de 12 de fevereiro de 1864 a Antônio Henriques Leal, emitiu parecer sobre o estilo de João Lisboa, lembrando sua biografia de Odorico Mendes e a dupla crítica feita aí tanto à “idolatria da forma” em Portugal quanto à permanência do Brasil numa “linguagem obsoleta do tempo de Camões” (1998, p. 1137). Nestes termos, nos textos jornalísticos de João Lisboa, as “metamorfoses” no interior da Língua portuguesa fizeram-se não por fora, mas por dentro. A incompreensão disso levou Graça Aranha a dizer que João Lisboa não “reformou a prosa brasileira”, embora reconheça alterações internas:

Ampliou-a, enriqueceu-a, coloriu-a, mas guardou o ritmo tradicional. (...) o seu estilo conserva as características portuguesas, a linha horizontal, a planície. Mesmo carregado de intenções, de rancores, de sarcasmos, o estilo de João Lisboa é plano, largo, dando a sensação de serenidade. Nesse estilo as agruras, as culminâncias, abrandam-se, as profundidades e os abismos mascaram-se e tudo o que é áspero e violento perde-se em tranqüilidade, pela vastidão da frase. (1996, p. 83).

Sobretudo, não viu que João Lisboa foi “escritor de ruptura, quebrando o legado neoclássico por uma ideação realista, só muito depois desenvolvida em sistema na literatura brasileira” (Lima, 1986, p. 280). Vasta, a frase de João Lisboa “corre medida, pausada, irônica e cortês” (Idem, pp. 301-2). O que Graça Aranha definitivamente não percebeu foi que, em Lisboa, o achado da frase estava não no “abrandamento”, mas em poder expressar “intenções... rancores... sarcasmos... agruras... culminâncias... profundidades... abismos... (o) áspero e violento...” de um modo contundente e ironicamente sereno, tranqüilo, cortês. Por ser vasta, a frase não deixava de cortar fundo! Não percebeu na forma da frase a “ironia do gesto” vista imediatamente por Gonçalves Dias, que a comparava ao “veludo furta-cores ou à pele de lontra”. “É deste matiz! Mas com qualquer

imperceptível mudança em relação à luz, com um ligeiríssimo toque, já se diz: a cor é outra.” (1998, p. 1137). Como agudamente percebeu Otávio Tarquínio de Sousa: ”João Francisco Lisboa, em todos os jornais que escreveu, disse sempre o que pensava, tudo o que pensava, com uma decência modelar de fundo e de forma, de pensamento e de expressão.” (1946, p. 11).

Mas, em que o uso “cortês” e “vibrante” da língua – feito de palavras ácidas em frases moderadas – nos jornais de João Lisboa (sobretudo na **Crônica**) provém da situação precária do português na cidade de São Luís, caracterizada pelo domínio da chamada língua geral? No **Jornal de Timon**, João Lisboa apontou o quão forte era essa influência, embora recuada para os tempos da colonização: “A barbárie..., na época da expulsão dos jesuítas, invadia por tal modo a população, que banida já a língua portuguesa, só da geral ou túpica se fazia uso até nos mesmos púlpitos.” (JT, s/d, tomo II, 2º vol., p. 76). Para João Lisboa, situar-se no contexto da crise do império português e da formação do Estado, representou a participação num duplo movimento de desterritorialização e a reterritorialização da língua. Proveniente do interior da província, João Lisboa certamente cresceu se expressando numa espécie de caldeamento entre língua geral e língua portuguesa (quinhentista) falado por quase todos. Quando deu início ao primeiro jornal, já dominava, em maior ou menor grau, o português, o francês e o latim. Ao seu modo, em sua sintaxe sóbria, fez a língua “gritar”. Embora não seja constante, nele a expressão da língua não atinge um estado limite, isto é, de vibração intensiva da palavra, num trecho como o seguinte extraído do folhetim sobre “A Festa dos Remédios”? :

Agora não, a confusão é completa, e tudo redemoinha confundido, subindo, descendo, encontrando, abalroando, pretos, brancos, homens, mulheres, grandes e pequenos, rindo, falando, assobiando, grunhindo, balando, miando, exprimindo, e denunciando enfim por todos os sons e por todos os gestos o prazer e satisfação (Apud Lima, 1986, p. 306).

É na construção de uma sintaxe “enxuta”, não no léxico (como seriam os casos das invenções de palavras nas traduções de Odorico e na poesia de Souzaândrade), que talvez se encontre a singularidade do uso da língua no jornalista João Francisco Lisboa. De **O Brasileiro** (1832) até a **Crônica Maranhense** (1838-41) houve um amadurecimento para uma sintaxe cada vez mais sóbria e penetrante. Foi precisamente isso que talvez fizesse Sotero dos Reis afirmar que:

No **Echo do Norte**, e com especialidade na **Crônica**, não era João Francisco Lisboa o jovem inexperiente e fogoso que, no **Brasileiro** e **Farol**, esposava as idéias dos exaltados; mas o homem amadurecido pela experiência e formado em todo gênero de literatura no estudo particular de seu gabinete, o político profundo, o escritor abalizado, e o adversário mais temível pela insigne mestria com que manejava a pena, quer em assuntos sérios, quer no ridículo, em que ninguém podia competir com ele (**Obras**, 1991, p. 428).

3.4 CRÔNICA DO IMPÉRIO

Império corrupto: simulação política e povo corrompido

Comentando as opiniões do **Legalista** (jornal de Candido Mendes) sobre a questão da prisão de Manuel Rodrigues Nina Neto (parente do redator), cuja defesa feita pelo filho foi publicada na **Crônica**, João Francisco Lisboa escreveu os seguintes fragmentos indicativos da sua visão mais geral:

É uma triste verdade que somos um povo corrompido; essas espantosas desordens que vão devorando o Brasil todo, ora n’um ponto, ora n’outro, são reacções, e resultados das immoralidades das classes ditas illustradas, que tractando só de si, deixam gemer as outras na abjecção, na ignorância, e na miséria, e cada dia augmentam a gravidade do perigo, importando novos inimigos para o nosso território; sim, nós somos um povo corrompido, conmdenados a soffrer ora os crimes desregrados de uma multidão de bárbaros sem freio e sem intelligencia, ora os exterminadores em massa constituídos em auctoridade, ora a depredação a mão armada, ora disfarçada (mal disfarçada) cá no seio das cidades; mas apesar de tudo ainda não chegamos a tal excesso de aviltamento, que os escriptores, salva alguma rara e vergonhosa excepção, [possam] declamar perante um povo

inteiro de leitores – que devemos dar de mão á virtude, viver do alheio, vingar-nos por nossas próprias mãos de pretendidas injurias, que a moral, a constituição, e as leis são cousas vãs, que aproveitam, quando muito, só aos malvados, que o vício afortunado é que *constitue posição honrosa na sociedade!* Não é só no Brasil, em honra da especie humana deve-se reconhecer que poucos monstros tem havido tam despejado que não só alardêem francamente os seus crimes, mas ainda queiram persuadir a sociedade que os deve imitar. (...) (C.M., “Chronica Maranhense”, n. 256, 13/agosto/1840, pp. 1027-1025. Esp. p. 1027).

Como se lê, a crítica aponta para estado generalizado da corrupção moral no Brasil, de responsabilidade, sobretudo, das “classes ditas ilustradas”. Na imoralidade destas, Lisboa localizou as causas das “desordens” vividas pelo país, as quais não passariam de reações aos seus costumes imorais (expressando um sentido para a “desordem”); culpou, assim, o egoísmo e o descomprometimento delas pela abjeção, ignorância e miséria em que viviam as outras classes. Quando menciona a importação de “novos inimigos para o nosso território” cremos que alude ao tráfico africano. Responsabilizou também a classe ilustrada pelos crimes praticados pela “multidão de bárbaros sem freio e sem intelligência”. Compunha, segundo ele, “exterminadores em massa”, disfarçados como autoridades, depredadores à “mão armada” vivendo no “seio da cidade”. Embora avançado, o estado de corrupção social ainda não havia chegado ao ponto de se estabelecer como regra explícita para todos. Isto é, não chegara àquela situação em que, nos termos já citados da **Crônica**, a “virtude” perdera valor, o roubo e a vingança pessoal imperavam; estado em que “a moral, a constituição, e as leis são cousas vãs, que aproveitam, quando muito, só aos malvados, que o vício afortunado é que **constitue posição honrosa na sociedade!**” (idem, ibidem).

Tomando a França como medida de comparação, os trechos abaixo expressam tendências de radicalização da crítica política na **Crônica**.

Chamamos a atenção dos nossos leitores para o artigo que no principio deste numero publicamos sob a rubrica de – França.- Tracta-se nada menos que de dar um corte no systema regular de corrupção parlamentar, a que entre nós se está chamando

transacções, e que em muitos paizes ter tornado o governo representativo uma verdadeira decepção; porque, avassallada a maioria das câmaras á vontade do poder, que a retribue com empregos, fica inteiramente annullado o direito de inspecção e fiscalisação, não servindo a apparencia delle mais que para legalisar abusos sem conta que o ministério pratica, animado por esse symulacro de representação nacional.

E que frisante applicação não tem as palavras do digno orador francez ás nossas circumstancias! (...).

Se alguma differença há entre o Brazil e a França, é para peor da nossa parte. A deputação tem-se tornado inteiramente um meio de arranjo pessoal, e a maior parte dos que caballam para obtê-la já não julgam necessário occultar o que pretendem obter para si, fazendo transacções com o seu voto, que devia ser livre e independente (CM, “Chronica Maranhense”, n. 256, 13/agosto/1840, pp. 1027-28, esp. p. 1028).

Quanto à representação parlamentar, o quadro geral era, lá e cá, de domínio do que chamou “symulacro de representação nacional”, com a diferença para pior no caso do Brasil. A base concreta do simulacro era um “systema regular de corrupção parlamentar” que, em muitos países, conduzia ao desencanto com o governo representativo. Como escreveu,

[...] avassallada a maioria das câmaras á vontade do poder, que a retribue com empregos, fica inteiramente annullado o direito de inspecção e fiscalisação, não servindo a apparencia delle mais que para legalisar abusos sem conta que o ministério pratica, animado por esse symulacro de representação nacional (idem, ibidem).

Ou seja, a “vontade de poder” subjugava a câmara por meio da retribuição de empregos, que, em troca, dava ao seu “direito de inspecção e fiscalisação” um carácter apenas “aparente”, com isto legitimando ou legalizando os “abusos sem conta que o ministério pratica”. Era o que, no Brasil, se chamava de “transacções”, fazendo dos deputados “funcionários titulares sem exercício”. Notava que no Brasil a

[...] deputação tem-se tornado inteiramente um meio de arranjo pessoal, e a maior parte dos que caballam para obtê-la já não julgam necessário occultar o que pretendem obter para si, fazendo transacções com o seu voto, que devia ser livre e independente (idem, ibidem).

Como vemos, a crítica era relativamente abrangente, envolvendo a formação social como um todo, classes superiores e inferiores. A “corrupção” era do conjunto social. Apesar disso, o redator da **Crônica Maranhense** defendia saída política interna à Província, ao contrário do diagnóstico do autor do **Jornal de Timon**, onde a alternativa foi buscada na intervenção do imperador. Na **Crônica**, jogou as fichas no partido bem-te-vi, defendendo sua trajetória como essencialmente diferenciada, marcada pela moderação e esclarecimento, pelo respeito ao adversário e preocupação efetiva com os negócios públicos.

Comentando notícias da revolta na Bahia (Sabinada) e, por efeito, de um plano de revolução republicana no Maranhão ³⁸, João Lisboa expôs visão política crítica e otimista. No seu resumo:

Resumamos as nossas idéias. O estado actual do Brazil, posto seja bem triste e desagradável, pode-se todavia tolerar; o despotismo das auctoridades e partidos actuaes, mais ou menos contidos pelas leis, é sem duvida alguma preferível ao despotismo atroz que se hão de exercer os chefes e partidos revolucionários. O espírito publico não se acha entre nós preparado para aceitar uma revolução, de qualquer natureza que seja, e muito menos uma revolução republicana; e sendo a nossa corru [...] inveterada, e os nossos males prove [...] da falta de illustração e industria, e também, segundo cremos, da falta de uma população numerosa e homogênea, impossível é que possam destruir-se com uma simples mudança de nomes, e de formas constitucionaes. Pelo contrario, em lugar de remediar nossos males, nós os augmentaremos excessivamente; com a separação das províncias nos enfraqueceremos, e acabaremos de todo com esse fraco espírito nacional que temos; com as guerras da revolução augmentaremos a nossa divida, extinguindo o commercio, e a industria nascente; com o exemplo de solemne violação da constituição, auctorisaremos todas as violações parciaes das outras leis; com os ódios, perseguições, e devastações, que acompanham a discórdia, nos tornaremos mais corumpidos do que somos; finalmente, com a destruição do actual systema, sobre tudo por meios violentos, abriremos os diques á mais feroz anarchia, e depois della, ao despotismo ignóbil e atroz dos chefes militares, que ordinariamente succedem aos demagogos. Oh Brasileiros! um mal ainda mais terrível vos ameaça; sois divididos em várias raças; fracos laços as prendem; tomai tento em os não quebrar, porque ellas se hão

³⁸ “Estes dias derradeiros tem aqui corrido um rumor vago de que se traçava um plano de revolta, como o da Bahia, e annunciava-se ora o dia 6, ora o dia 7 para a sua execução” (C.M., “Maranhão”, n. 3, 9/jan./1838, p. 13).

de então devorar reciprocamente! (C.M., n. 3, “Maranhão”, 9/jan./1838, p. 15).

Questão da ordem

A **Crônica Maranhense** foi dominada pela questão da ordem/desordem: “Grande é o medo que temos das desordens, por isso não cançaremos de clamar contra ellas, e apontar aos nossos compatriotas o caminho que devem seguir para evita-los” (C. M., “Maranhão”, n. 5, 16/jan./1838, p. 22). Percebeu na “separação das províncias” um dos sentidos da desordem. Isso aparece logo ao comentar as notícias da revolta na Bahia (Sabinada). Examinado os objetivos dos revolucionários, disse: “praticando um attentado contra a unidade nacional e contra a integridade do nosso território, só procuram realizar a idéia mesquinha e deplorável da separação das províncias” (C. M., “Maranhão”, n. 2, 5/jan.1838, p. 12). Analisando a questão da república, segundo uma perspectiva ampla que partia dos antigos (Grécia e Roma) aos modernos republicanos (França, EUA, etc.), Lisboa condicionou o sucesso da República ao grau de **virtuosidade social**. Para ele, os tempos modernos, comparado aos antigos, eram mais corrompidos. No Brasil, então, dado o avançado grau de corrupção social, a implantação da república resultaria em vários males. Além do “fraccionamento do Brazil”, surgiria o domínio dos “déspotas militares” e dos “ignóbeis facciosos”.

Acabamos de ver que nos povos antigos, muito mais virtuosos que nós, a república sempre produziu agitações e desordens, e quase sempre foram perseguidos os seus melhores servidores; nos nossos tempos de corrupção a republica, ainda feita pacificamente, hade produsir as desordens que assolam os visinhos estados hespanhães, e teremos de ver, não o domínio de uma lei popular, mas o do fuzil, amejado pelos despotas militares, e o do punhal, manejado pelos mais ignóbeis facciosos. (C. M., “Maranhão”, n. 3, 9/jan./1838, p. 14)

A questão da ordem era tão decisiva para Lisboa que, segundo ele, no caso de ocorrer revolução republicana liderada pelas províncias maiores, as menores deveriam segui-las, pois “a separação das províncias, sob qualquer

forma de governo, é mais desastrosa, que a união de todas sob a forma republicana” (C.M., “Maranhão”, 9/jan./1838, p. 16).

Em extrato do **Aurora Fluminense**, publicado na **Crônica** de 21 de junho de 1838, a questão da ordem foi discutida segundo visão próxima á de Lisboa, inclusive na crítica feita ao ministério das capacidades. Para o autor do extrato, o Brasil quer e precisa da monarquia “segundo o espírito da Constituição e do Acto adicional, segundo o character da civilização moderna, segundo os hábitos e a natureza do paiz” (C. M., n. 47, 21/jun./1838, p. 187). Em nome desse juízo criticou a política do regresso e defendeu a doutrina da **monarquia americana**:

A idéia da monarquia americana está n'este caso. Imperceptível, fraca e desprezível na sua origem, ella fortificou-se de anno em anno, elevou-se por um movimento lento, laborioso, mas continuo, invadio gradualmente o preconceito das reminencias, e tornou-se a idéia culminante da nova civilização. (idem, p. 189).

Como a política do regresso contrariava a tendência para a monarquia americana, perguntava: “Qual é pois essa política, que em vez de seguir as tendências nacionnaes, intenta remontar o declive, de que havíamos descido com tantos esforços, e sacrifícios?” (p. 190). Quanto à questão da reconstrução da autoridade, posta pela política do regresso, dizia: “A autoridade deve ser forte, não em beneficio seo, mas no das instituições, e da sociedade, que tem a missão de dirigir e proteger” (idem, p. 190).

O Gabinete de 19 de Setembro, é preciso dissel-o com a mais perfeita franquesa, preocupou-se nimamente dos interesses do Poder; a consideração dos interesses geraes raras veses triumphou das combinações individuaes e illegitmas na escolha dos empregados; o Brasil foi em muitas ocasiões esquecido, em outras, a utilidade de circumstancia e de momento foi opposta á justiça. (idem, ibidem).

A **Crônica** não discordaria da seguinte formulação:

Já em outro lugar nós havíamos dito: a ausência de uma organização social tal, que cada individuo seja recompensado segundo sua capacidade, e as suas obras, perpetuará a desordem moral, e tornará impossível a vida regular de qualquer Administração no Brasil. Quando a intelligencia, o character, o patriotismo, nenhum valor tem aos olhos dos Governos, tudo transtorna-se, tudo pervete-se: ninguém mais procura dilatar a esphera do espirito, e desenvolver as nobres qualidades do coração; uns recorrem a baixesa e a intriga como meios mais seguros de successo, do que a dignidade pessoal, e a illustração; outros cheios de desanimo e de abatimento, mas altivos pela consciência do próprio valor, engolfam-se na obscuridade da vida, todos enfim protestam contra esta violação dos princípios da moral política, e da justiça. Filho da corrupção, [o] patronato converte a sociedade em um cáhos, onde nenhuma cousa está em seo lugar; tolhe todos os vãos, todas as inspirações do gênio, vicia as mais bellas tendências, e feixa a carreira aos cidadãos honestos, e illustrados, que deveriam unir-se á vida do Poder. (idem, *ibidem*).

Voz da oposição em tempos do Regresso: questão da in/coerência

Em termos nacionais, a **Crônica** surgiu como resposta ao Regresso, estabelecido em meados de 1837 com a renúncia de Feijó e o ministério das capacidades da Regência de Araújo Lima, comandado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Na condição de jornal da oposição, a **Crônica** respirou essa atmosfera política ³⁹.

Há um artigo em que o redator fez “balanço” da evolução política do Império desde a Independência (1822), estabelecendo paralelos entre França e Brasil para enfatizar o grupo dos políticos que, nos momentos difíceis, ergueram a voz contra. Aqui, a **Crônica** situou suas referências. O artigo tratou da resistência legal e dos inspiradores na França e no Brasil, **comparando** as histórias políticas recentes dos dois países. Nele, há alusões a figuras admiradas pelo redator. Na Europa e França: Lafayette, Benjamin-Constant, Foy, Manuel, Casimir Perier. No Brasil: Vergueiro, Costa Carvalho, Paulo Souza, Feijó, Evaristo (C.M., “Maranhão”, n. 5,

³⁹ O que não impedia de apoiar o regente, pois a **Crônica** informou que os dois partidos da Província votaram no regente Pedro de Araújo Lima: “parece-nos que hoje é geralmente sabido que ambos os partidos em que está dividida a província assentaram de votar no Snr. Pedro de Araújo Lima para regente do Império” (C.M., “Maranhão”, n. 21, 17/mar./1838, p. 88).

16/jan./1838, pp. 22-21). Da “Confiança” é título de extrato tratando da relação entre governantes e governados, tema dos artigos onde o redator questionou e criticou a **mudança de posição dos novos regressistas**, os quais se converteram agora contra políticas que haviam defendido e construído depois da Abdicação de Pedro I (C.M., n. 4, 13/jan/1838, pp. 17-18). Estava em questão o descarte de uma tradição político liberal que o jornalista via se constituir desde o final da década de 1820. Descarte promovido, em boa parte, pelo esmorecimento e apostasia de figuras importantes daquele mesmo “partido”. Escreveu num destes artigos: “Nesses tempos de crise, muitos dos nossos compatriotas também esmoreceram, alguns também apostataram vergonhosamente” (C.M., “Maranhão”, n. 5, 16/jan./1838, p. 23). Na mesma direção foi o artigo criticando os **atos** dos atuais ministros que até 18 de setembro de 1837 eram “chefes da oposição” (C.M., “Maranhão”, n. 4, 13/jan./1838, pp. 18-19). Noutro, comentou as medidas adotadas pelo ministro da Marinha – Joaquim José Rodrigues Torres – contrárias às suas idéias quando na oposição. O redator publicou extratos e artigos do ministro quando oposição para demonstrar suas contradições no governo. Às voltas com o **Regresso**, marcado pelo salto no governo de antigos opositoristas, a **Crônica** lançou a pergunta: “**Que confiança poderá ter a nação naquelle que foi hontem furioso democrata, e que hoje se apregoa monarchista por excellencia?** Respondam-nos o mesmo Snr. Torres, o Snr. Maciel Monteiro, e sobre tudo o snr. Vasconcellos. (...)” (C.M., n. 7, 23/jan/1838, pp. 29-31; esp. p. 30).

Na prática do novo ministério, o das capacidades, o redator apontou a sua incoerência, chamando a atenção para medidas tais como: 1) o projeto de elevação dos vencimentos dos ministros de estado, transformado em lei, embora fosse criticado quando proposto na regência Feijó pelos mesmos que agora o defendiam; 2) adoção de medidas contra a revolta no Rio Grande, do Sul, parecidas com aquelas tomadas por Feijó (como anistia, envio de forças militares, nomeação de presidente); 3) os mesmos que foram contra a indicação de um oficial de secretaria de Feijó para cônsul de

Lisboa, por duplicidade de função, elegeram outro funcionário, oficial secretário da marinha, para consul dos Estados Unidos, sem deixar aquela função. (C.M., “Maranhão”, n. 4, 13/jan./1838, p. 19). Práticas como essas levaram o redator a afirmar: “Uma contradição tam manifesta não pode deixar de causar estranhesa, e fazer crer que ou os actuaes ministros censuravam injustamente o governo transacto, ou só o censuravam, por não serem elles os que praticavam as chamadas injustiças.” (idem, ibidem).

Reportando-se ao ministro Joaquim José Rodrigues Torres, insistiu na necessidade da coerência por parte de um “homem de estado”:

Entre as qualidades que tornão apreciavel o homem de Estado aos seus concidadãos, he, sem duvida, huma dellas a firmeza e consistência de princípios políticos. Que confiança poderá ter a nação naquelle que foi hontem furioso democrata, e que hoje se apregoa monarchista por excellencia? Que garantia dá elle de que amanhã não se reconciliará com as suas primeiras idéas, se por ventura ellas lhe abrirem caminho fácil a novos planos que tenha concebido, e que queira pôr em execução? Taes homens poderão, como instrumentos aptos para tudo, servir aos partidos, e mesmo às facções, mas longe estão elles, e muito longe, de poderem aspirar à glória de bem dirigirem os negócios do seu paiz!! Bocando sempre sobre as ondas dos movimentos populares, a fraqueza ou a dobrez do seu character os constitue na impossibilidade moral de conterem esses movimentos quando forem desregrados; fallece nelles aquella fortaleza de espirito, aquella persistência de vontade, que são duas condições essenciaes no homem de estado, para poder encarregar-se da difficil tarefa de governar! Entretanto, o que diria o mundo, se o que he regra geral e incontroversa entre as nações civilisadas e cultas, fosse reputado entre nós como hum erro da razão, ou como huma theoria sem realidade nem applicação? Se vos affirmarem que tal homem que se retratou a si mesmo com as feições de hum democrata por intima convicção, quer hoje sustentar afincadamente as mais exageradas idéas de monarchia; se vos quizerem persuadir que elle goza, entre os partidos a que se ligou, algum conceito, e entre os homens illustrados e sensatos, alguma confiança, podeis afoutadamente responder que não he verdade, ou appellei para o tempo, o que, polindo outra vez o vidro que cobre aquelle retrato, no-lo apresentará, dentro em pouco tempo, em toda a sua fealdade, para ser o riginal aborrecido e detestado como merece. (C.M., “Maranhão”, n.7, 23/jan./1838, p. 30).

Com efeito, para o redator da **Crônica** era decisivo o problema da coerência ideológica e prática. Várias vezes ele abordou a questão pela publicação de extratos de outros jornais, em especial do Rio de Janeiro. Foi

o caso, já indicado, do extrato intitulado “A Confiança” do jornal **Parlamentar**, onde se discutia a figura do governante incoerente. Partindo-se do princípio moral de que apenas a “rectidão no pensamento e actos” dos governantes produz a “confiança pública”, retomava-se a figura mitológica do **Proteo** para caracterizar criticamente aquele tipo de governante:

Se se demonstra que hum ministro pode distinguir os annos da sua vida publica pela diversidade de princípios que adoptou, e com enthusiasmo propagou; que seus discursos públicos pela tribuna e jornalismo dão triumphos alternados á democracia e á monarchia, ao progresso e ao regresso, sempre exaggerados e sempre insinuados com perfidia; que as suas allianças nascem e perecem com o interesse momentâneo que se lhe oferece, resentindo-se todas da versatilidade de hum Proteo; que nos homens a inteireza, a boa fé, e hum animo sincero, são aos seus olhos títulos de escarneo; que o ouro e o poder, quaisquer que sejam os meios de os haver, são os únicos ídolos que adora, e sómente no intuito de os accumular se tem prescripto como norma de conducta – governar, ou conspirar: se a perversidade ainda mais deshonrosas á natureza do homem formão o caracter político e moral do monstro que se descreve, haverá, por desgraça do paiz, quem assevere que hum perverso assim goza de confiança pública! (C. M., n. 4, 13/jan./1838, p. 17).

Na política provincial, o novo presidente Vicente Pires de Camargo, antigo agente da regência Feijó, era um dos principais exemplos de incoerência, uma vez que, na atualidade, adotava no Maranhão medidas e posições que condenara no passado. Em Pernambuco, afirmou a **Crônica**, o presidente e seu secretário fizeram oposição “às mesmas medidas que aqui vieram louvar, e propor.” (C.M., 4/out./1838. 1969, 1ª parte, p. 223).

Vasconcelos: figura do desencontro político

A **Crônica** publicou extrato do jornal **Sete de Abril**, intitulado “Definição de REGRESSO na sessão de 9 de Agosto de 1837, pelo Sr. Vasconcellos, respondendo ao Sr. Montezuma então Ministro da Justiça”. Nele Vasconcellos se posicionava sobre a questão, colocada pela **Crônica**, da falta de coerência ideológica do homem de estado, definido como “homem de character”.

(...). Vulgarmente se entende que tem caracter o homem que diz o hoje o que disse há 20 annos e o que dirá d'aqui a 20 annos. Entende-se que tem caracter o homem que abre o seu espirito a primeira idea que se vem pousar n'elle, e que immediatamente o fechar, e deixa essa idéia tomar posse do seu espirito, e repelle todas as modificações, todas as idéias, ainda que a experiência mostre que está em erro. Este é sem dúvida o peor dos estados. Homens taes, idéas taes só tem apreço no meio das facções, porque as facções vem de princípios absurdos, servem a princípios absurdos e não podem admittir modificação alguma no espirito do homem, sem que logo a qualifiquem de versatilidade e sem que logo condemnem este homem como trânsfuga, como desertor.

Em minha intelligencia, porem, a firmeza de caracter tem outra accepção muito diversa. Chamarei homem de caracter aquelle que rende culto aos princípios, só por amor dos princípios; e que, por consequência, quando a observação, o estudo, a experiência mostram que esses princípios devem ser modificados, que alguns d'elles devem ser remunerados em obzequio á verdade, não hesita em sacrificar o erro, em lugar de persistir, matendo opiniões errôneas. Chamo homem de caracter firme ao que, rendendo culto aos princípios assim entendidos, procede sempre de harmonia com esses princípios. Ora, perguntarei eu, há alguma versatilidade no homem de Estado, quando modifica seus princípios, porque reconhece que elles não são verdadeiros no sentido em que adoptou! Então, Snrs., o que he o homem de Estado? O que é o homem versado nas Sciencias Sociaes? E' elle um sábio que possa julgar com afouteza das Instituições do Mundo? As Sciencias Sociaes, mormente a Política, estão ainda no berço. Os legisladores, que tem desconhecido este principio, tem se arrependido muitas vezes...

Muitas vezes a vida de um Povo está no que o Legislador julga uma excrescência defeituosa, como já em outro tempo se exprimio um celebre autor. Se o Legislador depois conhece, pela experiência e pela observação, seu erro, há de insistir n'elle, porque já uma vez disse que aquelle objeto era inútil e podia eliminar-se das Instituições do Paiz em Perigo? Filósofos que viverão há poucos annos sustentarão que a Historia era o estudo do mais desnecessário, sendo hoje a opinião contraria geralmente seguida. Se me não engano, Mallebranche disse que a historia de um rato valia mais que a historia dos Gregos e dos Romanos. Quando a sciencia principia a nascer, havemos de desenvolver no espirito publico a idéia de que o homem de Estado é immutavel, que deve aferrar com idéias fixas aos primeiros conhecimentos que adquirio no Mundo!! Se eu consulto autoridades respeitáveis de nossos dias, ainda maior satisfação tenho, expendendo estas ideas.

Não há muito que na Camara de França foi accusado Carlos Dupin, porque renunciou a uma das idéas emittidas em uma obra sua: e o que respondeo este respeitável sabio!... Que aproveitava a occasião para declarar a sua vaidade não chegava ao ponto de sacrificar a verdade ao ridículo orgulho de ser coherente. O seu irmão Dupin-aiué, em outra sessão disse: - Eu não vos peço que nos annuncieis o vosso systema de Política como invariável; conheço que todas as Instituições humanas, todos os pensamentos são susceptíveis de modificação que o

tempo, o acaso, o capricho possa fazer. (C.M., n. 22, 22/mar./1838, pp. 90-91).

Como indicado, Vasconcelos foi figura chave do Regresso conservador e, como tal, alvo sistemático dos ataques da **Crônica**. De certo modo, as opiniões da **Crônica** sobre ele expressaram também seu posicionamento em relação aos caminhos do Império num instante crucial da regência. Vasconcelos foi visto pela **Crônica** como expressão do desencontro máximo, pois exemplo da “renúncia” de princípios em função da mudança da posição política da oposição para a do governo. As menções a ele na **Crônica** abrem um ângulo por onde observar as posições do jornal sobre esse instante decisivo do império. Como se sabe, nos começos da Regência do futuro Marquês de Olinda, Vasconcelos assumiu o comando do chamado ministério das capacidades e, depois, passou a atuar fortemente no senado para aprovação de medidas fundamentais como o Ato Adicional, voltando, por pouco tempo, na hora do Golpe da Maioridade (Challande, 2002). Personagem-chave da Reação conservadora, Bernardo Pereira de Vasconcelos apareceu nas notícias e artigos da **Crônica**⁴⁰. A figura de Vasconcellos surgiu resumida num dos últimos artigos do redator da **Crônica** de 1838, versando sobre a **persona** não menos contraditória de Sotero dos Reis. Novamente o problema da incoerência política era colocado:

Em todas as epochas tem apparecido homens sem consciencia nem principios, sempre promptos a servir as opiniões dominantes, a ultrajar as influencias decahidas e os tempos passados, e a calumniar aquelles cujas opiniões já partilhou, mas de cujas mãos escapou o poder. Este ultimo crime é sobre tudo imperdoável no conceito dos bandeirollas. Estas transformações são tão comuns nos homens fracos e servis, e mormente nos que se servem da política como meio de fortuna e negocio, que já não vale a pena tratar semelhante assumpto. (...) (C. M. , “Maranhão”, n. 91, 15/dez./1838, p. 367).

⁴⁰ No exemplo da questão da posição neutral de Vasconcelos em relação à Maioridade e o silêncio da **Revista** (C.M., junho/julho 1840) ou então da queda de Vasconcelos e seu impacto político na Província na conjuntura da Maioridade (C.M., setembro/dezembro 1840).

Nessa linha, dizia de Vasconcellos:

este mesmo sr. Vasconcellos com os seus discurso de Tribuna, seus artigos de jornaes, e os seus manejos de intrigante, foi quem, antes e depois da revolução, mais exagerou e corrompeu todas as doutrinas, e mais relaxou os laços da obediência e sociabilidade, que agora quer arroxar por meio das Transacções e do medo. Tanto o heroe como o panegyrista estão outros homens, e semelham bem àquelle ladrão arrependido que das escadas da forza pregava sermões aos companheiros. (Idem, p. 368).

Resumo

O tema é a relação entre o jornal e o Império na fase do Regresso conservador. Os trechos acima apontam para o desajuste entre a **Crônica** e os começos do Regresso conservador. Um aspecto ressaltado na crítica do jornalista era a posição desencontrada de muitos daqueles que comandaram o Regresso. Eram antigos “democratas” que “aderiram” ao governo, agora na condição de “monarquistas”. A mudança de posição política de antigos aliados, de oposição para governo, parece o cerne da crítica da **Crônica**. Não estava em questão o império, mas, nos termos da **Crônica**, sua face “absolutista” ou “democrática”. A questão da coerência e da incoerência política parece ser a principal dos trechos acima. Lisboa, de um lado, distinguiu suas figuras de referência, na Europa, França em especial, e no Brasil, destacando como qualidade a capacidade que tiveram de, em momentos adversos, manterem-se em posições coerente como vozes contrárias; de outro, citou figuras que eram o oposto das indicadas; que mudaram de posição de um modo que lhe pareceu discrepante, posto que ocasionada pela passagem da condição de oposição política para a de governo. O Regresso Conservador, em seus inícios, foi focalizado a partir desse ângulo: o da mudança política incoerente de antigos oposicionistas para a de governistas. Note-se bem não era a passagem da condição de oposicionista para a de governista que estava em questão, mas a passagem que implicava mudança significativa nos “princípios”, nas convicções. Caso exemplar, para o redator, de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

As contradições da política regressista comandada por ex-aliados colocavam a questão da forma de resistência. Afirma: “Resistiremos legalmente, empregando todos os meios que para triunfar usam os partidos auctorizados pelas leis e estilos constitucionais” (C.M., “Maranhão”, n. 5, 16/jan./1838, p. 22). A oposição devia ser legal porque a “exterminação do inimigo arrasta infallivelmente a nossa, porque o dia do triunfo de uns é o dia da sua divisão, e novos inimigos, acostumados a exterminar, substituem os inimigos exterminadores” (Idem, p. 24). Lisboa procurou situar sua proposta de resistência em perspectiva histórica ampla e comparativa: “... a historia de todos os paizes, inclusive a do Brazil nos prova que a constancia na deffeza dos bons principios, da causa da justiça e da rasão, tem sempre a final conseguido o seu triunfo.” (C. M., “Maranhão”, n. 5, 16/jan./1838). Para ele, “... a revolução de 30 de julho na França, a de 7 de Abril entre nós, foram apenas os resultados de uma opposição constante, pacifica, e legal, e da uniformização da opinião pública” (C. M., “Maranhão”, n. 5, 16/jan./1838, p. 24). A cobrança de coerência ideológica aos antigos aliados políticos acabou por se voltar contra a **Crônica** e seu redator. Ele, que iniciara a vida política na oposição, estivera no governo da província e agora retornava à condição de oposição, soubera permanecer coerente em suas convicções durante esse trajeto? O João Lisboa de **O Brasileiro** e do **Farol Maranhense** era o mesmo do **Eco do Norte** e da **Crônica Maranhense**? Como o redator da **Crônica** explicava suas mudanças e como se movimentava na conjuntura tão decisiva quanto errática do final da regência? Como a **Crônica** passou pelo teste da realidade política do império marcado justamente pelos desencontros entre “princípios” e “práticas” vivenciados pelos seus atores? Crítica da incoerência política, a **Crônica** incorreria também naquilo que criticava? Os adversários exploraram essas questões.

Nossa hipótese é a de que a **Crônica**, filha das suas estratégias, buscou o equilíbrio entre duas posturas radicalmente opostas, pelo menos naquele meio de senhores de escravos e terras: a do jornalista, comprometido com a

opinião pública, e a do homem de partido. Lisboa assumiu-se ao mesmo tempo como “escritor público” e como “oposição”. (Como todo e parte). Daí os dilemas da sua posição, pois apresentou como opiniões do jornalista independente o que era opinião partidária e como opinião do homem de partido o que era opinião do jornalista ⁴¹. Nessa posição ambígua, os limites da crítica apareceram, pois a **Crônica** ao criticar as posições adversárias, de fato, não conseguiu fazer a crítica do próprio partido. A crítica externa, aos adversários, deixou de sofrer o contraponto dialético da crítica interna, aos amigos de partido, que simplesmente não havia (pelo menos não eram explicitadas). Careceu, portanto, das condições e do poder da autocritica. E aqui, talvez, se encontre o núcleo das limitações da **Crônica**. Com isso, figuras decisivas no jogo político da Província, e mesmo no Império, foram poupadas e protegidas das críticas do redator, como o senador Costa Ferreira e o aliado e rival Franco de Sá. Tais limitações apareceram com força nas disputas eleitorais do final de 1840, quando Lisboa retirou sua candidatura e calou a voz sobre a ação criticável dos aliados. O (voto de) “silêncio” em relação aos amigos do partido, quebrado de certo modo com o **Jornal de Timon**, foi a forma mais explícita tomada pelas limitações em que se encalacrrou a **Crônica Maranhense**. Nem tudo a voz do jornalista poderia publicamente dizer. Por quê? Estaria ele comprometido com as mazelas do partido? Romper o silêncio significaria reconhecer os erros e, com isso, a própria incoerência política? Significaria reconhecer publicamente que fora agente e vítima daquilo contra o qual lutara (a corrupção e a simulação política), e, assim, reconhecer a razão de ser de boa parte das acusações dos adversários?

O modo como a **Crônica** noticiou e comentou a Maioridade explicita as contradições e limitações da sua crítica. Um golpe de estado era apresentado como “revolução” e triunfo da oposição constitucional. A inserção do jornal no jogo partidário cobrava seu preço ao proclamado

⁴¹ O jovem Marx, fazendo a crítica da imprensa na Província do Reno, na Alemanha dos começos da década de 1840, perguntava a certa altura: “(...) a *crítica*... não perde seu caráter racional... (quando) não julga partidos mas transforma-se em partido?” (2007, p. 53).

espírito público do redator. (O todo era subjugado à parte). O tema da Maioridade de dom Pedro II é recorrente na **Crônica** dos meses de junho e começo de julho de 1840. João Lisboa publicou vários extratos de jornais da corte sobre o assunto, especialmente discursos e debates na câmara geral; publicou também comentário próprio sobre a Maioridade e sobre o Ato adicional, etc. (C.M., julho/agosto 1840); entre as notícias, várias sobre a proclamação da Maioridade de dom Pedro II, vale notar o “Suplemento ao n. 257 da Chronica Maranhense” de 20 de agosto de 1840:

Acaba de entrar o vapor do Sul trasendo-nos notícias extraordinarias: S. M. I. foi aclamado maior, e tomou conta do governo, como demonstram importantes documentos abaixo transcriptos. A opposição entrou para o governo, [e] constitue hoje a maioria. A pressa não dá logar a reflexões: praza a Deus que esta revolução seja a ultima! Nós esperamos que seja a mais feliz, e que o joven (sic) monarcha dando a paz aos seus concidãos, lhes conquiste a gratidão, como já lhes tem conquistado o amor! .

A noticia da proclamação da maioridade de S.M.I., foi aqui recebida com o maior jubilo e enthusiasmo. Logo ao anoitecer um prodigioso numero de cidadãos se ajunctou no largo de palácio, e percorreu as ruas da cidade com bandas de música, dando vivas à S. M., ao novo ministério, e ao triumpho da opposição constitucional, soltando-se innumeradas girândolas de foguetes: o snr. Coronel Magalhães tinha feito reunir a officialidade da guarnição, e com ella acompanhou o povo no passeio. No theatro se repetiram os mesmos vivas no meio de ruidosas explosões de jubilo, e no enthusiasmo geral, apenas foi notada a frieza de alguns indivíduos, e o mais que estranho silencio do juiz de paz, o Cnr. Luiz José Joaquim Rodrigues Lopes, que contra o costume estabelecido, não entoou um só viva.

Na Bahia e Pernambuco a medida foi recebida com os mesmos aplausos. (Suplemento ao n. 257 da C.M., 20/agosto/1840, “POST-SCRIPTUM”, Maranhão, 21/agosto)

Publicou ainda reflexões sobre inúmeros extratos de jornais da Corte dando notícias da proclamação da Maioridade de dom Pedro II; notícia do impacto da Maioridade entre os dois partidos provinciais; programa do novo ministério e a questão dos cargos que devem ser substituídos; comissão de representantes do exército e da marinha designada para ir cumprimentar o imperador; crítica á escolha de Leonel Joaquim da Serra para representar a Câmara Municipal de São Luís no cumprimento ao imperador pela sua

Maioridade (C.M., agosto 1840); o tema da Maioridade e das festas ainda é noticiado nos meses de setembro/dezembro de 1840.

Novamente se pôs aqui a questão das conexões entre o jornal e o Império. O jornal ecoa o debate da Maioridade, onde ressaltou a questão de saber se era ou não um golpe de estado. Na Corte, os temas do plano da Maioridade que já começa a ser noticiado e o da aprovação do Ato adicional, além da mudança de ministério. A Maioridade foi para a **Crônica**, talvez, o equivalente à notícia do Regresso, com sinal trocado. Enquanto se opôs ao Regresso, comemorou a Maioridade. Não viu incoerência. Defendeu a Maioridade como movimento que pôs o seu grupo político no poder nacional e provincial, recusando a versão de golpe. Nesse sentido, o jornal procurou responder à acusação da **Revista** de que a Maioridade foi golpe de estado planejado por Alencar, Manuel Carvalho, Costa Ferreira e Vergueiro (C.M., julho/agosto 1840). Costa Ferreira, senador do império, figura sempre defendida pela **Crônica** dos ataques inimigos, participou ativamente do movimento em prol da aceleração da proclamação da Maioridade de dom Pedro II.

3.5 CRÔNICA DA PROVINCIA

Voz da oposição: silêncios da crítica

Na Província, o jornal procurou construir seu lugar como **voz da oposição moderada**, em meio à conjuntura política adversa, marcada pela derrota nas eleições de 1837 e pelo assassinato, em Caxias, do tenente coronel da Guarda Nacional Raimundo Teixeira Mendes, figura destacada da oposição. Os primeiros números da **Crônica** indicam o acirramento das lutas entre os dois partidos das elites provinciais: cabanos e bem-te-vis. De fato, sem pretender estabelecer qualquer relação de causalidade necessária e de mão única, é difícil dissociar essas lutas, da Balaiada. Com a derrota nas eleições e a ascensão política dos cabanos favorecida pelo Regresso, as lutas partidárias ganharam forte carga de violência, com o grupo no poder

procurando alijar, de todos os modos, a oposição e esta, pelo menos em certos setores, pensando em reagir através da violência. Daí que a questão do tipo de oposição a fazer – se legal ou armada – apareça com tanta força nesses números da **Crônica**, como se o redator estivesse falando (tentando conter?) não apenas para governistas, mas, sobretudo, para dentro do seu partido. Ele reconhece que o clima das relações entre os dois partidos era carregado pelo ódio e pelo desejo da exterminação, como expressavam as ações e especialmente a linguagem dos jornais. Nessa linha foi o artigo referente à publicação pelo **Investigador** de correspondência sobre a situação política (os “negócios”) em Caxias e a morte do tenente coronel da Guarda Nacional Teixeira Mendes (C.M., “Maranhão”, n.8, 27/jan./1838, pp. 33-36). Foi o primeiro artigo da **Crônica** que procurou pôr em perspectiva histórica as disputas políticas na Província. Nele o autor examinou ou fez uma espécie de história do partido conservador e assim do seu partido. O ponto de partida seria constituído pelas eleições de 1836 e o seu triunfo. João Lisboa procurou explicar a derrota do seu partido, naquela ocasião no governo, e a vitória da então oposição, tornando-se governista. Pelo exame do governo de Costa Ferreira, estabelecido a partir das eleições de 1833, mostrou como ele perdera popularidade e passara a sofrer campanha da oposição na arena da opinião pública. Revelou que nesse momento o governo era defendido pelo **Eco do Norte**, jornal por ele redigido. Um emaranhado de questões e forças sociais foi indicado: ordens religiosas, maçonarias, atuação política do negociante Meireles, uso da opinião pública, carestia da carne verde e da farinha, etc..⁴²

Estratégias de defesa da oposição

A **Crônica Maranhense** expressou o modo como Francisco Lisboa e parte das oposições se movimentaram nos anos de 1838 à 1841. Em geral, a

⁴² Destes fatores chamou (nossa) atenção a notícia da forte presença da maçonaria em São Luís, apontando uma influência decisiva na vitória dos conservadores nas eleições de 1836. Fora também a indicação de Dunshee de Abranches de que os liberais se reuniam em lojas maçônicas (**O Cativoiro**, s/d, p. 61), desconhecemos qualquer estudo sobre a atuação dessas lojas no Maranhão.

Crônica desenvolveu manobra com dupla face. Pintando a si e a seu jornal como opositor moderado no campo de forças onde se encontrou, Lisboa procurou ocupar posição, segundo ele equilibrada, entre o partido da “maioria” – os “opressores” estabelecidos no governo - e a “anarquia” dos revoltosos, tipo de resistência considerada como ilegal e criminosa. Em relação ao partido dominante adotou postura “reformadora” (criticando os “opressores” e suas arbitrariedades) e, em relação aos revoltosos, posição “conservadora” (de defesa da “ordem” contra a “anarquia”). Os textos da **Crônica** foram tecidos, e assim a figura do autor, entre as recusas da aproximação com o partido do governo e as recusas das afinidades com os revoltosos. Contra o governo afirmou a injustiça do modo violento como tratavam os homens das “classes inferiores” e contra os rebeldes afirmou a ilegalidade do modo como resistiram às arbitrariedades e violências praticadas pelas “classes superiores”. Essa estratégia foi posta em questão quando surgiu a proposta, defendida cautelosamente na **Crônica**, da “conciliação” entre os dois partidos a fim de que a “ordem” fosse protegida contra a “anarquia”.

Sempre bradamos contra os opressores e contra a opressão que gera a anarquia; mas quando esta se desenvolve, nos votamos à defesa da ordem, embora o escudo que embarçarmos cubra igualmente os nossos próprios inimigos. (C.M., 18/jan./1840. 1969, parte 2, p. 267).

Nestes trechos de enunciação de um discurso que se pretende a favor da ordem e contra a anarquia, salta à vista o modo paradoxal e ambivalente como as palavras “opressão”, “anarquia” e “ordem” foram dispostas. Em nossa leitura, as ambigüidades e aporias aparecem quando se escreve - “mas quando esta [anarquia] se desenvolve, nos votamos à defesa da ordem”. Como premissa e conclusão não rimam, perguntamos: se o que faz a anarquia se “desenvolver” é a opressão (a ordem), tese defendida inúmeras vezes em artigos da **Crônica**, de que adiantaria passar a defendê-la quando a anarquia se desenvolve? Ou haveria diferença entre a geração e o desenvolvimento da anarquia? E o que mantém a ordem? Não seria também a opressão? Ou haveria dois tipos ou graus de opressão? Um que

manteria a ordem e outro que geraria e desenvolveria a anarquia? Afinal, qual o limite entre a opressão que manteria a ordem e a que produziria a anarquia? São perguntas que o jornalista não esclarece. Mas podemos ainda pensar, num exercício de distensão do argumento exposto, que, de um lado, a opressão desenvolve a anarquia (pois é difícil supor que para Lisboa a anarquia surgisse por si mesma) e que, paradoxalmente, a mesma opressão é tida como sinônimo da ordem ou então como necessária para tal (e aí o leitor haveria de imaginar que a opressão tanto pode gerar a anarquia quanto a ordem, colocando uma distinção que o jornalista não faz...).

Neutralidade x partidarismo do presidente da província

A posição da **Crônica** em relação ao presidente Lima e Silva mudou completamente quando comparada à suas posições em relação aos dois presidentes anteriores, fortemente criticados. E, segundo a **Crônica**, o ponto de inflexão era o fato desses presidentes haverem tomado partido. O problema é que o partidarismo presidencial parecia complicado à **Crônica** quando o presidente optava pelo partido adversário, mas talvez não fosse se a escolha recaísse sobre o seu partido. Lisboa, apesar de defender a imparcialidade, ao mesmo tempo defendia o seu partido como o mais “moderado” e preparado para assumir o governo da Província. Essa questão requer análise mais específica do posicionamento da **Crônica** sobre os três presidentes de Província que atuaram durante seu período de existência, considerando-se o lugar estratégico ocupado por eles nas articulações entre a Corte e a Província. Como já indicado, a principal crítica da **Crônica** era quanto ao partidarismo dos presidentes, com exceção de Lima e Silva.

A respeito da chegada do presidente Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, escreveu: “agora temos alguma esperança de ver acabado esse ruinoso systema de condescendências, de irresolução, e contradicções, que muitos erradamente tomam pela imparcialidade.” (C. M., “Maranhão”, n. 18, 8/mar./1838, p. 74). A **Crônica** noticiou assim a chegada do presidente

Camargo: “No dia 28 de Fevereiro p.p. entrou neste porto a Charrua Carioca -, trazendo a seu bordo o exm. Presidente nomeado Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, que saltou no dia 1º do corrente, e tem de tomar posse do governo amanhã.” (C. M., “Maranhão”, n. 17, 2/mar./1838, p. 72). O ano de 1838 era eleitoral, e o presidente, como emissário da regência e também do gabinete ministerial exerceria papel crucial. Naquele ano houve eleições para regente e para deputados provinciais. Dada a posição decisiva do presidente, a preocupação da **Crônica** era quanto ao seu comportamento em relação aos partidos. Manter-se-ia imparcial? Tomaria partido? A **Crônica**, aparentemente, defendeu a neutralidade ou tratamento igual para os dois partidos. A declaração de guerra ao partido do jornalista partiria, segundo ela, do presidente e seria visível pelas demissões e nomeações promovidas em seu governo. Entre as demissões havia a do secretário do governo, que no caso não era outro senão o redator da **Crônica**. As primeiras notícias a respeito dessas medidas do novo presidente foram dadas na **Crônica** de 5 de abril de 1838 (n. 26, p. 107):

Consta-nos que S. Exc. O Snr. Presidente da província acaba de dimittir dos postos que occupavam no corpo de policia, os snr. Rego Piauhyense, Lupercio, e Canuto, nomeando para os substituir o Snr. Antonio Joze Quim, e dous officiaes do corpo dos avulsos! As três dimissões, e a nomeação do snr. Quim sobre tudo equivalem a um manifesto de declaração de guerra ao partido que sustentou a administração o snr. Costa Ferreira, cujo apoio S. Exc. decididamente regeita, a pezar do que alguém disia. No entanto, se S. Exc. Tinha de pôr a mascara da imparcialidade, bom foi que o fizesse já.

Segundo o jornalista, foi do presidente a iniciativa de romper com o partido chefiado por Costa Ferreira, uma vez que rejeitou o seu apoio. Noutro artigo, onde analisou as demissões e nomeações, inclusive a sua substituição na secretaria de governo, Lisboa as tomou como provas da partidarização do presidente. “De tudo isto concluimos nós que S. Exc. bandeou-se inteiramente com um dos partidos em que está dividida a província” (C.M., “Maranhão”, n. 27, 9/abril/1838, pp. 109-110). Especialmente a nomeação do Sr. Quim não teve em vista “se não dar uma

prova solenne de adesão a um partido, de fazer desfeita a outro, e com particularidades a dous dos seus chefes.” (Idem, *ibidem*). Nos seguintes fatos ficaria evidenciada a partidarização:

Temos provado que o Snr. Camargo se votou inteiramente a um partido; quatro dimissões, duas remoções, uma das nomeações, os elogios feitos á Câmara em lugar da reprehensão que ella merecia pela sua proposta attentoria do direito de propriedade; as dimissões anunciadas, e as estreitas relações de S. Exc. Com vários individuos, são bastante para tirar todas as duvidas. O facto é incontestável compete agora averiguar se a sua existência é prejudicial no estado actual do Maranhão. (Idem, pp. 110-11).

O jornalista observou que os dois partidos votaram no regente Araújo Lima e que não havia necessidade do presidente posicionar-se a favor de um ou outro, mas manter a relação de igualdade entre eles. Viu a partidarização do presidente como iniciativa do próprio Vicente Camargo. A partir daí, em relação ao presidente, a **Crônica** enfatizou e criticou esse aspecto da sua aproximação e aliança com o partido rival. Para a **Crônica** e seu partido não deram certo nem o apoio oferecido pelo senador Costa Ferreira e nem o plano de conseguir a “imparcialidade” por parte do presidente, deixando de interferir na luta entre os partidos. Queria, pelo menos nesse momento, o impossível, pois o presidente era peça central na campanha eleitoral, e iria apoiar um ou outro partido conforme as determinações do novo gabinete ministerial. E nesse nível mais geral de decisões o senador Costa Ferreira, talvez o principal chefe do partido da **Crônica** na Província, desde a renúncia do regente Feijó e o novo regente interino Araújo Lima, era oposição ao que ficaria conhecido como a “política do regresso”. Do ponto de vista simbólico, essa aproximação foi bem apreendida pela **Crônica** no passeio do presidente de braços dados com o comendador Meireles pela rua Grande e de São Pantaleão:

Temos o prazer de anunciar aos nossos leitores que S. Exa. se acha completamente restabelecido da moléstia passageira que por alguns dias o reteve na sua nova residência, e já domingo passado teve esta capital, a satisfação de o ver passear pela rua grande e da de S. Pantaleão, de braço com o Sr. comendador Meireles. (C.M., “Maranhão”, 26/maio/1838. 1969, 1ª parte, p. 119).

Dias antes, na **Crônica** de 18 de maio de 1838, registrava outros sinais da aliança entre o presidente e o comendador Meireles. O presidente havia conseguido “levar ao seu camarote no último domingo, a poder de muitos rogos, quem?... O comendador Meireles, que tinha sempre recusado ir as outras vezes em que fora convidado.” (C.M., 18/mai./1838. 1969, 1ª parte, p. 117). Mais que isso, o presidente, considerando que o palácio estava inabitável, “inçado de ratos e formigas”, mudara-se para “umas casas que o Sr. Comendador tem no largo do Carmo” (Idem, *ibidem*).

Antes de tudo, Lima e Silva foi um emissário ou comissário do Império (um construtor do império), e como tal deve ser focado nos textos da **Crônica**. Como presidente da Província, ocupou lugar politicamente estratégico na mediação das relações entre o Império e a Província. Assim se compreende sua declaração, logo ao chegar, de não se envolver nas lutas entre os partidos e de se posicionar como agente do Império. A “neutralidade” política foi a estratégia de Lima e Silva em relação aos partidos, pois, assim, poderia fazer as forças convergirem em direção ao seu alvo principal: o combate aos rebeldes e a instituição da **pax imperial**. A imparcialidade de Lima e Silva foi apoiada pela **Crônica** como posição política também sua. Não deixava de ser no mínimo ambígua, pois, de um lado, dizia que o certo era o presidente da Província agir como verdadeiro agente do Império e não tomar partido, e, de outro, defendia ardorosamente a hegemonia política do seu partido ⁴³.

Poder e paixões: medo, violência e dor (o exemplo da Balaiada).

Na **Crônica**, o poder provincial é apresentado como investido pelos desejos ou “paixões” de quem manda e nada mais. No seu discurso, a produção da **paixão do medo** é aspecto fundamental da montagem desse

⁴³ Veja avaliação da presidência Lima e Silva (C.M., março/1840) e sobre partidos, eleições e a imparcialidade do presidente (C.M., setembro/dezembro 1840).

tipo de poder (tempos depois, Nascimento Morais falará em “neurose do medo”). Não apenas o medo das elites em relação às massas, mas principalmente medo destas em relação aos potentados ou “mandões” do lugar, os quais, em suas relações com subalternos, se mostraram eficientes na instituição de uma “educação” pelo medo. Educação instituída não só em documentos legais ou escritos, mas pela prática cotidiana. Se uma das mais agudas descrições das engrenagens da máquina do poder provincial foi feita por João Lisboa na primeira parte do **Jornal de Timon**, o jornalista do período regencial (excetuando-se talvez aquele ano terrível de 1840), contudo, já descreve o nascimento de uma **forma de poder de exceção** que se impõe a tudo e a todos, atribuindo suas razões ao domínio das “paixões” sobre a “razão”. O discurso de Lisboa não é só um saber que integra esse tipo de poder como o expressa pelo reverso. No discurso jornalístico e historiográfico de João Lisboa, o “espírito de partido” e a instituição dos partidos são apresentados como chaves do poder arbitrário estabelecido na Província. Arbitrário porque se move segundo os ditames da **paixão**, muitas vezes de ordem privada, ao arrepio das regras da lei e do interesse público e da razão. O “arbitrário” não é forma de domínio vigilante cuja obediência fosse obtida pela interiorização de um olhar punidor (Foucault), mas sim através da interiorização, pela vítima, do sentimento da sujeição ao bel-prazer do algoz. Ele expressa um poder de vida e morte sobre o outro ⁴⁴. Enquanto o cidadão moderno de Foucault é domesticado pela interiorização da sensação de que está sob vigilância e de que será punido sempre que transgredir as leis, a figura em questão de João Lisboa vive sob um tipo de medo oriundo da percepção de que transgredindo ou não está sujeito a qualquer instante e em qualquer lugar às reprimendas do poder arbitrário, sem apelação. Esse **estado de absoluta sujeição** (de que se esteja onde estiver é impossível fugir ao castigo do senhor, cujo poder é considerado absoluto) não é, pelo menos em João Lisboa, exclusiva da situação da escravidão, mas atravessa as diversas instituições da sociedade que se constituem e se inventam através

⁴⁴ Discutindo as relações paradoxais da escravidão com a tradição do liberalismo, Losurdo indica que esse poder é caracterizado precisamente como o que define a “escravidão”. (2006, p. 54)

dela (lembre-se a questão do recrutamento). Enquanto Foucault diz que na prisão o poder mostra toda sua face e ainda assim aponta a existência de regras, no caso focalizado pelo discurso de Lisboa, parece não haver regras de espécie alguma, a não ser as da exceção e da razão volúvel de quem manda ⁴⁵.

3.6 NOTÍCIAS DE UMA GUERRA CIVIL

Foram diversas e inúmeras as notícias e artigos sobre a guerra da Balaiada e o seu dia a dia, publicadas na **Crônica**. O jornal noticiou ataques (Carnaubeira, Frexeiras), ocupações (Chapadinha) e restaurações (Brejo, Itapicuru-mirim) importantes realizadas pelas forças da Divisão Pacificadora; questões como desembarços de rios (Munim, Itapicuru); fraudes na compra de carne para a tropa; proibição das requisições arbitrárias de gêneros pela tropa; não cumprimento das ordens de dispensa de feitores; reivindicações de glória e reconhecimento por serviços prestados; ajudas militares de municípios às forças da legalidade; influências das lutas políticas sobre o andamento da guerra; ações dos rebeldes na forma de invasões de acampamentos, roubos de fazendas, etc.

Diante da Balaiada, a estratégia comum dos partidos provinciais em luta foi a de se distanciar da sedição, transferindo a responsabilidade para o adversário. As notícias da guerra pareciam confundir-se com uma guerra de notícias onde ligar o partido rival à revolta era forma de identificá-lo com o que era julgado e aceito publicamente como “desordem” ou movimento criminoso. De modo que todos (ou quase todos) concordaram quanto à avaliação negativa e criminalizadora do movimento – condenado como revolta de bandidos – e discordaram quanto aos responsáveis, cada um jogando a culpa sobre o outro. Ao recusar-se a autoria da Balaiada aos

⁴⁵ Contudo, não é caso apenas de repressão, mas do fato paradoxal de que as massas camponesas também, em certo momento, desejaram o “despotismo provincial”. Como mencionamos algures: a “morte que vem de fora”, é “também a que vinha aparecendo por dentro”.

balaios, deslocando-a para o partido rival, atingiam-se dois objetivos aceitáveis para os interesses de classes em jogo: 1) em função do não-reconhecimento das classes “inferiores”, a revolta era sequestrada dos seus sujeitos, que assim eram “despolitizados” (pois como se poderia aceitar que “homens grosseiros” ou, na versão mais comum, “bandidos” pudessem comandar movimento de tal envergadura?); 2) por sua vez, o jogo de “acusação recíproca” permitia malandramente que a “autoria” continuasse nas classes dominantes sem que ninguém, nenhum grupo ou partido em particular se visse constrangido a chamar para si a responsabilidade direta por um movimento reconhecido como “criminoso”.

Na guerra de notícias, a **Crônica** e a oposição sofreram várias acusações feitas especialmente por Sotero dos Reis que os apontavam como os principais responsáveis pela Balaiada. Em seu jornal, João Lisboa expunha e procurava responder a essas acusações, devolvendo-as para o governo e o partido de Sotero dos Reis e buscando diferenciar a linha de ação “constitucional” do seu jornal e do seu partido daquela “armada” dos rebeldes. Os tipos de acusações eram variados, indo da influência doutrinária dos dois principais jornais da oposição – **Crônica** e **O Bentevi** –, passando por “provas” como aquelas da cumplicidade de parentes (Manoel Rodrigues Nina), até cartas trocadas por João Lisboa com líderes rebeldes (chefe Silveira, Raimundo Gomes). A **Crônica** publicava essas acusações e procurava respondê-las. No caso da prisão de Manoel Rodrigues Nina, parente apontado pelos adversários com um elo que provaria as ligações de João Lisboa com os rebeldes, publicou longa carta do filho de Manoel R. Nina lhe defendendo ⁴⁶. (C.M., julho/agosto 1840). As acusações não raro pareciam assumir um tom de mera especulação, caso das notícias de que as oposições haviam contratado armamentos com barca de vapor inglesa ancorada no porto, a qual ainda não havia partido porque esperaria o resto do pagamento (C.M., março/abril/maio 1840).

⁴⁶ Nesta carta contava-se um pouco da história de Rodrigues Nina na região do Iguará e do Alto Munim, revelando detalhes interessantes, como o conflito com Raimundo Rego e o padre João Ignácio de Moraes Rego.

Na **Crônica** de 10 de abril de 1839 lê-se a primeira notícia das revoltas sob o título “DESORDENS NO INTERIOR DA PROVÍNCIA”. O modo como a **Crônica** enquadra os grupos revoltados aparece no último parágrafo:

Quanto ao mais, ainda removido o perigo iminente, é preciso destruir os germens de futuras desordens, e isso certo se não alcançará com o emprego de meios violentos, a menos que se não queira extinguir uma raça inteira; não é avexando, e irritando por todos os modos uma classe, cuja força numérica é tão extraordinária, e que da sociedade só tem encargos, e não as vantagens, que havemos de conseguir tê-la quieta, e subordinada. Senão os sentimentos de justiça, ao menos os do próprio interesse ensinem aqueles que dominam a província o como devem proceder. (1969, parte 1, p. 245)

Segundo o autor, qual a forma de manter “quieta, e subordinada” a classe que se distingue pela “força numérica”? A questão é posta para aqueles que “dominam a província”. Como não parece acreditar nos “sentimentos de justiça” das classes dominantes, apela para seu “interesse”. O jornalista sabia o quanto era desigual a relação de troca, envolvendo “encargos” e “vantagens”, entre a “sociedade” (leia-se: as elites senhoriais) e a “classe” numerosa dos segmentos populares, e, por conseqüência, o papel estratégico da violência. Vemos que o redator não põe em questão a dominação em si, mas a forma singularmente violenta como ela se faz. Tocando o alarme do “perigo iminente”, ele se dirige aos “que dominam a província”, como se tivesse uma verdade a ensiná-los, já que a “desordem” revelava que eles não saberiam “como se deve proceder” com as camadas populares. Percebe o grupo dos rebeldes como “uma raça” e “uma classe”. Classe “cuja força numérica é... extraordinária”, atentando para a supremacia do número, e que “da sociedade só tem encargos, e não as vantagens”, reconhecendo o desequilíbrio entre “encargos” e “vantagens”. Para esta classe, nas suas relações com a “sociedade”, os custos eram totais e os benefícios, mínimos. Foi nesta situação injusta que o texto localizou os “germens” das “desordens”, não só futuras como atuais. O trecho aponta para um modo de relacionamento entre os que “dominam a província” e os que se destacam pelo grande número, fundado no avexamento (leia-se: humilhação) e irritação (leia-se: violência) e no emprego (reiterado) dos

“meios violentos” como forma de resposta às reações provocadas (leia-se: “desordens”). Para o jornalista, a extinção de uma “raça inteira” seria o produto desse modo de relacionamento entre classes. O que talvez singularize a visão de Lisboa é o entendimento de que a violência que “avexa” e “irrita” a raça ou classe dos homens grosseiros provava-se insuficiente para mantê-la “quieta, e subordinada” no interesse dos que dominam. Os homens grosseiros reagiriam de duas maneiras: deserdando das ocupações (roça, pesca, vigilância) ou se rebelando (caso da Manga). Para a **Crônica**, o descontentamento, ao atingir a camada dos “homens grosseiros”, onde havia “alguns criminosos”, só poderia produzir resultados “fatais”, como os da Manga. Como noticiava o jornal: “Dizem que tal Raimundo Gomes achara ali [na Vila da Manga] um seu irmão a ferros no viramundos”.

Recrutamento: a relação violenta entre opressores e oprimidos

Lisboa, na crítica feita ao governo, observou no recrutamento o principal exemplo do modo violento e arbitrário como as “classes superiores”, ou parte destas, se relacionavam com as “classes inferiores”. Na prática do recrutamento, transformado em modo de controle e punição das oposições e dos dominados, localizou as origens das revoltas. A tese básica da **Crônica** foi a de que a reação de Raimundo Gomes no episódio da Manga foi fruto do **recrutamento ilegal e indistinto dos homens grosseiros praticado por prefeitos absolutistas**. A partir daí, dramatizou o embate entre a ação violenta, ilegal e indistinta, dos prefeitos absolutistas e o descontentamento e a revolta dos homens grosseiros. Qualquer um, a qualquer hora, em qualquer lugar, por qualquer motivo, estava sujeito ao recrutamento. No número de 20 de janeiro de 1839, escrevia incisivo:

recruta-se sem precederem editais para o alistamento voluntário; recruta-se o redator, e o responsável dos jornais da oposição; recruta-se o cidadão unanimemente absolvido pelo júri; recruta-se indistintamente de noite, o casado como o solteiro, o velho como o mancebo, e pela manhã saem os recrutados barra fora; recruta-se a bordo das embarcações que estão de partidas, e o

que é mais, a bordo das embarcações de cabotagem, contra a expressa determinação de vários avisos, recruta-se o povo que ocorre a festejar os dias nacionais; recruta-se o estudante, cuja aplicação e habilidade o próprio redator do Investigador atesta na sua qualidade de professor; e recruta-se finalmente testemunha que é judicialmente convocada para jurar num processo de morte. Para coroar a obra S. Ex. louva o patriotismo de um mandão do interior que o aconselhara a recrutar um vereador de câmara, só por ser êste bentevi e mulato; em alguns pontos do interior recruta-se para extorquir dinheiro aos desgraçados. (1969, parte 2, pp. 13-14).

Lisboa observou na criação dos prefeitos, na coronelização e militarização da sua autoridade, manobra do partido governista para impor o domínio e no recrutamento ilegal uma de suas principais armas. Escreveu: "... a atribuição especial, e como que exclusiva de recrutar, o arbítrio de dispor da força pública, as honras e distintivos de coronel, tudo concorre a dar à autoridade dos prefeitos um caráter militar" (C.M., 29/junho/1838. 1969, parte 1, p. 151). Na **Crônica** de 14 de janeiro de 1840, atacando o **Investigador** e defendendo a verdade da opinião, diz aos seus leitores:

Leitores, não somos nós, é o Investigador que assim zomba do público, supondo-o tão néscio que acredite em tão grosseiros embustes. Fomentam-se ódios, calunia-se um partido inteiro, numero, e rico, tudo para iludir a opinião, para que ela não conheça **a verdadeira e principal causa da desordem, as violências dos prefeitos e dos seus subalternos.** (1869, parte 2, p. 10. Negrito nosso).

A questão do recrutamento é um dos ângulos por onde se pode discutir a maneira como João Francisco Lisboa construiu seu olhar sobre as relações entre as classes dominantes e dominadas na Província do Maranhão, no período pós-independência. Em nenhum momento ele pôs em questão o recrutamento, mas o modo "ilegal e indiscriminado" (leia-se: forma excessiva) como era executado pelo grupo que controlava o governo da província. Pode se verificar que não era contra o recrutamento em si, pois na defesa feita contra a extinção da "polícia rural" pelo novo governo e instituída quando era secretário do governo de Costa Ferreira, escreveu:

Debalde se alega que a lei de 23 de abril de 1835, pela qual foi criada a polícia rural, era mui defeituosa; apesar disso, essa

instituição produziu os melhores resultados nos distritos da comarca de Alcântara, e em vários outros da província, e os seus defeitos podia facilmente reformar-se. Assaz era autorizar o recrutamento forçado, na falta de voluntários, tornar mais severos os castigos, e dar mais arbítrio aos juizes de paz nas demissões e suspensões dos guardas. (C.M., 9/jul./1838. 1969, parte 1, p. 161).

Afirmando que tal polícia não precisaria de “instrução e disciplina militar”, observava que sua finalidade seria bem cumprida “se os homens que a compuseram forem robustos, valentes, práticos dos matos, e se tiverem conhecimento e experiência das manhas e ardis dos negros dos quilombos.” (Idem, *ibidem*).

Vale perguntar: ao descrever a “arbitrariedade” do recrutamento, condenado como algo moral e legalmente injusto, a **Crônica** não acabou narrando instante decisivo da constituição do poder provincial? Ou melhor, em que pese o juízo negativo do autor, as inúmeras práticas arbitrárias relatadas e denunciadas não foram indicadoras do modo como o “sistema de poder” local se configurou, como se o jornal noticiasse esta experiência ao contrário? A nosso ver, talvez em função dos seus comprometimentos, a **Crônica** teve que estabelecer distinção entre poder legal e poder arbitrário (ilegal), sem considerar que a prática arbitrária (ilegal), a exceção, menos que negação, era o modo como o poder legal, a regra, se realizou.

Criticando a lei de reforma da Guarda Nacional, a **Crônica** de 31 de janeiro denunciou não só sua inconstitucionalidade como sua inutilidade. No interior, dizia:

[...] a disciplina da guarda nacional ou é uma impostura, ou uma continuada violência, donde se originam pequenas arbitrariedades, extorsões, e o que mais é, desordens e perturbações. Além da aversão que em geral tem a nossa gente a todo serviço militar, [a] falta comunicações, as imensas distâncias, as nenhuma comodidades nos lugares da parada, impossibilitam inteiramente a regularização e disciplina dos corpos milicianos do interior. Como há-de um pobre lavrador que só do seu trabalho se mantém a si e a sua família, fardar-se, agaloar-se, em épocas certas e aproximadas abandonar as suas ocupações para fazer mostras, exercícios, e destacamentos? Com

que dor não deixará ele os seus verdadeiros interesses para ir muitas vezes servir, não a pátria, mas ao capricho e à vaidade de comandantes e prefeitos! É um vexame tamanho obrigar por esses sertões os indivíduos das classes inferiores a servir por um ou dois meses, que eles não poucas vezes se lançam em desordens para evita-lo, como provam as recentes deserções para as forças de Raimundo Gomes. (...). (C.M., 31/jan./1839. 1969, parte 2, pp. 18-19).

Tomou como assunto a indisciplina no serviço militar e o erro de convocar pessoas das classes inferiores. A “guarda nacional” era caracterizada pela violência, por desordens e perturbações, “pequenas arbitrariedades e extorsões”. A “regularização e disciplina” do serviço militar eram dificultadas pela falta de “comodidade nos lugares da parada”, pelas “imensas distâncias”, pela inexistência de comunicação e, diz Lisboa, pela “aversão que em geral tem a nossa gente a todo serviço militar”. Perguntava: “Como há-de um pobre lavrador que mantém a si e a sua família só do seu trabalho se fardar, agaloar-se, em épocas certas e aproximadas abandonar as suas ocupações para fazer mostras, exercícios, e destacamentos?”. Exclamava: “Com que dor não deixará ele os seus verdadeiros interesses para ir muitas vezes servir, não a pátria, mas ao capricho e à vaidade de comandantes e prefeitos!”. E concluía: “É um vexame tamanho obrigar por esses sertões os indivíduos das classes inferiores a servir por um ou dois meses, que eles não poucas vezes se lançam em desordens para evita-lo, como provam as recentes deserções para as forças de Raimundo Gomes.” Lisboa percebeu a aversão das classes inferiores ao serviço militar na guarda nacional e o quanto o recrutamento era incompatível com os seus interesses mais cotidianos. Aversão e incompatibilidade que acabou propiciando homens para a revolta de Raimundo Gomes. Lisboa acabou sugerindo aqui uma explicação para as origens da Balaiada. Vista como “desordem”, informa que frequentemente ela viria ocorrendo, motivada pela forma do recrutamento ⁴⁷. Para Lisboa, a reforma não teve em vista “obter corpos numerosos, luzidos, e

⁴⁷ Seria preciso fazer uma história do recrutamento e dessas reações populares a ele. Mas a questão era: por que, no caso da reação de Raimundo Gomes, tornou-se um movimento com as dimensões da Balaiada? Existem limitações também nesta explicação, por mais forte que seja.

disciplinados, mas sim um meio de premiar devotos e afilhados, de corromper as consciências, de dilatar clientela, e de consolidar influências de facções e indivíduos” (C.M., 31/jan./1839. 1969, parte 2, p. 19).

Transcrevemos abaixo o longo trecho onde o redator da **Crônica** argumenta que o recrutamento “indistinto e ilegal” foi a causa principal da revolta:

... por causa do recrutamento indistinto e ilegal a maior parte da população de diversos pontos, conhecidas sob o nome de forros (e que S. Exa. Chama cabras, à moda de Pernambuco) tem abandonado as suas casas e roças, deixando ao desamparo as famílias: no Rosário, por exemplo, a gente pobre está passando por todos os inconvenientes da miséria e da fome, por haver fugido a maior parte dos pescadores. Outro motivo de descontentamento há sido o serviço para que se tem chamado por todo esse interior os paisanos ou guardas nacionais, e assim vimos os 23 que compunham o destacamento da Manga unirem-se com tamanha facilidade aos 10 amotinados com que ali entrara Raimundo Gomes.

Acrescentemos a isto os maus tratos, os troncos, e os viramundos que nos consta terem sido restaurados pelo comissário João Onofre, na Manga, e pelo comissário Lindoso, de um dos distritos do Rosário, e certo não teremos que admirar-nos da surpresa feita à Vila da Manga. Dizem que tal Raimundo Gomes achara ali um seu, irmão a ferros no viramundo; ora semelhantes perseguições hão por força fazer descontentes, e o descontentamento nos homens grosseiros, entre os quais há alguns criminosos, não pode deixar de produzir resultados iguais aos da Manga, que tão fatais podem ser. (...).

Estes senhores das prefeituras assentam-se quase todos que pelo fato da sua criação restaurou-se o absolutismo puro; assim falamos um na nova ordem de coisas, expressão técnica, que sempre serviu para designar mudança de sistema; outros levantam golinhas, e põem os recrutas em troncos; outros aconselham ao governo com admirável sangue frio que mande recrutar para grumete um cidadão pacífico, estabelecido com negócio, e vereador da câmara, porque só assim nos poderemos livrar de um mulato tão prejudicial; outro finalmente assevera que só por falta de forças não prendeu um juiz de paz, contra quem apenas tinha algumas suspeitas! (...). (Parte 2, pp. 3-4).

O governo recrutou os partidistas da oposição, e os mandou carregar de ferros nos porões das embarcações de guerra. É verdade que depois das eleições se procedeu a recrutamento nesta província, e ainda hoje se recruta, assim para o exército e marinha, como assim para completar o corpo de polícia, e não sabemos porque privilégio os vadios que pertenceram ao partido da oposição deixariam de ser agarrados para o serviço. É verdade também que o presidente mandava reter a bordo com segurança os recrutas mais turbulentos, porém ordenou positivamente ao comandante do brigue Niger que os não

pusesse em ferros. Mas se apesar da ordem, o comandante, o Sr. José Maria Ferreira, praticou o contrário, entendam-se com ele. No entanto cumpre aqui declarar que havia toda a razão para serem os recrutas guardados cuidadosamente; a fuga de alguns deles do Paquete Brasília, auxiliada por agentes da oposição e confessada até por um dos últimos Investigadores, justifica todas as cautelas do governo para a sua segurança. (C.M., 15/fev./1838. 1969, parte 1, p. 54).

Na **Crônica** de 7 de fevereiro (dada a descrição de vários casos de recrutamentos arbitrários ocorridos no interior), diz em conclusão:

Eis o que tem produzido as prefeituras; aparece uma desordem, em conseqüências das suas prepotências, os sediciosos e o seu chefe devassam livremente e de mão armada o território da província e os mandões que deram causa a desordem ainda no espaço de dois meses não puderam ou souberam sopeá-la. Todo o seu zelo se tem desenvolvido contra a população pacífica e industriosa, que está sendo vítima dos rebeldes miseráveis, e dos rebeldes poderosos ao mesmo tempo; ataca-se o direito de propriedade, fazendo demorar as canoas, para empregar as tripulações a roçar mata-pasto; invade-se de noite o asilo dos cidadãos; espancam-se escravos alheios até a morte; transforma-se a população inteira em guardas de honra de prefeitos, e roubam-se e estragam-se os bens de cidadãos amigos da ordem. Finalmente, para o que o atroz ande misturado com o ridículo, dão-se algumas providências (ilegais) contra as rezes de bicheira, e figado esverdeado, a fim de que as mencionadas rezes não se vendam nem secas, nem verdes! (C.M., 7/fev/1839. 1969, parte 2, p. 25).

Na **Crônica** de 14 de Janeiro de 1839 retornava:

Sobretudo (tornamos a lembrá-lo) é preciso que cessem as injustiças e as violências no recrutamento, os insultos e o desprêso com que umas tantas autoridades tratam as classes inferiores. Em verdade não é uma indecência que os magistrados policiais estejam continuamente a falar em todos os seus [ofícios], em bentevis, em honrado partido cabano, em cabras desavergonhados, em mulatos prejudiciais que se devem quanto antes recrutar para grumetes? (1969, parte 2, p. 9).

Na **Crônica** de 20 de janeiro continuava:

Os crimes e violências a que acabamos de aludir tem sido largamente narrados em todo o decurso da nossa redação; os mais deles não tem sido nem levemente contestados pelo contemporâneo, que agora se arroja a nos perguntar de um modo

vago quais são as violências cometidas, como se tão cedo nos pudéssemos deslembrar do redator da Sentinela, dos responsáveis do Bentevi, do Castanheira, do sobrinho do contador Miranda, dos despotismos do comissário João Onofre, do insolente ofício do coronel Coqueiro, da agarração da noite do dia sete de setembro, e de tôdas as outras gentilezas semelhantes.

Acrescentaremos um caso que há poucos dias podemos verificar. No mês de agosto ou de setembro (não nos recordamos bem) uma mulher da nossa vizinhança atroou por dois dias o céu com gritos por lhe haverem recrutado o último dos seus filhos: não nos persuadimos nós então que a lei tivesse sido violada em dano da pobre mulher, mas viemos agora a saber que ela é viúva, e o seu filho casado; que dirigindo-se ela ao sr. M. G. da Silva Belfort, a implorar o seu patrocínio, este sr. a despedira secamente, dizendo-lhe que o seu filho era um extravagante, que havia sido recrutado à instâncias do seu próprio sogro, e que só deste se deviam queixar. Cumpre no entanto dizer aqui: 1.º – que as extravagâncias imputadas ao desgraçado môço consistem em haver ele vendido uma escrava, e em se haver o sogro que lhe tomou a mulher sem ser pelos meios judiciais; 2.º - que a extravagância do procedimento não importa para os casados o perdimento dos direitos que a lei lhes confere, e pelo contrário por aviso do governo central foi já ordenado aos [juizes] de paz que não recrutassem os malcasados, aos quais por todos os modos, deviam aconselhar a se conciliarem com as suas famílias; 3.º – finalmente que o terrível sogro é o sr. Severino Dias Carneiro! A este potentíssimo fidalgo não podia o governo negar esta nova espécie de lettre de cachet contra um membro da sua família; queixem-se dele os que gemem na opressão e desamparo, que já não é pequeno consolo. Virá tempo talvez em que nem o queixume seja tolerado. (1969, parte 2, pp. 13-14).

A **Crônica** parece supor que caso grupos como os da família Sá estivessem no controle da província os recrutamentos seriam aplicados de modo não-arbitrário.

O não-reconhecimento dos balaios

Ao situar as causas da revolta na violência arbitrária praticada pelas classes dominantes, especialmente pelo partido da maioria, João Lisboa deixou de reconhecer, porém, os balaios como os principais responsáveis pela Balaiada. Por mais que apresente compreensão da revolta a partir das suas raízes sociais (para ele não se tratava de “revolta de bandidos”), Lisboa a vê apenas como “desordem” e não como projeto de outra ordem possível. Indicando uma noção pressuposta de **ordem** situa a origem da

desordem na ação das classes que “dominam a província” e que deveriam ser responsáveis pelo estabelecimento e manutenção da ordem.

Essa visão da guerra ajuda a compreender a reação de João Lisboa à carta que recebeu assinada por Raimundo Gomes e escrita pelo pai de Candido Mendes (o que poderia soar como armadilha de comprometimento, pois Cândido Mendes e João Lisboa eram então adversários políticos). A carta foi publicada no jornal e tem aspecto pungente. Nela Gomes indaga Lisboa sobre seu **silêncio** para com ele, se coloca como homem do partido bentevi e pede conselhos (1840). Essa carta pode ser lida como contraponto à posição de João Lisboa de que a **Crônica** clamava no deserto:

Tristes efeitos das dissensões civis, sobretudo no Brasil, onde os vícios da população semi-bárbara não tem os poderosos corretivos que se encontram em outros países e onde a sua demasiada e rude ignorância não se presta ao efeito poderoso de um grande meio de civilização, a imprensa, cujas cem bocas clamam em vão para ela, como se clamassem no deserto. (C.M., 7/jan./1840. 1969, parte II, p. 251).

Em que pese os rebeldes fossem vistos como incapazes de promoverem a revolta, há trechos de notícias na **Crônica** que sinalizam o contrário. Por exemplo, a correspondência do major Falcão (do “Acampamento da Vargem Grande”, datada de 5/agosto/1840) sobre apresentação de rebeldes e em especial sobre a **figura de guerrilheiro do caudilho Candido do Lago**, a respeito do qual escreve que era “senhor do terreno em que operava, sabia escolher as posições, evitar o combate quando desconfiava do sucesso, ter em continuo sobressalto as fazendas vizinhas; em fim apresentava todos os visos de um perfeito guerrilheiro”. (CM, “Maranhão”, n. 258, 20/agosto/1840, p. 1025). Visão que contrariava o lugar comum dos “balaíos” como figuras embrutecidas e sem consciência. Candido do Lago guerreava com pleno conhecimento das “posições”, do tempo de avançar e de recuar, do “terreno” e, assim como ele, poderiam haver outros.

4. GUERRAS E VIDAS INFAMES: O TRAUMA DA BALAIADA

4.1 TRAUMA

Hoje, mais de século e meio depois, precisamente 165 anos (quase seis gerações), é difícil apreender o trauma que foi a Balaiada em sua justa dimensão, tal como César Marques junto com o seu grupo de geração, escrevendo pouco mais de duas décadas após, ainda podia sentir como “luto” e “dor”. Ao escrever sobre a pequena vila da Manga, assim se expressava em nota contida:

Desperta bem tristes recordações a história desta vila, porque foi nela que em 13 de dezembro de 1838 se apresentou Raimundo Gomes, homem de cor escura, e, acompanhado de nove de sua raça arrombou a cadeia da vila, soltou os criminosos, e daí partiu o facho da revolução do Balaio, sem importância em seu princípio, feroz em seu desenvolvimento, e que só terminou depois de deixar muitas famílias na mais completa miséria, a Província coberta de luto, e a dor em todos os corações. (1970, p. 628).

Curtas expressões como “tristes recordações”, “Província coberta de luto” e “dor em todos os corações”, apontam para a experiência traumática que foi a “revolução do Balaio” para a “Província”. Vemos aí a série de categorias comuns no discurso das elites: “homem de cor”, “raça”, “revolução do Balaio”, “feroz”¹.

¹ D. Felipe Condurú Pacheco, na sua **História Eclesiástica do Maranhão**, comentando a qualificação que D. Marcos Antônio de Souza, o 15º Bispo do Maranhão, atribuíra à Balaiada como “incursão anárquica e impatriótica”, nota que a “essa correria selvagem e fratricida mais exatamente lhe caberia o ferrete de – Página Negra da História do Maranhão” (1969, p. 163). Na historiografia sobre Maranhão, a Balaiada salienta como um dos assuntos mais estudados, se não o mais estudado. Veja os seguintes estudos e referências mais específicas: **Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840** (Magalhães, 2001); **Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841** (Alencastre, 1872); **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão** (Amaral, 1898; 1900; 1906); **A Balaiada 1839** (Otávio, 2001); **A Balaiada** (Corrêa, 1996); **A Balaiada** (Serra, 1948); **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão** (Santos, 1983); **A Balaiada** (Janotti, 1987); **A Guerra dos Bem-te-vis** (Assunção, 1988); **Documentos para a história da Balaiada** (APEM, 2001). Para estudos sobre a Balaiada no Piauí, veja:

Testemunho sensível dos acontecimentos, as cartas de D. Martinha para “o Censor”, seu marido, relatadas por Dunshee de Abranches nas memórias **O Cativoiro**, ainda são capazes de impressionar o leitor de hoje pela vivacidade como transmitem a atmosfera da guerra da Balaiada. As “cartas” de D. Martinha apontam para um mundo de complexidade ainda pouco conhecida, mas, ainda assim, capaz de despertar sentimentos simultâneos de familiaridade e estranheza. Mundo feito, de um lado, de personagens como o Comendador Meireles, interessado em “mostrar á negralhada o que valia a bravura portuguesa”; o Coronel Lima e Silva, que não queria saber de políticos e tratou de meter o pau em todos os cantos e recantos da Província acreditando que o extermínio de mestiços e livres seria um benefício para prevenir futuras rusgas; o professor de latim Sotero dos Reis e seus planos secretos fracassados visando trazer o General Andréas para a presidência e, assim, exterminar os balaios a ferro e fogo. E, de outro, por figuras, ainda humanizadas, como o velho índio Matroá, a dizer: “Onde há rusga, estou sempre”; D. Cosme Bento das Chagas, o chefe africano que se proclamava “Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vis”; e o pardo Manoel Rodriques Cocque, o “Judas” da Balaiada. D. Martinha finaliza as cartas com a expressão “luzes, luzes” é o de que precisa essa gente. Fora o iluminismo, meio gasto nos fins da regência, são palavras que revelam a perplexidade, e, mais que isso, o horror sentidos pela dama espanhola. Sobre as origens da revolta e o papel dos partidos, vale destacar: 1) a setembrada como origens da revolta bem-te-vi; 2) a luta entre os partidos, caracterizada pela violência radical, primária, com utilização de capangas, surras, assassinatos, intrigas, ofensas, traições, etc., recursos de todos os tipos visando nocautear o inimigo; 3) a Balaiada como expressão de conflito antigo envolvendo aspectos raciais (brancos x mestiços e negros) e nacionalistas (estrangeiros x naturais), expressões de uma outra dimensão da violência; 4) a relação entre o comendador Meireles e o professor de latim Sotero dos Reis, inclusive financiando jornais para este;

5) a atuação do mesmo Sotero, no Liceu, contra professores bem-te-vis; 6) a idéia de que o partido bem-te-vi estava bastante enraizado nesse mundo; 7) a figura de Rafael Estevão de Carvalho, o mais popular líder bem-te-vi, representado como homem sarcástico e incômodo, que estudou em Coimbra e recusou o diploma; 8) a observação da “rivalidade surda” entre João Lisboa e Franco de Sá, no interior do partido bem-te-vi. Quanto aos grupos revoltosos e suas figuras, ressaltaria D. Martinha: 1) a multiplicidade dos grupos rebeldes, uma das observações mais interessantes, pois são inúmeros grupos, cada um com seu nome de destaque; [lembrando figuras euclidianas e até rosianas típicas de um mundo complexo do sertão, sobre o qual sabemos quase nada]; 2) a figura incrível de Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vis; 3) as figuras não menos extraordinárias do índio Matroá, Coque, o “Judas” da Balaiada, Manuel dos Anjos Ferreira, o balaio, Raimundo Gomes, o “cambaio”, Militão Bandeira e Lívio Lopes. Quanto à ação dos revoltosos, o testemunho de D. Martinha destaca basicamente o ataque às igrejas, seja destruindo ou usando-as como depósitos de armas. Do lado das reações, várias são apontadas: 1) a ação radical do Comendador Meireles contra a Balaiada, para quem Raimundo Gomes, “cabeça do motim”, “era um tipo reles e boçal, atarracado de corpo, cabeça chata, pernas arqueadas, mal-encarado, o olhar de carneiro morto”; 2) o comportamento astucioso de Sotero dos Reis, tramando a substituição do presidente Felizardo pelo general Andréas do Pará; 3) a constituição de batalhões privados ou voluntários por Meireles e o filho de Dona Ana Jansen; 4) as atitudes diferenciadas dos presidentes Vicente Camargo, violento e ligado aos cabanos; Manuel Felizardo, mais pacífico e conciliador, embora do lado dos cabanos; e Alves Lima, futuro marquês e duque de Caxias, distante dos partidos e disposto a exterminar os balaioes. Por último, as reações da população, chamando-se a atenção para o deslocamento de pessoas e de famílias para São Luís, deixando as casas lotadas, inclusive de pessoas dos dois partidos em luta; o medo das autoridades e dos habitantes de uma invasão de São Luís; e a migração de pessoas para o Morro dos Milagres, no Parnaíba, onde cultuam a imagem de uma santa. (1992, pp. 64; 70-72)

Como D. Martinha, uma outra ilustrada senhora, D. Carlota Carvalho, na terceira década do século XX, ainda pôde escrever sobre a Balaiada tomada pelo horror, ao contrário de Ribeiro do Amaral que, deixando transparecer o quanto as seqüelas ainda eram vivas, opta pela “neutralidade”. A autora, até onde sabemos, foi a única estudiosa da História do Maranhão a ter atentado para o aspecto, não propriamente pedagógico, mas fundamentalmente terrorista da ação de Lima e Silva. Diz ela: “O espetáculo dos suplícios não havia somente aterrado, como queriam os comandantes das forças legais. O espetáculo dos suplícios alucinou aquela gente”. Escreveu mais:

Nos açoites diários – castigos dos rebeldes -, a vergasta do soldado, desumanizado pela educação da caserna ou disciplina militar, descarnava os ossos dos prisioneiros de guerra e dos presos por suspeitos, amarrados em extensas linhas e seviciados até caírem mortos (2000, p. 137).

E continua a autora descrevendo um quadro de horror: “No campo do castigo, deles ficaram para repasto dos urubus os restos cadavéricos, meio nus, tendo os ossos das costas descarnados, olhos fixos numa expressão de dor, lábios descerrados pelo último grito.” (idem, *ibidem*). Numa área extensa, de Rosário a Caxias e de Caxias ao Riachão, do Itapecuru ao Parnaíba, “morreram milheiros de homens” e, não esquece de observar a autora, com a participação de homens e famílias “importantes”, inclusive de chefes bem-te-vis. Dona Carlota diz que a “tortura de ‘anjinhos’ foi cruelmente empregada para forçar as mulheres e os meninos a mostrarem dinheiro e jóias enterrados”. Nesse assassinato em massa não se considerava sexo e nem idade. A fuga para o Tocantins e a busca da fé por multidões de mulheres, homens e crianças foram efeitos da ação pacificadora (idem, pp. 137-8). Uma fé que em face do “crisol da desgraça” transformou-se em “delírio religioso”. Assim concluiu a autora:

Do território do Maranhão haviam se evaporado todas as idéias de liberdade e de integridade moral.

Nele ficaram:

- A ossada descarnada pelos urubus para escarnamento de utopistas niveladores e rebeldes.
- A obediência passiva de governados que não protestam.
- Chefes que ensinam essa obediência como dever cívico.
- Gestos tirânicos do Poder punindo os infratores desse dever.
- Direito consuetudinário pelo qual os bens dos rebeldes pertencem aos legais, reavivado em 1899.

Não podia ser mais edificante a obra do pacificador.

Evitou o precedente temido por Sotero dos Reis – o do governo fazer concessões exigidas pelo povo. (idem, p. 141).

Pano de fundo da **Crônica Maranhense**, a guerra da Balaiada foi não só o instante mais traumático da experiência e das lutas das classes populares na chamada História do Maranhão. Para estas classes, pelo menos, ela foi certamente o acontecimento mais conseqüente e simbólico, e, somos tentados a dizer, mesmo quando comparado a marcos oficiais da História do Brasil e do Maranhão, tais como Independência, Abolição, Proclamação da República, Revolução de Trinta, etc. Do ângulo da singularidade da experiência histórica vivida por escravos e camponeses na “região”, ela nos aparece enquanto tipo de acontecimento a ser encarado como corte fundamental. Nesta condição, não se caracteriza como história de uma vitória épica, mas como derrota trágica ligada á supressão de alternativas ou possibilidades históricas. Ele coloca no coração da crítica historiográfica o tema nuclear da **injustiça**, ou melhor, da **exigência de justiça**, embora não o único. Tema difícil de ser abordado não apenas, é claro, pelas limitações das fontes, insuficiências das pesquisas ou pela sua “complexidade” e “matizes” ainda desconhecidos, mas, sobretudo, dado os aspectos morais e até filosóficos implicados. Por isso, o seu estudo crítico ainda está a exigir o aprofundamento nas reavaliações sobre as perspectivas clássica da História do Maranhão ².

² Para algumas referências teóricas importantes em nossa abordagem da questão, lembramos **A Genealogia da Moral** (Nietzsche, 1992); **Vigiar e Punir** (Foucault, 1987); **Crítica da Violência – Crítica do Poder** (Benjamin, 1986); **Eichmann em Jerusalém** (Arendt, 1999); **Injustiça** (Moore Jr., 1987); **A banalização da injustiça social** (Dejours, 2001); **Homo Sacer** (Agamben, 2007); **Dialética da malandragem** (Candido, 1998).

Proximidade e distância

Como poucas guerras civis, a Balaiada sintetizou contradições oriundas da descolonização e da montagem do Estado imperial. Por isso, como colocou Caio Prado Jr., com acerto, não é possível limitá-las a um “dualismo rígido”. Ao contrário, nelas vê-se...

proprietários e indivíduos das classes inferiores livres unindo-se contra os negociantes; mas juntando-se também com estes últimos contra escravos; e vemos ainda aquelas classes inferiores congregando-se contra proprietários e comerciantes que estão por cima, e que para este efeito, como possuidores, se aliam contras as não-possuidoras... Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor...; mulatos e pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor... Isto num momento para mudarem de posição respectiva logo em seguida, e de novo mais tarde (...) (1983, p. 369).

A Balaiada pôs também em questão os limites sociais e étnicos da construção da nação, revelando fundas diferenças entre “cabanos”, “bentevis”, “balaios”, escravos, índios. Tudo isto indicava uma multiplicidade social difícil de ser apreendida e unificada pela idéia de brasileiro/maranhense. A Balaiada pôs em questão a noção etnocêntrica hegemônica, expressa na definição de Gayoso, de que o “maranhense” por excelência seria o descendente do português ou **filho da terra** ou o “morador”. Para ele, o filho da terra viveria, sobretudo, da lavoura (leia-se: grande lavoura escravista exportadora). Atividade cujo progresso Gayoso data do tempo da Companhia do Grão Pará e Maranhão, reinado de dom José I. O filho da terra viveria recluso nas fazendas e excluído dos principais cargos públicos e fortunas comerciais. A elaboração dessa noção específica do “ser” maranhense - filho da terra descendente do europeu - foi feita com lutas e debates acirrados onde se atacavam e defendiam portugueses, negros, índios, mestiços. Segundo esse significado, os mestiços ou “mesclados” não se constituíam (ainda) em matriz das diferentes autodenominações do brasileiro no Maranhão. Os “misturados”

não eram vistos como identidade própria, mas como estado de metamorfose racial momentâneo em direção à condição de branco ou negro (como imaginava Gayoso).

Que mundo era esse constituído por grupos que por razões várias (raciais, sociais, econômicas, culturais) foram estabelecendo entre si, muitas vezes forçados pela escravidão, um jogo de relações ao mesmo tempo de proximidade e estranhamento? Expressão dessas relações era o preconceito presente, a caracterizar o modo como os grupos étnicos se tratavam (brancos em relação a mestiços; mestiços em relação a negros; mestiços em relação a brancos; brancos em relação a índios). O preconceito (leia-se: o não-reconhecimento do outro) era parte da estrutura de dominação e também do “choque cultural” propiciado pelo encontro de grupos étnicos distintos no mesmo espaço. Drama exposto na expressão “misturar sangues é misturar destinos” das cartas de Dona Martinha (1992, p. 63). Os mestiços sentiam-se donos da terra e não aceitavam brancos governando a Província. Como ela escreveu: “Os mestiços julgam-se os senhores da terra; cognominam-se de nativos. Os brancos para eles, mesmo os que vieram à luz aqui, são adotivos como os estrangeiros que declaram aceitar a nacionalidade brasileira.” (idem, pp. 63-64).

Naquela sociedade dividida em brancos, índios e negros, os “mesclados” colocavam um difícil problema a compreender e contornar. Complicando os critérios raciais e sociais de hierarquização, eles expunham a questão do estranhamento do outro e a produção das indiferenças daí decorrentes. A visão de Magalhães indicava um devir “branco” onde os “mesclados” eram percebidos de modo negativo. A posição de Raimundo Gomes no seu manifesto - “fora feitores, fora escravos” - aponta para um devir “mestiço” em que negros não eram olhados favoravelmente. A posição de um comendador Meireles, rico e influente negociante português, indicada nas cartas de D. Martinha, expressa a apreciação negativa da “negralhada”; representava também visão depreciativa dos mesclados no modo como caracterizava a figura de Raimundo Gomes. Em suma, o não-

reconhecimento e o desprezo do outro não era de mão única (ao contrário, deixa a impressão de que, para boa parcela dos grupos sociais, bárbaro era sempre o outro), mas indicava um estado generalizado de cegueira social. Um dos melhores exemplos do estrangeirismo recíproco são as notícias do inglês Koster sobre a “estranha aparência” dos remeiros de uma canoa vista do porto. Chega a produzir uma imagem deles: homens mestiços e negros quase nus, apenas de chapéus, percebidos como figuras exóticas.



Fonte: Koster, 2002, pp. 304-05.

O modo como representa índios e canoieiros – com índios sendo “descritos como seres espantosos, com feições excessivamente feias, longos cabelos negros, caindo no rosto e nas costas” (2002, p. 302) e os canoieiros escuros, mulatos e negros, de “estranha aparência” (idem, p. 305) - não seria impressão tão diferente quanto a daquela senhora encontrada em passeio pelo interior da ilha de São Luís que imaginava os ingleses á semelhança de

“bicho”, de “fera horrendamente feia, de perigoso contato” (idem, p. 307). O modo como Magalhães descreveu a figura de Raimundo Gomes não difere muito: “Insignificante era a sua figura; quase negro, a que chamamos fulo, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar tímido e vacilante, pouco atilado de entendimento, voz baixa e humilde, nenhuma audácia de conspirador” (2001, pp. 123-24). Descrição quase idêntica à do Comendador Meireles, para quem Raimundo Gomes, “cabeça do motim”, “era um tipo reles e boçal, atarracado de corpo, cabeça chata, pernas arqueadas, mal-encarado, o olhar de carneiro morto” (Abranches, 1992, p. 64). Esta era uma “estranha aparência”, com a diferença talvez da nota mais negativa. Lembre-se que a caracterização da aparência física de João Lisboa feita por Henriques Leal também não era tão distinta daquela de Raimundo Gomes feita por Gonçalves de Magalhães, mudando apenas o sinal da valoração: “... era Lisboa grosso de corpo, cabelos negros e corredios, tez morena, barba espessa, rosto cheio e redondo, olhos pardos, senão grandes, brilhantes, lábios espessos e rasgados, ombros largos e estatura abaixo um pouco de meã” (1987, p. 381) ³.

Caio Prado Jr. fez observações pertinentes a respeito do problema racial no Maranhão da primeira metade do XIX. Para ele, talvez o preconceito tenha sido particularmente mais intenso ou severo nessa região, neste período, a ponto de suscitar no final do século um romance como **O Mulato** de Aluísio Azevedo, resultado do processo recente da mestiçagem. O Maranhão, “onde a prosperidade é muito recente – ela data somente da segunda metade do séc. XVIII – a mistura do branco e do negro se encontra nitidamente menos adiantado. Os pretos são mais pretos, e os brancos mais

³ Caracterização que talvez tenha levado Silvio Romero a discordar de uma das teses centrais de João Lisboa, a de que os brasileiros descendiam dos “opressores” e não dos “oprimidos”. Adepto das noções de mestiçagem em voga no seu tempo, Romero achava que as ilusões de Lisboa nesse ponto proviriam da “facilidade com que a cor mais ou menos clara dos mestiços disfarçados se confunde sempre com a cor dos seus progenitores portugueses, que, como bons mestiços, não esqueçamos, que também são de velhas fusões, pertencem ao número dos povos *morenos* ou *melanocróicos*. É isto e nada mais. No tempo de João Lisboa, entre os que *pensavam* e *escreviam* ninguém excedia a Gonçalves Dias e ao próprio Lisboa. O poeta era, toda a gente sabe, mestiço dos que não podem negar, e o prosador tinha nas veias muitas gotas de sangue indígena, segundo todas as aparências.” (2001, p. 334). Não deixa o crítico de observar que depois Lisboa revisaria um pouco aquela idéia.

brancos” (1983, p. 112). A questão colocada merecia estudo ao mesmo tempo histórico, antropológico e psicanalítico (para o qual nos faltam as condições). Estamos num espaço e num momento em que o “não-reconhecimento” dos grupos entre si explode em pura violência. Mais: o tempo era de afirmação de um domínio social estabelecido com base na linha da cor separando o mundo dos civilizados como mundo dos brancos do mundo dos bárbaros como mundo dos “mesclados” e negros ⁴. É preciso considerar sob esse ângulo o projeto de “extermínio” dos mestiços proposto pelo coronel Lima e Silva, o futuro duque de Caxias ⁵, e a “vingança olho por olho, dente por dente” não menos exterminadora dos balaios em relação aos seus algozes. Ou nos termos “incivilizados” de um ofício (26/set./1840) dos Comandantes das Forças Bem-te-vis ao Tenente José Thomas Henriques, um homem da “Legalidade”:

[...] hoje vejo toudos os Bentivis que V. S^{as}. pegão he matando e surrando em formas que os Bentivi por verem hece desputismo muitos já estão fazendo o mesmo já nos parece Illm^{os}. Senhores que histo não he mais guerra sobre partidos públicos já parece ser huma vingança que V. S^{as}. estão tomando com os cabouclos como V. S^{as}. tratão porem saibão V. S^{as}. que entre hestes cabouclos tem muitos que são homens de prohibidades e que conhecem o direito e que trabalham pellas leis e que não são corjas de ladroens como V. S^{as}. dizem [...] Senhores axamos em V.S^{as}. huma locura quereirem acabar os cabouclos não maginão V. S^{as}. que os cabouclos são muitos V.S^{as}. os não podem acabar e que elles quezecem acabar a V.S^{as}. que athe a cacetes elles os acabavão porem os não tem feicto por não destruhirem os caboclos que estão juntos com V.S^{as}. e quereimos trabalhar por as leis [...] (2001, pp. 276-280).

Compreende-se assim o sentido do discurso de um Comendador Meireles, disposto a montar um batalhão de portugueses com recursos próprios para mostrar à “negralhada” a bravura dos portugueses. Ou então situações como a do estupro das filhas de Manoel dos Anjos, o balaio, pelo tenente Antônio Raimundo Guimarães, português e oficial das forças de combate a

⁴ Cf. Losurdo, **Contra-História do Liberalismo**, para uma visão abrangente do problema (2006, esp. pp. 61-62)

⁵ Cf. Abranches (1992, p. 72), onde, apoiado nas cartas deixadas por sua avó, diz que Lima e Silva concluíra, quanto aos “cabras e mestiços livres”, que “o seu extermínio seria um benefício para **prevenir** futuras rusgas” como a Balaiada (grifo nosso)

Raimundo Gomes (Abranches, 1992, p. 66). Compreende-se até as oscilações e ambivalências da ilustrada **Crônica Maranhense**.

Como poucos, o seguinte trecho do manifesto de Raimundo Gomes, escrito possivelmente ainda segundo as regras da língua “bárbara”, resumia, pelo menos em parte, o que estava em questão:

... digão senhores estes homens de Cor por vintura pegarão a Cor delles nos Brancos; estes homens de Cor por vintura não serão Filhos de Deos; queirão senhores nos mostrar outro Adão e outra Eva; queirão sangrar tres homens em um só vazo, hum Branco, hum Cabra, e hum Caboculo, e as despos nos querão mostrar dividido o sangue de um e outro. Ora Brasileiro Olhem com mais justa penção para que esta dividição e esta desunião; só por que tem a pelle alva querem roubar o direito que cada hum tem em si por Ley devina e humana” (Apud, Santos, 1983, pp. 50-51).

Contaminação, filhos de Deus, Adão e Eva, sangue, brasileiro, divisão e desunião, roubo do direito, Lei divina e humana, são palavras, cada uma, que apontam para vários aspectos das relações entre os grupos étnicos: “branco”, “cabra”, “caboculo”: 1) **medo** da contaminação que o grupo dos “brancos” teria em relação ao de “cabras” e “caboculo” (questão da pureza e da impureza); 2) **Deus**: religião como espaço de igualdade entre os grupos, pois todos são “filhos de Deus”, oriundos dos mesmos pais que são Adão e Eva; porém, parecia que os “brancos” não reconheciam os “cabras” e “caboculos” como filhos de Adão e Eva, estabelecendo “dividição” que ia contra o fato de serem todos “filhos de Deus”; 3) **sangue**: signo de distinção, a exemplo da imagem do “sangue azul” dos nobres, é fortemente criticado, pois o sangue de todos é igual; de novo, a idéia do sangue remete à da contaminação; 4) **brasileiro**: termo que remete à idéia de nação e cumpre, assim como a de filho de Deus, função igualitária, pois todos são brasileiros, independente das cores; 5) **lei**: outra categoria utilizada para defender a igualdade entre os grupos; 6) **desigualdade e injustiça**: “dividição” e desunião, isto é, trata-se do problema apontado da desigualdade entre os grupos étnicos ou “brancos” e “homens de cor”; o tom é de recusa, o que lido às avessas, implica em forte defesa da

igualdade entre brancos, cabras e “cabóculos”; 7) **expropriação do direito**: tudo é visto como “roubo”, como ato contra a lei divina e humana. O texto revela a visão de uma sociedade de castas, onde brancos usavam a lei, a pátria, o sangue, a religião como marcas de distinção e direitos exclusivos em relação a cabras e “cabóculos”. Estes cobram o direito, do qual se viram expropriados ou roubados, ao mesmo Deus, ao mesmo sangue, à mesma pátria, à mesma lei. Nada mais oposto às visões do coronel Lima e Silva e do seu fiel secretário Magalhães, que, ecoando os termos de um discurso colonizador antigo, apresentavam balaies como povos bárbaros sem “sem lei, sem rei, sem fé” (Mesgravis, 1998, p. 39).

Apresentando o relato de Magalhães sobre a Balaiada, Luiz Felipe de Alencastro não disse outra coisa: “... a brabeza dessa insurreição - sua originalidade e sua irredutibilidade à celebracionice nativista e populista - reside no ódio racial que a apascentou.” (1989, p. 10). Com efeito, é no “ódio racial” que se concentra um das dimensões mais importantes da violência da Balaiada com relação a movimentos provinciais paralelos como a Farroupilha ou a Sabinada. Raivosidade que não era apenas de um grupo em relação ao outro, mas dos grupos entre si, embora uns estivessem em condição de “superiores” e outros de “inferiores”. É difícil negar que, de ponta a ponta, o rancor racial atravessou a configuração social da Província. Esse é um dos ângulos por onde se poderia comentar criticamente a visão da política e da Balaiada na **Crônica Maranhense**⁶.

⁶ Para uma análise ampla, inspirada no pensamento de Freud, sobre as múltiplas formas da agressividade ou “desejo de domínio” na cultura burguesa do século XIX veja Gay, **O Cultivo do Ódio** (1995, esp. capítulo 3). Seria interessante relacionar a essa psicanálise da cultura burguesa do século XIX a “auto-análise” do momento de ruptura - o trauma de junho de 1848 em Paris - feita por Dolf Oehler (1999), vendo-se o “recalque” de 1848 como elemento chave do “cultivo do ódio”. No caso em pauta, o problema localizava-se justo nas dificuldades da “educação” ou “sublimação” dos conflitos entre os grupos, dispostos sempre a resolvê-los por meio da vingança e da pura e simples “proscrição” do adversário. Nesse sentido, as disputas ainda não haviam se redefinido pelas regras da política moderna, embora elas se fizessem presente no discurso dos “atores”. A “construção da ordem imperial” implicou o estabelecimento de regras “políticas” de natureza diversa da política “vitoriana”. Nela, assim como a “sublimação” da guerra social foi mediada pela coexistência com o “favor” e a “escravidão”, do mesmo modo o seu “recalque”, que lança no esquecimento aquilo de que todos sabem e recusam “falsamente” saber, transformando em negação aparente a cumplicidade efetiva com o horror (como Ribeiro do Amaral, que usando a busca da “verdade” como álibi do historiador, limita-se à reprodução dos clichês da versão

Neste quadro dominado pelo “ódio”, a proposta de “civilização” representada por João Lisboa poderia até ser uma saída iluminada para a guerra da Balaiada, mas atitudes como as do Comendador Meireles e de Sotero dos Reis de convocar o General Andréas, reputado pela **Crônica** como verdadeiro “monstro”, não eram fora de sentido. Até poderiam ser “bárbaras”, como dizia o redator da **Crônica**, mas eram realistas. Não era caso de problema recente. A raiva racial explodiu com intensidade talvez inédita na Balaiada, mas não nasceu com ela. O “cultivo do ódio” racial foi engendrado nos fundos dos tempos coloniais, ganhando impulso nos anos da Companhia do Grão-Pará (1755-77), quando novos grupos de portugueses chegaram compondo as “famílias distintas”, quando o tráfico de escravos africanos foi regularizado, quando uma camada de “camponeses” de origens várias começou a se formar, quando a produção do algodão para exportação se estabeleceu, quando um aparato político-administrativo patrimonialista começou a se configurar, quando os limites territoriais da Capitania do Maranhão começaram a se definir. A violência advinda do “ódio racial” foi parte fundamental do feixe de relações mediante o qual se deu a genealogia do Maranhão Província. Violência naturalizada e estampada nos anúncios de jornais, como os de escravos fugidos (muitos publicados na **Crônica**) mostrando a violência e o estrangeirismo dos negros. É o caso do anúncio da escrava fugida de nome Leopoldina, de 12 a 16 anos, que, entre outros sinais, se distinguia pelas “marcas de chicotes” nos ombros e nas costas e por falar “perfeitamente lingoa de branco” (C.M., “Avisos”, 16/agosto/1840, p. 1032).

oficial do combate a “bandidos”, deixando à margem o massacre dos balaios). Numa Província onde o “fingimento era levado ao absurdo”, tanto sublimações quanto recalques de conflitos eram atravessados por esse elemento. Por sua vez, a reposição do racismo de fundo colonial respondia por um tipo de comportamento “patológico” em relação às classes ditas inferiores...

4.2 GENEALOGIA DA BALAIADA

Tomando-se a historiografia como “sismógrafo” é possível dizer que a **passagem da colônia para a nação** (topos tão crucial para diferentes linhagens interpretativas na formação historiográfica nacional), no Maranhão, terá sido o momento mais delicado para os grupos dominantes, em função do perigo representado pela “anarquia” e pela possibilidade de movimentos como a Balaiada ou insurreições escravas. Na São Luís dos anos de 1830 o medo da sedição estava no ar e os ajuntamentos populares eram motivos de suspeita quase paranóica. Segundo indicação de Viveiros, foi por esse “prisma que *Um Amigo da Providência* viu a aglomeração de africanos, aos domingos e dias santos, no Apicum da Quinta, onde em número de mais de mil se entregavam em ‘brincadeiras aos costumes de suas Nações’” (**Eco do Norte**, 6-6-1835, apud Viveiros, 1954, p.194). Até a década de 1840, diz Matias Assunção, as fontes dão notícias de “pequenos quilombos” em “todos os termos com grande concentração de fazendas e escravos”: Alcântara, Viana, Vitória do Mearim, Itapecuru-Mirim, Rosário e Manga do Iguará. (1996, pp. 436-7). No “Primeiro Reinado”, sugere o historiador, “a radicalização dos movimentos populares... levou a um esboço de aliança abrangendo camadas livres e escravas, onde o quilombo adquiriria novas dimensões” (idem, p. 433). Especialmente a partir de meados da década de 1830, reafirma Flávio Gomes, os quilombos foram objetos de grande preocupação do governo provincial (2005, p. 138). Diz mais: “as insurreições escravas e a formação de quilombos foram intensas no Maranhão, nos últimos anos da década de 1830, entrecruzando-se com o período da Balaiada” (idem, p.149). Tais indícios permitem levantar a hipótese das ligações da guerra da Balaiada com uma experiência secular da guerra entre os grupos sociais da Província, em especial as lutas entre fazendeiros e quilombolas, mas também aquelas mais antigas ainda envolvendo populações indígenas. Não por acaso, talvez por aí se compreenda a presença na Balaiada de figuras que já haviam participado de lutas passadas, pelo menos desde os tempos da Independência. Gomes observou guerras em momentos anteriores: “Entre 1809 e 1813,

quilombolas, indígenas, fazendeiros e autoridades públicas travaram uma guerra no Maranhão, nas áreas do Itapecuru, Alto Mearim e Alcântara, alcançando a região de Guimarães” (idem, p. 145).. A “tradição” dessas guerras foi fundamental para a Balaiada e a insurreição escrava⁷.

A Balaiada foi fruto de uma conjugação casual de elementos recorrentes e circunstanciais. Assim como não é possível explicá-la como efeito necessário da miséria produzida pela crise do setor exportador, também não é possível compreendê-la como produto espontâneo do acúmulo da experiência da luta de escravos e camponeses contra a exploração do sistema, luta que estaria assumindo outro patamar de articulação e “consciência de classe”. A tradição da luta sem dúvida havia, e foi determinante, mas por si só não levou à revolta dos camponeses e dos escravos. Uma hipótese a considerar, a nosso ver, seria a seguinte: é possível que a associação entre a crise do setor exportador e as formas “bárbaras” de ajustamentos praticados pelos fazendeiros e pelo Estado, tenha reduzido mais ainda a capacidade de negociação/luta dos escravos e camponeses além do limite tolerável. As “brechas” dentro do escravismo e a “economia moral” dos camponeses, ao serem afetadas, fariam sobressair, na percepção de escravos e balaios, o lado “predador” sobre o “paternalista” da autoridade dos fazendeiros, atingindo seus sentidos de “justiça”. Conjugadas a esta mudança de percepção, as divisões internas nas classes dominantes, especialmente político-partidárias, levando de um lado à aproximação de setores seus com grupos populares e, de outro, ao aparecimento de setores dominantes como “arbitrários”, fortaleceria, nos dominados, a **capacidade de agir**. Ação que, por um lado, não se daria mais apenas na forma de fugas e quilombos, mas dar-se-ia oscilando entre possibilidades transgressoras abertas pela configuração de novas alianças e objetivos predominantemente defensivos em relação às exigências de “modernização” ou “melhoramento” do setor exportador escravista (compreenda-se: aumento da exploração extensiva do trabalho), requeridas

⁷ Cf. Maria de Lourdes L. Lacroix, **Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação**, para um estudo que leva em conta a centralidade da guerra desde o início da colonização portuguesa.

ou reclamadas como formas de enfrentamento da crise ou “decadência” pelos fazendeiros e autoridades públicas.

Sem que se diga assim que a Balaiada foi produto automático da descolonização e da crise do setor exportador, ela explodiu num quadro de sua readaptação. Ajustamento que implicou em aumentar a produtividade das fazendas de algodão, não pelos investimentos tecnológicos, mas, como indicamos, pela ampliação do “controle” e da exploração do trabalho, em meio à queda dos preços e dos lucros e à redução da importação de escravos africanos (que se supõe tenha sido drástica à vista da quase total falta de registros de entradas no porto de São Luís, no período de 1820 a 1840, ao contrário do período de 1760 a 1820, para o qual há registros. Carência de registros que não é possível de ser explicada apenas como decorrente da insuficiência das pesquisas nos arquivos, ainda que o estudioso do período se ressinta efetivamente dela). Neste ajuste, as fazendas e o Estado foram duas das principais forças implicadas. Vejamos primeiro as fazendas.

Ordem dos fazendeiros

Na relação entre guerra da Balaiada e produção econômica, a **fazenda** foi categoria fundamental⁸. As conexões da ordem fazendária com esta guerra ainda estão longe de serem explicitadas. A paisagem interior da Província era um mundo das fazendas. Fazendas de vários tipos e tamanhos, sobressaindo-se as de algodão e as de gado. Delas provinha o grosso da elite provincial, inclusive seu braço letrado. João Francisco Lisboa, por exemplo, era “oriundo de uma das principais famílias da província, foi o primogênito dentre quatro filhos que teve o fazendeiro João Francisco de Melo Lisboa do seu consórcio com D. Gertrudes Rita Gonçalves Nina” (Leal, 1987, p. 298). Aliás, ele nasceu na fazenda dos avós maternos. Este mundo das fazendas foi visto pelo poeta romântico Domingos José

⁸ Sobre o papel da “ordem fazendária” na História do Brasil veja Darcy Ribeiro, *A América e as Civilizações* (1983).

Gonçalves de Magalhães, na condição de secretário do presidente da Província Lima e Silva (o futuro duque de Caxias): “toda a província está coalhada de fazendas de criação de gado vacum”. Não apenas de criação, mas também de lavoura, principalmente as de algodão e arroz, nas quais, afirmava o autor, empregavam-se “numerosos braços de africanos escravos”, tratados com “tão bárbaro rigor, que até o necessário sustento lhes negam”. As fazendas dominavam as terras às margens do rio Itapicuru, a parte “mais povoada e rica de todo o Maranhão”. Para uma população total estimada em 217 mil almas, o contingente escravo apenas daquela parte era calculado em “cerca de 20 mil africanos” (2001, pp. 19-20; 35).

Faremos poucos avanços se não compreendermos o universo das fazendas e o papel dos seus proprietários na guerra. As fazendas foram alvo tanto dos soldados de Lima e Silva quanto dos balaios e escravos (não esquecer que o Q.G. de Cosme, significativamente, era uma fazenda transformada em quilombo). Delas saíram quase todo o suporte logístico da guerra: alimentos, animais, etc. Ao chegar à Província Lima e Silva encontrou situação em que cada “comandante de partida entrava nas fazendas, tirava o que queria, segundo a menor proibidade de cada um, e grandes eram os queixumes contra muitos que não desdenhavam aproveitar-se do terror dos fazendeiros”. Em vista disso, procurou redefinir imediatamente as relações com as fazendas, criando “comissões compostas dos comandantes das colunas e de cidadãos mais notáveis dos lugares para avaliação e compra de gados e mantimentos, cujos documentos eram assinados pelos membros delas.” Tal decisão era parte de um conjunto de medidas visando “restaurar a disciplina, manter a economia no Exército, favorecer a lavoura e o comércio da capital como o do interior da província” (Magalhães, 2001, pp. 76 e 78).

Se a repressão aos balaios apresentou dificuldades num primeiro momento, isso foi devido à posição dos fazendeiros. O coronel Sérgio, em relatório ao presidente da Província, responsabilizou a classe “mais grada”: “Lance V. Exa. suas vistas nessa capital, verá entulhada dos melhores

proprietários destas ribeiras, que bem podiam ajudar em tudo quanto fosse possível e compatível com suas graduações, idades e estados” (apud Magalhães, 2001, p.63). Daí que tenha resolvido enfrentar esse segmento com a seguinte medida, sob pena de serem perseguidos como “feras” e terem “arrasadas” as propriedades:

Os proprietários, fazendeiros e mais moradores situados à margem direita do rio Itapecuru farão retirar de suas propriedades para a margem esquerda os seus escravos, gados, criações e todos os mais objetos que, pela sua importância, puderem servir de utilidade aos rebeldes (idem, p. 64).

O confronto com a classe dos fazendeiros do Itapicuru, medida extrema e criticada duramente pela **Crônica** de 2/11/1839 (1969, 2ª parte, pp. 203-205), levou a uma crise nas relações entre o comandante das armas e o presidente.

A Balaiada e a insurreição escrava colocaram em xeque a fazenda escravista nas duras “regras” do seu funcionamento e das suas relações com escravos e com camponeses. Isto é o que o secretário Magalhães chamou de “bárbaro rigor”. Daí sua crítica à classe dos fazendeiros: “Muitos dos senhores fazendeiros, à imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum às autoridades, vingando-se por suas mãos de particulares insultos” (2001, p. 21). Crítica à qual Henriques Leal, quase duas décadas após a Balaiada, procurou se contrapor, expondo opinião semelhante à de Gayoso:

Se os há tão bárbaros e perversas que assassinam seus escravos sob o azorrague e que lhes dão uma espiga de milho por almoço, não passarão de meia dúzia, ao passo que todos os outros tratam-nos paternalmente e fá-los esquecerem por momentos que vivem sob seu jugo (Leal in Magalhães, 2001, p. 13).

Crise e reforma do setor exportador

Num plano ampliado, a Balaiada foi expressão do quadro de desagregação social produzido pela crise do sistema colonial característico da primeira

metade do século XIX. Na Província do Maranhão, a estes elementos acrescentaram-se, especialmente nas duas décadas pós-independência, as dificuldades ligadas às **mudanças** do estado de “euforia” do final da época colonial (1760-1820) para o de decadência ou estagnação do setor exportador escravista no Segundo Reinado (1840-89) (Furtado, 1982; Arruda, 1980). Produzido nos quadros do pombalismo (1755-77) e da crise do antigo sistema colonial (1777-1808), o regime de trabalho que fundamentava o setor, o escravismo baseado no tráfico africano, começou a dar os primeiros sinais mais visíveis e recorrentes de fragilidade nas décadas de 1820 e 1830. A partir da década de 1840, a Província passava à condição de fornecedora de escravos no tráfico interprovincial (Ribeiro, 1990, p. 85). Isso se ligava ao início da crise secular da grande lavoura exportadora na região, de tal maneira que, malgrado o **boom** açucareiro do Segundo Reinado, é difícil sustentar que ela tenha chegado a contar com um setor escravista-exportador nacional comparável aos de províncias como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia. O **Compêndio** do fazendeiro Raimundo José de Sousa Gayoso, e, de certo modo, já o **Roteiro do Maranhão** do “autor anônimo”, colocavam exemplarmente o problema da crise e a necessidade da **reforma**. Integravam o grupo dos “reformadores” que começaram a surgir em grande quantidade a partir do final do século XVIII (Prado Jr., 1983, p.360). Gayoso, principalmente, dirigindo-se ao rei, apontava, à sua maneira, um conjunto de “entraves” que deveria ser retirado para que o progresso da grande lavoura escravista mercantil pudesse se dar. Toca em algumas “contradições” fundamentais: 1) o conflito de natureza econômica e política entre proprietários e comerciantes; 2) o conflito étnico envolvendo o problema do preconceito de cor e a exclusão social da maioria da população ⁹. Nas idéias de reforma ou, como então se dizia, “melhoramentos”, o controle das populações escrava, camponesa e indígena pelas classes superiores e pelo poder imperial em construção se mostrou questão vital. Estamos neste passo às voltas com os ajustamentos no mundo infernal do trabalho na primeira

⁹ Cf. Caio Prado Jr., para um quadro de síntese dessas contradições (1983, pp. 366-99)

metade do século XIX, pois foi aí que tiveram suas “origens” aqueles movimentos.

Processo sumário

Diante da crise, como o sistema repressivo do governo era frágil e a falta de policiamento era geral (Assunção, 1996, p. 438), o controle de escravos e camponeses dar-se-ia, pelos menos numa primeira etapa, principalmente, através das fazendas e das regras estabelecidas pelos fazendeiros. Regras que combinariam duas estratégias principais, mas não únicas: a da violência privada e a do paternalismo. Os raros registros encontrados sinalizam para o emprego da violência, e, no limite, até do extermínio, como estratégia preferida pelos fazendeiros para resolverem problemas de insubordinação dos escravos. Era o que Koster chamou de “processo sumário”. Conta uma história que teria se passado na aristocrática Alcântara e que seria sintomático do que dissemos. Vale a pena reproduzir o trecho:

Contaram-me que em certa propriedade onde os escravos eram numerosos se rebelaram estes e mais de um administrador fora assassinado por eles, e bastante tempo ficaram sem ninguém para dirigi-los, mas não abandonaram a habitação. Estavam as cousas nessa maneira, quando um português se apresentou ao dono da terra oferecendo-se para ocupar o lugar, mediante salário anual de um conto-de-réis, cerca de 250 £ (uma quantia enorme) contanto que um documento fosse assinado, desobrigando-o da responsabilidade pelos escravos que fosse obrigado a matar para reduzir os restantes à obediência. Tudo foi aceito sem objeção, e o homem partiu, acompanhado por dois outros, seus amigos, um guia, todos bem providos com armas de fogo e munição. Chegando à tarde ao local da ação, encontraram aberta a porta da casa-grande e se alojaram todos. Na manhã imediata, muitos negros, descobrindo as intenções das pessoas que se haviam apossado da casa, reuniram-se numa área defronte, mas a uma pequena distância. O novo administrador surgiu à porta, desarmado, não permitindo que seus companheiros aparecessem, e chamou um dos chefes negros pelo nome, como se tudo ocorresse normalmente. O homem respondeu e saiu do grupo mas não se aproximou do ponto onde o chamavam. O administrador não perdeu tempo. Tomando rapidamente um mosquete carregado que estava atrás da porta, fez fogo, e sem demora chamou outro escravo pelo nome. Ninguém respondendo, os companheiros do administrador fizeram fogo sobre os escravos. Foi tal o efeito desse processo sumário de proceder que, em dois ou três dias, tudo estava

tranquilo, voltando os hábitos antigos, evadindo-se um número insignificante. (2002, pp. 309-310).

Não só isso, o sistema de trocas estabelecido entre classes “superiores” e “inferiores” se caracterizou pela extrema desigualdade produzida pela prática habitual de extrair o máximo e retribuir o mínimo, adotada pelas elites senhoriais em relação aos grupos dominados. Essa desigualdade, relativamente alta mesmo para uma sociedade escravista, foi observada com espanto por Koster, não no interior, mas na capital de São Luís, atribuindo à elevada concentração das fortunas uma das razões do menor adiantamento da Capitania em relação às outras:

Existe uma grande desigualdade de posição em São Luís. As principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens, possuidores de propriedades prósperas, com extensões notáveis, grupos de escravos e ainda são negociantes. A fortuna dessas pessoas e o caráter de alguns indivíduos fundamentaram seu grande poder e importância e, logo um governador verificou à sua custa que sem o seu concurso era inútil tentar a introdução de melhoramentos planejados, e impossível atropelar, por longo tempo, o resto da comunidade. Essa grande desigualdade denuncia que o adiantamento local se faz menos rápido que nos outros estabelecimentos meridionais, onde a sociedade é mais amalgamada e a terra mais dividida. (idem, p. 310).

A desigualdade acentuada da sociedade escravista maranhense, como já dissemos, expressava um sistema de troca entre grupos dominantes e dominados bastante limitado e dependente da violência. Koster sugere que a elevada mortalidade de escravos por causa da péssima alimentação dada pelos fazendeiros não seria prática apenas de “alguns Senhores” como afirmara Gayoso¹⁰. Aliás, a fome não era sofrimento apenas dos escravos, mas da população simples como um todo. Pondo a culpa no setor exportador do algodão, Caio Prado Jr. afirmou que as fomes eram freqüentes, e não apenas na capital, mas em “todo o Itapicuru, a grande zona algodoeira” (1983, p. 165). O ano de 1825 ficou conhecido pelos habitantes como “ano da fome” (Marques, 1970, p. 441). E, com efeito, o

¹⁰ “Talvez que a pouca atenção que a alguns Senhores merece o sustento da sua escravatura, seja causa da grande mortandade que todos os dias experimentão em prejuízo dos seus capitães, da sua lavoura, e da sua consciência” (Gayoso, s/d., pp. 201-202).

abastecimento interno era um dos grandes problemas da população, como verificamos com a questão da produção da farinha, cujo controle foi fortemente disputado pelos grupos políticos da capital ¹¹. Afirmava Prazeres que os maus tratos cometidos contra escravos eram um dos principais fatores da alta mortalidade entre eles: "na maior parte são tratados como escravos, isto é, com pouco comer e muito trabalho" (1891, pp. 145 e 148, nota 2). São questões que, repetimos, indicam um sistema de trocas precário e bastante dependente da violência, levando a pensar que não terá sido mero boato a fama de violentos que os fazendeiros do Maranhão tinham mesmo para uma sociedade baseada na escravidão ¹². Isso tem como contraparte a discussão sobre a "fragilidade" do patriarcalismo dos senhores de escravos. Novamente foi Caio Prado Jr. quem chamou atenção para este aspecto, citando o Maranhão e o Rio Grande do Sul como exemplos maiores, ao contrário da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro:

[...] o regime patriarcal [...] abrandará o contacto de senhores e escravos, dando aqueles um quê de paternal e de protetor dos seus servos. Isto parece tanto mais exato que é nas regiões de formação mais recente, onde não se tinha por isso constituído aquelas relações patriarcais, fruto de lenta sedimentação, que vamos encontrar um rigor mais acentuado no tratamento que se dispensa aos escravos. (1983, pp. 278 e 288).

O caráter "tardio" da sociedade escravista exportadora no Maranhão foi observado por Koster, que ao seu modo dizia: "A província do Maranhão não pode sofrer confronto com a de Pernambuco. Ainda está numa idade infantil" (2002, p. 301). Gilberto Freyre também chegaria a perceber a particularidade do patriarcalismo no Maranhão ¹³.

¹¹ Para um estudo documentado sobre a questão na Bahia, mas no mesmo período, veja **Um contraponto baiano** (Barickman, 2003), e, para o Maranhão, "Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa Província brasileira: o caso do Maranhão" (Assunção, texto utilizado em sala de aula). Veja a **Crônica Maranhense** (3/fev./1838. 1969, 1ª parte, pp. 39-41).

¹² Segundo o historiador Southey, os "portugueses do Pará e do Maranhão foram os últimos a se redimirem da detestável imputação de crueldade no trato dos escravos; entretanto, o costume católico da manumissão parecia-lhe abrir uma perspectiva salutar e atenuante" (Dias, 1974, p. 277).

¹³ Cf. **O Escravismo Colonial**, (Gorender, 1992, pp. 271-284), onde se questiona as interpretações que extremaram os aspectos patriarcais ou mercantis na compreensão do escravismo. No caso do escravismo no Maranhão, somos da opinião de que aos aspectos

Estado imperial e Balaiada: exceção como regra

Vejamos agora o Estado. A Balaiada, expressão aguda do ódio e da indiferença pelo outro, também integra formas de guerras que precisam ser focalizadas nos quadros internacional e nacional. No campo da nova divisão centro x periferia instituída pelo imperialismo inglês e a **pax** britânica, mudanças ocorreram nas relações entre guerra e política. Baseada na nova divisão mundial do trabalho, na Europa ocidental essas relações se encaminharam, pelo menos em tese, para a dissociação entre guerra e política¹⁴. Estamos, nesse plano (do redesenho das relações entre guerra e política na nova ordem mundial), sob a atmosfera da Santa Aliança. Noutras palavras, sob o impacto do surgimento da modernidade simultaneamente como ordem liberal e estado de sítio¹⁵. Para dar um exemplo dentro da conjuntura examinada, lembre-se que entre 1838 e 1842, com o incidente do **Caroline**, a guerra foi objeto de nova compreensão no campo do direito internacional: surgia a figura do “direito de defesa” como justificativa da guerra (Byers, 2007, pp.71-2). Contudo, enquanto na Europa ocidental, as revoluções e revoltas foram combatidas por Estados modernos constituídos segundo o princípio da separação entre guerra e política, no Brasil regencial, revoltas sociais, como a Balaiada, enfrentaram um Estado imperial que se constituía fundado sobre conexões ambíguas entre as duas esferas, como se o monopólio da violência se fizesse sem separar seu emprego como “meio” e como “fim”. O aparelho repressor, à semelhança de um Estado policial, combinou em si as faces da guerra e da política¹⁶. Como se sabe, o período regencial foi momento

patriarcais se sobrepuseram os mercantilistas, isto é, aqueles determinados pela satisfação da **aura sacra fames** através da exploração ilimitada dos escravos (mesmo que, paradoxalmente, o efeito fosse a “morte” do investimento), sobretudo durante a fase crítica dos anos de 1820 e 1830. Sobreposição que não quer dizer exclusividade.

¹⁴ Diferenciação expressa por Clausewitz em **Da Guerra** com a tese de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” (Hardt e Negri, 2005, p. 25)

¹⁵ Cf. **Extinção**, de Paulo Arantes, especialmente “estado de sítio” (pp. 153-65). Também **Democracia ou bonapartismo** (2004), de Domenico Losurdo (esp. cap. 3).

¹⁶ Encontramos, infelizmente, uma ou duas análises que discutem especificamente a guerra como fundamento da constituição do Império brasileiro, como João Paulo G.

excepcionalmente marcado por guerras, entre as quais a da Balaiada. Embora fossem distintas entre si, integraram o contexto da fundação do Estado imperial brasileiro. A guerra da Balaiada conjugou-se, e aqui de modo visível, com um instante decisivo da configuração do Estado imperial. Se ela foi objeto da intervenção da Corte era porque não constituía conflito meramente local ou ligado a questões apenas provinciais, mas tocava problemas candentes da construção do Estado. A conjuntura era a da Reação conservadora (1837/40) ao quadro de guerra vigente no país desde as “guerras” da Independência. A lei de Interpretação do Ato Adicional, discutida durante o ano de 1839 e aprovada no de 1840, fora uma modificação (ilegal?) na Constituição levada a cabo pelos moderados visando dar ao Executivo amplos poderes para proteger o Império. O Golpe da Maioridade, em 1840, ao proclamar o jovem “órfão da nação” dom Pedro II imperador para fazer face à ameaça à ordem, consolidou aquela medida, embora agora não mais pelas mãos dos conservadores, mas dos liberais que haviam se posicionado contra ela.

Diante desse quadro, no conjunto das “reformas” indicadas, a criação de um sistema repressivo estatal com capacidade para manter a ordem social era medida das mais necessárias em províncias como o Maranhão. Um sistema militar e policial que fosse reconhecido pelos fazendeiros e temido pela população escrava e pobre livre (Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, neste sentido, ao sinalizar para fazendeiros que o Império poderia garantir a ordem, isto é, manter a paz, cumpriu papel que ficaria marcado na História do Maranhão e do Brasil: o de pacificador). Do ângulo da ação do Estado e da elite política, no Maranhão, os relatórios dos presidentes da Província e a legislação provincial, até onde pudemos verificar, indicam também preocupação em constituir poderes e estabelecer as bases da autoridade. Cuidava-se de disciplinar, normatizar, regulamentar e ordenar a polícia, juízes, coletores, professores, padres. Um levantamento do primeiro conjunto das Leis Provinciais da Assembléia do Maranhão,

Pimenta, **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)** (2002, esp. capítulo 6). Faltam estudos que pensem as “guerras civis” como experiências pelas quais, no século XIX, o Brasil império veio a ser.

aprovadas entre 1835 e 1840, mostra medidas aprovadas objetivando a criação de um setor repressivo. Em 1835, a lei nº 5 de 23 de abril, determinava a criação da polícia rural em diferentes distritos fora da capital. Em 1836, a lei nº 21 de 17 de junho criava um corpo de polícia na Província. Em 1838, a lei nº 61, de 8 de junho, alterava a lei de criação da Guarda Nacional. Em 1840, a lei nº 98, de 15 de julho, cria em cada um dos municípios da Província corpos de Guardas Campestres. Medidas como estas continuaram a ser aprovadas nos anos seguintes. Houve também preocupação com a questão e o objetivo de fixar regras e normas para o mundo do trabalho escravo e compulsório na Província. Senão vejamos: lei 16, de 19 de maio de 1836, providenciando sobre o desamparo em que os senhores deixam os escravos a pretexto de moléstias; lei 59, de 28 de maio de 1838, providenciando sobre o modo porque devem ser alimentados os escravos fugidos apreendido cujos senhores se ignore; lei 106, de 27 de agosto de 1841, autorizando o presidente da Província a despender até a quantia de seis contos de réis anuais para a introdução de colonos estrangeiros; lei 208, de 27 de julho de 1846, determinando que o nascimento de pessoas livres e escravas fossem registradas nas Câmaras Municipais respectivas; lei 236, de 20 de agosto de 1847, criando em todos os termos da Província capitães do mato para a captura de escravos fugidos; lei 253, de 1º de dezembro de 1849, proibindo o trabalho nos domingos, dias de Corpus Cristi, Natal, quinta e sexta-feira maiores, e os dos Oragos das Freguesias, mas tão somente nestas; lei 274, de 21 de outubro de 1850, revogando a lei provincial 253, que proíbe o trabalho nos domingos, dias de Corpus Cristi, Natal, quinta e sexta-feira maiores, e nos dos oragos nas suas respectivas freguesias; lei 358, de 22 de julho de 1854, proibindo o trabalho nos domingos e dias santos de guarda, com algumas exceções ¹⁷.

Que muitas dessas leis, especialmente a dos dias de trabalho dos escravos, tenham sido propostas dez anos depois da Balaiada, não altera a compreensão delas como sinais que apontam para a tendência de

¹⁷ Cf. **Leis Provinciais da Assembléia do Maranhão** (Arquivo Público do Estado)

sobre a recodificação do escravismo pelo Estado, tais como as do controle da forma de tratamento dos escravos pelos senhores (moléstias, alimentação), do controle das formas de luta dos escravos (fugas) e especialmente do controle do tempo de trabalho escravo (dias santos) e de outras formas alternativas de trabalho (colônias) ¹⁸.

4.3 CASTIGO IMPERIAL: VIOLÊNCIA E DIREITO

Nesse contexto, de um lado, caracterizado por uma ordem fazendária cada vez mais opressiva às voltas com uma crise econômica, e, de outro, por um Estado imperial que surgia sem separar a regra da exceção, se colocava a questão da justificativa legal e política para o combate às guerras no Brasil. A Balaiada suscitou debates sobre suas “causas”, se “justas” ou não. A principal justificativa para o seu combate era a de que representava movimento nascido na **criminalidade**, juízo recusado pelos chefes balaios. Na sua fala, o regente, futuro Marquês de Olinda, tratando então das revoltas que grassavam pelo Império, definiu a Balaiada como “bandidagem” (C.M., jun./jul. 1840). Até onde sabemos, não consta que a Sabinada (1837/38), a Farroupilha (1835-45) ou as revoltas liberais em Minas e São Paulo (1842), nenhuma dessas rebeliões, merecessem tal avaliação. Nessa conjuntura, decisiva para os destinos do Estado imperial, a Balaiada fora a única revolta a ser combatida com o argumento de ser um movimento de “onze mil bandidos” (ainda hoje os estudos sobre o tema enfrentam com dificuldade o carimbo oficial dos rebeldes como bandidos). O Império, através de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, impôs a paz no Maranhão com base na justificativa de que a Balaiada, de modo algum um movimento político, não passava de ação de bandidos. Embora parte dos chefes clamasse a proteção do Império e da lei, a revolta foi definida como contrária à Constituição imperial.

¹⁸ Um exame das posturas municipais, as quais começaram a ser aprovadas pela Assembléia Provincial a partir de 1843, deverá indicar essa tendência ao controle da ordem escravista pelo Estado visando à reprodução da ordem social.

A maneira como o Estado imperial reprimiu balaios e escravos é um ângulo excepcional para o exame do sentido e dos limites da sua construção. A análise da repressão à Balaiada, comandada por Lima e Silva, tem nas conexões entre violência e direito um problema decisivo. Como se deu a relação entre norma e exercício no ato concreto da repressão à Balaiada? Como caracterizar a ação repressora? Pacificação ou Genocídio? Qual a relação entre paz e guerra? Entre lei e crime? Afinal, neste caso, qual o estatuto da violência como “código da ação humana”? (Agamben, 2004, p. 92). A repressão à Balaiada, comandada pelo coronel Lima e Silva, poderia ser caracterizada como produto de “ação humana que renunciou a qualquer relação com o direito” (idem, ibidem), exercendo-se por meio da instauração de uma cesura, fratura ou vazio, situação em que a norma permanece, mas não se aplica e a execução se dá como pura “força de lei”, de tal modo que, em relação àquela violência, o direito permanece, mas apenas em seus aspectos fantasmagóricos? (idem, ibidem). Expressaria um caso de regra e veredito inscritos na sanção? Haveria também na reação do Estado imperial, como indicado no **Jornal de Timon**, a “reversibilidade da lei”, de tal modo que a pacificação poderia igualmente ser pensada como genocídio, num tempo em que este ainda não havia sido fixado como crime de guerra? ¹⁹.

Nas circunstâncias concretas da Balaiada, o conceito de defesa da **legalidade** utilizado como justificava na guerra, servia mais para definir o campo dos aliados em relação ao dos inimigos. Como o conceito variava, podendo indicar tanto um governo violento quanto a revolta contra este governo, o sentido mudando conforme aquele que o usava, ele se demonstrava limitado. Flutuação que expressava o jogo das disputas entre grupos pela legitimação das violências que praticavam entre si. Nele, guerra ilegal era sempre a do outro. E, no entanto, permanece sempre a pergunta: quem estava mesmo na ilegalidade, governistas, opositoristas ou

¹⁹ Em **Crimes de Guerra**, Bartov, Grossmann e Nola informam que o “conceito de genocídio foi inventado por Rafael Lemkin, um judeu-polonês refugiado do nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial, mas antes que o horror de Auschwitz fosse totalmente conhecido” (2005, p. 13).

balaios? Ou todos? Ou nenhum? No fundo, o problema localizava-se justamente na ausência de legitimidade da violência tanto de cabanos quanto bem-te-vis e balaios, uma vez que, em função da crise do sistema colonial e da inexistência de um Estado nacional, não havia “monopólio legal da violência” (Weber) e o lugar da “violência legítima” encontrava-se vazio. O que estava em questão era o modo ambivalente como esse “monopólio” se constituía. Como está sugerido, o moderno Estado imperial brasileiro formava-se mantendo a ambigüidade esquizofrênica entre as esferas da “guerra” e da “política”.

Nesse sentido, a Regência ao ordenar a missão de Lima e Silva ao Maranhão, imbricou essas esferas, ao nomeá-lo presidente da Província e comandante das armas, como também as funções militares e policiais. Foi nestes termos, que o mencionado coronel do Exército foi comissionado para dar combate a grupos considerados não inimigos de guerra, mas “bandidos”, uma vez que seus movimentos foram julgados questão de polícia a ser resolvida pelas forças armadas brasileiras. Em sendo assim, o tema da prática da tortura coloca-se, se for certo que esta é justamente um dos elos entre ação policial e guerra. Desse ângulo, para a imposição da obediência a balaios e escravos, não bastaria a simples eliminação física, mas haveria de se recorrer á imposição do sofrimento e da dor. Tratava-se de fazer da repressão à Balaiada um “espetáculo dos suplícios”, como percebera lucidamente Dona Carlota Carvalho. É certo que a imagem de Luís Alves de Lima e Silva fixada pela historiografia/hagiografia foi sempre a de um fiel cumpridor da lei e a de um brilhante estrategista (do que não se duvida!), mas, diante do exposto, vale perguntar: Luís Alves, o futuro duque de Caxias e patrono do Exército Brasileiro, considerado o “pacificador” do Maranhão, agiu também como torturador? Afinal, qual foi mesma a lógica da guerra promovida pela Divisão Pacificadora do Norte na longínqua Província do Maranhão?

De início, é possível observar algo de “guerra religiosa” – “cristã” – na guerra comandada pelo futuro Caxias. O diagnóstico de Magalhães, o leal

secretário, apontou a “falta” do cristianismo como uma das causas principais da Balaiada. Nas suas ações há a imagem do bom cristão temente a Deus. Acreditando que a irreligião e a ignorância eram os motivos que levavam ao “desregramento da vida”, procurou “plantar o santo temor de Deus” nos costumes da Província. Simbólico foi o lançamento, feito por ele poucos meses depois de chegar à Província, da primeira pedra da igreja matriz da vila do Itapecuru-Mirim, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, no dia 2 de abril de 1840, quando a Igreja “rezava as seis dores da Mãe do Redentor” (Magalhães, 2001, p. 129-130). Havia na Balaiada pelo menos duas formas de guerra: a “piramidal” de Lima e Silva e a “guerra de guerrilha” dos balaios. A Divisão Pacificadora do Norte (DPN de agora em diante) foi organizada em várias divisões, cada qual com um comando, mas todas obedientes a um centro, o comando geral de Luís Alves. Os balaios, ao contrário, eram compostos de vários grupos, cada um com seu chefe, independentes entre si, numa forma policêntrica. Basta atentar para a relação dos chefes mencionados, além dos mais conhecidos como Raimundo Gomes, Dos Anjos e Cosme. Lima e Silva, no entanto, sem mudar sua forma de guerra, incorporou elementos da guerrilha representados pelas “expedições” ligadas a cada divisão da DPN, procurando se ajustar às peculiaridades dos embates. Como reiterava ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra em ofício de 21 de julho de 1840: “V. Ex^a. já está informado que a guerra n’esta Província é toda de emboscadas, e de explorações; e que se fazem no meio das mattas, onde se fortificão os rebeldes.” (2001, p. 259). O princípio do “ataque por diferentes pontos ao mesmo tempo”, posto em prática por ele, especialmente na destruição do quilombo da Lagoa Amarela, o maior quilombo que se tem notícia na História do Maranhão, talvez não tenha sido mais do que o emprego contra os insurretos dos seus próprios métodos de guerra (Assunção, 1996, p. 447).

O discurso de Lima e Silva atribui à DPN um objetivo por assim dizer civilizador ou, em seus termos, “disciplinador”. Em suas falas, aliás, o futuro duque de Caxias se apresenta diante da Província como herói

civilizador, simbolizando aquele que trazia junto consigo os valores da cristandade, da severidade dos costumes, da administração moderna, do senso do equilíbrio, da “política franca, liberal, conciliadora e previdente” (Magalhães, 2001, pp.129-30). Foi também apresentado como figura que procedeu de modo diferente dos presidentes anteriores, inclusive nas práticas da administração pública e especialmente nas relações com os partidos, onde é identificado como espaço da neutralidade e da decisão justa, no papel de fiel representante da Corte. Sintetizaria em si com sucesso o cumprimento de vários papéis: administrador, militar, agente da Corte. Através da sua ação, procurou sempre o controle de escravos e balaios, como se observa especialmente na preocupação em, de um lado, contornar as lutas entre os “partidos” das elites (cabanos e bem-te-vis) e, de outro, agir para evitar as articulações entre os dois principais segmentos populares, balaios e quilombolas. Para Luís Alves, era clara a ameaça que índios, balaios e escravos representavam para o mundo dos fazendeiros, como indica o modo como se referia a Cosme: “a importante figura que mais assusta os fazendeiros” (Assunção, 1996, p. 446). Assim, seus discursos procuram evitar o choque entre partidos e arregimentar as forças provinciais em torno de um único objetivo: o combate aos balaios e a garantia da segurança da ordem escravista. Tanto que a única restrição estabelecida pela Corte a ele foi quanto ao destino dos escravos:

Nas ordens verbais dadas aos chefes das tropas em palácio, o coronel não ocultou mesmo esse intento. Recomendou-lhes que buscassem o mais possível atrair os escravos para seus senhores nas fazendas, prometendo-lhes que não seriam castigados (Abranches, 1992, p. 72).

A guerra contra os balaios – vistos como “inimigo interno” - se tornou o eixo da retórica imperial e racalista de Lima e Silva. Lembrando antigas guerras justas coloniais, os balaios foram caracterizados como “fora-da-lei”, “a rigor um fora-da-humanidade, e como tal simplesmente massacrável” (Arantes, 2007, p. 44). Sem ser inimigo claramente definido, o balaio era mais uma construção genérica do “rebelde”, do “bandido”, do “facinoroso”, do “infame” e, no limite, da encarnação do mal. A própria

idéia de Balaiada e balaio aponta para esse significado genérico e depreciativo (daí a crítica de Matias Assunção propondo a expressão guerra dos Bem-te-vis como o termo definido pelos rebeldes). A multidão inimiga é sempre vagamente caracterizada pelo discurso do poder provincial, que emprega quase sempre a tática do silêncio a seu respeito, e quando a ela se alude é quase sempre de modo abstrato e estereotipado. Espantoso nos relatos oficiais sobre a Balaiada é o modo genérico, negativo, desumanizador, como são citados os “rebeldes”. Há, sem dúvida, algo de monstruoso na representação abstrata e fugidia do inimigo a combater, produto de um saber que visava legitimar a guerra segundo os dispositivos do poder imperial e oligárquico em gestação²⁰. Com isso, as formas das lutas populares foram criminalizadas.

Não podemos perder de vista a forte dose de “ódio racial” presente na guerra feita aos bem-te-vis, manifestada por agentes oficiais e privados que viam na população “misturada” deformações humanas e em negros e índios raças degeneradas. Matar balaio nesse sentido poderia ser facilmente interpretado como ato de purificação da raça branca manchada por mestiços e mulatos. Tratava-se de combater um inimigo infiltrado nas “próprias veias, expurgar uma diferença que se infiltrou no cristal da sua superioridade” (Giannotti, 2007). No limite adotar-se-ia a solução radical: eliminar mestiços, negros e índios pelo fato de serem mestiços, negros e índios. Entretanto, desse ângulo, não se trataria nem mais de “guerra bárbara” (ou entre bárbaros), mas de “filtragem”. Mais do que luta entre “diferentes”, ter-se-iam embates marcados pela “indiferença”. Guerra nascida da “indefinição”. Daí a indagação, de modo algum excessiva: o governo do presidente Luís Alves de Lima e Silva teria criado com a Divisão Pacificadora do Norte uma fábrica de extermínio das raças impuras baseada na grande lavoura escravista? Pergunta que se justifica uma vez que a intervenção da Divisão Pacificadora do Norte acabaria redefinindo o significado da matança não tanto como uma ação perversa, mas como um

²⁰ Cf. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão** (Reis, 2007) para exame das estratégias variadas desse poder; também **Os Anormais** (Foucault, 2002, p. 123-26) para a noção de “monstro popular”.

“ato mecânico”, isto é, como o cumprimento de uma regra. Com a criação da DPN, o extermínio era transformado em produto da racionalidade imposta à guerra por Lima e Silva. Racionalidade, neste caso, nascida menos de uma razão instrumental e impessoalizada do que da cegueira ou do não-reconhecimento do outro praticado pela ordem fazendária e, em especial, pelo poder imperial.

Violência pura: sentido e origens da Balaiada

A “violência pura” foi uma das dimensões da guerra da Balaiada? A indagação nos veio com a leitura de **Estado de Exceção**, de Giorgio Agamben, cujas análises remetem ao problema da violência em Walter Benjamin, especialmente ao ensaio “Crítica da violência: crítica do poder” (Bolle, 1986, pp. 160-175) ²¹. Tipo de violência que não poderia ser compreendida pela lei e pelo direito, segundo defende Benjamin em seu debate com Carl Schmitt, a violência pura seria a expressão mais radical da violência revolucionária.

Tentaremos explorar essa perspectiva em relação à guerra dos bem-te-vis (pano de fundo da **Crônica**, vale sempre lembrar), no sentido tanto de um diálogo crítico com a historiografia, que não há como também não ser provocativo, quanto visando indicar outro ângulo possível de análise sobre as dimensões da violência. Há aqui um problema de perspectiva teórica que não pode deixar de ser colocado. O tema sugere duas questões iniciais: a do “sentido” e a das “origens” da Balaiada.

Vejamos inicialmente a questão da “falta de sentido” da Balaiada, em especial a tese conservadora de que o seu sentido seria produzido a partir de fora do movimento, isto é, pelos partidos das elites. Essa “falta de sentido”, tendo em vista a noção acima de violência, precisaria ser repensada tanto em relação às interpretações que a afirmam com a viva

²¹ Veja também “Prenome de Benjamin” (Derrida, 2007, pp. 61-145) e “Aformativo, greve”, de Hamacher (in Benjamin e Osborne, 1997, pp. 122-148).

intenção de “despolitizar” a Balaiada quanto em relação àquelas que a negam procurando “politizar” a revolta. Se passarmos a problematizar a Balaiada a partir do conceito benjaminiano de “violência pura”, a “falta de sentido” da Balaiada deixa de ser olhada como falha grave do movimento, a ponto de implicar em perda do caráter político, como imaginaram conservadores e liberais, mas, ao contrário, passa a ser entendida como traço essencialmente “político” da revolta, sua força efetivamente revolucionária. No sentido de que nela concentrava-se um tipo de **ação** que não podia ser controlado pela máquina do poder imperial e nem pela ordem fazendária: a violência pura. Antes que negada enquanto fundamento da despolitização da Balaiada, a “falta de sentido” foi no fundo aceita também por interpretações que, procurando contraporem-se criticamente à desqualificação “política” da revolta, lhe atribuíram sentido político, aceitando neste ponto o suposto de que ela implicaria em perda do seu caráter político e que este dependeria da existência do sentido ou do “projeto”. Em suma, as duas perspectivas coincidem na aceitação do pressuposto de que aquilo que define um movimento como político seria a existência de planejamento ou de um projeto próprio²². A diferença estaria em que para uns – conservadores e liberais (Magalhães, Lisboa, Amaral) – por não possuir projeto próprio, a Balaiada não seria um movimento político, e, para outros (Carvalho, Santos, Janotti, Assunção), ao contrário, por ter um projeto específico, a Balaiada seria um movimento político. Vemos que todo o debate se concentra em saber se os balaaios tinham ou não um projeto próprio e não no suposto liberal que define a própria noção de movimento político a partir da existência do projeto. Em relação aos dois, podemos argumentar que falta de projeto não é sinônimo de falta de “política”, pelo contrário, a ação política mais forte e radical da Balaiada estava em sua “violência pura”, isto é, na sua recusa de sentido. Em suma, na sua própria imprevisibilidade. Noutras palavras, e para ser mais exato,

²² O que, de certo modo, sempre foi um aspecto chave do conceito de política não apenas na tradição liberal, mas em toda a tradição moderna. Confira o seminal **Guerra Civil**, de Hans Magnus Enzensberger, onde a certa altura se diz que, nos casos das guerras civis de hoje, a perda das “intenções” neutralizou “qualquer pensamento político, de Aristóteles a Maquiavel, de Marx a Weber” (p. 26). Mas seria só nesses casos?

nas potencialidades da sua indeterminação radical. Nesse “sentido”, nem conservadores e nem liberais (isto é, nem Magalhães e nem Lisboa) estavam totalmente equivocados na percepção do problema da “falta” de projeto próprio da Balaiada, mas sim em não reconhecerem (e poderiam?) nesta “falta” qualquer valor político. A indeterminação era percebida negativamente como “falta”. Mas essa “falta” de sentido era uma dimensão efetiva e produtiva da revolta. Os estudiosos posteriores, ao procurarem politizar a Balaiada, enfatizando outra camada da violência, o fizeram sacrificando essa dimensão mais de fundo da revolta com a idéia de que isto se devia apenas aos “preconceitos de classe” de conservadores e liberais ou mesmo à fraca organização em si do movimento. Jogaram fora a água suja do banho com a criança. Como afirma um dos principais pesquisadores do tema, identificando falta de projeto e falta de política: “tanto liberais quanto conservadores se recusam a considerar os rebeldes como dotados de uma visão política própria” (Assunção, 1998, p. 73). Mas, o plano mais radical da “autonomia” do movimento da Balaiada está não na existência da “visão política própria” (que não se nega), porém justamente em não precisar ter uma para se afirmar enquanto movimento. Segundo o ângulo aqui sugerido, poderíamos dizer que a violência balaia ou bem-te-vi, na sua dimensão mais radical, pura, não se deu como “meio relativo a um fim” (Agamben, 2004, p. 95), ou seja, como movimento planejado, mas como “medialidade sem fins” (idem, *ibidem*). Como tal, essa violência precisaria ser compreendida de modo independente dos fins que perseguia. Nela, teríamos que pensar de outro modo os vínculos entre meios e fins. Como intuía o faro de Capistrano de Abreu, incorrendo embora na noção conservadora de uma violência “contra a política” e rechaçando os seus objetivos como “oitivas mal decoradas”:

Gente desta não se inspira em política, porque **sua ação é contra a política**. Podem os balaios pedir que se acabe com as prefeituras, que se respeite a Constituição, que se expulsem portugueses, tudo isto não passa de oitivas mal decoradas. Sua verdadeira inspiração é matar, destruir, queimar e deixar-se matar como tinha sido na Cabanagem do Pará e entre os cabanos de Pernambuco e ainda não há muito se verificou nos santos de Canudos (2003, p. 18. Negrito nosso.).

Ainda assim, nessa forma de violência, o historiador pôde ver o protesto “contra todas as violências que caíam sobre os pobres desamparados negros, índios, branco miseráveis”. Daí dizer, tocando a fundo uma dimensão do problema, que, no Maranhão, a guerra da Balaiada, antes ou menos que “obra social” foi obra “etnográfica” (idem, *ibidem*).

Outra questão, conectada à primeira, a ser colocada diante da idéia da Balaiada como expressando um tipo de violência pura, é a das “origens”. As diversas tendências historiográficas têm sempre insistido na questão das origens da Balaiada, às vezes mudando o enfoque, mas nunca problematizando a própria noção de origem. Atualmente temos pelo menos duas principais leituras a respeito: 1) aquela mais antiga e dominante de que a Balaiada começaria em 13 de dezembro de 1838 com a invasão da cadeia da vila da Manga do Iguará por Raimundo Gomes, almejando libertar o irmão, preso por razões de disputas políticas entre partidos; 2) aquela, bem recente, que situa as origens um pouco antes, em novembro, e vê sua causa principal na ação violenta do recrutamento dos filhos do camponês Manuel do Anjos Ferreira, o “balaio”. Apesar das diferenças, e dos avanços da segunda em relação à primeira, pois desloca a análise para o problema central do recrutamento ou do “pega”, essas análises são marcadas pelo pressuposto de que a compreensão da Balaiada, do tipo de violência nela embutida, implica um retorno à origem entendida como substância ou “causa”. Contudo, o tipo de violência a que estamos nos referindo prescindiria não apenas de um “sentido” (leia-se: plano), mas também de uma “origem”, substancial ou não. A ação da Balaiada expressou um tipo de violência que não se apresenta como “figura originária do agir humano que, em certo momento, é capturada e inscrita na ordem jurídica (...). Ela é apenas o que está em jogo no conflito sobre o estado de exceção, o que resulta dele e, somente desse modo, é pressuposto ao direito” (Agamben, 2004, pp. 93-94). Em suma, se entendermos a Balaiada como violência pura, isso implicar dizer: 1) pura não significa violência original num sentido substancialista, como se essa violência pudesse ser entendida a partir de si mesma; 2) pura implica em pensar essa

violência de um modo relacional, isto é, em sua relação com o direito; 3) esta relação com o direito, contudo, não se dá de maneira a que o direito se imponha à violência, mas de modo tal que é pelo rompimento com o direito que essa violência pode simplesmente se manifestar: “a violência pura expõe e corta o elo entre direito e violência e pode, assim, aparecer ao final não como violência que governa ou executa..., mas como violência que simplesmente age e se manifesta” (idem, p. 96). Na guerra entre as tropas de Lima e Silva e os balaios ocorre o choque entre um tipo de “violência jurídica” e outro que, em suas dimensões mais radicais, expressa a “violência pura”. Ou, nos termos de Deleuze e Guattari, choque entre uma forma de violência que “contribui para criar aquilo sobre que se exerce” e outra que diz respeito à invenção da “máquina de guerra”, isto é, de uma “organização nômade original que se volta contra o Estado” (1997, p. 144, vol. 5). Formas de violência que, na experiência concreta, é certo, se aproximaram e se cruzaram de tal modo que os “jogadores que se defrontam no tabuleiro de xadrez da história parecem mexer o mesmo pião – sucessivamente força de lei ou meio puro” (Agamben, p. 96).

4.4 VIDAS INFAMES

Um pensamento sobre a população “livre pobre” ou dos “homens comuns” de inspiração “escravista” foi desenvolvido e levado a cabo pelas elites locais da Província. Ao mesmo tempo visão própria e produto do medo e do preconceito inspirado pelas camadas populares consideradas como agrupamentos de bárbaros preguiçosos, imorais, traiçoeiros, imundos, burros. A questão dos “livres pobres” muito cedo, já nos começos do Império, foi um problema para elites escravistas. No estudo “Vadiagem no Maranhão, 1800-1850” (2004, pp. 43-78), José Ribamar Chaves Caldeira apresenta um quadro da sociedade do Maranhão, na primeira metade do XIX, baseado em relatos de cronistas, viajantes e relatórios de presidentes da Província, procurando definir o modo como os “vadios” eram vistos pelas classes dominantes num meio “escravista”. Caldeira distinguiu os vadios como categoria que era parte ou oriunda do grupo dos “homens

livres e pobres” e dos escravos. Notou que as elites faziam diferença entre grupos “ordeiros” e vadios. No segmento dos homens livres e pobres havia “moradores ou agregados”, aqueles que residiam em terras dos senhores por sua permissão, e aqueles que viviam fora das propriedades com base na economia de subsistência (caça, pesca, coleta, etc.). Os vadios formariam um terceiro grupo, vistos como criminosos ou “facinorosos”. Em relação a eles o autor chama a atenção para pelo menos dois aspectos: 1) a visão preconceituosa, com origem no escravismo, nutrida pelas elites; 2) a dificuldade do Estado em controlar esses segmentos, por falta de policiamento adequado e também porque os vadios contavam com a proteção dos grandes proprietários, que os utilizavam para defesa dos seus interesses (Caldeira, 2004). Em suma, seu estudo indica que a visão das elites sobre os grupos diversos de homens livres e pobres era marcada pela ideologia do escravismo. Indica também que os vadios disseminaram-se num meio caracterizado ainda pela pouca penetração do Estado e pelo domínio da grande propriedade, em que pese desde os começos dos anos 1830 o governo tenha aprovado leis e medidas visando ampliar seu domínio, como a criação da Guarda Nacional.

Neste lugar, vale a pena retomar o conhecido texto “A Vida dos Homens Infames”, de Michel Foucault, pois balaios e escravos rebelados foram representados oficialmente, sobretudo, como “vidas infames”. Temos nele vários elementos para análise da guerra da Balaiada. O assunto do texto de Foucault, como se sabe, é a emergência do **cotidiano** através de um discurso produzido no campo da linguagem do poder monárquico, na França dos séculos XVII e XVIII ²³. Configura-se como uma primeira forma de “saber do cotidiano”. Os “homens infames”, isto é, os homens comuns, compõem as massas anônimas. Seus dramas – sofrimentos, violências e paixões – passam a se expressar pela linguagem daquele poder. Por que infâmia? A infâmia era aquilo que, durante longo tempo no Ocidente, por razões de poder e das estratégias discursivas, não integrava um discurso,

²³ Assunto que num plano mais amplo atravessa o clássico **Mimesis** de Erich Auerbach (1994).

não podendo ser dito ou ser objeto de registro. Para este discurso – o do “Ocidente” - o cotidiano das massas anônimas estava no âmbito daquilo que não merecia aspirar à condição de fábula. Pelo menos até o século XVII, somente o “fabuloso” (o extraordinário, o impossível, a façanha, etc.) poderia ser objeto da “fábula”, isto é, poderia ser dito. O dispositivo das confissões criado pelo cristianismo permitia a passagem desse cotidiano para o discurso, mas para um discurso que ainda deveria ser feito em segredo e apagado tão logo fosse dito. Como escreve Foucault, durante muito tempo o mal se expressou na forma de um “cochicho obrigatório e fugidio”. Com a montagem do aparato administrativo das monarquias absolutistas, especialmente franceses nos séculos XVII e XVIII, pela primeira vez esse “saber do cotidiano” encontrou as condições de possibilidades pelas quais se manifestou não mais como “confissão” visando o “perdão”, porém como “registro” em múltiplas vozes compondo uma memória. As “vidas infames” emergem no teatro do poder real, possibilitando a aproximação entre a figura do monarca e a dos homens comuns. O rei se vê diante de demandas envolvendo brigas de pais e filhos, de casais, de vizinhos, paixões secretas, disputas públicas, excessos do vinho e do sexo. Através do poder monárquico tais questões, consideradas insignificantes, passaram a ser ditas. Mas ditas segundo regras do discurso monárquico, com sua forma cerimonial, torneios, grandiloquência, etc. Daí, diz Foucault, que elas aparecem na forma inevitável do **disparate**. Para este autor a linguagem do Estado tende a mudar com a Revolução Francesa, quando o poder perde sua forma monárquica e passa a assumir a forma da ciência, da administração e do jornalismo (2003, pp.213-22)..

Para este estudo, importa pensar a seguinte questão: como o cotidiano balaio foi “representado” na linguagem do poder? No Brasil do século XIX, diferente da América espanhola, a monarquia não desapareceu, muito ao contrário. Foucault analisou um período da França marcado pelo absolutismo monárquico enquanto no Brasil da primeira metade do XIX temos o surgimento ou a recomposição de uma monarquia, embora não mais na forma absolutista, mas constitucional ou parlamentarista. A conjuntura

que estudamos relaciona-se especialmente às “origens” do reinado de dom Pedro II. O ano de 1840 foi precisamente o da proclamação antecipada da maioria do imperador. Mas embora Foucault trate da França dos séculos XVII e XVIII (falando do “Ocidente”), os problemas em torno da “vida dos homens infames” continuam, de certo modo, válidos para o Brasil, e para a Província do Maranhão, da primeira metade do XIX, quando a linguagem da administração real permaneceu caracterizada por traços que lembram os analisados pelo filósofo, tais como suntuosidade, solenidade, decoratividade, relato longo, grande retórica, grandiloquência, afetação. Também semelhantes eram os instrumentos pelos quais os homens comuns expressavam suas demandas para o rei: denúncia, queixa, inquirição, relatório, interrogatório. Da mesma forma os meios pelos quais essas demandas são atendidas: as “ordens do rei”. No campo da linguagem do Estado, o autor sugere que, no século XIX, ela perdeu suas características do tempo das monarquias absolutas para assumir aspectos de “observação” e “neutralidade”. Com efeito, na primeira metade do XIX brasileiro, para a demanda dos homens comuns, já aparecem novos elementos de “mediações”: administração, jornalismo, ciência. Contudo, o que não percebemos, pelo menos em São Luís, é a instauração junto com estes setores de uma nova linguagem - a da “observação” e “neutralidade” - no lugar da antiga. O jornalismo, por exemplo, parece ainda preso à velha linguagem solene, suntuosa, longa, etc. Com a administração não é diferente (como indicam a leitura dos relatórios, ofícios, correspondências oficiais).

No Maranhão, a Maioridade de dom Pedro II decretada nos momentos finais da Regência apontou para uma aproximação, não sem choques, entre rei e balaios e escravos infames. O que coloca a questão da intervenção social da monarquia. Ela não seria apenas um fato arbitrário (de certo modo, foi o que se colocou até agora), mas também objeto da demanda dos homens comuns que disputavam entre si a intervenção favorável do rei. Daí que “cada um... pode tornar-se para o outro um monarca terrível e sem lei” (Foucault, 2003, p. 215). Não era assim com as disputas entre cabanos e

balaios, mas também entre cabanos e escravos (caso de dom Cosme a se definir como “imperador”, como se fosse um monarca)? Todos corriam para o rei. A monarquia era ou estava inserida no cotidiano das massas (e também das elites), mas, acrescenta Foucault, de modo paradoxal, pois a “intervenção de um poder político sem limites na relação cotidiana torna-se, assim, não somente aceitável e familiar, mas profundamente almejada, não sem se tornar, por isso mesmo, o tema de um medo generalizado” (idem, p. 215). O rei, ao se fazer presente no cotidiano das massas, passa a ser objeto de amor e ódio. Nos registros investigados, não percebemos até agora esse traço do ódio em relação à monarquia no caso da Balaiada (todo falam em nome do rei), principalmente num momento marcado pela Maioridade e, portanto, pelos clamores relativos ao novo rei. Contudo, há sinais que talvez apontem para isso, como as referências às tendências republicanas (embora expressas quase sempre como acusação do adversário e não como autodefinição).

A aproximação entre rei e balaios e escravos se fazia através das ordens régias de prisão, de perdão (ou anistia), com seus registros, inquéritos, relatórios, ordens do dia, etc. (muitos publicados na **Crônica**). O tempo inteiro, os balaios procuram se expressar na linguagem do rei, fazendo súplicas, queixas e pedidos. “Proclamações” de rebeldes começam quase sempre da seguinte forma - “Em virtude a Coroa e o Throno de Sua Magestade Imperial, o Senhor D. Pedro Segundo a quem Deos Guarde etc” - e encerram dando “Viva a Santa Religião Católica, Viva D. Pedro Segundo” (2001, pp. 152-53).

Mais interessante é a correspondência entre o chefe rebelde João da Matta e o tenente coronel José Thomaz Henriques em torno da anistia (C.M., n. 282, pp. 1129-30). No caso dos balaios e dos escravos, havia pelo menos duas queixas fundamentais ligadas ao seu dia a dia, além da truculência das autoridades policiais, a exemplo dos recrutamentos: **o preconceito de cor e a discriminação social por ser pobre**. O discurso balaio e negro faz irromper, se não pela primeira vez, com intensidade nova, esses temas do

cotidiano, esses “não-ditos”. Com a guerra o cotidiano balaio explodiu na cena do poder monárquico (nesse sentido, vale analisar os relatórios do presidente da Província. Atentar para o fato de que muito antes este cotidiano já havia irrompido). Na linguagem do poder do tempo, o imperial, balaio e escravos só puderam vir à luz no choque contra ele e através do seu discurso. Neste, os rebeldes não passavam de seres infames, sem glória e valor. Raimundo Gomes, Ferreira dos Anjos, Cosme, Pio, Tempestade, Coque, Balainho, Getirana, Ruivo, Raio, Caninana, Relâmpago, Mulungueta, Matruá, etc., todos, são figuras lendárias da Balaiada. Todos são apresentados como infames pelo poder. Todos aparecem em sua linguagem de modo rápido, descontínuo e fragmentário. Quando se manifestam o fazem dentro da linguagem do poder e por isso caem no disparate, revelando conteúdos estranhos a essa forma de expressão. Assim é com os seus manifestos, proclamações e reivindicações. As queixas contra o racismo e contra a desigualdade social surgem como relâmpagos no céu azul do discurso do poder provincial-imperial. Esse discurso representa como simples “desordem” o “mundo de ponta-cabeça” que balaio e escravos sinalizam (o padre Astolfo Serra, estudioso da Balaiada, percebeu o quanto a acusação de “desordem” feita a ela era apenas a inversão da ordem). Na **Crônica**, João Lisboa viu como “progressão da desordem” o que talvez fosse mais justamente qualificado como recusa de determinada ordem. (lembre-se aqui da carta de Raimundo Gomes para Lisboa, assim como do seu manifesto lançado logo no início da revolta).

Daí um conjunto de traços que marcam a balaio e escravos insurretos como vidas infames no discurso oficial, quais sejam: 1) irrompem dentro de uma linguagem que lhes é estranha, a linguagem do poder, com sua formalidade e pompa, daí decorrendo o disparate do conteúdo e da forma que caracteriza essa irrupção; 2) expressam as imersões do poder (na forma de uma administração que não é mais apenas a do absolutismo real, mas também não é totalmente burguesa) no cotidiano dos homens comuns (não foi isso a repressão à Balaiada: intervenção violenta no mundo cotidiano de homens, mulheres e crianças camponesas?); 3) são efeitos desse discurso

do poder, mas também das demandas que fazem a ele; portanto, como indicado, a chamada “arbitrariedade” do poder imperial é relativa: o abuso da autoridade é fruto também de uma demanda do homem comum; 4) aparecem de modo descontínuo, fragmentado, rápido, como se viessem do esquecimento e não tivessem tradição; 5) surgem na forma da “lenda”, misturando realidade e ficção (como, tempos depois, veremos tomar forma no romance histórico “A Balaiada”, de Viriato Corrêa, uma espécie de representação literária conservadora e hegemônica dos balaios.).

Importante fixar aqui três pontos: a) a forma como balaios e escravos aparece no discurso do poder: como vidas infames, isto é, sem fama, num mundo que só reconhecia valor e história a quem tivesse fama ou glória; b) o modo abrupto, descontínuo, fragmentário como aparecem na linguagem do Estado; c) a combinação de realidade e ficção que distingue suas figuras, colocando-os no campo das figuras lendárias, no universo da “lenda negra”.

A questão específica do “disparate”, presente em suas várias formas na linguagem do Estado, vale para o caso dos balaios, principalmente os seguintes tipos de disparates: a) entre “as coisas contadas e a maneira de dizê-las”; b) entre os que “se queixam e suplicam e os que têm sobre eles todo o poder”; c) entre a “linguagem da cerimônia e do poder e a dos furores ou das impotências”; e talvez d) aquela entre a “ordem minúscula dos problemas levantados e a enormidade do poder aplicado”. Lembramos, aqui, certos episódios da revolta: 1) a violência sexual contra as filhas ou a resistência contra o recrutamento dos filhos de Manuel Ferreira dos Anjos; 2) o assalto à cadeia da Manga por Raimundo Gomes. Mas enfim a questão do disparate está presente na relação entre balaios e agentes do império.

FONTES E BIBLIOGRAFIA (citada e consultada)

1 FONTES IMPRESSAS

1.1 Documentos oficiais

COLEÇÃO das Leis provinciais da Assembléia do Maranhão (APEM)

DOCUMENTOS para a História da Balaiada. São Luís, Edições FUNCMA, 2001.

1.2 Jornais

CRÔNICA MARANHENSE (Artigos de João Francisco Lisboa). Dep. de Imprensa do Museu Histórico Nacional. Estudos e Documentos III, 1ª e 2ª partes, 1969.

CRÔNICA MARANHENSE (1-1-1838 a 24-3-1841). São Luís, Tip. Inácio J. Ferreira, Tip. de R. A. R. d'Araújo e Tip. Imparcial Maranhense. (Redator: João Francisco Lisboa)

SEMANÁRIO MARANHENSE (edição fac-similar). São Luís: SIOGE, 1979.

1.3 Manuais bibliográficos, dicionários, antologias, guias e catálogos

BLAKE, A. V. A. Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Esp. terceiro volume. (Reimpressão de Off-set, Conselho Federal de Cultura, 1970)

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. 3ª ed. revista e aumentada, Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.

CATÁLOGO **Jornais maranhenses**, São Luís, SIOGE, 1981. (Compilado pela bibliotecária Celeste Amância Aranha e Silva).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

MEIRELES, M.M., FERREIRA, A. de J. e VIEIRA FILHO, D. (Orgs.). **Antologia da Academia Maranhense de Letras (1908-1958)**. São Luís, 1958. (sem editora)

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Legenda, 1989.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2ª ed., Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 4ª edição, Lisboa: Impressão Regia, 1831. (Tomo I, A-E.)

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 2ª edição, Lisboa: Typographia Lacerdiana, 1813. (Tomo segundo, F-Z).

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

1.4 Obras impressas

ABRANCHES, Garcia de. Espelho crítico-político da Província do Maranhão (excerptos) In: ABRANCHES, Dunshee de. **Garcia de Abranches, o Censor (O Maranhão de 1822)**. Memória Histórica. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1922.

ALENCASTRE, José M. Pereira de. **Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos annos de 1838, 1839, 1840, 1841**. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, Tomo XXXV, parte II, 1872.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda, s/d. (Documentos Maranhenses)

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica**. S.l., Instituto Nacional do Livro, 1945.

CORREIA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís, Tip. Frias, 1878.

DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

FRIAS, J. M. C. de. **Memória sobre a tipografia maranhense**. 2ª ed., São Luís: SIOGE/FUNC, 1978.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Livros do Mundo Inteiro, s/d. (Coleção São Luís – I).

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1980.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. 11ª ed., Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2002. Vol. 1.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Itinerário da Província do Maranhão** por Antônio Bernardino Pereira do Lago in: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro – Editor. Tomo XXXV, parte primeira, 1872.

_____. **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001. (Coleção “Maranhão Sempre”).

LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon Maranhense** – ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos pelo Dr. Antônio Henriques Leal. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987. Tomos I e II. (Documentos Maranhenses).

_____. **Locubrações**. Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1874.

_____. “Breves Reflexões acerca da Revolução da Província do Maranhão pelo sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães” in: Magalhães, Domingos J. Gonçalves. **Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1838 até 1840**. São Paulo: Siciliano, 2001. (Coleção “Maranhão Sempre”)

LISBOA, João Francisco. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Americ Ed., 1946. Vol. I.

_____. **Trechos escolhidos**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1967.

_____. **Crônica do Brasil colonial**: apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976. (introduções de Peregrino Júnior e Graça Aranha).

_____. **Crônica política do Império**. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1984. (introdução e seleção de Hildon Rocha).

_____. **Jornal de Timon**: partidos e eleições no Maranhão. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. (introdução e notas de José Murilo de Carvalho).

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**, natural do Maranhão; precedidos de uma noticia biographica pelo Dr. Antonio Henriques Leal. São Luís, Typographia de Belarmino Matos, 1864-65. 4 v.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. Lisboa, Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1901. 2 vols.

_____. **Jornal de Timon**: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão. São Luís: Editora Alhambra, s/d. Tomo II, 1º e 2º Volumes. (Coleção “Documentos Maranhenses”).

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. 3ª ed., São Luís: ALUMAR, 1991. Vol. IV (Coleção “Documentos Maranhenses”)

_____. **A Festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís: Editora Legenda, 1992. (introdução e notas de Jomar Moraes)

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001. (Coleção “Maranhão Sempre”).

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: 2ª ed.: Rio de Janeiro, Cia. Editôra Fon-Fon e Seleta, 1970. (Coleção “São Luís” – 3)

MARTIUS, SPIX e. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. Esp. vol. 2

MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

OTÁVIO, Rodrigo. **A Balaiada 1839**: depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolução dos Balaios. São Paulo: Siciliano, 2001. (Coleção “Maranhão Sempre”).

PRAZERES, Frei Francisco de N. S. dos. **Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão** in: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o Sr. D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C. Tomo IV, parte I, 1891.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima** in: Revista Trimensal de História e Geographia do Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1848. N. 9 – 1º trimestre de 1848.

_____. **Memória sobre as nações gentias** que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhe tem difficultado a redução, e único methodo que seriamente poderá reduzil-as. Escripta no anno de 1819 pelo Major Graduado Francisco de Paula Ribeiro in: Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional debaixo da immediata protecção de SM. I: o senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia de J.E.S. Cabral. Abril de 1841, nº 9. Tomo 3.

_____. **Descrição do território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão**; propriedades dos seus terrenos, suas produções, character dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos: pelo major Francisco de Paula Ribeiro in: Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata protecção de S.M.I. o senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1874 (ano de impressão). Tomo XII, segunda edição. Vol. 12, 1849.

ROTEIRO do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piahuí in: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Tomo LXII, parte I.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

SPIX, J. B. v. e MARTIUS, C.F. Ph. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. **História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. (Coleção “São Luís – 4”).

2 Livros, artigos, entrevistas.

2.1 Brasil e Maranhão

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativo**. 2ª ed., São Luís: LITHOGRAF, 1992. (Documentos Maranhenses).

_____. **A Setembrada**: a revolução liberal de 1831 em Maranhão. Edição de Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro comemorativa do centenário do autor (1867-1967) que reproduz o texto da original de 1931/composto e impresso nas oficinas gráficas da S. A. Jornal do Brasil sob a responsabilidade de Oswaldo Neiva... acabada de imprimir aos 31 dias do mês de dezembro de 1970.

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Ensaio e estudos**: crítica e história, 1ª série. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

_____. **Ensaio e estudos**: crítica e história. 2ª série. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. vol. II (organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues).

ABREU, S. Fróes. **Na terra das palmeiras**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Memórias da balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães In: **Novos Estudos Ceprab**. São Paulo, nº 23, março de 1989.

_____. **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “Os mal-entendidos da História do Brasil” in: HADDAD, Fernando (org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais de esquerda.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.** São Luis: IPES, 1983.

AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão.** Maranhão: primeira parte (1837-1839), 1898; segunda parte (1839-1840), 1900; terceira e última parte (1840-1841), 1906. (as duas últimas pela Typographia Teixeira)

ARANHA, Graça. **O Meu Próprio Romance.** 4. ed., São Luís: Alumar, 1996. (Coleção Documentos Maranhenses)

ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo” in: D’INCAO, Maria A. e SCARABÓTOLO, Eloísa F. (Orgs.). **Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Cândido.** São Paulo: Companhia das Letras: Instituto Moreira Salles, 1992.

_____. **O fio da meada.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Entrevista** publicada em 17/12/2007 in: <http://www.unisinos.br>

ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral.** São Luís: SIOGE, 1988.

_____. Quilombos maranhenses in: REIS, João J., SANTOS, Flávio G. (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. “Histórias do Balaio” – Historiografia, memória oral e as origens da Balaiada in: **Revista História Oral.** São Paulo: Prol Editora Gráfica, 1998. Número 1.

_____. “Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841) in: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os senhores dos rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

AZEVEDO, Aluizio. **O Mulato.** 10ª edição, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1938.

BAHIA, Juarez. **Jornal: História e Técnica.** Ministério da Educação e Cultura – Serviço de documentação.

BARBOSA, João Alexandre. “Apresentação” in: **João Francisco Lisboa: Trechos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Liv. Agir Ed., 1967. (Col. “Nossos Clássicos”, n 94).

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASILE, Marcello Otavio. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís, SIOGE, 1992.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. Edições AML: SIOGE, 1991.

_____. **Dois Estudos: os discursos de Japi-açu e de Momboré-uaçu e Vadiagem no Maranhão, 1800-1850**. São Luís: EDUFMA, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6a. ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. 2 vols.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **O discurso e a cidade**. 2ª ed., São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3ª ed., São Paulo: brasiliense, 1984.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 2ª ed., Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840 in: HOLANDA, Sérgio B. de (direção). **O Brasil monárquico: dispersão e unidade**. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1985.

CHALLANDES, Jean Philippe. **A Pátria dos Vencidos: o crepúsculo de um projeto de nação. Brasil: 1839-1842**. Brasília - UNB, Tese de doutoramento, 2002.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842**: matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

CORRÊA, Viriato. **A Balaiada**: romance histórico do tempo da Regência. 2ª ed., São Luís: EDUFMA, 1996.

COSTA, Wagner Cabral da. (Org.). **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: Edufma, 2004.

_____. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Edufma, 2006. (Coleção de Teses e Dissertações)

COUTINHO, Milson. **Fidalgos e barões**: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Editora Instituto Geia, 2005.

_____. **Caxias das Aldeias Altas**: subsídios para sua história. 2. ed., São Luís/Caxias: Prefeitura de Caxias, 2005.

CRUZ, Arlete Nogueira. **Nomes e Nuvens**: ligeiras considerações em torno da paisagem literária maranhense pós-1889. São Luís: Unigraf, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

DEQUEIXES FILHO, Lunêr Sousa. **O intelectual e o poder em Antônio Lobo**. São Luís: 2006. (monografia de conclusão de curso)

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

DIAS, Gonçalves. "Meditação" in: Dias, Gonçalves: **poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998.

DIAS, Maria O. da S. **O fardo do homem branco**: Southey, historiador do Brasil (um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo, Alameda, 2005.

DINO, Nicolau. **O visconde de Vieira da Silva**. São Luís/Maranhão: 1974.

DUARTE, Nestor. **A Ordem privada e a organização política nacional**. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 6 ed. Porto Alegre, Globo, 1984. Esp. vol. 1.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos**: propostas e realizações. Recife: dissertação de mestrado, 2001.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses**: 1822-1969. São Luís, Instituto Geia, 2003.

FLEIUSS, Max. **História administrativa do Brasil**. 2ª ed., São Paulo-Cayeiras-Rio-Recife, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 7ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: brasiliense, 1986.

GIANNOTTI, José Arthur. “Dos males e do mal” in: **Folha de São Paulo**, 3/junho/2007 (Caderno Mais!).

GODOIS, Antonio Baptista Barbosa de. **História do Maranhão**. São Luís: Tip. Ramos d’Almeida & Cia. e Sucs., 1904. 2 vols.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hydra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed., São Paulo, Editora Ática, 1992.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação*: a pena de aluguel e a historiografia in: CARVALHO, José Murilo de (Org.), **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALLEWELL, L. **O Livro no Brasil**. S. Paulo: Edusp, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. rev., São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. **O Brasil Monárquico**: o processo de emancipação. 6ª ed., São Paulo: Difel, 1985. Tomo II.

_____. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. **O Brasil Monárquico**: dispersão e unidade. 5ª ed., São Paulo: DIFEL, 1985. Tomo II.

HÖRNER, Erik. **Guerra entre pares**: a “Revolução Liberal” em São Paulo, 1838-1844. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. “A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838/1842)” in: Oliveira, Cecília H. S., Prado, Maria L. C. e Janotti, Maria de L. M. (Organização). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João P. G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in: MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora SENAC, 2000. Vol.1.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977.

_____. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2ª ed. rev. e ampliada: São Luís: Lithograf, 2002.

_____. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão**: guerra e fundação no Brasil Colonial. São Luís: UEMA, 2006.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**: a Colônia. 2ª ed. revista e ampliada, São Luís: Instituto Geia, 2006.

LIMA, Luis Costa. “Do neoclassicismo ao romantismo” in: COUTINHO, Afrânio (direção). **A literatura no Brasil**. 3ª ed. revista e atualizada, Rio de Janeiro/Niterói: Editora José Olympio em co-edição com a Universidade Federal Fluminense, 1986.

_____. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LINS, Álvaro. **A glória de César e o punhal de Brutus**. Segunda edição, Rio de Janeiro: Editora da civilização brasileira, 1963.

LYRA, Maria de Lourdes. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brail: bastidores da política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LOBO, Antônio. **Os Novos Atenienses** (Subsídio para a História Literária do Maranhão). 2ª ed., São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1970.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUZ, Joaquim Vieira da. **Dunshee de Abranches e outras figuras**. Edição do autor, Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do “Jornal do Brasil”, 1954.

_____. **Fran Paxeco e as figuras maranhenses**. Edição do autor, Rio de Janeiro: Livros de Portugal, S.A. – Edições Dois Mundos, 1957.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: brasiliense, 1987.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo, Editora Unesp/Moderna, 1997.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. Maringá-PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

_____. (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: editora brasiliense, 1973.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória) in: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador**. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2001.

MARQUESE, Rafael Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos na América, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

_____. “O Império da Revolução: Matrizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica” in: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006. (Coleção de Teses e Dissertações).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília:INL, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: brasiliense, 1988.

_____. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S.A., 1992.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 2ª ed., São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

_____. **História da independência no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S. A., 1972.

MELLO, Evaldo C. de. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

_____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MESGRAVIS, Laima. “A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial” in: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

MONTELLO, Josué. **Os Tambores de São Luís**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense** (uma abordagem contextual que leva em conta os fatores políticos, sociais e econômicos). 2ª ed. aumentada, São Luís: Edições SIOGE, 1977.

_____. (org.). **Ana Jansen, Rainha do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 1989.

_____. (editor). **Lisboa, João Francisco**. A Festa de Nossa Senhora dos Remédios. São Luís: Editora Legenda, 1992.

_____. **O Homem-Dicionário: a vida em obras de César Marques**. Dissertação de mestrado, UFPE-Recife, 2002.

MOREL, Marcos & BARROS, Mariana M. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, DP & A, 2003.

_____. **As Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Antonia da Silva. **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MOTA, Carlos G. e NOVAIS, Fernando A. **A independência política do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1986.

MOTA, Carlos G. **Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)** in: MOTA, Carlos G. (Org.), **Viagem Incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC, 2000. Vol. 1.

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação in: **Foucault: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos & Escritos, IV).

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Basto P. das, MOREL, Marcos, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (organizadores). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP & A; Faperj, 2006.

NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa, O Timon Maranhense**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1986.

NOBERTO, Antonio. **A influência francesa em São Luís: uma oportunidade de segmentação do mercado turístico local**. São Luís: EDICEUMA, 2004.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2ª ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

_____. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

_____. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1975. Vol. 3 (A Balaiada)

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. **A Balaiada no Piauí**. Recife: Mestrado/UFPE, 1983.

PACHÊCO, D. Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. Maranhão: S.N.E.C., Departamento de Cultura, 1969. Vol. 1, (Coleção “César Marques”).

PALLARES-BURKE, Maria L. G. **Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 18ª ed., São Paulo: brasiliense, 1983.

_____. **História econômica do Brasil**. 30ª, São Paulo: brasiliense, 1984.

PUNTONI, Pedro. “O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira” in: JANCSÓ, István. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. *Anhemi*, vol. XXIV-XXV, 1956-57.

RAMOS, C. **Opinião pública maranhense: jornais antigos do Maranhão (1831-1860)**. S. Luís: SIOGE, 1992.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Edição do autor, São Luís: [s.n.], 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gladys S. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1990.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 4. ed. atualizada: São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

_____. **História da história do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília/DF:INL, 1978-1988.

ROMERO, Sílvio. **Compêndio de história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: imago Ed., Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROUANET, Sergio Paulo. “Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade” in: ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**: São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O pináculo do temp(l)o: o Sermão do padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

SANTOS, Laymert Garcia dos. “Brasil contemporâneo: estado de exceção?” in: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª ed., São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’” in: **Esboço de figura**: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

_____. **Ao vencedor as batatas**. 3ª ed., São Paulo: Duas cidades, 1988.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

_____. **Seqüências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 3ª ed., Rio: BEDESCHI, 1948.

_____. **Caxias e o seu Governo Civil na Província do Maranhão**. Rio de Janeiro, 1943. (Biblioteca Militar, vol. LXVIII).

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação de mestrado/UFPE, Recife, 2002.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O Problema da Imprensa**. Rio de Janeiro, Álvaro Pinto, Editor (Anuario do Brasil). Impresso na Typographia do Anuario do Brasil, 18/out./1923.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Maud, 1999.

_____. **História da literatura brasileira**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SOLAZZI, José Luís. **A ordem do castigo no Brasil**. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. “Prefácio” in: LISBOA, João Francisco. **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Americ Ed.,. 1946. 2 vols.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORRES, Milton. **O Maranhão e o Piauí no espaço colonial**: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva. São Luís: Instituto Geia, 2006. (Coleção Geia de Temas Maranhenses)

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VALLADÃO, Alfredo. **Da Aclamação à Maioridade e Outros Trabalhos Históricos**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1973.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de literatura brasileira**: 2ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

_____. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 7ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

VIANA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

VIANNA, Helio. **Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Edição Associação Comercial do Maranhão, 1954. 2. Vols.

_____. “A Rainha do Maranhão” in: MORAES, Jomar (Org.). **Ana Jansen, Rainha do Maranhão**. Edições AML: São Luís, 1989.

WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas (1831-1832)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

2. 2 Obras gerais

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007 (2ª reimpressão)

_____. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARANTES, Paulo E. **Ressentimento da Dialética**: dialética e experiência intelectual em Hegel: antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Zero à Esquerda**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

_____. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 3ª ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARTOV, Omer; GROSSMANN, Atina; NOLAN, Mary. **Crimes de Guerra**: culpa e negação no século XX. Rio de Janeiro: Difel, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Olvidar a Foucault**. Espanha: Pre-Textos, 1999.

BENJAMIN, Walter. “Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo” in: BENJAMIN, W., **Obras Escolhidas III**, 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” in: Benjamin, W. **Obras Escolhidas**. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. Vol. 1.

_____. “Crítica da Violência – Crítica do Poder” in: Bolle, Willi (seleção e apresentação), **Documentos de Cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: as aventuras da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BYERS, Michael. **A lei da guerra**: direito internacional e conflito armado. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2007.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar**: Walter Benjamin e o projeto das passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 2ª ed.: Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisa de antropologia política. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.

CONSTANT, Benjamin. **Princípios de Política Aplicáveis a Todos os Governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução Impressa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, s/d.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. Vols. 1, 4 e 5.

_____. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa, Assírio & Alvin, s/d.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Esp. pp. 59-145.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Guerra civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. "Nietzsche, Freud, Marx" in: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001. (Coleção Ditos & Escritos, vol. III).

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Coleção Ditos & Escritos, vol. IV).

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa/Portugal: Antígona, 2006.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. 4ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O coração desvelado**: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

GERBI, Antonello. **O novo mundo**: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GOLDMAN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**. 5ª ed., São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

GUERRA, François-Xavier (org.). **Los espacios públicos em iberoaméricas**. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAMACHER, Werner. “Aformativo, greve: a ‘Crítica da violência’ de Benjamin, In: BENJAMIN, Andrew e OSBORNE, Peter (orgs.). **A filosofia de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

KAFKA, Franz. **Narrativas do espólio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luís Costa. **O controle do imaginário**: razão e imaginação nos tempos modernos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. **Mimesis**: desafio ao pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, Daniel e PELBART, Peter Pál (orgs.). **Nietzsche e Deleuze – Bárbaros, civilizados**. São Paulo: Annablume, 2004.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural, 1984. Vol. I/Tomo 2.

_____. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MOORE JR., Barrington. **Injustiça: as bases da obediência e da revolta**. São Paulo: brasiliense, 1987.

NIETZSCHE, Frederico. **A genealogia da moral**. 6ª ed., Lisboa: Guimarães editores, 1992.

NOBRE, Marcos. **A dialética negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1998.

OEHLER, Dolf. **O velho mundo desce aos infernos: auto-análise da modernidade após o trauma de julho de 1848 em Paris**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PALLARES-BURKE, Maria L. G. **The Spectator – O teatro das luzes**. São Paulo: Hucitec, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização: formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. 4ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VOLTAIRE. **Conselhos a um jornalista**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. (Estado de sítio).